

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Letras
Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos

THIAGO FERNANDES PEIXOTO

**A INCAPACIDADE DO ESQUECIMENTO:
Uma leitura do ressentimento no domínio político**

BELO HORIZONTE
2022

THIAGO FERNANDES PEIXOTO

**A INCAPACIDADE DO ESQUECIMENTO:
Uma leitura do ressentimento no domínio político**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Área de Concentração: Linguística do Texto e do Discurso.

Linha de Pesquisa: Análise do Discurso (2B).

Orientadora: Profa. Dra. Helcira Maria Rodrigues de Lima.

BELO HORIZONTE
2022

P379i

Peixoto, Thiago Fernandes.

A incapacidade do esquecimento [manuscrito] : uma leitura do ressentimento no domínio político / Thiago Fernandes Peixoto. – 2022.

1 recurso online (302 p. : il., tabs., color.) : pdf.

Orientadora: Helcira Maria Rodrigues de Lima.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso.

Linha de Pesquisa: Análise do Discurso.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 248-257.

Anexos: f. 258-301.

Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Discurso político – Teses. 3. Retórica – Teses. 4. Emoções – Teses. 5. Ressentimento – Teses. I. Lima, Helcira Maria Rodrigues. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 418



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

FOLHA DE APROVAÇÃO

A incapacidade do esquecimento: uma leitura do ressentimento no domínio político

THIAGO FERNANDES PEIXOTO

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO, linha de pesquisa Análise do Discurso.

Aprovada em 17 de outubro de 2022, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira – Presidente da banca
UFMG

Prof(a). Wander Emediato de Souza
UFMG

Prof(a). Rodrigo Seixas Pereira Barbosa
UFG

Prof(a). Fábio Ávila Arcanjo
UNICAMP

Prof(a). Renan Belmonte Mazzola
UFMG

Belo Horizonte, 17 de outubro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Wander Emediato de Souza, Membro de comissão**, em 20/10/2022, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Fábio Ávila Arcanjo, Usuário Externo**, em 21/10/2022, às



08:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Seixas Pereira Barbosa, Usuário Externo**, em 23/10/2022, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renan Belmonte Mazzola, Professor do Magistério Superior**, em 24/10/2022, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Larissa A Marciotto Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 25/10/2022, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1797146** e o código CRC **897A6CF9**.

*Para Raquel Santos Fernandes (in
memoriam), um exemplo inigualável de vida.*

AGRADECIMENTOS

Esta tese não é fruto do pensamento de uma única pessoa. Ela foi corrigida, dialogada, suas ideias foram contrapostas a outras. Os autores citados foram encontrados em dias e noites passados na biblioteca, em pensamentos turvos que transpareceram aos poucos.

Muitos dos livros utilizados foram indicados por colegas, pela orientadora, por participantes de congressos: exemplares vindos de países vizinhos, e mesmo do outro lado do Atlântico. Minha gratidão, portanto, a quem contribuiu para que essa tese fosse materializada, como agora o leitor a tem em mãos.

Em primeiríssimo lugar agradeço à minha mãe, Marineide Fernandes Santos Peixoto, aquela que obteve paciência extrema com meus pensamentos transformados em diálogos sem sentido, na busca pela compreensão desse tema tão espinhoso que é o ressentimento. Quando eu ainda engatinhava, procurando um modo de trazer à luz o ressentimento, sempre oculto, ela permaneceu com paciência de Jó. Paciência de mãe, eu sei, mas também de amiga fiel, insuperável. Sem que eu fosse puxado por ela montanha acima, não haveria graduação, mestrado ou doutorado.

Tia Aparecida Peixoto Amparo e tio Milton Amparo tem minha gratidão eterna. Ele, sereno, honesto e conselheiro, ela, ainda mais firme e sem medir meias-palavras nos momentos em que o desânimo se aproximava de mim. A visita aos parques de Belo Horizonte, aos museus da Praça da Liberdade, as partidas de mexe-mexe, as ótimas conversas e a hospitalidade. Por tudo isso eu os agradeço.

À professora Dra. Helcira Maria Rodrigues de Lima, minha eterna orientadora, agradeço, antes de tudo, pela paciência constante, do início ao fim dessa jornada. Meu obrigado por ter compartilhado de sua muita sabedoria, assim como dos seus valores, os quais me tornaram um ser humano e um pesquisador muito melhor.

Aos companheiros e companheiras do café com pão de queijo: Jaqueline Soares, Vivian Riolo, Tatyana Emediato, Marcos Daniel, Mariana Pinter, Gabriel Fernandino, Bárbara Amaral, Bruna Toso, Bruna Zarattini, Silvia Castelo Branco, Vanessa Pastorini, Cristia Miranda e Jaqueline Nogueira. Agradeço, em especial, aos colegas Fábio Arcanjo, Maíra Sant'Ana, Natália Resende, Stener Barbosa, Leandro Moura e Rodrigo Seixas, pois será impossível não lembrar dos almoços, dos estudos em conjunto, das conversas nos corredores, do sorvete de jabuticaba no cinema, das correções de textos e dos desabafos.

Agradeço aos professores e professoras que expandiram meus horizontes, mediante indicações de leituras, considerações sobre meus escritos, aulas que modificaram meu modo de ver a Análise do Discurso e a Retórica. Dentre esses cito, especialmente, os professores Wander Emediato (FALE-Poslin) e Renan Mazzola (FALE-Poslin), assim como as professoras Maria Cecília Coelho (FAFICH-Filosofia) e Ida Lúcia Machado (FALE-Poslin).

Obrigado à UFMG, essa incrível instituição à qual sempre pertencerei.

Obrigado à Fapemig, que proporcionou não apenas um auxílio financeiro, mas a produção de um conhecimento, agora público, que servirá como ponto de partida para inúmeros outros pesquisadores, os quais criticarão e se beneficiarão daquilo que nesta tese foi construído.

Mal Secreto

Se a cólera que espuma, a dor que mora
N'alma, e destrói cada ilusão que nasce
Tudo o que punge, tudo o que devora
O coração, no rosto se estampasse;

Se se pudesse, o espírito que chora,
Ver através da máscara da face,
Quanta gente, talvez, que inveja agora
Nos causa, então piedade nos causasse!

Quanta gente que ri, talvez, consigo
Guarda um atroz, recôndito inimigo
Como invisível chaga cancerosa!

Quanta gente que ri, talvez existe,
Cuja ventura única consiste
Em parecer aos outros venturosa!

Raimundo Correia

RESUMO

No presente trabalho, temos como objetivo abordar a discursivização do ressentimento sob a ótica da argumentação no discurso, valendo-nos de textos relacionados às eleições do ano de 2018, quando a polarização política no Brasil apresentou um dos seus momentos mais significativos na história recente do país, estabelecendo uma rígida diferenciação entre um *nós* e um *eles*, a qual sempre significou um perigo para o exercício da democracia. Logo, buscamos compreender teoricamente quais elementos, além das emoções, compõem o ressentimento, tornando possível que ele seja utilizado como um constituinte das argumentações em que um grupo não dialoga com o outro por ser averso às suas crenças, mas utiliza tanto das características deste quanto de seus enunciados a fim de argumentar a seu respeito, atacando-o. Com o intento de analisar o modo como o locutor argumenta a respeito de si próprio e do seu grupo, fazendo o mesmo em relação ao outro, organizamos um *corpus* formado por textos escritos imediatamente após o resultado das eleições do segundo turno de 2018, sendo eles constituídos por gêneros diversificados, dos quais extraímos excertos analisados separadamente e em contraste. Acreditamos que o ressentimento, enquanto uma *constelação de emoções*, compõe os discursos, exercendo maior ou menor influência conforme a situação de comunicação destes. Com o intuito de averiguar o proposto, vimos como necessário traçar um histórico do ressentimento, de seu nascimento enquanto termo técnico aos dias atuais, assim como um estudo das emoções, de forma geral, intentando verificar quais integram a *constelação emotiva do ressentimento*. Além disso, acreditamos ser necessária uma investigação acerca do significado de polarização, buscando compreender se esse fenômeno que diferencia os sujeitos entre um *nós* e um *eles* é uma resultante ou uma provocadora do ressentimento. Dialogamos com autores de áreas do saber diversificadas a fim de compreender o conceito transdisciplinar do ressentimento. Passeamos pelas diferentes interpretações desse conceito, apresentadas por Nietzsche (2009), Scheler (2012), Kehl (2015), Ansart (2004) e Angenot (1997), assim como pelo dialogismo de Bakhtin (2014) e dos estudos sobre a política e o político, em Arendt (2010b) e Mouffe (2015), bem como pelos diversos autores que trabalham com os estudos discursivos sobre as emoções, como Plantin (2010; 2011), Charaudeau (2010) e Lima (2006). A partir desses e de outros autores, buscamos demonstrar como o ressentimento, uma constelação emotiva muitas vezes considerada imperceptível, pode ser verificado a partir das marcas deixadas no discurso. Acreditamos que outros analistas do discurso podem, a partir desse trabalho, dar passos mais largos, sendo este um dos nossos intuítos principais.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Retórica; Ressentimento; Emoção; Argumentação.

ABSTRACT

In the present work, we aim to approach the discursivization of resentment from the perspective of argumentation in discourse, using texts related to the elections of the year 2018, when political polarization in Brazil presented one of its most significant moments in the recent history of the country. country, establishing a rigid differentiation between an us and a them, which has always been a danger to the exercise of democracy. Therefore, we seek to theoretically understand which elements, in addition to emotions, make up resentment, making it possible for it to be used as a constituent of arguments in which one group does not dialogue with the other because it is averse to their beliefs, but uses both the characteristics of the latter and the other. of his statements in order to argue about him, attacking him. In order to analyze the way in which the speaker argues about himself and his group, doing the same in relation to the other, we organize a corpus formed by texts written immediately after the result of the 2018 second round elections, which are constituted by diversified genres, from which we extract excerpts analyzed separately and in contrast. We believe that resentment, as a constellation of emotions, composes the speeches, exerting greater or lesser influence according to their communication situation. In order to verify the proposal, we saw as necessary to trace a history of resentment, from its birth as a technical term to the present day, as well as a study of emotions, in general, trying to verify which ones are part of the emotional constellation of resentment. In addition, we believe that an investigation into the meaning of polarization is necessary, seeking to understand whether this phenomenon that differentiates subjects between an us and a them is a result or a provocateur of resentment. We dialogue with authors from different areas of knowledge in order to understand the transdisciplinary concept of resentment. We walk through the different interpretations of this concept, presented by Nietzsche (2009), Scheler (2012), Kehl (2015), Ansart (2004) and Angenot (1997), as well as the dialogism of Bakhtin (2014) and studies on politics and the political, in Arendt (2010b) and Mouffe (2015), as well as by the various authors who work with discursive studies on emotions, such as Plantin (2010; 2011), Charaudeau (2010) and Lima (2006). From these and other authors, we seek to demonstrate how resentment, an emotional constellation often considered imperceptible, can be verified from the marks left in the discourse. We believe that other discourse analysts can, based on this work, take greater steps, which is one of our main aims.

Keywords: Discourse Analysis; Rhetoric; Resentment; Emotion; Argumentation.

RÉSUMÉ

Dans le présent travail, nous visons à aborder la discoursivisation du ressentiment du point de vue de l'argumentation dans le discours, en utilisant des textes liés aux élections de l'année 2018, lorsque la polarisation politique au Brésil a présenté l'un de ses moments les plus significatifs dans l'histoire récente du pays, établissant une différenciation rigide entre un nous et un eux, qui a toujours constitué un danger pour l'exercice de la démocratie. Nous cherchons donc à comprendre théoriquement quels éléments, en plus des émotions, constituent le ressentiment, permettant de l'utiliser comme constituant d'arguments dans lesquels un groupe ne dialogue pas avec l'autre parce qu'il est opposé à ses croyances, mais utilise à la fois les caractéristiques de ce dernier et l'autre de ses propos pour argumenter contre lui, l'attaquer. Afin d'analyser la manière dont le locuteur argumente sur lui-même et son groupe, en faisant de même par rapport à l'autre, nous avons organisé un corpus formé de textes écrits immédiatement après le résultat des élections du second tour de 2018, étant eux-mêmes constitués par des genres, dont nous extrayons des extraits analysés séparément et par contraste. Nous pensons que le ressentiment, en tant que constellation d'émotions, compose les discours, exerçant une influence plus ou moins grande selon leur situation de communication. Afin de vérifier la proposition, nous avons jugé nécessaire de retracer une histoire du ressentiment, depuis sa naissance en tant que terme technique jusqu'à nos jours, ainsi qu'une étude des émotions, en général, en essayant de vérifier lesquelles font partie de la constellation émotionnelle de ressentiment. De plus, nous pensons qu'une enquête sur le sens de la polarisation est nécessaire, cherchant à comprendre si ce phénomène qui différencie les sujets entre un nous et un eux est un résultat ou un déclencheur de ressentiment. Nous avons dialogué avec des auteurs de différents domaines de la connaissance afin de comprendre le concept transdisciplinaire de ressentiment. Nous parcourons les différentes interprétations de ce concept, présentées par Nietzsche (2009), Scheler (2012), Kehl (2015), Ansart (2004) et Angenot (1997), ainsi que le dialogisme de Bakhtine (2014) et des études sur politique et le politique, chez Arendt (2010b) et Mouffe (2015), ainsi que par les différents auteurs qui travaillent sur les études discursives des émotions, comme Plantin (2010 ; 2011), Charaudeau (2010) et Lima (2006). À partir de ces auteurs et d'autres, nous cherchons à démontrer comment le ressentiment, une constellation émotionnelle souvent considérée comme imperceptible, peut être vérifié à partir des marques laissées dans le discours. Nous pensons que d'autres analystes du discours peuvent, sur la base de ce travail, franchir des étapes plus importantes, ce qui est l'un de nos principaux objectifs.

Mots-clés : Analyse du discours; Rhétorique; Ressentiment; Émotion; Argumentation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Presidente russo, Vladimir Putin, pescando e andando a cavalo.....	36
Figura 2 – Deputado Jair Bolsonaro gesticulando arma de fogo com os dedos.....	36
Figura 3 – Lula e Wagner em panfleto eleitoral.....	37
Figura 4 – A percepção do outro no ressentimento.....	121
Figura 5 – Antes e depois – Dilma Rousseff.....	153
Figura 6 – A culpa não é minha – Eu votei no Aécio.....	169
Figura 7 - Constelação emotiva do ressentimento.....	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tempo de propaganda – Eleições 2018.....	173
---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – <i>Corpus</i> de pesquisa.....	25
Quadro 2 – Mudança de estratificação familiar entre 2002 e 2015.....	157

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	18
1	O CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO E A POLARIZAÇÃO SOCIAL...29	
1.1	IMPRESSÕES SOBRE O <i>DIALOGISMO</i> E A ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO.....	30
1.2	DA DISSERTAÇÃO À TESE: NOVOS CAMINHOS.....	33
1.3	A PLURALIDADE HUMANA E A POLÍTICA.....	42
1.4	O SEMELHANTE E O DIFERENTE.....	56
2	AS EMOÇÕES EM DIFERENTES PERSPECTIVAS.....	70
2.1	AS DIVERSAS TERMINOLOGIAS.....	71
2.2	IMAGENS DE SI, IMAGENS DO OUTRO E EMOÇÕES.....	82
2.3	ANÁLISE DO DISCURSO E EMOÇÕES.....	88
3	RESSENTIMENTO: UMA BREVE HISTÓRIA.....	95
3.1	A “REINVENÇÃO” DO RESSENTIMENTO EM NIETZSCHE.....	96
3.2	A REINVENÇÃO DO RESSENTIMENTO EM MAX SCHELER.....	116
3.2.1	O impulso de vingança e a impotência primária no ressentimento.....	122
3.2.2	Inveja e comparação.....	125
3.3	O POSICIONAMENTO DE ANGENOT: UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA. 130	
4	OS CAMINHOS PARA A POLARIZAÇÃO DE 2018.....	143
4.1	A “ESQUERDA” CHEGA AO PODER.....	146
4.2	A PRESIDENTE IMPEDIDA.....	152
4.3	O SURGIMENTO DE BOLSONARO.....	172
5	O RESSENTIMENTO NO DISCURSO.....	178
5.1	OS PORTA-VOZES DO RESSENTIMENTO.....	186
5.2	VITIMIZAÇÃO E CULPABILIZAÇÃO NO RESSENTIMENTO.....	191
5.2.1	Liberdade e mudança nos pronunciamentos do presidente.....	200
5.2.2	Entre o medo e a coragem: a esquerda derrotada.....	214
5.2.3	Os presidenciaíveis derrotados no 1º turno.....	220
5.2.4	O apoio e o repúdio ao novo presidente em <i>notas e cartas abertas</i>.....	223

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	244
	BIBLIOGRAFIA.....	248
	ANEXO 1 – PRONUNCIAMENTOS DE JAIR BOLSONARO.....	258
	TEXTO 1 – PRIMEIRO PRONUNCIAMENTO APÓS A VITÓRIA.....	258
	TEXTO 2 – SEGUNDO PRONUNCIAMENTO APÓS A VITÓRIA.....	262
	ANEXO 2 – PARTIDOS E ASSOCIAÇÕES.....	265
	TEXTO 3 – PTB.....	265
	TEXTO 4 – PCDOB.....	267
	TEXTO 5 – OBSERVATÓRIO DO CLIMA.....	270
	TEXTO 6 – PSTU.....	272
	TEXTO 7 – CUT.....	276
	TEXTO 8 – AOPABRASIL.....	278
	TEXTO 9 – SINAGÊNCIAS.....	281
	TEXTO 10 – CACB.....	283
	TEXTO 11 – AMB.....	285
	TEXTO 12 – SBR.....	287
	ANEXO 3 – CANDIDATOS NÃO ELEITOS.....	289
	TEXTO 13 – FERNANDO HADDAD.....	289
	TEXTO 14 – CABO DACIOLO.....	292
	TEXTO 15 – HENRIQUE MEIRELES.....	292
	TEXTO 16 – EYMAEL.....	293
	TEXTO 17 – MARINA SILVA.....	293
	TEXTO 18 – CIRO GOMES.....	294
	TEXTO 19 – MANUELA D’ÁVILA.....	295
	TEXTO 20 – GERALDO ALCKMIN.....	296
	TEXTO 20 – GERALDO ALCKMIN.....	296
	TEXTO 20 – GERALDO ALCKMIN.....	297
	TEXTO 20 – GERALDO ALCKMIN.....	297
	TEXTO 20 – GERALDO ALCKMIN.....	298
	TEXTO 21 – JOÃO AMOÊDO.....	298
	TEXTO 21 – JOÃO AMOÊDO.....	299
	TEXTO 21 – JOÃO AMOÊDO.....	299

TEXTO 21 – JOÃO AMOÊDO.....	300
TEXTO 21 – JOÃO AMOÊDO.....	300
TEXTO 21 – JOÃO AMOÊDO.....	301
TEXTO 22 – ÁLVARO DIAS.....	301

INTRODUÇÃO

No início de sua obra *A condição humana*, de 1958, Hannah Arendt realiza um breve apanhado acerca de como pensavam os cientistas que desenvolveram a bomba atômica. Conforme a teórica política, eles estavam sedentos por conhecimento, por desbravar os segredos que compunham da menor partícula existente até a mais longínqua das galáxias que pudesse comportar a vida humana. No entanto, não possuíam uma boa relação com o mundo onde habitavam: “a Terra”, cujo modo de vida requeria a *ação* e o *discurso* (*speech*). O que esses homens de ciência procuravam era apenas a exatidão dos cálculos matemáticos.

Segundo afirma Arendt, tais homens viviam em um mundo onde a palavra havia perdido poder, onde a política era algo a ser realizado por burocratas e pessoas dedicadas a assuntos supérfluos. Os homens de ciências não compreendiam a *coexistência* e a *associação* por meio de palavras e de ações (ARENDR, 2010a, p. 145). Assim, não perceberam que sua invenção, por mais grandiosa que fosse, não seria usada segundo sua vontade, mas segundo o critério aprovado pelos mesmos políticos por eles desprezados.

Apesar de terem construído uma das mais brilhantes engenhosidades humanas, bem como uma das armas mais mortais de destruição em massa, não compreenderam que ainda habitavam a Terra, assim como não compreenderam que ela é regida não somente pelas leis físicas, biológicas e químicas, mas também pela lei da “inter-ação” o que significa “agir com” o *outro*, *dialogar* (o contrário de *monologar*). Conforme nos é explicado por Arendt (2010b, p. 5), “Os homens no plural, isto é, os homens na medida em que vivem, se movem e agem neste mundo, só podem experimentar a significação porque podem falar uns com os outros e se fazer entender aos outros e a si mesmos.”

O ponto de vista da autora também é o nosso, pois, caso não haja discussão, mesmo a respeito das questões apontadas como as mais simples, não é possível uma solução em conjunto, e, portanto, política. No entanto, o conjunto ao qual nos referimos não é constituído por seres humanos uniformes, mas por aqueles que pensam, vivem e agem diferentemente uns dos outros, já que o “ser diferente na igualdade” constitui a lei da Terra.

Sabemos que em certos momentos da história, houve grupos humanos que pensavam

de maneira relativamente igual, procurando constituir crenças hegemônicas dentro de uma nação, crenças constituídas pelo posicionamento de um “nós”, que nasce da diferença, pois suas características são aquelas que o opõe a um “eles”, um “nós” existente unicamente em oposição ao *outro*. Tratam-se de duas formas radicalmente opostas de pensamento na qual ambos desejam reivindicar suas crenças. No Brasil, a dualidade a qual nos referimos ocorreu mais recentemente na segunda década do século XXI, principalmente a partir do *impeachment* (*golpe*) da presidente Dilma Rousseff, em 2016.

Evidentemente, as diferenças já existiam antes desse evento, período em que grupos com crenças antagônicas às de um *outro* começaram a se formar de modo comedido. Contudo, foi a partir do *impeachment* (*golpe*) que vislumbramos a formação de uma dualidade entre pelo menos dois grupos opostos uns aos outros: aqueles que eram contrários ao *impeachment* (*golpe*), que saíram às ruas em protesto ou se manifestaram em redes sociais como *Instagram*, *Facebook*, *Twitter* e *WhatsApp*, e os favoráveis a esse evento.

Encontramos nessas discussões xingamentos, designações negativas sobre o *outro*, mas positivas sobre *si*. Tentativas de sobreposição à voz de quem militasse em causa contrária à do *eu*, mesmo que se tratasse de um familiar ou de um colega de trabalho. O *impeachment* (*golpe*) deu voz a um acontecimento, cujo slogan “É golpe!” ganhou as ruas, sendo rebatido por grupos que lhes fizeram oposição constante. Ainda no ano de 2016, quando o vice-presidente de Dilma Rousseff, Michel Temer, assumiu o cargo de Presidente da República, o slogan “Fora Temer!” ganhou o protagonismo das manifestações realizadas por brasileiros que desejavam uma eleição imediata.

Em meio ao caos visto diariamente no Brasil, denúncias envolvendo corrupção nos governos Dilma e Temer repercutiam no país devido à midiaticização provocada pela 13ª Vara Federal de Curitiba, onde o juiz Sérgio Moro, constantemente acusado de “parcialidade”, julgou todos os escândalos que abalavam o país naquele momento, os quais eram noticiados diariamente nos telejornais. Moro foi responsável por assumir o comando da *Operação Lava Jato* (uma investigação da Polícia Federal do Brasil que envolveu inúmeros escândalos de corrupção). Além dos mencionados, o juiz também julgou o caso do ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, condenando-o à prisão pelo crime de ser “dono oculto”

de um apartamento Triplex, ganhado como propina¹.

Essa situação repercutiu mundialmente, pois, não bastassem os escândalos incluindo figuras famosas, como Lula, iniciou-se no Brasil uma acirrada disputa presidencial, no ano de 2018. Esta envolveu um candidato assumidamente de direita, o ex-deputado Federal pelo estado do Rio de Janeiro, Jair Messias Bolsonaro, que possuía como vice-presidente um general do exército brasileiro, e outro assumido como de esquerda, Lula. Contudo, em decorrência do processo criminal Lula não pode ser candidato e, em seu lugar, o ex-prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad assumiu a campanha tendo como vice-presidente Manuela D'Ávila, uma filiada ao Partido Comunista do Brasil.

Enquanto Bolsonaro foi candidato pelo Partido Social Liberal (PSL), do qual se desligou após a vitória nas urnas, Haddad candidatou-se pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em torno do qual pairaram inúmeras acusações de corrupção. Nesse período, acirrou-se o antagonismo de alianças grupais com crenças diversificadas, mas um mesmo posicionamento político (de um “nós”), contra outros grupos, também em aliança quanto ao seu posicionamento (um “eles”). Tratava-se de uma *polarização* entre os partidários de Bolsonaro contra os de Haddad.

A candidatura de Jair Bolsonaro foi o ápice da divergência entre os brasileiros. Isso se deu pelas polêmicas provocadas pelo candidato e pelas respostas dos seus adversários. Além disso, havia a repercussão da fala dos *apoiadores* de ambos os candidatos, os quais aderiam a quase todas as ideias dos candidatos de seus apoiados. Os *apoiadores*² eram constituídos por pessoas comuns, mas também por associações, partidos, sindicatos e pessoas com destaque em suas respectivas áreas (a intelectual com renome, a atriz famosa, o jogador de futebol e muitos outros).

Tratou-se de um período marcado pelo afastamento entre indivíduos, motivado pelas opiniões sobre assuntos como religião, sexualidade, educação e mesmo ciências (quando houve a espetacularização sobre a Terra ser ou não esférica, assim como sobre a legalização do aborto), um período em que os sujeitos de cada eixo da polarização evitavam o aceite da

1 Em 2019, após 580 dias preso, o ex-presidente foi solto por determinação do ministro Edson Fachin, do Superior Tribunal Federal – STF, que considerou o juiz Sérgio Moro parcial no julgamento de Lula. A decisão foi confirmada pela segunda turma do STF. Cf. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62612955>. Acesso em 27 de maio de 2022.

2 Abordaremos esse conceito no Capítulo 5.

opinião do *outro* lado apenas em razão do seu posicionamento político. Não aceitavam se abrir para uma discussão, tamanho o *rancor* contra um *outro*. O que ocorreu na situação em questão foi um *diálogo de surdos* (ANGENOT, 2008). Ademais, é necessário reconhecer que havia a existência de sujeitos que se viam ameaçados pelo *outro* devido a fatos ocorridos ou imaginados e que, devido a isso, recusavam a palavra alheia, assimilando unicamente a do grupo, que expressava aquilo que cada um, fechado em sua *doxa*, considerava verdadeiro.

Entretanto, mesmo após a vitória de Bolsonaro nas urnas, as divergências continuaram, principalmente a incapacidade de ouvir o outro, ouvir seu ponto de vista, sua perspectiva sobre os fatos, sem que se estivesse imediatamente pronto a difundir um arsenal de contra-argumentações, muitas vezes permeado por preconceitos sobre assuntos diversos.

A culpabilização do *outro* pelos males sofridos, pelo retrocesso econômico, cultural, educacional, moral – ao menos assim compreendidos pelas crenças de cada uma das partes –, bem como a *vitimização de si* e do *outro*, estabelecidas mediante a argumentação, são questões que já vislumbramos a partir de nosso *corpus*. Logo, o cenário para o ressentimento eclodir ficou pronto, pois a carga de memórias negativas do *eu* sobre o *outro* era suficiente para isso, uma sobrecarga sobre a qual nos apegamos devido ao desejo de não as esquecer, conforme aponta Kehl (2015), bem como um conjunto de emoções negativas, direcionadas ao *outro*, como *inveja*, *ciúmes*, *vontade de vingança* e *ódio*, acompanhadas do não esquecimento.

Essa incapacidade de diálogo enquanto uma recusa em aderir à palavra alheia, foi trabalhada por autores a exemplo de Kehl (2015; [s.d.]), Nietzsche (2009) Angenot (1997, 2016) e Scheler (2012). Esses autores compreenderam o ressentimento como uma constelação de emoções hostis ao *outro*, sobrecarregada pela memória, mas também criadora e recriadora de valores morais, precisamente como a responsável pela gênese da polarização entre o “nós” e o “eles”, a qual permeou o Brasil desde antes do *impeachment* (golpe) de Dilma Rousseff, sendo possível que esse fosse, inclusive, um dos motivos para o impedimento da presidente.

As questões que apresentamos até aqui não podem ser abordadas unicamente por uma teoria, pois envolvem emoções, relações interpessoais, conflitos grupais e argumentações. Dentro dos estudos discursivos, cremos que os trabalhos sobre a *argumentação* e a *polêmica*, em Amossy (2017), as *dimensões do discurso*, em Lima (2006, 2017), a *identidade*, em Charaudeau (2015, 2016) e as *emoções*, em Plantin (2010, 2011) constituem pesquisas que

somente trabalhadas em conjunto possibilitam abordar o ressentimento, um assunto ainda pouco conhecido pela maior parte dos estudiosos que não trabalham especificamente com ele.

Um dos pontos a serem trabalhados por esse conjunto aparece nos escritos de Charaudeau, que assim declara:

É preciso compreender que, ao julgar o outro negativamente, protegemos nossa identidade, caricaturamos a do outro e nos persuadimos de que temos razão contra o outro. É assim que, persuadido de que sou sensível, acolhedor, caloroso, serei levado a julgar o outro como racional, frio ou agressivo, ou, inversamente, persuadido de que sou racional, seguro, direto e franco, o julgarei anárquico, extrovertido, pouco confiável. (CHARAUDEAU, 2016, p. 25).

Ao construirmos uma imagem positiva de *nós* e uma negativa do *outro*, apresentamos o modo como estabelecemos nossos *juízos de valor*, como acreditamos que o *outro* seja ao compará-lo em relação a *nós*. Isso porque é a partir da imagem que criamos do *outro* que construímos nossa própria imagem.

A repercussão do ocorrido em 2018 ainda se manifesta mediante pequenos elementos do cotidiano, como os medos diários dos brasileiros que se encontram em cada um dos polos. Seja o medo da volta de Lula, apresentado em 2018 como um comunista, da reeleição de Bolsonaro, considerado fascista, do retorno da ditadura militar, de um levante da polícia, do sucateamento da educação, ou seja, a sociedade do medo, é, na verdade, uma sociedade permeada pelo ressentimento.

Entendemos que a análise do que fora dito pelo presidente eleito imediatamente após o resultado das eleições presidenciais, por seus adversários com maior quantidade de votos (ainda que não eleitos), pelos apoiadores e pelos opositores de Jair Bolsonaro é imprescindível para compreender a origem de muitos dos desacordos ocasionados por ressentimentos que ainda permeiam o cotidiano dos brasileiros. Para isso, selecionamos um *corpus* que nos servirá de apoio às reflexões, constituído por pronunciamentos, cartas abertas e notas que englobam as declarações ocorridas imediatamente após o resultado das eleições presidenciais (28 de outubro de 2018) até o máximo de dois dias após o resultado das urnas (30 de outubro de 2018). O período foi selecionado por não se distanciar demasiado do

término das eleições, bem como por nele ainda haver pronunciamentos de entidades sobre o resultado eleitoral.

O material foi procurado com base em uma pesquisa realizada no site de buscas *Google*, no qual filtramos uma busca por cartas abertas e notas de entidades diversas que declarassem apoio ou repúdio ao candidato. Não procuramos nenhum texto sem representatividade coletiva, pois somente os *apoiadores de prestígio* que representavam um conjunto nos interessaram, pois buscamos verificar o posicionamento daqueles que falam por uma coletividade, e não uma opinião pessoal. Os dois pronunciamentos do presidente eleito e dos não eleitos nos interessaram por estes também falarem por uma coletividade. Nossa intenção não é esgotar a leitura do material, mas, a partir dele, levantar algumas possibilidades para se pensar o ressentimento e chegar a algumas conclusões, mesmo que parciais.

Nosso interesse pela repercussão das eleições de 2018 advém não somente da oportunidade para estudar o ressentimento sob a ótica da Análise do Discurso, mas também devido à situação política delicada pela qual o Brasil e o mundo passavam. Existe a ótica que reconhece o ressentimento como uma das características da “nova direita”, diversas *doxai* políticas reconhecidas em muitos países, existindo diversos de seus adeptos eleitos no mundo, como Bolsonaro, no Brasil, Trump, nos Estados Unidos, e Morawiecki, na Polônia. Os governantes que se engajaram em meio a essas crenças possuem em comum uma postura anti-imigratória, anticomunista, nacionalista, às vezes misógina, homofóbica e conservadora.

Bolsonaro, uma figura ímpar na história do Brasil contemporâneo, possui seu lugar de fala constituído por vozes diversas, tanto nacionais quanto internacionais, não sendo somente contestado ou aplaudido – nunca ambos –, mas é também assunto de debates no Brasil e fora do país. Motivo recorrente de desavenças entre aqueles que o apoiam e aqueles que o atacam, Bolsonaro conseguiu construir em torno de si a figura do “Mito”, sendo esse, inclusive, um apelido dado por seus apoiadores. As opiniões em torno da figura de Bolsonaro possuem muitas das características relacionadas à onda da “nova direita”, haja vista as polêmicas declarações do candidato, as quais opunham um *nós* (seus apoiadores) a um *eles* (os demais).

A força do discurso que contornava o candidato era tal que, sem ir aos debates eleitorais – foi apenas em um – conseguiu ser eleito por ampla maioria. Rotulado de homofóbico, racista, machista, fascista por seus *opositores*; para seus *apoiadores*, Bolsonaro

encarnava a figura do homem de família, comprometido com os ideais cristãos, patrióticos, de liberdade e amor à nação. No entanto, o ressentimento sempre foi apresentado como uma característica da esquerda, devido às lutas sociais, ao desejo de igualdade e de mudança sempre evocados em suas manifestações.

As diferentes percepções que opositores e apoiadores manifestaram em torno da figura do presidente eleito foram por nós vistas como um modo possível para analisar o *corpus*, dividindo-o em excertos, nos quais buscamos os pontos de vista possíveis, expressos e inferidos: fossem sobre si, sobre um outro ou mesmo sobre a situação do país, com a vitória de Bolsonaro.

Nosso principal objetivo foi compreender se e como o “ressentimento” poderia ser discursivizado em textos com aparente relação antagônica, o que fizemos para melhor interpretar o modo pelo qual a sociedade brasileira chegou ao ponto de indivíduos possuírem medo de ser atacados devido ao seu posicionamento político. Em razão de as emoções possuírem o papel principal para a ocorrência do ressentimento, intentamos compreender como a Análise do Discurso, a Retórica e outras áreas do saber as entendem.

Não utilizamos “ressentimento” com o sentido de pessoa “amargurada”, mas enquanto termo técnico, conferido primeiro por Nietzsche e modificado posteriormente por outros estudiosos do assunto. Nossa visão advém de o ressentimento ser constituído como uma constelação de emoções, segundo vemos em Scheler (2012) e Kehl (2015). Emoções relacionadas a um outro que se considera vitimizado (GRINSHPUN, 2019), marcado pela hostilidade, por conflitos entre percepções contrárias acerca de uma mesma questão, pela relação entre sujeitos sociais, com valores opostos, mas que vivem em uma mesma sociedade, pelo embate entre crenças, estereótipos e julgamentos.

Ao esboçar esses pontos, é preciso apontar a necessária convocação de Charaudeau (2010), Plantin (2010, 2011), Amossy (2013) e Lima (2006, 2016) para guiar-nos pelo terreno da tríade clássica das *emoções*, das *proposições* e das *imagens de si* e do *outro*. É preciso fazê-lo, porém, a partir de uma reinterpretação da argumentação na Análise do Discurso e na Retórica, ao modo como esses estudiosos, o fazem.

Creemos que à luz do *corpus* escolhido, estes e outros pesquisadores de áreas distintas poderão guiar-nos em uma análise viável pela busca do pretendido, o que será realizado por

meio dos seguintes textos:

Quadro 1 – *Corpus de pesquisa*

NATUREZA	TÍTULO	FONTE	DATA
Pronunciamentos de Jair Bolsonaro	Primeiro pronunciamento de Jair Bolsonaro após o resultado das eleições	G1	28/10/2018
	Segundo pronunciamento de Jair Bolsonaro após o resultado das eleições	Folha de S. Paulo / Uol	28/10/2018
Notas e cartas de partidos e associações	Carta aberta da Associação Médica Brasileira – AMB	Diretoria da Associação Médica Brasileira	30/10/2018
	PTB parabeniza Jair Bolsonaro por vitória	Site do Partido Trabalhista Brasileiro	28/10/2018
	Nota do Partido Comunista do Brasil	Site do Partido Comunista do Brasil	28/10/2018
	Nota da CUT	Site do Partido dos Trabalhadores	29/10/2018
	Carta da Sociedade Rural Brasileira ao presidente Jair Bolsonaro	Site da Sociedade Rural Brasileira	28/10/2018
	Carta aberta da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves	Site da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves	29/10/2018
	Nota do Observatório do Clima	Site do Observatório do Clima	28/10/2018
	Nota do Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação	Site do Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação	29/10/2018
	Nota da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil	Site da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do	29/10/2018

		Brasil	
	Nota do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	Site do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	28/10/2018
Pronunciamentos dos candidatos não eleitos no	Pronunciamento de Fernando Haddad após resultado das eleições	G1	28/10/2018
	Nota de Cabo Daciolo	Twitter	29/10/2018
	Nota de Henrique Meireles	Twitter	28/10/2018
	Nota de Eymael	Twitter	29/10/2018
	Nota de Marina Silva	Facebook	28/10/2018
	Nota de Ciro Gomes	Instagram	29/10/2018
	Nota de Manuela D'Ávila	Instagram	28/10/2018
	Notas de Geraldo Alckmin	Twitter	28/10/2018
	Notas de João Amoêdo	Twitter	28/10/2018
	Nota de Álvaro Dias	Facebook	28/10/2018

Dessa forma, em nosso **Capítulo 1**, apresentaremos uma perspectiva sociopolítica que possibilite compreender como o ressentimento eclodiu na sociedade brasileira. Vislumbramos com ele compreender, a partir da teoria e da filosofia políticas, a maneira segundo a qual o ser humano, configurado enquanto um *eu (nós)* posiciona-se em relação a um *outro (eles)* do qual divirja devido a razões que envolvam suas *diferenças* e, com elas, as emoções que lhes são derivadas. Buscaremos relacionar esses estudos ao pensamento bakhtiniano, sem o qual não encontramos possibilidade de verificar como tais posicionamentos ocorrem na interação.

O **Capítulo 2** será constituído pelo estudo das emoções, a fim de melhor compreendermos sua natureza e diversidade, pois são elas componentes do ressentimento. Tratam-se de estudos oriundos da Antropologia, Psicologia, Pragmática, Retórica e Análise do Discurso. O estudo relativo às emoções nos possibilitará compreender como o ressentimento, entendido enquanto um conjunto de emoções hostis ao *outro*, pode ser manifestado em discurso.

Somente após essa explicação passaremos ao **Capítulo 3**, dedicado à investigação da história e da teorização do ressentimento, onde trataremos de seus principais autores.

Abordaremos também a revisão parcial encontrada em estudiosos da Sociologia, Psicologia e Análise do Discurso. Neste capítulo, o ressentimento poderá ser compreendido de modos plurais a fim de que cheguemos a uma melhor compreensão a seu respeito.

No **Capítulo 4**, buscaremos contextualizar a situação em que o *corpus* se situa, a partir de um apanhado sócio-histórico, essencial para compreender os textos analisados no **Capítulo 5**. Neste, apresentaremos o conceito de *vitimização*, um modo de *se* ver ou de ver ao *outro* essencial para que ocorra o ressentimento. Será também neste capítulo que analisaremos os excertos de cada texto, individualmente e relacionando um ao outro, o que faremos com base nos procedimentos teóricos vistos em cada capítulo da tese.

Acreditamos ser esperado que o pesquisador demonstre possuir imparcialidade em relação ao objeto tratado – o que consideramos inviável em uma disciplina como a nossa, haja vista o alerta de Maingueneau, realizado há quase três décadas. Nele, o autor retira-nos a ilusão de neutralidade que pode ser interpretada por meio do nome de uma disciplina intitulada “Análise do Discurso”, isso porque, conforme seu ponto de vista: “*les études sur le discours sont aussi du discours*”³ (1995, p. 5).

3 **Tradução nossa:** “Os estudos sobre o discurso também são discurso”.

Capítulo 1

1 O CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO E A POLARIZAÇÃO SOCIAL

Apresentaremos, neste primeiro capítulo, um embasamento sociopolítico para a leitura de textos pós-eleitorais do ano de 2018, no Brasil, a fim de melhor compreendermos o modo como as partes favoráveis e contrárias ao presidente eleito, Jair Bolsonaro, argumentavam acerca de *si* e do *outro* (este último, aqui concebido como quem o *eu* considera contrário às suas crenças). Isso nos possibilitará uma melhor compreensão, nos capítulos seguintes, acerca da maneira pela qual se manifestam discursivamente as emoções. Além disso, procuramos aqui averiguar brevemente como, em alguns períodos da história do Brasil, em que tenha havido uma relação explícita de aversão ao *outro*, deu-se a formulação das imagens de *si* e desse *outro*, ao qual o *eu* está obrigatoriamente ligado em um mundo no qual precisa conviver junto a ele, no qual todos desempenhamos papéis políticos.

Não obstante, objetivamos, sem nos aprofundar desnecessariamente, compreender o cenário político brasileiro contemporâneo, ainda que para isso precisemos adentrar em aparatos teóricos sobre o funcionamento do político e da política (ARENDR, 2010b; MOUFFE, 2015), como modo de organização social. Nesse cenário, o *ressentimento*, ao qual cremos estar relacionada à história do povo brasileiro, bem como de muitos outros, teria se instalado nas interações verbais cotidianas, se crermos que nelas (verbalizadas ou não) nada se perde (BAKHTIN, 2011, 2014; BAKHTIN (VOLOCHÍNOV), 2010).

A pesquisa proposta é necessária para compreender o desejo de “resgate”, verbalizado nas interações pós-eleitorais de 2018, de valores familiares, religiosos e patrióticos, defendidos por grupos classificados, por si próprios ou pelos seus opositores, como *direita*. Do mesmo modo, ocorre com a manifestação pelo desejo de reparação de males históricos sofridos por grupos oprimidos, os quais foram afirmados por aqueles que se intitularam como *esquerda*, ou assim foram chamados por grupos adversários.

1.1 Impressões sobre o *dialogismo* e a argumentação no discurso

Em 2018, o Brasil viveu o auge de um conflito entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e Jair Bolsonaro. Cada uma dessas figuras, correspondeu ao extremo de uma polarização política iniciada anos antes, não por um evento exclusivo, mas por uma sucessão de eventos. De um lado, o PT apareceu como o representante daqueles que desejavam o retorno de um Estado voltado às políticas sociais e de proteção às minorias, de outro, Bolsonaro representava os valores da tradição, da família e da anticorrupção.

Cada uma das partes expôs argumentos a fim de sustentar sua tese e, com isso, influenciar o *outro* a aderir seu ponto de vista. No entanto, um conflito que envolveu o apelo a emoções negativas direcionadas ao *outro*, bem como à *vitimização* de si sustentou as “manifestações verbais” daquele período. Tratou-se de um momento significativo na recente democracia brasileira, em que grupos apoiadores de ambos os candidatos se uniram a fim de fazer oposição ao candidato adversário, formando, assim, a união de grupos (o *nós*) que intencionavam deslegitimar a fala dos demais (o *eles*).

Não obstante, objetivamos, sem nos aprofundar desnecessariamente, compreender o cenário político brasileiro contemporâneo, ainda que para isso precisemos adentrar em aparatos teóricos sobre o funcionamento do político e da política (ARENDDT, 2010b; MOUFFE, 2015), como modo de organização social. Nesse cenário, o *ressentimento*, ao qual acreditamos estar relacionada a história do povo brasileiro, bem como de muitos outros, teria se instalado nas interações verbais cotidianas, pois na linguagem nada se perde (BAKHTIN, 2014).

A partir dessas considerações, compreendemos que o ressentimento não emerge espontaneamente no seio social, pois existem aqueles que são seus instigadores. Foi a partir dessa constatação que surgiu a ideia de tratá-lo como tema para uma tese. A ideia vinha desde a elaboração de nossa dissertação de mestrado, quando, estudando o contrato político-eleitoral, no qual abordamos o caso dos *apoiadores*, o estudo do ressentimento no discurso ganhou engajamento de nossa parte ao encontramos autores que respaldavam nosso pensamento. No entanto, um longo caminho estava para ser trilhado a fim de

compreendermos se era possível abordar o ressentimento a partir de uma análise argumentativa do discurso.

Foi durante a pesquisa para a escrita de nossa dissertação de mestrado (PEIXOTO, 2014) que nos interessamos por uma compreensão acerca do modo como ocorre na sociedade a divisão entre o desejo da “permanência”, mais ligado às políticas de direita, e o da “mudança”, que acreditamos ligado às de esquerda. Por esse motivo, fomos levados ao estudo das teorias *contratualistas* que lidavam com a *fundação* das sociedades políticas, sobre como os homens poderiam ter começado a relacionar-se com seus semelhantes humanos e igualmente como mantiveram entre si tais relações em uma sociedade, por sua vez, política. Buscamos compreender como sujeitos, muitas vezes situados em extremos opostos do pensamento político, poderiam interagir sem que houvesse agressão física.

Na continuidade de nossa pesquisa, após o trabalho realizado na dissertação, engajamo-nos com os escritos de autores diversos, os quais anteriormente conhecíamos apenas superficialmente, a exemplo de Bakhtin e de Volochinov (2001, 2011, 2014), sobre o dialogismo, o que nos apresentou esse modo singular de analisar uma argumentação, a partir da qual não somente o eu, mas também o outro possui um papel de destaque. Percebemos que muitas das ideias que intencionávamos apresentar encontravam-se presentes nos escritos não somente destes, mas também de outros autores que se debruçam nas diferentes linhas da Análise do Discurso, ainda que seus nomes, em alguns momentos, não estejam presentes, de modo explícito, sendo alguns destes: Amossy (2010), Lima (2006) e Charaudeau (2006b, 2008a, 2008b).

As ideias de Bakhtin e de Volochinov, muitas vezes já diluídas nos escritos de outros estudiosos, dada a importância desses pensadores, tornaram-se uma fonte importante para nossas pesquisas, já que mostravam a existência de muitos *eus* e de muitos *outros* no enunciado e na enunciação. Igualmente intrigante para nós foi a concepção bakhtiniana de que, na enunciação, diferentes vozes ressoam – algo que não era evidente, mas passou a ser. O que houve foi a tomada de consciência, de nossa parte, do que, como aponta Bakhtin: “Nenhuma enunciação verbalizada pode ser atribuída exclusivamente a quem a enunciou: *é produto da interação entre falantes* e, em termos mais amplos, produto de toda uma situação social em que ela surgiu” (2001, p. 80 [itálicos do autor]).

Compreendemos que, discursivamente, o *eu* não existiria sem o *outro* – ainda que o negando, o odiando ou desejando seu desaparecimento, como ocorre no ressentimento –, que a voz de um estaria imersa na do outro e que o singular seria unicamente uma necessidade gramatical. Este modo de pensar constituiu algo bastante relevante para nossa visão acerca do ressentimento no *discurso argumentativo*, já que começamos a encarar o enunciado como o produto de uma enunciação que nos obriga a interpretar o dito mediante sua historicidade, a relação ideológica inconsciente⁴ entre os interlocutores, assim como por meio dos aspectos emocionais relacionados a esses itens. Como afirma Bakhtin:

Pois todo discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por sua névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele. O objeto está amarrado e penetrado por ideias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outros e por entonações. Orientado para o seu objeto, o discurso penetra neste meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações. Ele se entrelaça com eles em interações complexas, fundindo-se com uns, isolando-se de outros, cruzando com terceiros; e tudo isso pode formar substancialmente o discurso, penetrar em todos os seus estratos semânticos, tornar complexa a sua expressão, influenciar todo o seu aspecto estilístico. (BAKHTIN, 2014, p. 86)

Conforme o pensamento bakhtiniano, sempre encontramos o “já dito” no discurso, de maneiras diversificadas, a exemplo do gênero por meio do qual o discurso se manifesta em texto. Ora, conforme acredita Amossy (2010, 2018b), a existência de um sistema consciente ou inconsciente, que inclui a escolha do *gênero discursivo*, do *léxico*, do *discurso de outrem*, além de outros elementos similares está por trás do que faz com que todo discurso seja, de alguma maneira, argumentativo. Essa concepção nos faz adquirir a consciência de que uma análise argumentativa do discurso não considera como argumentativos somente os textos considerados como tais pela tradição, ou seja, aqueles em que há uma intenção de persuadir o alocutário, em que são utilizados os argumentos concebidos pela retomada da tradição retórica, como acontece com os discursos político, jurídico, filosófico ou midiático. Pelo contrário, segundo ela, todo discurso é, de algum modo, argumentativo.

4 Trata-se do papel prévio que o *eu* e o *outro* atribuem cada qual a si.

Bakhtin (2001, 2011, 2014; 2010), dentre diversos autores, é uma inspiração tanto para Amossy (2018a) quanto para Lima (2006) e suas concepções sobre um discurso de caráter argumentativo. Esses autores nos afirmam que cada discurso existente constitui uma fonte de inúmeras vozes ressonantes, de interpretações pressupostas a partir das crenças apresentadas no seio do discurso. Dessa forma, não haveria textos “imaculados”, uma vez que, por meio do dialogismo, somos impossibilitadores de compreender um texto como intocado por outros, pelo diálogo entre leituras atuais e passadas, por pontos de vista outrora expressos, mas que são utilizados novamente a fim de permitir que o projeto de influência a partir do qual um texto foi produzido seja efetivado.

É pensando nesses diferentes graus de argumentatividade que Amossy (2010) elabora uma importante distinção entre “finalidade” (*visée*) e “dimensão” (*dimension*) argumentativas, ou seja, uma concepção *restrita* e uma concepção *ampla* de argumentação⁵ (AMOSSY, 2018b), o que Lima (2006) destaca na abordagem das *dimensões do discurso argumentativo*, em um ciclo que obriga uma a depender da outra (dimensão *patêmica*, dimensão das *imagens de si* e do *outro*, dimensão *demonstrativa*).

1.2 Da dissertação à tese: novos caminhos

Quando decidimos analisar o *contrato de comunicação* político-eleitoral (PEIXOTO, 2014), o fizemos por ele ser uma forma de fundação das sociedades políticas, em especial, no Brasil, renovado a cada quatro anos. A partir do seu estudo, verificamos já naquele momento marcas do ressentimento no material analisado, a exemplo da *vitimização*, pela qual nos interessaríamos posteriormente. A partir de então, chegamos na dissertação a um *corpus* constituído por vídeos político-eleitorais, do ano de 2010, tanto de Dilma Rousseff, candidata à Presidência da República, quanto de Jaques Wagner, candidato à reeleição ao governo do

5 Os termos originalmente utilizados pela autora para afirma que todos os discursos possuem algum grau de argumentatividade são *visée* e *dimension* (AMOSSY, 2010, p. 5). Enquanto a *visée* comporta discursos relacionados a gêneros com intenção persuasiva, a *dimension* refere-se ao fato de que quaisquer gêneros, independente de terem uma intenção de persuadir, orientam o interlocutor a adotar uma certa visão de mundo.

Estado da Bahia.

Investigávamos como e se os *apoiadores* poderiam criar uma boa imagem do candidato por eles apoiado, haja vista que, em muitas propagandas analisadas, o candidato nem mesmo aparecia. Nossas análises concerniam às candidaturas de indivíduos filiados ao Partido dos Trabalhados (PT), o qual seria mais tarde o principal partido político atacado por Jair Bolsonaro e por seus *apoiadores* nas eleições de 2018.

Usamos como critério para a seleção do *corpus* a presença, nos vídeos, do presidente ainda em exercício Luís Inácio Lula da Silva, o qual aparecia mais do que qualquer outro *apoiador*. Ele havia, inclusive, inaugurado a propaganda televisiva de Dilma Rousseff, ao surgir primeiro do que a própria candidata no primeiro vídeo de propaganda eleitoral televisiva. A importância dessa aparição deveu-se ao fato de os vídeos veiculados no horário eleitoral televisivo ainda constituírem, à época, o mais importante modo de propagação da plataforma dos candidatos⁶, apesar de neles vermos mais uma tentativa de sedução por sorrisos, apertos de mãos e beijos em crianças do que efetivamente propostas de governo.

A partir do nosso estudo, chegamos ao termo “apoiadores”, ou seja, aqueles que argumentam em favor do candidato. Encontramos, por um lado, os *apoiadores comuns*, constituídos por sujeitos não conhecidos publicamente, em grande escala, como a “dona de casa”, o “engenheiro”, o “pedreiro” e o “agricultor”, os quais aparecem nos vídeos com o propósito de emocionar o alocutário idealizado pelo *contrato de comunicação* em questão. Esses apoiadores enunciam agradecimentos ao candidato, seja pela água que antes de sua administração não havia chegado à região habitada, pelo emprego conquistado, pela saúde melhorada, pela merenda escolar etc. Nos vídeos em questão, o que se apresenta é a busca por uma “dignidade perdida”, sempre almejada pelos pobres (ARENDR, 2011).

Os *apoiadores de prestígio*, por sua vez, são constituídos por sujeitos conhecidos em razão de sua fama ou importância em um meio social específico. São os “representantes de partidos”, “associações”, “organizações” e outros. Trata-se de indivíduos dotados de alguma relevância cultural, intelectual, financeira e afins. Tais apoiadores possuem seu nome posto na tela, ao contrário do que ocorre com os *apoiadores comuns*, designados unicamente pela profissão, quando isso é feito. Entretanto, o cidadão-eleitor (alocutário efetivo em relação ao

6 Posteriormente, as redes sociais, como *Facebook*, *WhatsApp*, *Instagram*, *Twitter* e *YouTube*, centralizariam uma parcela relevante das propagandas eleitorais.

eleitor-telespectador) poderia também se identificar com o apoiador por sua fisionomia, pela região habitada, idade, cor da pele, modo de falar etc., já que esses elementos são disponibilizados nas propagandas.

A estratégia de o eleitor-telespectador identificar-se com o candidato devido à aparição dos apoiadores ao seu lado ou falando acerca deles, mesmo sem propostas, condizia com o que Barthes designou, como a “*efígie* do candidato” (BARTHES, 2001 [1957]), ou seja, a representação de sua imagem, tal como é desejado pelo candidato, que o *outro* lhe veja. Afirma Barthes:

a fotografia possui um poder de conversão que se deve analisar. Para começar, a efigie do candidato estabelece um elo pessoal entre ele e os seus eleitores; o candidato não propõe apenas um programa, mas também um clima físico, um conjunto de opções cotidianas expressas numa morfologia, um modo de vestir, uma pose. A fotografia tende, assim, a estabelecer o fundo paternalista das eleições, a sua natureza “representativa”, desvirtuada pelo voto proporcional e pelo reino dos partidos (a direita parece utilizá-la mais do que a esquerda). Na medida em que a fotografia é elipse da linguagem e condensação de todo um “inefável” social, constitui uma arma anti-intelectual, tende a escamotear a “política” (isto é, um conjunto de problemas e de soluções) em proveito de uma “maneira de ser”, de um estatuto social e moral. (BARTHES, 2001, p. 102-103 [1957]).

Seja o presidente russo, Vladimir Putin, tomando banho de sol ou andando a cavalo a fim de mostrar-se como um homem *viril* (figura 1), ou Jair Bolsonaro apontando os dedos em forma de arma de fogo (figura 5), com o mesmo intuito, ou ainda o ex-presidente Lula, candidato à reeleição, em 2006, posando junto ao candidato ao Governo do Estado da Bahia, Jaques Wagner (figura 6), intencionando construir imagens diversas (de amizade, patriotismo, progresso etc.), todos buscam estabelecer uma *efígie* para os cidadãos-eleitores.

Figura 1 – Presidente russo, Vladimir Putin, pescando e andando a cavalo



Fonte: G1⁷

Figura 2 – Deputado Jair Bolsonaro gesticulando arma de fogo com os dedos



Fonte: Estado de Minas⁸

7 Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL88224-5602.00-PUTIN+ATACA+DE+RAMBO+NA+SIBERIA.html>. Acesso em 27 de maio de 2022.

8 Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/10/09/interna_politica.907184/bolsonarodefende-pistola-50-brasil-evitar-condenacao-de-policia.html. Acesso em 27 de maio de 2022.

Figura 3 – Lula e Wagner em panfleto eleitoral



Fonte: Cartaz distribuído nas ruas durante eleições de 2006

Tal como ocorre com panfletos, fotografias de jornais, propagandas televisivas e redes sociais, todo uso da linguagem realizado pelo político visa criar uma imagem com propósitos de *identificação*, seja um candidato ou alguém que já esteja no exercício do cargo, ao qual denominamos *político profissional*. Em razão disso, pouco se costuma tratar dos projetos de governo, havendo em seu lugar a busca pela *identificação*, mediante o que os retóricos antigos e os analistas do discurso contemporâneos designam por *ethos*: a imagem que o orador cria de si próprio a fim de influenciar aqueles a quem se dirige.

Percebe-se, pelos exemplos acima e pelo texto de Barthes, que o político profissional a todo o momento está “em campanha”, procurando sempre conseguir formas de ser eleito e de permanecer no cargo. Ele é a essência de um sujeito que intenciona conquistar seu público mediante ligações que pouco dizem respeito à política governamental, a qual ele exercerá, se eleito, mas com base em estratégias que levem o cidadão-eleitor a afirmar para os outros ou

apenas para si: “Este me representa!”. O que o político realiza, então, é uma fusão entre si próprio e seu eleitorado. O político profissional deixa de ser *eu*, passando a ser um *nós* que o protege, dele é aliado e com ele se funde.

É com base em acontecimentos corriqueiros do mundo político, utilizados pelos candidatos ou pelos profissionais, que procuram criar imagens sedutoras, que Barthes apresenta a “fotografia”, um dos meios mais utilizados para a construção do *ethos* do político:

A fotografia eleitoral é, pois, antes de mais nada, reconhecimento de uma profundidade, de um irracional extensivo à política. O que é exposto, através da fotografia do candidato, não são seus projetos, são suas motivações, todas as circunstâncias familiares, mentais, e até eróticas, todo um estilo de vida de que ele é, simultaneamente, o produto, o exemplo, e a isca. (...) É óbvio que aquilo que a maior parte dos nossos candidatos propõe através de sua efígie é uma posição social, o conforto espetacular das normas familiares, jurídicas, religiosas, a propriedade infusa de certos bens burgueses. (BARTHES, 2001, p. 103 [1957]).

A experiência de mais de uma década com a análise das propagandas eleitorais possibilitou-nos compreender que a estreita distância mantida entre a eleição e a memória desta, após seu término, leva tanto eleitos quanto não eleitos a não modificarem seu ponto de vista acerca do que pensava antes das eleições. Afirmamos isso devido ao nosso *corpus* encontrar-se em um momento limítrofe, no qual a distinção entre o *eu* e o *outro* – ou seja, quem apoiou o eleito e quem não o apoiou durante a campanha –, permanece intacta. Em nosso caso, quem foi contrário ao presidente eleito, permaneceu do mesmo modo, assim como os favoráveis continuavam favoráveis.

Em diversos textos componentes do nosso *corpus*, o *ódio* e a *repulsa* pelo *outro* ainda podem ser vistos, confundindo-se com afirmações como “anseio pelo progresso”, “amor à pátria”, “desejo de que o trabalho seja dado unicamente aos brasileiros” (xenofobia ou patriotismo, conforme o modo de ver), “condenação às faltas de liberdade sobre o próprio corpo”, “sobre a opção sexual”, “sobre o direito à liberdade de expressão”. Contudo, quem seriam esses que manifestavam tais opiniões? Aqui voltamos a ver os *apoiadores de prestígio* em ação, porém não mais em um contexto pré-eleitoral, mas em uma situação na qual não havia mais um público a ser conquistado para angariar os votos.

As situações mais imediatas a ocorrer após o término das eleições constituiu a alegria esperançosa dos vencedores e os diversos medos sentidos pelos derrotados, principalmente em relação às perseguições que o presidente recém-eleito e seus apoiadores poderiam realizar. Tais medos aumentam em tempos nos quais palavras e expressões como *fascismo*, *comunismo*, *ódio à democracia*, *tirania*, *pós-verdade* e *fake news* estão dentre as mais utilizadas⁹, como o foi durante o ano de 2018.

Nessa “dualidade”, existe a manifestação de pontos de vista diversos, pois o *eu* não representa um indivíduo, mas “uma aglomeração de vozes”, assim como ocorre com o *outro*. Levados à teoria do *dialogismo*, vemos ser impossível que o discurso seja concebido por apenas “um” ponto de vista, o do autor, já que as palavras por ele ditas são formadas por retalhos de discursos alheios, como são os casos do “discurso citado”, da “paráfrase”, da “paródia” e da “imitação”. O dialogismo aponta para a incorporação de palavras, acontecimentos e situações que sejam recordadas ou não pelos interlocutores.

Com isso, buscamos interpretar as diversas vozes existentes nos textos que compõem nosso *corpus*, já que, como explica Moirand, o *dialogismo* é um conceito “que se refere às relações que todo enunciado mantém com os enunciados produzidos anteriormente, bem como com os enunciados futuros que poderão os destinatários produzirem.” (2004, p. 160). A partir de um viés *dialógico*, como explicado pela estudiosa, associada a uma concepção argumentativa do discurso, Amossy afirma que:

De fato, haja vista que toda palavra surge no interior de um universo discursivo preexistente, ela responde necessariamente a indagações que perseguem o pensamento contemporâneo e torna-se objeto tanto de controvérsias em sua forma plena como de discussões atenuadas. Todo enunciado confirma, refuta, problematiza posições anteriores, quer tenham sido expressas de modo preciso por um dado interlocutor, ou de modo difuso no interdiscurso contemporâneo. (AMOSSY, 2018a, p. 42).

Ao considerarmos o dialogismo bakhtiniano, compreendemos que todo enunciado é

9 O desejo de vencer o outro a qualquer custo, caracterizando-o como o *mau* encarnado mediante o uso dessas expressões, é um dos motivos que nos fazem acreditar que as eleições daquele ano não se igualaram às de anos anteriores.

sobrecarregado pela *intersubjetividade*, sendo, por isso, constituído de diversas vozes e animado por emoções. Isto porque a subjetividade é axiológica. No domínio discursivo político, os enunciados concernem às causas sociais, ao que se considera correto ou incorreto, às morais, à busca pelo “progresso”, pela “tradição”, pelo bem-estar social, enfim, por elementos que se chocam conforme os alinhamentos grupais.

Na política, há o brilho inconfundível da esperança, mas também do medo, do ódio, do rancor, da espera pelo momento mais apropriado para a ação e, assim, do ressentimento, pois muitas vezes é esquecido o motivo pelo qual se está lutando, acreditando-se, devido à influência preexistentes, apenas que o *outro* é um inimigo e deve ser eliminado por desejar alguma espécie de mal. No entanto, o *eu* não percebe ser um *eu* apenas para si e para seu grupo (constituindo um *nós*), mas não para o grupo oposto (o *eles*).

As palavras acima coadunam com a perspectiva de Arendt (2010b), segundo a qual todo enunciado pertencente ao domínio político necessita de ser contextualizado a fim de que sejam buscados alinhamentos históricos entre o passado e o futuro, os quais seriam causadores da *indignação*, do *ódio*, do *medo*, do *desejo de realizar o mal ao outro*, ainda que indiretamente. O que pode ser realizado, como mero exemplo, a partir das palavras do *outro* em um texto (citações), ou da presença de outro texto dentro do que considero ser *meu* texto (intertextualidade). Como, afirma Bakhtin:

O enunciado existente, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social. Ele também surge desse diálogo como seu prolongamento, como sua réplica, e não sabe de que lado ele se aproxima desse objeto. (BAKHTIN, 2014, p. 86)

A partir do pensamento de Bakhtin, podemos compreender que o enunciado “Sabemos que reorganizar e reconstruir o que foi sucateado pelos governos anteriores não serão tarefas fáceis. Mas, tenha certeza de que poderá contar com os médicos brasileiros para isso.”, emitido pela Associação Médica Brasileira (AMB), em carta aberta ao presidente recém-eleito, Jair Bolsonaro, está associado a um *ódio* recorrente na época de sua enunciação, a

saber: o acolhimento de médicos cubanos no Brasil durante os governos dos presidentes Lula e Dilma Rousseff. Evidentemente, seria impossível chegar a uma conclusão como essa unicamente pelo enunciado apresentado, mas a partir de um suporte teórico, bem como pela análise de outros enunciados, torna-se possível a análise pretendida, a exemplo do que a AMB afirma na mesma carta aberta:

Da mesma forma, compartilhamos sua indignação a respeito do envio de quase 16,5 bilhões de reais para Opas e para a ditadura cubana. Recursos em volumes maiores do que o Ministério da Saúde efetivamente executa na rubrica de investimentos na saúde, conforme SIAFI: menos de 2,9 bilhões de reais em 2017. (**Associação Médica Brasileira (AMB) – em anexo**).

Pode-se argumentar que este enunciado constitui acusações sobre uma má gestão do governo, as quais são livres para se fazer em uma política democrática e podem ser argumentadas de modo eficaz. Contudo, interessa-nos observar que enunciados como os da AMB, dentro do contexto no qual surgem, possuem indícios também de uma argumentação carregada por emoções negativas. Trata-se da *indignação* relacionada ao envio de verbas para um país chamado não por seu nome corretos: “Cuba”, mas por meio de uma adjetivação negativa, relacionada a um regime político “ditadura cubana”. Isoladamente, não há o que se possa denominar como *ressentimento*, mas quando relacionado ao antagonismo ocorrido no contexto de 2018, em relação ao qual o locutor do texto citado se refere, e amparados por uma compreensão teórica do que vem a ser o *ressentimento*, como se verá mais adiante na tese, podemos inferir que sim.

No contexto em que foi enunciada a expressão “ditadura cubana”, ela encontrava-se entrelaçada a ditos anteriores acerca do mesmo assunto, de modo que essa simples expressão, ainda que seja escrita por um indivíduo, é enunciada a partir de uma coletividade, ou seja, de um *nós*, presente em diversos momentos da história, mesmo que sua utilização tenha ganhado nova ênfase na década de 2010. Logo, todo enunciado, mesmo que usufruindo do termo *eu*, é constituído por um *nós*. Igualmente ocorre com o *outro*, o *ele* em relação ao qual o *eu/nós* estabelece vínculos amistosos ou hostis.

Importa-nos, por fim, compreender que o *eu*, suporte para uma pluralidade de vozes, de pontos de vista, e o *outro*, igualmente suporte para essa pluralidade, representam crenças díspares, devido à diversidade de domínios discursivos que se alinham ao *eu* contra um *outro*, em uma situação de conflito, quando certas desigualdades entre estes domínios são deixadas de lado em favor da luta a ser travada. Compreendemos, portanto, que não é um *eu* quem fala nos discursos por nós estudados, mas sempre um *nós*, ainda que haja unicamente um nome assinando em uma carta aberta, em um comunicado, em um e-mail, ou em uma reportagem, pois vozes distintas incluem-se em todas as enunciações, sobretudo, nas conflituosas, talvez as mais propícias para o enraizamento do ressentimento ou de emoções que o constituem. Afinal, cremos, a partir de Bakhtin, que:

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo o discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente esse Adão podia realmente evitar por completo esta mútua-orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano, concreto e histórico, isso não é possível: só em certa medida e convencionalmente é que pode dela se afastar. (BAKHTIN, 2014, p. 88)

Dessa forma, qualquer enunciado existente é a reformulação de um enunciado anterior, o qual, por sua vez, é a reformulação de outro e assim por diante, não havendo possibilidade de encontramos aquele que, de algum modo, foi o primeiro enunciado. Traçar tal curso é impossível, sendo, por isso, unicamente viável contextualizar o uso de alguns destes em nosso *corpus*.

1.3 A pluralidade humana e a política

Os seres humanos, enquanto seres políticos, sentem necessidade tanto de conservar

quanto de modificar o que foi adquirido, uma vez que o funcionamento da sociedade requer a estabilidade e a renovação. Essa necessidade não ocorre no meio político profissional, mas no político enquanto modo de os seres humanos organizarem-se em grupos, debaterem ideias, procurarem o melhor para a sociedade, a fim de sobreviverem. Ao mesmo tempo em que cuidam do presente, tentam conservar o passado e consideram as necessidades para que a espécie permaneça no futuro.

Tais seres, diferentes de todos os outros que existem no planeta, somente podem manter a Terra existindo para as demais gerações, porque possuem a capacidade de raciocinar e de discutir as coisas mundanas uns com os outros, assim como fizeram os que viveram antes do seu nascimento. Por isso, é necessário que façam o mesmo, ainda que, como veremos, os humanos se diferenciem em tudo, exceto quanto à plena consciência de que, enquanto estiverem vivos, não há, até o presente momento, outro planeta para habitarem¹⁰.

Nós, humanos, podemos nos matar, explorar-nos, como sempre o fizemos, porém somos capazes de nos juntar em razão de nos preocuparmos com a conservação do planeta, a exemplo do que ocorreu durante a Guerra Fria, quando nações não se atacavam para que não houvesse uma extinção global dos seres humanos em uma guerra nuclear. Não atingimos consciência massiva sobre o impacto que as descobertas científicas e a industrialização podem causar em nossa atual casa, a Terra, nem sabemos se um dia adquiriremos tal consciência, mas diretamente nos preocupamos com o único lar que conhecemos em todo o universo.

Compreendemos, a partir da visão de Arendt, uma das principais filósofas políticas do século XX (ou “teórica política”, como ela preferia ser chamada), que é por meio da política que adquirimos essa consciência, pois, por meio dela, os seres humanos, diferentes em tudo, tratam dos assuntos relacionados à *coisa pública*, àquilo que é comum aos humanos, o que pode ser visto e ouvido por todos, ou, conforme suas próprias palavras, à “coexistência e associação de homens *diferentes*” (ARENDR, 2010a, p. 145 [itálico da autora]). Dessa forma, uma sociedade, para ser política, exige o “saber viver” em meio aos demais, ter a capacidade de concordar ou discordar sem que se apele à força física, pois somente existe política no âmbito da discussão verbal e das ações realizadas em conjunto.

É por compreendermos que somos iguais aos demais de nossa espécie para agir por

10 Acerca disso refletirá Arendt (2010b).

meio da *palavra* e dos *atos* e também diferentes de todo ser que existiu, existe ou existirá, que podemos nos assemelhar, mas, concomitantemente, diferenciar-nos. Ou seja, cada ser que fala e que age, apesar de estar imerso em um todo, que é a sociedade, também é único dentro dela, e apenas a política possibilita essa distinção. O ser humano se torna único, ao tomar e utilizar a palavra para tratar da coisa pública, condição para a política, fazendo-nos perceber que este se trata de um ser classificável em um grupo, mas diferente dos demais por seus atributos.

Essa questão nos remete à distinção que Arendt (2010b, p. 12, 226–227), retomando Santo Agostinho (um mestre da retórica), procura realizar em sua filosofia política acerca de “quem” uma pessoa é e do “que” a pessoa é. Ela o faz porque quando nos perguntamos “quem sou eu?”, somos levados a respostas acerca de “o que sou eu?”. “Quem” alguém é constitui algo talvez impossível de ser alcançado pela mente humana, mas “o que” alguém é se torna uma questão política, cujas respostas também são discursivamente relevantes, já que estão ligadas ao mundo da *interação*, do *ethos* e do *pathos* retóricos, do *dialogismo* bakhtiniano, da *enunciação*.

Tomando como simples exemplo o ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, à questão “quem ele é?”, terá como respostas possíveis: um ex-presidente, homem, sociólogo, pai de família, ex-professor, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), duas vezes presidente do Brasil, viúvo, idoso, alguém com fala mansa, um homem corajoso, simpático etc. Logo, nenhuma dessas respostas se aplica à essência de FHC, como costumeiramente é chamado, mas às características da pessoa, não havendo dela mais o que possamos apreender.

A relevância dessas respostas constituirá, por exemplo, o quadro que representa a *situação e o contrato de comunicação*, teorizados por Charaudeau (2008a, 2008b), as informações prévias necessárias para se argumentar, conforme apontam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), os conhecimentos básicos para a construção das imagens do *eu* e do *outro* no discurso, demonstrados por Lima (2006). Mesmo o quadro das *formações imaginárias*, em Pêcheux (1990, p. 83), remete-nos à questão sobre “o que” um sujeito é.

Em um mundo político por excelência, como o pensa Arendt, no qual *tudo é política, exceto a esfera do lar* (2010b, p. 79–80), os seres humanos são levados a agrupar-se conforme os fatores que fazem cada qual semelhante ao outro, a começar pelo que nos é visivelmente

perceptível, como fatores físicos, a exemplo da cor da pele, dos cabelos, estatura e peso. Em outro polo estão semelhanças intelectuais, geralmente reconhecidas pela hierarquia, escolaridade, profissão e idade (quando se admite que os mais velhos são os mais sábios).

Essa divisão entre os seres humanos, feita por eles próprios, possibilita que mais divisões sejam realizadas, pois as diferenças os levam a buscar estar próximos daqueles com quem mais creem possuir uma compatibilidade indicadora de segurança ou comunhão de valores. Dentre tais diferenças, está a luta travada por quem busca não ser escravizado pelos que, devido à genética, possuem maior força física ou por quem, ao longo da história, tenha conseguido melhor se desenvolver militar, política e intelectualmente, de modo a subjugar seus iguais em espécie.

No entanto, como apontado acima, outras razões fazem com que os seres humanos se juntem aos que creem ser seus iguais, ainda que sob critérios diversificados, a exemplo do ódio a um partido político, do apoio a um mesmo candidato ou da crença em uma religião. Não obstante, pode-se também haver agrupamentos devido à crença em uma descendência em comum (“arianos”, “africanos”, “indígenas”, “nordestinos”, “judeus”), devido ao desejo por uma reparação histórica (“a escravização de negros”, “o massacre de índios”, “as mortes pela inquisição”, “o holocausto”), pela proibição ou legalização de algo, como a “liberação da maconha” ou a “legalização do aborto¹¹”.

Essa valoração, na qual o *eu* vê o *outro* como *mau* e a si próprio como *bom* faz parte do que se denomina *ressentimento*. Inicialmente, podemos compreendê-lo a partir de três definições distintas: como uma *mágoa* que se guarda do *outro*, um desejo de exterminá-lo, ou uma incapacidade ou desejo de não esquecer algo de *mau* que o *eu* acredita ter-lhe sido feito por esse *outro*. Procuraremos, aqui, juntar esses três modos de ver o ressentimento a partir de uma interpretação desse termo como uma *constelação emotiva*, na qual cada uma dessas interpretações estaria, de alguma maneira, presentes.

O *ressentimento* instiga uma relação conflituosa entre o *nós* e o *eles* em uma sociedade, seja no domínio religioso, literário, midiático, político (compreendido de modo profissional), jurídico, dentre muitos outros. É a partir do ressentimento que os conflitos

11 Este é um dos melhores exemplos da união dos sujeitos a fim de realizar algo em comum, mesmo que haja diferenças em relação a fatores como renda e escolaridade, o pertencimento a um domínio discursivo específico a exemplo do religioso, do científico, do político de direita ou de esquerda servem como fatores determinantes para o posicionamento dos sujeitos em “favoráveis” ou “contrários” à prática do aborto.

maniqueístas instalam-se em uma sociedade, como mostra Nietzsche, em sua *Genealogia da moral*, sobretudo a partir do parágrafo décimo da obra. O filósofo também nos apresenta modificações desse maniqueísmo, a partir do qual os atributos do *outro* são diabolizados, ao passo que os do *eu* são santificados, o *outro* transforma-se em *algoz*, enquanto o *eu* constitui-se *vítima*.

Os laços que uniriam uma sociedade são conduzidos a um rompimento dualista mediante esse maniqueísmo, configurando a formação de grupos ligados por crenças diversas. Essas, estruturam a maneira como os sujeitos concebem a realidade, levando-os a modelar o mundo em que acreditam estar inseridos, despertando-lhes emoções positivas ou negativas em relação ao outro, por meio da construção argumentativa de textos dos mais variados gêneros discursivos, como o *slogan*, a *carta aberta*, o *pronunciamento em plenário*, a *reportagem televisiva*, a *manchete de jornal*, o *meme* e a *postagem em redes sociais*.

A interação argumentativa entre o *eu* e o *outro* dentro da concepção do sujeito no ressentimento ocorre sem a finalidade de se chegar a uma verdade, mas com o intuito de que o *eu* consiga sempre ter razão em relação àquilo que por ele é afirmado (ANGENOT, 2015). Nesses casos, sempre ocorrerá a formação de grupos que argumentarão seus pontos de vista sem verdadeiramente abrir a possibilidade para que haja a concordância com o modo de ver alheio. Nesse caso, as ideias do *outro* nunca são aceitas, além de também serem combatidas todas aquelas que de algum modo possuem ligação com elas ou com os indivíduos que as proferem.

Apesar de pontos de vista poderem ser debatidos, constituindo uma relação de opostos, uma *dicotomização*, tal como aponta Amossy (2017), o caso de que tratamos não abre espaço para a aceitação dos argumentos do *outro*, pois, ainda que haja um debate aparentemente legítimo, têm-se unicamente uma *polarização* disfarçada de interação, pois os interlocutores, de antemão, não estão dispostos a se compreender. Ocorre um *diálogo de surdos* muitas vezes com a aparência de um debate legítimo, o qual pode ser exemplificado pela afirmação de Angenot, segundo a qual “les humains argumentent constamment, certes, et dans toutes les circonstances, mais à l’évidence ils se persuadent assez peu réciproquement, et rarement.”¹² (ANGENOT, 2008, p. 7).

12 **Tradução nossa:** “os humanos argumentam constantemente, é claro, e em todas as circunstâncias, mas obviamente eles se persuadem muito pouco e raramente.”

A polarização é construída a partir de elementos do passado, os quais servem para criar conflitos com os dilemas enfrentados no presente. Tais elementos podem tratar-se de uma construção ou reconstrução de eventos. Dessa forma, é possível tanto culpabilizar um grupo **A** diretamente por algo (“Por vocês aceitarem a imigração os brasileiros estão sem emprego”) ou culpabilizar tal grupo **A** por algo feito por outro grupo **B**, mas admitindo semelhanças (“Eles são o retorno do comunismo”, ou apenas, “Eles são comunistas”, o que implica degenerações de tipo religioso, econômico, sexual, moral, familiar e cultural).

Esse confronto entre ideias, motivado por uma polarização que não visa à concordância, mas o debate constituído por uma fala cheia e por uma escuta vazia, confronta crenças novas ou reformuladas, acreditando serem ainda estas as mesmas de um passado recente. Tratar-se-iam das crenças que serviram como base para a constituição do fascismo italiano, do nazismo alemão ou do comunismo soviético. No entanto, acreditar no retorno de um passado desagradável, ou odiável, é unicamente uma marca da amargura ressentida, já que as mesmas ideias não retornam como foram utilizadas, embasadas e contextualizadas. Na argumentação, essas projeções servem unicamente como um modo de atacar o *outro*, pois, como afirma Angenot:

O passado é um vasto cemitério de “ideias mortas” produzidas por pessoas desaparecidas. Ideias que, entretanto, foram tomadas, em outro momento ou recentemente, tanto como convincentes, comprováveis, incontestáveis, quanto como importantes, mobilizadoras etc. As ideias com as quais o historiador faz a história são ideias que foram recebidas como credíveis, fundamentadas, “sólidas” e que, no momento em que foram estudadas, encontram-se desvalorizadas ou em vias de desvalorização. Ideias consideradas como inocentes ou nobres e que se tornaram suspeitas *a posteriori* (como no caso da “ideia” comunista). Ideias que em seu tempo foram convincentes, estruturantes, tornaram-se, em outro momento, inúteis e estéreis. Ideias mortas ou mornas no momento em que a história apodera-se delas, ideias que não são nada além de “palavras”. (ANGENOT, 2015, p. 92).

Enquanto isso, a realidade do próprio país fica alheia para os sujeitos que acreditam interagir com os outros. Modelos de política adotados por outros países aparecem como uma sombra assustadora para os cidadãos, daí as comparações realizadas sobre Bolsonaro (presidente do Brasil) ser um outro fascista, como Trump (presidente dos Estados Unidos), ou

Lula (ex-presidente do Brasil) ser um outro comunista, como Maduro (presidente da Venezuela).

Nos momentos em que a política é polarizada por grupos diversificados, que se juntam uns com os outros, formando uma voz única de oposição (eixo **A**) ao *outro* (eixo **B**), há uma maior filiação a um líder do que aos partidos, os quais, mesmo que se desfaçam, são sustentados pela imagem messiânica ou idolatrada do político considerado um exemplo a ser seguido ou um pai do qual se pode esperar uma salvação, um sustento, uma defesa. Por esse motivo, as grandes polarizações de 2018 não foram entre PT e PSL, mas entre Lula e Bolsonaro. Isso também explica por que não houve a perda da popularidade de Bolsonaro quando, assim que eleito, desligou-se do partido pelo qual se elegeu, o PSL.

A política por partidos, segundo teóricos, como Innerarity (2017) ou Arendt (2011), desfaz-se em momentos de crise, como o que vivemos atualmente. Apesar de o pensamento de ambos os autores não ser o mesmo quanto a esses momentos, em algo há uma sutil concordância, muito mais manifesta em Innerarity do que em Arendt, a de que em épocas de crise política, motivadas por fatores diversos, as emoções negativas, principalmente o “ódio” ao *outro*, constituem o primeiro plano sobre o qual giram as discussões. Desse modo, os grupos dividem-se entre *oprimidos* contra *opressores*, entre os *salvadores* contra os *detratores* da pátria, entre os “*virtuosos*” contra os “*degenerados*”.

Innerarity esclarece essa situação, mostrando-nos que não é apenas o *outro* aquele que o *eu* odeia, mas tudo o que esse *outro* representa:

Apesar de todos os matizes que devem ser levados em conta, parece não haver dúvida de que, atualmente, as maiores concentrações de conflito têm a ver com aquilo que poderíamos caracterizar como sendo da ordem do sentimental, se o termo não fosse tão utilizado como sinônimo de irrealidade. A crescente psicologização dos conflitos indica que vivemos em um mundo irritável, desde os níveis mais domésticos até a cena internacional. Em todo lugar podemos ver que o velho combate pela redistribuição está sendo substituído, pelo menos parcialmente, por um conflito que envolve honra e ofensa, e que é travado no plano das representações e dos símbolos. (INNERARITY, 2017, p. 55)

Apesar da cautela inicial que o autor possui em relação às emoções, posteriormente ele

próprio afirmará que vivemos em um mundo globalizado não apenas pela economia e pela mídia, mas também pelo ultraje, uma vez que “qualquer pessoa pode ofender e ser ofendida” (INNERARITY, 2017, p. 56), não por ter sido diretamente atacada, mas porque atacar seu grupo é o mesmo que a atacar. Do mesmo modo, atacar um dos membros do grupo, seria atacar ao grupo como um todo. Logo, os discursos marcados pelo *ódio* e pela *vitimização* são constantes, sendo esses dois elementos, alguns dos marcadores da presença do ressentimento no discurso, sobre o qual posteriormente trataremos.

Poucos são os casos em que um grupo está disposto, de antemão, a concordar com os argumentos daquele que considera como adversário. O principal empecilho para que isso ocorra constitui a visão de que o *outro* é um *algoz*, o qual, se não perseguiu ou fez com que o *nós* (também podendo ser interpretado como o *eu* e o grupo ao qual este se filia) sofresse no passado, certamente o fará em um futuro, já que, conforme a crença do *nós*, o *outro* o tem como um inimigo, e não apenas como um adversário. Essa diferenciação, que Amossy (2017) apreende a partir da teórica política Chantal Mouffe, consiste na visão de que o *adversário* é ouvido e respeitado. O *inimigo*, por outro lado, é visto como um ser que necessita não só do descrédito, mas também da eliminação, pois constitui uma fonte do mal.

A construção do *outro*, dessa maneira, não costuma ser imediata, nem ocorre sem que o contexto o possibilite. Eventos históricos diversos podem estabelecer uma relação entre aquele que se configura para o *nós* como um inimigo por meio de uma ocorrência histórica (a vitória em uma partida de futebol bastaria), uma ameaça, uma sobreposição hierárquica, ou mesmo agressões físicas (KEHL, 2005). Isso ocorre devido ao ressentimento possibilitar o não esquecimento do ocorrido devido aos membros de um grupo instigarem o sujeito ao ódio, à vontade de vingança, à inveja e a outras emoções constitutivas do ressentimento. Descrições de acontecimentos ocorridos podem também colaborar para que, politicamente, o *outro* seja um inimigo, e não apenas um adversário.

Cada caso que provoca o agrupamento dos seres humanos e os leva a amar ou a odiar o *outro* nem sempre é óbvio, mas, em relação ao ressentimento, os teóricos apresentam hipótese diversas que serão apresentadas nos capítulos seguintes. Contudo, em alguns casos torna-se fácil compreender o porquê de haver a união entre indivíduos semelhantes a fim de combater um *outro*, considerado inimigo. Exemplo ocorreu no Brasil republicano, entre os

dias 22 e 27 de novembro de 1910, no que ficou conhecido como a *Revolta da Chibata* (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 330–331). Acontecia que, na marinha brasileira, era costume, por ordem dos comandantes, tratar os marinheiros com chibatadas, a fim de puni-los por quaisquer erros cometidos.

A chibata constituía uma herança da escravidão, utilizada, “convenientemente”, para punir os marinheiros, em sua maioria negros. Durante muito tempo, a tripulação nada fez contra isso, porém, identificando-se por meio de algo em comum, a saber: cor da pele, trabalho, indignação conjunta, rancor, ódio acumulado e agressão física sofrida, rebelou-se quando um tripulante da Marinha do Brasil foi castigado com 250 chibatadas e aprisionado sem direito a tratamento médico. Todos os tripulantes do navio onde esse fato ocorreu foram obrigados a assistir à punição.

A reação se deu por meio da tomada, pelos tripulantes, de vários navios, e por meio de tiros de canhão dados à cidade do Rio de Janeiro, com a finalidade única de advertir a alta cúpula da marinha de que os castigos físicos não mais seriam tolerados. O governo cedeu, os navios foram devolvidos, mas 22 dos líderes do movimento foram presos e agredidos, até que, devido às agressões, houve o óbito de 20 deles.

Muitos outros motivos, além da revolta contra algo imediato, podem levar os seres humanos a dividirem-se e declararem o *outro* como seu “não igual” – *concorrente* ou *inimigo* –, chegando ao ponto de odiá-lo. Nem sempre existe uma agressão física, como no caso da Revolta da Chibata, mas um simples desejo de não ser tratado como igual ao *outro*, por se acreditar superior, inferior, mais justo etc. Em essência, trata-se unicamente de uma manifestação do tipo: “Sou-lhe contrário porque você não compartilha dos meus valores, da minha trajetória, da minha religião, dos meus gostos”. Somo-lhes contrários por vocês serem um “*não nós*”, sendo esse, essencialmente, o *outro* do ressentimento.

As divisões existentes entre grupos ocorrem costumeiramente por causa de perseguições passadas ou pelo receio das futuras, ou ainda, devido ao desejo de um grupo sobrepor-se ao outro. Essas diferenças são modelos estritamente relacionados com as condições sócio-históricas em que os homens vivem. Logo, os valores, as repulsas e as afinidades, o que se crê correto e incorreto, os amores e ódios entre os diferentes modos de conceber o mundo, fazem com que o distanciamento entre o *nós* e o *eles* seja compreendido

como decorrente das diferentes crenças que moldam a visão de mundo dos grupos.

Tais crenças são compreendidas, em momentos de crise, como a única verdade existente, uma vez que a divisão polarizada entre o *nós* e o *eles* é mais perceptível em momentos de crise. Em outros, o que encontramos são divisões e subdivisões dos sujeitos, quando relacionados aos diversos domínios do discurso. Durante as crises, no entanto, as diferenças entre estes são postas de lado, a fim de atacar e contra-atacar um inimigo em comum: o *outro*, o *não eu*, o *não nós*.

Isto posto, voltando ao exemplo das chibatadas, temos que, apesar de os oficiais dos navios as compreenderem como um castigo físico, utilizavam-nas principalmente como uma forma de educar os marinheiros a permanecerem dóceis para com seus ordenadores, a reconhecerem que possuíam um lugar, aquele em que se encontravam, sendo esse abaixo dos seus superiores, os oficiais brancos. Ocorre que os marinheiros não eram mais escravos, porém a esfera dominante ainda desejava mantê-los subordinados como se fossem.

O “princípio educativo” das chibatadas, explica o porquê de os marinheiros serem obrigados a assistir um de seus membros ser punido com 250 delas. Schwarcz e Starling nos apresentam o contexto sobre como os senhores de escravos – no navio representando pelos oficiais (brancos) – utilizavam-se da estratégia educativa do amedrontamento do negro e do mestiço, assim como do não reconhecimento deste como possuidor de um corpo próprio, mas como um corpo pertencente ao senhor:

Padecer com a arbitrariedade e o abuso dos senhores era moeda corrente, e mulheres escravizadas não poucas vezes foram vítimas do sadismo deles. *Seu corpo não era apropriado apenas como produtor de riqueza, mas também como instrumento de prazer, gozo e culpa* no caso dos proprietários, e de ódio, por conta dos ciúmes das senhoras. Aqui aparece pintada, e com tintas fortes, a sexualidade exercida na intimidade da alcova escravista: o autoritarismo senhorial aí se encontrava com a “aparente” *passividade* da mulher escravizada, a qual era antes uma *rendição apavorada*. Conforme escreveu Antonil, os escravos eram tratados com três PPP, a saber: pau, pão e pano. *Os senhores brancos sabiam ser minoria e tinham consciência de que só sob um clima de medo premeditado poderiam controlar seus cativos* (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 93 [itálicos nossos]).

Utilizamo-nos da *Revolta da chibata* para exemplificar que as crenças dos sujeitos

derivam, em parte, de sua relação com o *outro*, dos aspectos associados às emoções com ele estabelecidas – o ódio, a amizade, a inveja. O modo como cada sujeito projeta a imagem desse *outro* é essencial para isso, pois implica enunciar: “Quem é ele para mim?” e “Quem sou eu para ele”. Contudo, essas não são respostas simples, já que constituem visões psico-sócio-históricas dos acontecimentos, mas são justamente elas as que trabalhamos no território da Análise do Discurso.

Assim, em uma sociedade de sujeitos que, “hipoteticamente”, podem posicionar-se livremente quanto à *coisa pública*, como ocorre com a brasileira, na qual “todos possuem uma voz supostamente livre” (salvo nos casos de transgressão legal, como as ameaças de morte), as manifestações acerca de divergências históricas e sociais entre os sujeitos tornam-se verbalmente manifestas, como podemos perceber pela definição pecheutiana de *formações discursivas*. Acerca disso, explica-nos ele:

se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente “evidentes” – conforme se referirem a esta ou aquela formação discursiva, é porque – vamos repetir – uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. De modo correlato, se se admite que as *mesmas* palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a uma outra, é necessário também admitir que palavras expressões e proposições *literalmente diferentes* podem, no interior de uma formação discursiva dada, “ter o mesmo sentido”, o que – se estamos sendo bem compreendidos – representa, na verdade, a condição para que cada elemento (palavra, expressão ou proposição) seja dotado de sentido. (PÊCHEUX, 2014, p. 147–148).

Vemos nas palavras de Pêcheux acerca da *formação discursiva*, nesse contexto, um auxílio para compreender o embate entre crenças opostas, possibilitando-nos realizar uma melhor interpretação da ligação entre o *eu* e o *outro*, ou, constituídos em grupo, entre o *nós* e o *eles* no ressentimento. Esse relacionamento concernirá, em nosso caso, ao “político”, compreendido a partir da visão teórica de Mouffe (uma das bases segundo as quais Amossy (2017) estabelece seu conceito de *adversário*, na polêmica), sobretudo em sua obra *Sobre o*

político (MOUFFE, 2015).

Em seus estudos, Mouffe elabora uma visão política a partir de dois princípios. Conforme o primeiro, é preciso diferenciar “a política” e “o político”, os quais devem ser interpretados de modos diferentes. A partir dessa divisão, a autora determina uma divisão entre a gestão dos assuntos públicos, em uma sociedade, e o exercício da divergência entre os sujeitos, na mesma. Ela nos explica tal distinção da seguinte maneira:

Mais precisamente, é assim que diferencio “o político” da “política”: entendo por “o político” a dimensão de antagonismo que considero constitutiva das sociedades humanas, enquanto entendo por “política” o conjunto de práticas e instituições por meio das quais uma ordem é criada, organizando a coexistência humana no contexto conflituoso produzido pelo político. (MOUFFE, 2015, n/p.).

A autora convida-nos aqui a distinguir o sustentáculo da democracia. Trata-se de uma definição que compreende “a política” como a gestão da *coisa pública* e “o político” como a reflexão da batalha antagonica entre o *nós* e o *eles*. “O político”, portanto, constitui, para Mouffe, algo que poderia deteriorar a convivência entre aqueles que Arendt (2010a, 2010b) compreende serem iguais, já que, para a alemã, seria impossível haver política senão entre iguais, os quais, com *atos e palavras (speech)* dariam origem ao *poder* (político). Arendt não pensa em uma divisão entre *a política* e *o político*, como o faz Mouffe.

Ao tratar do pensamento político, estabelecendo a distinção acima explicada, Mouffe interessa-se por trabalhar mais com “o político” do que com “a política”, isso porque haveria, na sociedade contemporânea, o predomínio de um *liberalismo* que consegue colocar o indivíduo acima do coletivo. Segundo Mouffe (2015), o liberalismo seria incapaz de reconhecer a totalidade do antagonismo, existente na sociedade, por isso, compreenderia que, devido aos inúmeros pontos de vista existentes, apenas alguns desses antagonismos seriam possíveis. Portanto, a única distinção passível de ser realizada consistiria em diferenciar “amigo” e “inimigo” nesse liberalismo, de cunho moral.

Mouffe (2015) chama-nos a atenção para que, querendo ou não, a divisão entre o *nós* e o *eles* ocorre em uma sociedade política. Em virtude disso, seria necessário que essa divisão

acontecesse de forma a ser compatível com uma política democrática, na qual há diferenças, porém sem inimizades, e que o Estado estivesse conciliado, ao contrário de ser um negador do antagonismo político, tal como ocorre. Ainda nos é explicado por essa teórica política que:

Nunca somos confrontados com oposições “nós/eles” que expressem identidades essencialistas preexistentes ao processo de identificação. Além do mais, uma vez que, como enfatizei, o “eles” representa a condição de possibilidade do “nós”, sua “exterioridade constitutiva”, *isso quer dizer que a constituição de um “nós” específico depende sempre do tipo de “eles” do qual o “nós” se diferencia*. Essa questão é crucial, porque nos permite imaginar a possibilidade de haver diferentes tipos de relação nós/eles, segundo a forma como o “eles” for construído. (MOUFFE, 2015, n.p. [itálicos nossos]).

Uma vez que o *eles* determina quem será politicamente o *nós*, não é possível apontar de antemão as identidades dos sujeitos, estando elas condicionadas a cada *situação de comunicação*. Isso também ocorre pelo fato de o *nós* ser uma realidade de discurso, bem como o *eles*, o *eu* e o *outro*. É na esfera discursiva que conseguiremos distinguir como cada um concebe a *si* e aos demais.

Sempre que um grupo acredita ser mais forte, ou uma sociedade é atingida pela tribulação (como a Alemanha após a Primeira Guerra Mundial), um alvo é apontado como motivo para a degradação ou como culpado pelo mal que atinge a sociedade. Por isso, tal grupo é passível de sofrer perseguição, principalmente quando emoções negativas (*rancor, ódio, inveja, desejo de vingança, indignação, ciúme* etc.) são crescentes, sendo essas algumas das principais formas para o estabelecimento da divisão entre o *eu* e o *outro*, assim como para o crescimento e a manutenção da *constelação emotiva do ressentimento*¹³ entre os grupos membros do corpo social.

É assim que percebemos ocorrer a política entre o *nós* e o *eles*, uma política de contrários, a qual gera debates inflamados e acusações sem prova. Isso acontece a ponto de possibilitar, à guisa de exemplo, que o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) procure criar imagens e provocar emoções positivas no alocutário, afirmando em uma *carta aberta*, publicada após o resultado das eleições de 2018, o texto a seguir:

13 Explicaremos acerca dessa expressão no capítulo terceiro.

Além disso, confiamos que o governo Bolsonaro irá reduzir os impostos e os gastos públicos, ser justo com os municípios e proporcionar às nossas crianças educação de verdade e com qualidade. E mais: que buscará a união e a pacificação do Brasil, no qual os valores, as crenças, a identidade e a independência do nosso povo sejam respeitados. (**“PTB parabeniza Jair Bolsonaro por vitória” – em anexo**).

Por meio de sua manifestação, o PTB nega algo de relevante e de bom que tenha sido feito por governos passados, apontando a figura de Bolsonaro como a do “salvador”, que possibilitará tempos de abundância, enquanto o *outro* apenas gerou degradação. Quem, porém, é esse *outro*? Trata-se de uma construção que somente uma análise discursiva poderá revelar.

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) realiza o contrário do que faz o PTB, pois estabelece uma relação oposta à daquele partido para com a figura do presidente eleito em 2018. Trata-se aqui de criar a figura de um Bolsonaro não confiável, perigoso, e, por essa razão, devendo ser temido por toda a população brasileira, mesmo a que o apoiou. Na carta aberta, assinada pela presidente do PCdoB à época, a deputada federal Luciana Santos, a autora procura configurar a periculosidade do presidente recém-eleito apontando-o como um ditador, alguém que ameaça a jovem democracia brasileira, a soberania das instituições:

A eleição de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais instaura um novo período político no país, marcado por ameaças à democracia, ao patrimônio nacional, à soberania da nação e aos direitos do povo. Foi eleito um presidente da República declaradamente determinado a instaurar um governo de conteúdo ditatorial, para implementar, a ferro e fogo, um programa ultraliberal e neocolonial. (**“Ampla união em defesa da democracia, do Brasil e dos direitos do povo” – em anexo**).

As divergências de opinião que levam ao conflito verbal e à formulação dos diferentes modos de pensar ocorrem por motivos variados, dentre eles o fato de uma opinião não ser compartilhada com o outro, bem como devido à incapacidade de o *eu* e o *outro* aceitarem

pensamentos contrários aos seus. O *eu* julga e sente pelo *outro* emoções derivadas das crenças existentes nos grupos aos quais o *eu* pertence, por essa razão não consegue com o *outro* concordar. A depender da situação política em que uma sociedade está imersa, o *eu* nem mesmo está predisposto a concordar com o *outro*, a interpretar seu posicionamento sobre uma dada questão. Não obstante, caso uma sociedade esteja imersa em ressentimentos variados, os ataques serão comuns, o que predispõe ainda mais a não concordância com qualquer opinião do *outro*, o *não-eu*, o *não-nós*.

Até esse momento, intencionamos apresentar a existência da divisão política entre o *eu* e o *outro*, e não uma história da política ou do Brasil, haja vista que para cada divisão existente, históricos demasiado exaustivos seriam necessários. Não negamos a importância de que isso seja realizado. Pelo contrário, compreender o modo como se chegou ao que foi a polarização ocorrida nas eleições de 2018 é condição *sine qua non* para interpretar e analisar as desavenças entre o *nós* e o *eles* no cenário político que ainda assombra o Brasil e grande parte do mundo político, tanto ocidental quanto oriental.

Em vista da necessidade de uma contextualização, decidimos inicialmente apresentar os elementos necessários para compreender o significado desse ressentimento e, no momento da análise do *corpus*, situar do modo necessário as oposições que antecederam e sucederam as eleições presidenciais de 2018, no Brasil. Como a oposição sobre a qual tratamos constitui não um sistema lógico, mas um agregado de emoções negativas, é preciso, para compreendê-las, situá-las em sua existência social, a qual ocorre em meio aos grupos existentes na esfera social.

1.4 O semelhante e o diferente

As emoções existem a partir de relações inter-humanas, mais especificamente, de grupos, já que não nascemos em um mundo a construir, mas em um mundo semiconstruído, com o qual interagimos e no qual encontramos não somente elementos físicos deixados pelos que nos antecederam (como monumentos, prédios e tecnologias), mas também ideias, valores,

preconceitos, os quais nos são transmitidos principalmente pelas gerações que nos introduzem e nos orientam. A estas (pais, avós, professores, religiosos e outros) cabe o papel de nos apresentar as regras do convívio social.

Sociopoliticamente, a capacidade de o sujeito conviver com todo tipo de mudança se destaca, sejam elas climáticas, territoriais, alimentícias, mas também mudanças relacionadas ao pertencimento ou afastamento de grupos (religiosos, político-partidários, sociais, escolares etc.) aos quais nos integramos durante nossa passagem pelo mundo.

Durante esse processo, adquirimos *identidades* de ordens diversas, sejam linguísticas, sociais, de gênero ou muitas outras possíveis, as quais, como vemos a partir de Charaudeau (2015, p. 14), são formas de julgamento estabelecidos “por nós sobre nós próprios” (A julga A), ou “por nós sobre um outro” (A julga B), ou ainda, “um julgamento realizado pelo outro sobre nós” (B julga A). Tais julgamentos constituem movimentos de *aproximação* (por sermos levados a concordar com os valores de um grupo), ou de *repulsão* (por acreditarmos que os valores do grupo julgado são opostos ou mesmo perigosos para a existência do grupo ao qual nos integramos ou ao qual gostaríamos de nos integrar). Nenhum desses movimentos, no entanto, pode ser considerado total, já que a Era pós-moderna proporcionou uma maior flexibilidade para nos integrarmos, desintegrarmos ou nos mesclarmos aos diversos grupos (HALL, 2006).

A esse respeito, algumas questões merecem destaque, sendo a primeira delas a que nos leva a acreditar que o indivíduo poderia ser centrado em si, isto é, dotado de consciência sobre seu modo de ser e de agir – o que implicaria uma capacidade de não ser influenciado pelo *outro*, de maneira a entrar ou sair de um grupo a partir de um autodomínio de si. A primeira negativa para esse argumento consiste em todo sujeito social e político encontrar-se guiado, ainda que não o perceba, pela *doxa*, pelas *ideias preconcebidas* e pelos *estereótipos* (AMOSSY; PIERROT, 2022) diversos, os quais são modos de vermos o mundo, adquiridos por tudo aquilo com o que interagimos.

Em uma sociedade polarizada, porém, vemos indivíduos que fazem parte de grupos, com ideias predominantes sobre as demais, conseguirem uma maior divisão social a partir delas, além de serem capazes de absorver, em muitas situações de desavença, como é o caso da polarização, aquelas ideias que são manifestas por grupos menores. Estas constituem as

crenças que exercem uma grande influência sobre os sujeitos, levando-os a adotarem um posicionamento durante um conflito, já que sua identidade demanda que isso seja feito. O que não quer dizer que o posicionamento necessite de ser manifestado explicitamente, apesar de ser possível encontrá-lo em quaisquer discursos, não havendo aquele que seja neutro.

Fatores como “simpatia” ou “antipatia” também podem ser essenciais para a entrada ou saída de um indivíduo do grupo. Logo, as emoções, tanto positivas quanto negativas, estão diretamente relacionadas ao pertencimento, à identidade individual e coletiva (grupal), atraindo-nos para o *outro* ou deles nos repelindo. Vejamos dois exemplos a esse respeito: a língua falada e a cor da pele.

A língua falada, assim como o modo de uma pessoa a utilizar (regionalismo, uso de estrangeirismos, jargões e gírias), possibilita o reconhecimento de características individuais (local de origem, escolaridade, profissão, raízes culturais), além de possíveis valores dos quais o falante não conseguiria se desvencilhar e que, a qualquer momento, poderiam ser vistas de forma positiva ou negativa por um grupo, com o intuito de criar uma boa imagem ou uma imagem negativa do sujeito em questão, ou ainda, do grupo ao qual ele pertence ou do qual é rival. Trata-se de algo comum no domínio político, quando adversários se utilizam dessas características para ridicularizar candidatos ou políticos eleitos mediante a imitação de sua fala e de seus trejeitos.

Sabemos o quanto é difícil definir “o que é uma língua” e mais ainda “quais os limites entre uma e outra”. Tocamos nesse ponto pelo fato de uma formação grupal existir também a partir do modo como se fala. O uso da língua denuncia a naturalidade de uma pessoa, mas também outros aspectos ao seu respeito, já que quando a utilizamos trazemos à tona nosso passado, damos a conhecer nossa religião, nossos gostos, bem como possibilitamos que sejam utilizados argumentos baseados em estereótipos linguísticos¹⁴. Fato é que ela confirma nosso pertencimento a um grupo. Tal como dito no momento em que indagaram a São Pedro, pela terceira vez, se ele era um seguidor de Jesus, foi afirmado pela multidão: “Sim, tu és daqueles;

14 Ao se candidatar para o cargo de prefeito de Belo Horizonte, Leonardo Quintão realizou inúmeras propagandas políticas, como a disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=dzVMzU6GyxA>. Acesso em 26/08/2022. O sotaque do candidato mineiro foi motivo para que o humorista Tom Cavalcante o imitasse, acentuando o sotaque em uma propaganda política para a oposição ao candidato, de modo a ridicularizá-lo pela força do modo de falar do candidato. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=r_H3zYfZJwU. Acesso em 26/08/2022.

teu modo de falar te dá a conhecer”¹⁵ (Mt 26, 73)¹⁶.

Acerca desse aspecto da língua, Rajagopalan apresenta-nos como exemplo o caso das línguas *hindi* e *urdu*. Conforme afirma o linguista:

O hindi e o urdu são tão semelhantes em sua estrutura – e, sob muitos aspectos, idênticos – que alguns linguistas da Índia e do Paquistão vêm há algum tempo propondo arduamente a ideia de postular uma língua subjacente chamada “hirdu” – uma hipótese fadada desde o início a ser rejeitada por razões *políticas*, não importando o quanto sejam convincentes os argumentos linguísticos a seu favor – por causa das animosidades religiosas que durante séculos legitimaram a distinção nominal e por sua vez foram oficialmente reconhecidas por ela. (RAJAGOPALAN, 1998, p. 24 [itálico do autor])

Como se infere da leitura, a separação linguística não ocorre devido à estrutura das línguas, mas em razão da autoafirmação de pertencimento a uma comunidade, a daqueles que consideramos iguais a nós, portadores dos mesmos valores, da mesma história, de um mesmo sofrimento passado, logo, emoções equivalentes àquelas por nós sentidas durante o uso que fazemos de uma língua. Um apelo identitário de tamanha magnitude faz com que línguas como essas permaneçam distintas por razões sociopolíticas, como pode ser visto em um relato de Rajagopalan, segundo o qual:

Assim, é perfeitamente possível encontrar, nos arredores de Nova Delhi, dois homens tranquilamente sentados sob uma figueira-da-índia e entretidos numa conversa animada, os quais, ao serem interrompidos pelo nosso sempre curioso linguista atuando em pesquisa de campo, irão apesar de tudo divergir radicalmente um do outro, um insistindo que estivera falando hindi o tempo inteiro e o outro igualmente taxativo em sua afirmação de que fala urdu. O hindi e o urdu são, pelas explicações oficiais, duas línguas distintas. (RAJAGOPALAN, 1998, p. 24)

Assim como existe uma autoafirmação e uma política linguísticas, o mesmo existe acerca da cor da pele de uma pessoa, que, diferente do uso da língua, não necessita de

15 Fonte: <https://www.bibliacatolica.com.br/biblia-ave-maria/sao-mateus/26/>. Acesso em 21/08/2022.

16 Trata-se de um exemplo bem trabalhado por Mey (1998).

discussões para delimitação de diferenças. A cor da pele dos indivíduos diferencia a “raça¹⁷” da qual faz parte, concentrando a memória do seu passado (o que é dito acerca dele) e diferenciando os indivíduos, proibindo-os muitas vezes de entrar em determinados grupos.

A cor da pele, mais do que a língua, apresenta, de modo imediato, a presença ou a ausência de desvios socioculturais e sociopolíticos, pois bastaria que uma pessoa caminhasse pelos bairros com maior ou menor concentração de renda ou frequentasse um local onde não há quem configure seu “padrão” para saber se existe ou não presença de desigualdade motivada pela raça. A pele retrata não apenas o passado do indivíduo, mas da coletividade, dos seus descendentes, apresentando-os ou não como *vítimas* (o que nos leva ao exemplo da Revolta da Chibata), termo que, segundo Grinshpun (2019), cobre diversas realidades sociais “des victimes du terrorisme aux victimes du photovoltaïque, en passant par les victimes des violences verbales, du racisme, du sexisme, de catastrophes naturelles, des maladies et même des pirates de l’attention¹⁸”.

Devido a uma luta por direitos e reparações históricas, realizada por pessoas negras e indígenas, que se veem como vítimas ou são por outros assim vistas, as defesas que intentam o ganho de causas para esses grupos são inúmeras, visando-lhes conceder oportunidades que, de outro modo, seriam inalcançáveis. A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, constitui um exemplo do que afirmamos, já que, segundo é por ela afirmado, em seu artigo 3º: “Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência¹⁹”.

Os discursos, materializados em textos, como o da Lei citada, baseiam-se em outros discursos, reformulados com base em eventos passados, revistos pelo olhar contemporâneo, porém descobertos principalmente por meio de pesquisas históricas, sociológicas e antropológicas. Do mesmo modo, acontecimentos trágicos, como assassinatos²⁰ ou

17 Utilizamos a definição do dicionário Houaiss, segundo o qual a “raça” é compreendida como “divisão tradicional e arbitrária dos grupos humanos, determinada pelo conjunto de caracteres físicos hereditários (cor da pele, formato da cabeça, tipo de cabelo etc.)”. (HOUAISS, 2009).

18 **Tradução nossa:** “de vítimas de terrorismo a vítimas de energia fotovoltaica, vítimas de violências verbais, racismo, sexismo, desastres naturais, doenças e até piratas de atenção.”

19 Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em 31/07/2022.

20 Lembramos aqui o caso do índio Pataxó, que foi queimado vivo por jovens brancos da classe média-alta de Brasília. Disponível em <https://g1.globo.com/globonews/jornal-das-dez/video/jovens-de-brasilia-colocam->

designações de cunho racista²¹ são suficientes para suscitar embates argumentativos de cunho polêmico (AMOSSY, 2017), sendo esses guiados por emoções negativas, como o *ressentimento*, devido àqueles que outrora foram escravizados, por serem negros, agora possuírem os mesmos direitos das pessoas de cor branca.

Dados os exemplos, podemos voltar à questão de que nem os movimentos de *aproximação* nem os de *repulsão* ocorrem de forma total, mas parcial, pois, apesar de haver ideias e valores dentro de um grupo, com as quais concordamos, há outras das quais discordamos. Estes estão dentre os diversos motivos para a migração dos indivíduos de um grupo para o outro. Igualmente, poderíamos pensar que a entrada em um grupo pode ser apenas provisória, em razão de conflitos existentes em uma sociedade, principalmente se esta estiver *polarizada*.

Do mesmo modo como ocorre a entrada e a saída dos indivíduos, existe a *mescla* (CHARAUDEAU, 2015, p. 21) entre grupos, bem como sua *transformação* com o decorrer do tempo. Isso acontece por motivos diversificados, como descontentamentos, adequação aos valores das novas gerações que passam a integrar o grupo, acontecimentos que ocasionam a reestruturação de costumes etc. Independente do motivo, a reformulação ou a criação de novos princípios, escritos ou não, torna-se uma exigência, pois eles são o guia que orienta o agir dos membros, alertando-lhes para os valores que, ao menos publicamente, o grupo deve afirmar enquanto constituinte de sua “possível raiz”.

Dizemos “possível raiz” devido a não ser mais viável encontrar uma origem fundante para os grupos, desde os estudos de Bakhtin (2014) e do seu Círculo. Encontramos unicamente crenças, mitos de criação, tradições ancestrais e outros elementos similares que proporcionam, para certos indivíduos, a ideia de que existe algo a ser constantemente buscado, uma origem mítica, bastante ligada às crenças da direita.

O mesmo pode ser afirmado acerca dos acontecimentos: a seleção do material que será analisado para apontar a existência de um acontecimento²² (NORA, 1995), o modo de os

[fogo-em-indio-pataxo-1590807.ghtml](https://www.globo.com/brasil/brasil-360/noticia/2014/08/28/fogo-em-indio-pataxo-1590807.ghtml). Acesso em 31/07/2022.

21 Em 2014, uma jovem do estado de Minas Gerais, foi alvo de comentários preconceituosos nas redes sociais, vários meses depois de postar fotos com o namorado branco. O evento ocasionou debates, por meios de comunicação e organização social acerca do racismo contra negros no Brasil. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/08/28/jovem-negra-coloca-foto-com-namorado-branco-no-facebook-e-sofre-racismo.htm>. Acesso em 31/07/2022.

22 O termo francês “événement”, utilizado tanto por Nora quanto por Charaudeau, pode ser traduzido para o

narrar e de os descrever, acerca dos quais trata Charaudeau (2008b), constitui um pilar para compreendermos as razões da fundação dos grupos sociais – não somente em relação à raça, mas no que difere os indivíduos uns dos outros, em relação à sexualidade, à religião ou ao corpo.

As *aproximações* e as *repulsas* de que tratamos aqui não devem ser encaradas de forma generalizada, mas parcialmente, pois os grupos são formados por indivíduos diferentes, que não pensam ou sentem da mesma maneira, além de possuírem concepções diversas do grupo ao qual estão ligados, sobre o que ele significa, bem como acerca de seu motivo de existir.

O pertencimento a um grupo, o convívio com seus membros, possibilita a manifestação de emoções ordinárias nos sujeitos, sendo também devido à experiência com essas emoções que adentramos em um grupo por um longo ou curto período. Com isso, afirmamos que o ódio experimentado pelas classes mais abastadas, por exemplo, é determinante para a formação dos grupos que reivindicam a igualdade econômica.

Desse modo, as maneiras pelas quais são formados os grupos em uma sociedade são diversas, por relacionarem-se com a pluralidade humana e, concomitantemente, com as inúmeras emoções existentes em cada uma dessas sociedades, a exemplo da preocupação com o bem-estar social, que é um modo de lidar com a emoção do *medo*, daquilo que faz ou pode vir a fazer mal a uma sociedade, em sentido amplo, ou a um grupo (uma sociedade, em sentido restrito) (CHAUÍ, 2009). No entanto, não se trata de *temer* tudo, mas de temer, em uma dada época, os elementos concernentes à estrutura social (DELUMEAU, 2009). Assim, pode-se temer, em uma época, a guerra, a tirania, os golpes de Estado, a estagnação econômica, o demônio etc., mas não possuir nenhum medo disso em outros períodos temporais. Trata-se do que é ditado pelo contexto, já que, mesmo emoções como o medo, necessitam de ser contextualizadas.

Em todos esses casos, o *medo*, a *esperança*, o *ódio*, a *amargura*, o *rancor* e inúmeras outras emoções podem ser evocadas mediante os diversos textos existentes em sociedade, a partir dos quais circulam os discursos que carregam consigo as possibilidades de haver uma argumentação das emoções, como intencionado pelo locutor. Esses textos constituem o acervo

português de inúmeras formas, sendo as mais utilizadas “acontecimento”, “evento” e “fato”.

disponível para apresentar um modo de o interlocutor ver e (re)construir os *acontecimentos* (CHARAUDEAU, 2006a; NORA, 1995).

Trata-se de *biografias, romances, reportagens, músicas, pregações religiosas, redes sociais* etc., os quais são utilizados pelos *porta-vozes do ressentimento* como fonte de influência, conforme entende Amossy (2018a) em seu projeto de uma *argumentação no discurso*, uma vez que os materiais mencionados podem ser reescritos por quem possui o poder de ditar a História: o literato, o historiador e o filósofo. Estes mais do que quaisquer outros, afirma Pêcheux²³ (1994, p. 57). No entanto, com a ampliação dos meios de comunicação, outros sujeitos passaram a ser aceitos como líderes de grupos, sujeitos que, de algum modo, adquirem importância no meio social devido ao seu *ethos*, a sua capacidade de argumentar.

Em função das imagens que lhes são socialmente atribuídas, aqueles que tomam a frente e “guiam” seu grupo, transformam-lhes o status de cidadão comum, honesto e exemplar, o qual, no entanto, é marginalizado injustamente. Os exemplos de discurso em que encontramos emoções que tentam influenciar os interlocutores “criados” pelo grupo – pois eles já se veem, em parte, como tal - são inúmeros. No entanto, podemos pensar nos idosos que acreditam ser desamparados pela previdência, nos trabalhadores, cujo trabalho é considerado “de baixa categoria²⁴”, nos homossexuais, nos negros²⁵, nos deficientes e nas mulheres, todos, a depender da sociedade, considerados como inferiorizados pelo outro grupo, e, por isso, bastante propícios às *emoções que formam a constelação do ressentimento*.

Ainda que excluíssemos as formações grupais, ainda sim as emoções são necessárias para o viver em sociedade, pois existe um espaço que obriga o sujeito a estar próximo (mesmo

23 Esse posicionamento talvez explique a adesão, bem como a repulsa, às inúmeras falas polêmicas do escritor Olavo de Carvalho, principalmente o período entre 2010 e 2019, quando mais ganhou destaque ao apoiar Jair Bolsonaro, atacar os adversários do presidente eleito e pregar o conservadorismo de direita.

24 Ilustrativo a esse respeito é o comentário realizado por Boris Casoy, apresentador de telejornal, o qual, acreditando que não estava sendo ouvido pelos telespectadores, realizou afirmações consideradas desrespeitosas acerca da profissão de “gari”, após dois destes aparecerem na entrada para o comercial do *Jornal da Band* desejando *Feliz Ano Novo* aos telespectadores. Na ocasião, Casoy afirmou: “Que merda, dois lixeiros desejando felicidades, do alto das suas vassouras. Dois lixeiros, O mais baixo da escala do trabalho.” Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=HApmMrF8QMQ>. Acesso em 27/07/2022. O caso gerou inúmeros processos ao apresentador e ao telejornal em razão das emoções negativas, manifestadas em processos jurídicos, oriundas do comentário.

25 Assim como o caso relacionado a Boris Casoy, o apresentador e entrevistador William Waack, à época na Rede Globo de Televisão, afirmou, após escutar uma buzina e exprimir raiva, ser “coisa de preto”. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=WR2CcTWeM_A. Acesso em 27/07/2022.

que não por desejo) ao *outro*, isto é, a “conviver” com ele, procedendo conforme padrões preestabelecidos. Isso implica determinadas maneiras de falar ou de se calar, movimentar-se em um espaço (público ou privado), vestir-se etc., quer o sujeito deseje ou não²⁶. Tratam-se de locais como supermercados, cinemas, bancos, hospitais etc., nos quais, ou nos calamos perante o *outro*, ou o tratamos de forma cortês, ainda que não o queiramos, já que a contravenção ao exigido pode gerar uma quebra ao “código de civilidade” e, em decorrência disso, gerar consequências desfavoráveis para o sujeito.

A forma de agir, varia, portanto, de acordo com cada situação de comunicação em que o sujeito se encontrar, pois, em cada uma, ele desenvolverá, conforme o aprendido em sua vida, uma *encenação*. Em Análise do Discurso, cremos ser Charaudeau (2008b) aquele que melhor aborda o condicionamento do sujeito a esse cenário psico-sócio-histórico em que ocorre a interação, sendo por esse motivo que optamos por trabalhar com a noção de *contrato de comunicação*, trazida pelo autor (o que não significa desprezar contribuições de outros autores).

Os seres humanos vivem em grupo, ainda que para isso seja necessário o *outro* lhes mostrar, pois, para o indivíduo nascido no estado do Paraná, aquele que nasce em Pernambuco não faz parte de um *nós*, mas de um *outro*. Logo, em relação às tradições, acabam por constituir grupos diferentes: o paranaense interpreta o pernambucano como um *outro*. Ambos somente constituirão um *nós* quando houver a necessidade de utilizar os argumentos relacionados à brasilidade.

Pode ser que os sujeitos se reconheçam como um *nós*, e para isso o próprio exemplo do pernambucano, compreendido como um nordestino, nos é suficiente, quando este se reconheça constituinte de um todo, ou seja, integrando um dos nove estados que compõem a região politicamente demarcada como o Nordeste do Brasil, mesmo com suas especificidades culturais. Isso porque o *outro* compreende o Nordeste do Brasil como um todo à parte, havendo mesmo quem tenha pedido a separação dessa região geopolítica, alegando que ela não proporciona ganhos para o país, mas apenas gastos. Por isso, o olhar do *outro* faz com que o diferente, permanecendo diferente, aceite-se constituindo um *nós*. Inclusive, existem

26 Acreditamos que a noção de “equipe de representação”, utilizada por Goffman (2011), poderia trazer muitas contribuições para uma pesquisa sobre as emoções e o viver em sociedade, porém essa é uma afirmação àqueles que futuramente pretendam abordar a temática, e não para esta tese.

movimentos que desejam a separação, vendo a si próprios como um *outro*²⁷.

O reconhecimento acerca dos grupos existentes em um tempo e espaço, assim como a relação mantida entre eles, é importante para a compreensão das emoções, já que o *sujeito* (A) e o *objeto* (B) da emoção são esclarecidos por esse entendimento, ou seja: “A (sujeito) está irado com B (objeto)”. Um acontecimento (C), porém, é de importância ímpar, pois somente por meio dele as emoções ocorrem, já que nenhum A inveja B sem que C o motive. É preciso, por exemplo, que B tenha comprado um carro novo (C) para ser invejado por A.

Quaisquer emoções, portanto, são apresentadas aos sujeitos pelos grupos dos quais fazem ou fizeram parte, pois as emoções não brotam em nós por geração espontânea, mas por um aprendizado social, sendo por isso que Le Breton afirma:

De certa maneira, a emoção é indicada pelo grupo, que dá certo grau de importância a alguns fatos. Sua emergência, intensidade, duração, suas modalidades de aplicação, seu grau de incidência sobre os outros, respondem a incitações coletivas variáveis de acordo com o público e a personalidade dos atores citados. A emoção é a definição sensível do acontecimento tal como vive o indivíduo, a tradução existencial imediata e íntima de um valor confrontado com o mundo. (LE BRETON, 2009, p. 118).

As emoções, portanto, não existem apenas para um indivíduo, como um ser isolado no mundo, mas para um corpo social, do qual ele faz parte, já que há um espaço que os humanos dividem. Não se trata, unicamente de ocupar um mesmo local, físico, pois isso os animais também o fazem, trata-se de “viver com” os semelhantes, ou seja, independente do querer, mantendo proximidade com eles, relacionando-se de modos diversos, adaptando-se ao *outro* (ao diferente), *coexistindo* (ARENDDT, 2010b, p. 220) e *interagindo* (BAKHTIN (VOLOCHÍNOV), 2010).

Qualquer *ser*, portanto (aqui representado pelo *outro*), com o qual interagirmos (sendo este o *eu*) é por nós modificado, não voltando nunca ao estado anterior. O *outro* conecta-se com os *valores* que guiam o *eu*, assim como este com os do *outro* e com seus respectivos

27 Cf. <https://www.infoescola.com/geografia/movimentos-separatistas-do-nordeste/#:~:text=Al%C3%A9m%20do%20Gesni%2C%20o%20Nordeste,do%20Equador%20e%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20Praieira..> Acesso em 26/08/2022.

grupos. Isso não significa que o *eu* e o *outro* reconhecerão os valores que motivam cada qual como corretos, validando sua forma de agir, mas que o *outro* as inferirá a partir da imagem que do *eu* for por ele produzida, assim como inferiremos os valores que o guiam a partir da imagem que dele produzimos.

Sem a percepção do *nós* como diferente do *outro*, a qual é criada mediante a opinião comum dos grupos e de nossos próprios conhecimentos, não seria possível falar em ressentimento, compreendido como um conjunto de emoções negativas que podem ser comuns a todos os grupos existentes em uma sociedade política. O ressentimento, como veremos no capítulo três, é constitutivo de quaisquer grupos. No entanto, ele existe em escalas graduais, ou seja, os grupos possuem o ressentimento em intensidades diferentes. O que pode advir das diferentes maneiras como se *vitimizam* (GRINSHPUN, 2019) a partir do que o outro fez ou o sujeito acredita que ele tenha feito. O mesmo pode ser visto em Angenot, o qual destaca o papel da vitimização no ressentimento como um modo de junção do grupo, uma vez que, segundo o autor, “Le ressentiment ne peut demeurer *individuel*”²⁸.” (ANGENOT, 1997, p. 103 [itálico do autor]).

O que ocorre no emaranhado de percepções, que nos levam a compreender os valores atribuídos ao *eu* e ao *outro*, pode ser melhor visualizado nos quadros criados e desenvolvidos pelos próprios autores: sejam *as três dimensões do discurso argumentativo*, em Lima (2006, p. 117), o *contrato de comunicação*, em Charaudeau (2008b, p. 52) ou mesmo as *formações imaginárias*, em Pêcheux (1990, p. 83). Neste momento, porém, não conduziremos um aprofundamento no que cada um desenvolve, deixando que isso seja realizado em um momento oportuno. Contudo, é necessário que o leitor saiba da importância que estes e outros estudiosos da Análise do Discurso atribuem aos múltiplos sujeitos discursivos, com o intuito de reconhecer a igual importância por nós dada ao papel que o *eu* e o *outro* desempenham no ressentimento, a partir de uma ótica discursiva.

Viver em um mundo político como o nosso, a partir do que vimos até aqui, ao estudar as perspectivas de Mouffe (2015) e de Arendt (2010b), pressupõe ter emoções de ordens diversas em relação ao *outro*, com o qual convivemos, com quem habitamos um planeta em comum. Trata-se de emoções que dependem do olhar que possuímos sobre esse *outro*, quando

28 Tradução nossa: “O ressentimento não pode permanecer individual.”

de nós ele discorda, aparenta amabilidade, possui características que consideramos ameaçadoras, inofensivas, concede-nos um benefício ou se nega a fazê-lo.

A partir de cada uma das interações estabelecidas com o *outro* e com *nós* próprios, como nos momentos de reflexão, surgem diferentes emoções, derivadas do tipo de relação que estabelecemos com o *outro*, a exemplo do *medo*, da *vergonha*, do *ciúme*, da *raiva*, da *preocupação*, do *desejo de vingança* e da *indignação*. Acerca das interações com *nós* próprios, pouco estudadas pela Análise do Discurso, são tão importantes que Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 45) não deixam de trabalhá-las em seu *Tratado*. Para os autores, a argumentação dirigida ao *outro* “pode” ser um modo de o locutor persuadir a si acerca do que defende. Isso implica que os argumentos com os quais se tenta persuadir o *outro* são anteriormente ou no momento da deliberação, argumentos com os quais nós próprios tentamos nos persuadir antes de persuadir a quaisquer outros.

Somente assim seria possível a incansável defesa de uma causa realizada por um grupo. Em razão disso, Perelman e Olbrechts-Tyteca afirmam:

Com muita frequência, aliás, uma discussão com outrem não é mais do que um meio que utilizamos para nos esclarecer melhor. O acordo consigo mesmo é apenas um caso particular do acordo com os outros. Por isso, do nosso ponto de vista, é a análise da argumentação dirigida a outrem que nos fará compreender melhor a deliberação consigo mesmo, e não o inverso. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 46)

Mesmo diante dessa afirmação, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 46) agem com cautela, pois sabem ser possível que alguém defenda uma causa sem concordar com ela, buscando unicamente um ganho com a defesa de uma tese. Concordamos com os autores acerca das duas possibilidades, uma vez que é impossível saber se o locutor defende uma tese com a qual concorda, por meio de sua argumentação, ou se defende uma tese da qual discorda. Tornando-se mais difícil ainda concluir esse pensamento devido a, com o passar do tempo, ser possível mudarmos nossas avaliações e julgamentos a respeito de assuntos diversos.

No entanto, em muitas interações, o *outro* pode ser uma representação do *eu*. Trata-se

dos casos em que refletimos, procuramos argumentar com nós mesmos se uma decisão é a melhor a ser tomada ou não, procuramos persuadir-nos acerca de uma crença ser ou não válida, em vista das consequências futuras. Esse tipo de interação, do *eu* consigo próprio, não é constituída unicamente por argumentos lógicos, mas pelas emoções e pelas imagens de si e do *outro*, já que se tratam das imagens que criamos de *nós* e do *outro*, mesmo sem o perceber, e que nos levam à própria persuasão: “Farei com você o que fez com meu pai?” (ódio), “Vocês estão acabando com o Brasil.” (indignação), “Ele não merece esse sofrimento.” (piedade).

A emoção do ressentimento é também um caso a ser estudado nesse aspecto, pois o sujeito do ressentimento, para realmente sê-lo, precisa presumir ter sido prejudicado pelo outro, sendo por essa razão que “Le ressentiment, ce n’est pas le besoin de croire à une cause, mais celui de croire à sa propre cause, de croire à soi comme à la seule juste cause.”²⁹ (ANGENOT, 1997, p. 107). Logo, necessita continuamente acreditar que o outro é seu algoz e que qualquer ação boa que ele realize pode ser uma armadilha, podendo mesmo fazer parte de uma conspiração (ANGENOT, 2008, p. 343) para prejudicar o *eu* ou seu grupo, até que todos lhe sejam submissos.

Em quaisquer interações surgem emoções, derivadas do tipo de relação que estabelecemos com o *nós* e com o *outro*. Independente de qual seja a emoção em questão, além dos interlocutores, a ciência ou disciplina com a qual dialogamos interferirá diretamente na *interpretação* e na *denominação* da emoção analisada em um enunciado qualquer, expresso em uma *situação de comunicação* precisa.

Para compreender o que afirmamos, basta verificar que a Psicologia não lida com uma emoção como a “inveja” do mesmo modo que o faz a Antropologia, a qual, por sua vez, não lidará à maneira da Filosofia. Em vista disso, necessitamos compreender que a denominação utilizada para apontar aquilo que, muitas vezes, é colocado erroneamente como oposto à “razão” (a emoção) possui uma pluralidade de denominações, ora devido à tradição, ora ao uso singular adquirido dentro de um domínio discursivo específico. Como não nos cabe realizá-lo neste espaço, o faremos no capítulo a seguir.

29 **Tradução nossa:** “O ressentimento não é a necessidade de acreditar em uma causa, mas a necessidade de acreditar na própria causa, acreditar em si mesmo como a única causa justa.”

Capítulo 2

2 AS EMOÇÕES EM DIFERENTES PERSPECTIVAS

Os sentimentos e as emoções não são estados absolutos, substâncias que se pode transpor de um indivíduo para outro. Elas tampouco são, ao menos não exclusivamente, processos fisiológicos cujos segredos estariam contidos no corpo. Trata-se de relações. (LE BRETON, 2009, p. 9).

No capítulo anterior, verificamos que a integração dos indivíduos aos diversos grupos existentes em uma sociedade é condição necessária para o estabelecimento das emoções, pois elas são, em última instância, “relações”, como aponta Le Breton (2009) na citação que abre este capítulo. Isso porque é a partir dos aprendizados e das interações entre os sujeitos – o *eu* e o *outro*, o *nós* e o *eles* – que descobrimos em que consiste a *inveja*, a *cobiça*, o *ódio*, o *ciúme*, a *amizade*, a *piedade* e várias outras emoções. Segundo o autor,

Sua proveniência [das emoções] não é exclusivamente individual: ela é uma consequência íntima, ocorrida na primeira pessoa, de um aprendizado social, em primeiro lugar, e de uma identificação com os outros, em segundo lugar. Essas duas dimensões alimentam conjuntamente a sociabilidade e assinalam ao sujeito o que ele deve sentir, de qual maneira e em quais condições precisas. (LE BRETON, 2009, p. 117).

Concebendo dessa maneira as emoções, em uma relação interindividual e também intergrupar, podemos estudá-las de diferentes modos, inclusive discursivamente, pois elas são fruto da interação entre sujeitos, de construções sociais e históricas, que repercutem no modo de os sujeitos agirem. Sabemos, por meio dos estudiosos das emoções, que Aristóteles foi um dos primeiros filósofos a estudar as emoções. O estagirita procurava distingui-las a partir de três fatores: 1) descrição do “estado de espírito” em que se encontra o *sujeito da emoção*, 2) descrição do “estado de espírito” do interlocutor e 3) descrição da *situação comunicativa* (ARISTÓTELES, 2012, p. 84). Ao fazer isso, mostra ser possível compreender o funcionamento de algumas das emoções que denominamos por *compaixão*, *ira*, *amizade*,

calma, dentre outras.

Por meio da definição aristotélica da *ira*, podemos observar os três elementos apontados: “[1] um desejo acompanhado de dor que nos incita a [2] exercer vingança explícita devido a algum desprezo manifestado contra nós, ou contra pessoas da nossa convivência, [3] sem haver razão para isso” (ARISTÓTELES, 2012, p. 85). Explicitados os três elementos, notamos ainda um outro, trata-se da “natureza da emoção”, pois ele nos explica em que consiste a *ira*. Para o filósofo, ela sempre será um desejo de vingança explícito. Além disso, ele complementa que o iracundo nunca se ira contra o gênero humano, de modo geral, mas sempre contra um indivíduo, em particular.

Poderíamos estudar unicamente por meio do filósofo o que denominamos *emoções*, por ele compreendidas como “as causas que fazem alterar os seres humanos e introduzem mudanças nos seus juízos, na medida em que elas comportam dor e prazer” (ARISTÓTELES, 2012, p. 85). Contudo, o terreno destas tem sido cada vez mais vasto.

No período posterior a Aristóteles até a Era contemporânea, a constituição de novas ciências trouxeram consigo não apenas diferentes designações para o que até aqui denominamos “emoção”, mas também novas abordagens, possibilitando diferentes compreensões acerca de sua natureza individual, social e biológica. Na atualidade, a Análise do Discurso procura dialogar com as diferentes perspectivas sobre as emoções, principalmente a partir de uma compreensão discursiva e outra argumentativa.

Ao longo da história, até os dias atuais, diferentes termos foram utilizados para fazerem referência ao que denominamos, genericamente, como emoções, o que é fruto não apenas de uma terminologia, mas de um modo de compreender o que “toca o coração humano”. Em vista de existirem diferentes terminologias, compreendemos como necessário que as mais comuns sejam abordadas a partir de uma apresentação breve.

2.1 As diversas terminologias

É com base nos estudos do linguista e estudioso da argumentação Christian Plantin

(2011) que compreendemos a multiplicidade de designações para o vasto universo das emoções. O autor lista sete diferentes termos em conflito a respeito dessa temática, sendo eles: “afeto”, “sentimento”, “*pathos*”, “paixão”, “humor”, “*éprouver*” e “*éprouvé*” e o próprio termo “emoção”. Cada um destes contribui, ao seu modo, para o entendimento das relações sociais existentes entre os seres humanos.

Os termos listados acima possuem particularidades, uma vez que estão inseridos em domínios do saber cujos interesses nem sempre coincidem. Nesse sentido, cada um possui singularidades semânticas, históricas e pragmáticas, o que impediria o uso de um no lugar do outro. No entanto, concordamos com Plantin (2011) quando este afirma ser difícil nos determos em apenas um dos termos, pois a literatura sobre o assunto é vasta, proveitosa e ligada a diferentes áreas do saber, as quais não utilizam apenas um dos termos que apresentamos e que abaixo explicaremos.

Iniciando pela noção de *humor*, sabemos que esta constitui uma das mais antigas de que se tem notícia, tendo sua aplicação teórica ocorrido sobretudo na medicina antiga. Conforme Plantin (2011, p. 6), em épocas passadas, médicos entendiam serem os humores quatro diferentes líquidos que determinavam a personalidade e o temperamento dos seres humanos, sendo estes: **a)** a “bílis amarela”, responsável pela cólera, **b)** a “bílis negra”, pela melancolia, **c)** a “fleuma”, pela calma, e **d)** o “sangue”, pela alegria.

A simples relação entre a ideia de *humor* em um antigo modo de pensar, ligado a uma concepção de medicina, negada pelo conhecimento científico moderno, é suficiente para preferirmos não a utilizar, haja vista sua ligação com uma visão estereotipada dos sujeitos como se, por sua biologia, estivessem mais propensos a realizar atos benignos ou malignos. Outros termos não possuem tal predisposição, o que nos faz preferi-los, mesmo que *humor* já não seja pensado como líquidos que fluem nas pessoas e moldem seu temperamento.

Nosso distanciamento da noção de *humor*, com a concomitante aproximação da noção de *emoção*, liga-se também ao posicionamento apresentado por Abbagnano (2007, p. 520), que afirma ser o *humor* um “Estado emotivo que não tem objeto, ou cujo objeto é indeterminável, distinguindo-se, assim, da emoção propriamente dita”. Além disso, dirá o autor, não é possível afirmar a existência de um humor acerca de algo, do mesmo modo como é possível dizer que há o medo de algo. Outras ciências, como a Psicologia e a Filosofia,

realizam um trabalho novo com o *humor*³⁰, porém esse não é o nosso caso, com a Análise do Discurso.

Já o termo *paixão* é contornado por uma designação religiosa, sendo utilizado, tradicionalmente, em referência ao sofrimento e martírio de Cristo. Em decorrência disso, a noção está relacionada diretamente ao sentido de “grande sofrimento”, bem como de “sentimento, gosto ou amor intensos a ponto de ofuscar a razão” (HOUAISS, 2009, n.p.).

Além disso, conforme Plantin (2011, p. 31), a palavra *paixão* possui origem no latim, *passio*, língua na qual significa “sofrimento”. O autor explica que o termo evoluiu “sous l’influence de la philosophie stoïcienne, qui considère les passions comme des maladies.³¹”. Não obstante, é possível também considerar que na *paixão* o sujeito não é agente das ações, mas paciente. Cunha (2012, p. 469), ao apresentar o significado etimológico de *paixão*, descreve o termo como “sentimento ou emoção levados a um alto grau de intensidade, sobrepondo-se à lucidez e à razão”.

Abbagnano (2007), por seu turno, toma três definições para *paixão*, duas históricas e uma terceira relacionada à contemporaneidade. No que se refere à significação contemporânea, o autor considera a *paixão* como indicadora, unicamente, de uma “ação de controle e direção por parte de determinada emoção sobre toda a personalidade de um indivíduo humano.” (ABBAGNANO, 2007, p. 750). Com base nessa concepção, utilizada atualmente, é que encontramos expressões como “crime passionnal”, “crime de *paixão*”, ou mesmo “*paixonite*”³². Dessa maneira é que compreendemos ser a *paixão* um termo empregado com o intuito de apresentar o apaixonado como um *agente passivo*, submisso a um controlador, que lhe suprime as “forças”.

Outro termo comum ao universo das emoções é *sentimento*. Amparado em uma concepção filosófica que concebe e justifica sua existência, essa noção aparece como uma crença de que o sujeito é capaz de perceber o mundo de modo singular. Por constituir uma maneira única de percepção da realidade, a noção de *sentimento* implica uma justificativa para estados e ações³³ particulares de cada sujeito, com base em *sensações* sobre um devir (“Eu

30 A esse respeito, cf. MORAIS (2008), acerca da relação entre a noção de humor e a Psicanálise.

31 **Tradução nossa:** “sob a influência da filosofia estoica, que considera as paixões como doenças.”.

32 Trata-se de um regionalismo brasileiro, utilizado com o sentido de “intensa *paixão amorosa*” (HOUAISS, 2009).

33 A guisa de exemplo, note-se um texto trazido do domínio religioso, o qual expressa o caráter de paciente que

sinto”), a exemplo de “possuir um sentimento (ou uma sensação) ruim”. O sentimento, ao ser apontado como justificativa para estados e ações, pode ser considerado uma fonte a partir da qual brotam emoções que uma comunidade é passível de interpretar positiva (otimismo, gratidão, empatia) ou negativamente (culpa, remorso, decepção).

Acompanhando Plantin (2011, p. 8), compreendemos *sentimento* como uma noção caracterizada tanto pela subjetividade quanto pela afetividade, as quais podem interferir no jogo linguageiro devido ao excesso de ambas que a noção de *sentimento* possui, já que, ao utilizá-la, somos sempre permeados pela concepção advinda da Filosofia e das literaturas românticas, segundo as quais toda visão do mundo e dos objetos nele existentes são visões particulares, as quais não poderiam ser transpostas a outrem.

Além dos termos até aqui mencionados, aparecem, como novas possibilidades de adequação ao universo das emoções, *éprouver* e *éprouvé*. Tratam-se de termos recém-chegados ao terreno das emoções e ainda pouco explorados, segundo Plantin (2011). A particularidade desses em relação à língua francesa faz com que não constituam interesse imediato para o trabalho que ora realizamos. No entanto, a título de curiosidade, podemos compreendê-los, segundo o dicionário *Le Petit Robert* (REY, 2012, p. 524–525), com o sentido de “experimentar” ou de “provar”.

Plantin (2011) afirma que *éprouver* e *éprouvé* estão ligados a *épreuve*, a partir do qual brota uma ligação mais estreita com as emoções, uma vez que, segundo o dicionário acima referido, *épreuve* possui o significado de “*souffrance, malheur, danger qui atteint durement*.”³⁴ (REY, 2012, p. 524). O termo francês *éprouver* pode, ainda no campo das emoções, tanto segundo Plantin ((2011), quanto segundo o *Le Petit Robert*, apresentar-se com o significado de “*sentir, ressentir*”, em expressões como: “*il a éprouvé des difficultés*”³⁵, ou mesmo, “*éprouver des pertes*”³⁶ (REY, 2012, p. 525)

o sujeito desempenha na noção de sentimento: “Não podemos negar quanta coisa do mal está reinando no meio de nós, porque o espírito do mal não é só aquela possessão diabólica, mas são os **sentimentos diabólicos** que tomam conta da vida e dos relacionamentos humanos.” (negritos nosso) Disponível em <https://www.cancaonova.com/homilia-capa/precisamos-de-autoridade-para-expulsar-o-maligno-de-nossa-vida/>. Acesso em 10/07/2021.

34 **Tradução nossa:** “sofrimento, desgraça [infelicidade], perigo que atinge duramente.”

35 **Tradução nossa:** “Ele tem sentido dificuldades”. Em português, a expressão “passado por dificuldades” apresenta uma ligação mais próxima com a que Plantin estabelece entre *éprouvé* e “ressentir”, já que “passado por” denota “continuidade”, “não conclusão”, assim como o verbo “ressentir”, que expressa um “sentir novamente”, de modo e por tempo indeterminados.

36 **Tradução nossa:** “Sentir perdas”. Em português é costume o uso da expressão “Sofrer perdas”. De modo

Comum ao universo das emoções é também o termo *afeto*, o qual constitui, por sua vez, um objeto de estudo utilizado, sobretudo, pela Psicanálise. Para esta, *afeto* pode ser definido enquanto “*un mode d’expression psychique de la pulsion. L’affect peut se renverser (l’amour devient haine), être refoulé (amour inconscient), sublimé (amour humain, amour des arts), ou retourné contre soi (haine de l’autre, haine de soi).*”³⁷ (PLANTIN, 2011, p. 9).

O uso de *afeto* é demasiado restrito, quando comparado a outras noções, como explica Abbagnano (2007, p. 32): “Enquanto as emoções podem referir-se tanto a pessoas quanto a coisas, fatos ou situações, os afetos constituem a classe restrita de emoções que acompanham algumas relações interpessoais (entre pais e filhos, entre amigos, entre parentes)”. Em vista dessas considerações, cremos que tanto o estudo do afeto quanto o uso deste possuem um viés bastante demarcado no terreno da Psicologia, não sendo apropriado para a pesquisa que empreendemos. Por esse motivo, sempre teremos cautela ao estudar autores que utilizam o termo *afeto*, quando estes se referirem ao *ressentimento*, como o faz Kehl (2005, 2015), a qual difere de nós por ser uma psicóloga voltada aos estudos psicanalíticos.

A palavra grega *pathos* (παθος, em grego), por sua vez, carrega o peso da tradição, sendo há mais de dois mil anos objeto de estudo e de discussão por parte de filósofos, retóricos e literatos (MOREAU, 2008). Devido a essa multiplicidade de interesses, é compreensível que, ao longo dos séculos, tenha sofrido interpretações bastante distintas e mesmo controversas, pois o interesse de cada estudioso, em tempos distintos, contribuiu para novas e diferentes percepções sobre o termo.

Trata-se de um termo de difícil tradução, o que se dá não apenas por sua distância no tempo e pela recorrência de empregos em áreas do saber distintas, mas pelo modo como os gregos o compreendiam. Para eles, o *pathos* não constituía apenas o que hoje poderíamos denominar *emoção* ou *paixão* (termos comumente utilizados em sua tradução), mas compreendia também uma *passividade* do ser humano. Segundo essa concepção, o *ser* é *paciente*, nunca *agente*, o que acontece devido às “forças” que o levam a agir, ou mesmo a aquietar-se – como acontece em relação à *calma*³⁸.

que podemos compreender o sentido relacionado à esfera das emoções que *éprouver* e *éprouvé* possuem.

37 **Tradução nossa:** “um modo de expressão psíquica da pulsão. O afeto pode reverter-se (o amor se converte em ódio), pode reprimir-se (amor inconsciente), sublimar-se (amor humano, amor à arte), ou se voltar contra (ódio do outro, ódio de si mesmo).”

38 A esse respeito, cf. a palestra apresentada por Renato Janine Ribeiro “A paixão”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zPYmvKDFH40>. Acesso em 11/07/2022.

Conforme Plantin (2011), a multiplicidade de traduções ocorre de modo tão diverso que um dos grandes retóricos da antiguidade, Cícero, em sua obra *Tusculanas*, traduz *pathos* para o latim como “*perturbationes*”, ao passo que o tradutor francês da obra de Cícero traduz o termo “*perturbaciones*” como “*passions*”, ou seja, *paixões*. Não bastasse esse problema, Plantin (2011) afirma ainda que os tradutores franceses vertem, indiferentemente, os termos latinos “*affectus*” e “*perturbatio*”, ora como “*passion*” (paixão), ora como “*sentiment*” (sentimento), ora como “*émotion*” (emoção). Percebe-se, então, a diversidade semântica que *pathos* traz consigo, o que igualmente se torna um problema se pensarmos que as obras em língua francesa que abordam os estudos a respeito do *pathos* são traduzidas para muitas outras línguas, como a portuguesa, ampliando ainda mais o problema.

Aristóteles (2012), por sua vez – explicam Moreau (2008) e também Besnier (2008) –, um dos principais filósofos a trabalhar com a noção de *pathos* no mundo Antigo, atribui, em suas obras, sentidos plurais para o termo. Devido a isso, a interpretação do *pathos* aristotélico dependerá do assunto explanado na obra em questão, pois as concepções de *pathos* no *De anima*, na *Ética a Nicômaco* ou na *Retórica* não serão as mesmas, uma vez que os interesses aristotélicos se modificam em função do que é abordado em cada uma delas e também pelo termo *pathos*, assim como o termo *ethos*³⁹, possuir significações plurais.

Considerando unicamente a *Retórica*, verificamos que o termo *pathos*, para Aristóteles (2012), constitui um dos meios pelos quais o orador procura modificar o julgamento do auditório acerca de um dado assunto. Por essa razão, Moreau (2008) afirma que, na *Retórica*, o filósofo “não se pergunta o que são as paixões [*pathé*], nem a que elemento da alma correspondem, mas como excitá-las, com uma finalidade prática: obter a aprovação do auditório” (MOREAU, 2008, p. 10).

O estagirita apresenta-nos os seguintes *pathé* na obra referida: “ira”, “calma”, “amizade e inimizade”, “temor e confiança”, “vergonha e desvergonha”, “amabilidade”, “piedade”, “indignação” e “inveja”⁴⁰. Cada uma dessas denominações elenca uma *situação* e diversos *agentes* externos ao sujeito, levando-o à *ação passiva*, a qual, como vimos, é intrínseca ao significado de *pathos*.

39 Cf. a esse respeito, Eggs (2013).

40 Conforme a tradução portuguesa de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena.

Verificando o caso da *piiedade*, compreendemos que, para Aristóteles (2012), esse *pathos* “consiste numa certa pena causada pela aparição de um mal destruidor e aflitivo, afetando quem não merece ser afetado, podendo também fazer-nos sofrer a nós próprios ou a algum dos nossos, principalmente quando esse mal nos ameaça de perto.” (ARISTÓTELES, 2012, p. 184). Nesse caso, o sofrimento alheio, que se supõe ser imerecido, leva o *eu* a *compadecer* piedosamente do *outro*, principalmente quando o *eu* acredita ser factível que lhe ocorram os mesmos sofrimentos que acometem o *outro*, o qual, neste momento, torna-se emocionalmente próximo ao *eu*. O exemplo apresentado acerca do *pathos* da *piiedade* constitui apenas um dos diversos outros *pathé* listados na obra aristotélica.

Por fim, chegando à Modernidade, o termo *emoção*, etimologicamente advindo do francês “*émotion*” (HOUAISS, 2009), imperou sobre os demais, quando levamos em consideração as publicações das diversas áreas do saber. O motivo para isso acontecer é incerto, e, como afirma Plantin (2011), relaciona-se à sua variedade gramatical, podendo ser utilizado como substantivo (*emoção*), verbo (*emocionar*, *emocionado*), adjetivo (*emotivo*). Enquanto isso, os demais termos não possuem a mesma diversidade trazida pelo uso de “emoção”, exceto *paixão*, que apresenta como desvantagem, como vimos, um sentido restrito ao ser comparado à *emoção*.

Sabemos que ao se trabalhar com o termo “emoção”, enquanto um englobante de outros (não todos) que a ele podem se adequar, somos levados a diferentes áreas do saber, com interpretações, muitas vezes, opostas. Entretanto, utilizar “emoção” como um englobante dos demais é assumir um risco necessário, já que a disciplina com a qual trabalhamos é constituída por pontos de vista de ciências e disciplinas diversificadas. Além disso, o termo possui a capacidade de adequar-se à situação de comunicação, não deixando dúvidas quanto ao seu sentido quando bem empregado e bem analisado.

O analista do discurso não pode se contentar unicamente com um modo de ver uma questão, ele precisa percorrer caminhos diversos, inovar a cada análise realizada, pois cada uma exige uma interlocução nova com outras áreas do saber. Para todas as correntes da Análise do Discurso há essa necessidade e, cremos, mais ainda para uma análise argumentativa do discurso, a qual lida com textos que possuem *dimensão* e *finalidade* argumentativas (AMOSSY, 2018a). Essa dupla dimensão do discurso argumentativo faz com

que o analista os destrinche, os interprete e os analise, devendo evitar a realização do que se poderia denominar de uma análise discursiva “enviesada”, isto é, aquela em que o analista toma o partido de uma das partes analisadas, de um dos sujeitos do discurso.

Além de uma maior abrangência lexical, a noção de *emoção* possui certa neutralidade quando comparada aos seus “concorrentes”. Argumenta a esse favor o percurso histórico a partir do qual o termo foi derivado, percurso refeito nos trabalhos de Thomasset e Vigarello (2020) e de Vigarello (2020b), que perfazem um estudo dos sentidos medievais das palavras *esmouvoir* (mover) e *esmouvement* (movimento).

Conforme afirmam os autores, o termo *émotion* (emoção), como hoje é utilizado na língua francesa, constitui um derivado de *esmouvoir e esmouvement*. Conforme o dicionário *Le Petit Robert*, da língua francesa, atualmente *émotion* refere-se ao “*État affectif intense, caractérisé par des troubles divers (pâleur, accélération du pouls, tremblements, etc.)*.”⁴¹ (REY, 2012, p. 486). No entanto, o termo sofreu inúmeras modificações ao longo da história.

Thomasset e Vigarello afirmam que na Era medieval o verbo *esmaier*, significando ““entrar num estado de ‘privação de consciência’” (2020, p. 161), foi tomado, assim como seus derivados, pela categoria semântica relacionada a *movimento*, a partir do que apareceram *esmouvoir e esmouvement*. Em virtude disso, o sentido de “movimento”, quando relacionado ao corpo humano, foi bastante utilizado em enunciados como “os astros movimentam as doenças”⁴².

Posteriormente, mas ainda antes da Modernidade, esses verbos adentraram timidamente à esfera psicológica de um modo bastante diferente da “privação de si”, surgindo expressões como “*esmouvoir o povo*” (THOMASSET; VIGARELLO, 2020, p. 164), que podemos traduzir para o português como “*agitar o povo*”. Conforme os autores, outras expressões com teor semântico paralelo também eram correntes, a exemplo de ““*esmouvement [movimento] do coração*”” (THOMASSET; VIGARELLO, 2020, p. 165), na qual a transposição do sentido físico para o sentido psicológico de *esmouvement* já poderia ser justificada.

41 **Tradução nossa:** “Estado afetivo intenso, caracterizado por vários distúrbios (palidez, aceleração do pulso, tremores, etc.).”

42 O exemplo apresentado pelos autores, utilizando dizeres de Bartolomeu, o Inglês, é “Segundo as diversas fases da lua os humores e as doenças do corpo *s’esmeuvent* [se movimentam]” (THOMASSET; VIGARELLO, 2020, p. 163)

Nessa época, o sentido de *movimento*, enquanto turbulência corporal, apresentado pelo termo *emoção*, ainda permaneceu, mas sua inserção na esfera psicológica foi irreversível, havendo sido consolidado o caminho que permitiu constituir concepções de “emoção” mais próximas das atuais.

Assim, durante os últimos séculos da Idade Média, os termos *esmouvir* e *esmouvement* surgiram significando “movimentação corporal” e “agitação popular”. No início da Modernidade, o termo *émotion* foi efetivado⁴³ com esses e outros sentidos, sendo nessa esteira que Vigarello (2020) afirma haver ocorrido a transmutação de *esmouvir* e *esmouvement*, permanecendo com o significado de “agito”, mas um agito que agora poderia ser compreendido tanto interna quanto externamente ao corpo.

Hochner (2016) raciocina de modo semelhante, ao afirmar que “*La signification première d’émotion est donc l’agitation ou la confusion qui existe au sein d’un corps collectif, soit un chaos civil ou un désordre social*”⁴⁴. Significação primeira, mas não única, uma vez que, além de o termo haver chegado à contemporaneidade como significando “movimento”, também chegou com o sentido de “agitação de sentimentos; abalo afetivo ou moral; turbação, comoção” (HOUAISS, 2009, n.p.). Exemplos de tal “movimento” podem ser encontrados em enunciados como: “Quero mais emoção [movimentação, abalo] no jogo”, “Falta emoção [agito] nessa festa”, “O pobrezinho está emocionado [comovido, abalado]”, dentre outros.

Mesmo quando confrontado com o termo *paixão*, *emoção* mostra-se mais proveitoso, por conseguir diferenciar-se deste, e, ao mesmo tempo, englobá-lo, uma vez que existem emoções diversas, como a *compaixão* e a *piedade*, que podem ser utilizadas em situação para fazer referência à *paixão*, que, lembremos, ganha notoriedade a partir do seu uso em um contexto religioso.

Muitos dos termos que apresentamos até aqui circulam não apenas nas ciências humanas e sociais, mas também nas ciências médicas, sem, muitas vezes, haver uma justificativa dos autores para a utilização de um, e não de outro termo. Ocasionalmente, o uso destes constitui uma verdadeira mistura, um amálgama que abarca denominações como *ciúme*, *desejo de vingança*, *ódio*, *calma* e *inveja* sem especificá-los, mostrando que o texto

43 Cf., a esse respeito, Vigarello (2020).

44 **Tradução nossa:** “O primeiro significado de emoção é portanto agitação ou confusão que existe no seio de um corpo coletivo, seja um caos civil ou uma desordem social”.

não se filia a uma ciência ou disciplina específica, ou ainda, por desconhecimento de quem escreve a respeito.

Um exemplo que parece estar ligado a não filiação de um autor a qualquer ciência que trabalhe com as emoções, mas intenta utilizá-las de modo prático, encontra-se em uma passagem retirada da obra *A manipulação da palavra*, de Philippe Breton. Nela, o autor utiliza diversas nomenclaturas para se referir a um mesmo universo, o das *emoções*:

As possibilidades abertas pela manipulação do conteúdo da mensagem são, como veremos, inumeráveis. Por conseguinte, não é possível reduzir a manipulação à dimensão “irracional” ou “afetiva” da comunicação. Acrescentaremos a isso que aquilo que é do domínio do sentimento, do charme, da estética ou da autoridade – ou seja, o que acompanha a mensagem propriamente dita ou que constitui sua apresentação – não é em si forçosamente manipulatório. O apelo aos valores, um dos recursos da argumentação democrática, mobiliza os afetos em profundidade. As paixões fazem parte do convencer e só se pode desejar expurgá-las em nome de um racionalismo estreito que confundiria convencer e demonstrar, razão argumentativa e raciocínio científico. É preciso, pois abrir espaço às paixões. Além disso, a mobilização dos afetos para apresentar a mensagem não se refere unicamente à relação psicológica que aquele que deseja convencer tentará instaurar, mas também à formulação, notadamente estética, da própria mensagem. Não reduziremos, pois, a manipulação dos sentimentos unicamente à dimensão “relacional”. (BRETON, 1999, p. 63–64 [grifos nossos].

O que Breton faz, ao utilizar os diferentes termos, é impossibilitar uma leitura que permita levar adiante um estudo das emoções. Já em nosso trabalho, empregaremos teoricamente os termos “*pathos*” e “emoção”, havendo razões específicas para essa escolha. Em relação a *pathos*, sua utilização se deve ao recorrente uso que analistas do discurso realizam do termo. Charaudeau (2010, 31), por exemplo, vale-se de derivados desse termo para se referir ao universo das emoções, como ao utilizar “patêmico” para se referir às situações em que existe um julgamento coletivo de valor em que “um actante que acredita ser beneficiário ou vítima” é questionado. Além disso, o autor afirma que o uso das emoções enquanto visadas e efeitos discursivos que consideram a intencionalidade do locutor fazem com que ele prefira “*pathos*” à “emoção” (CHARAUDEAU, 2010, p. 35).

O termo *emoção*, ao qual daremos maior importância, possui, a nosso ver, uma maior neutralidade quando comparado aos demais. Além disso, acreditamos que ele possibilita um

diálogo mais eficaz com diversas áreas do saber que também trabalham com esse termo como a História (ANSART, 2004; FERRO, 2012), Ciências Políticas (FASSIN, 2019) e Sociologia (CATTANI, 2020), dentre outros.

A opção por *emoção* deve-se também à capacidade que lhe parece ser exclusiva para organizar, sob um mesmo rótulo, noções indispensáveis ao empreendimento argumentativo, as quais circulam por diferentes áreas do saber. Exemplos são *angústia, ira, medo, compaixão, vergonha e desejo de vingança*, algumas noções que não caberiam unicamente no conceito de *pathos*, de *afeto*, ou de *sentimento*, nem de qualquer outro isoladamente.

Acerca disso, temos como exemplo a tradução portuguesa da *Retórica* (2012), de Aristóteles, realizada por Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena, os quais também optaram por utilizar o termo “emoção”, apesar de o filósofo empregar “*pathos*”. Igualmente, nos três volumes da coletânea *História das emoções* (CORBIN, 2020; COURTINE, 2020; VIGARELLO, 2020a), “emoção” é utilizado de modo a abranger uma série de outros “termos” que muitas, vezes possuem diferentes denominações, a depender da ciência ou disciplina com a qual interagem.

A Retórica aristotélica nos fornece um exemplo da abrangência o termo “emoção”, uma vez que, na obra, os termos “piedade”, “calma”, “ira” e “raiva” podem ser compreendidos como “*pathos*” ou “paixão”, mas também têm sido englobados no terreno das “emoções”. Outra razão pela qual priorizaremos o termo advém, como já afirmado, do destaque que este tem alcançado quando se trata de abordar diferentes áreas do saber, uma vez que consegue, sem gerar conflito, trabalhar com várias ciências e disciplinas, como ocorre com a Psicologia, que emprega tanto *afeto* quanto *emoção*, a depender da corrente de estudos dessa ciência.

Esclarecemos, por fim, que, devido à diversidade de autores com os quais trabalhamos, os diferentes termos explicados nas páginas anteriores, relacionados ao universo das emoções serão recorrentes ao longo da tese. Contudo, sempre procuraremos contextualizá-los, a fim de não sairmos da nossa disciplina de estudos.

2.2 Imagens de si, imagens do outro e emoções

“Quem nunca roubou não vai me entender. E quem nunca roubou rosas, então é que jamais poderá me entender.” (LISPECTOR, 1999, p. 298)

O interesse, desde a Antiguidade, pelo estudo das emoções não se tratou de um acaso, mas da importância que estas possuem para a interação humana. Não foi por qualquer motivo que Aristóteles afirmou no livro 2 da Retórica, que esta não tem por função específica *persuadir*, mas “discernir os meios de persuasão mais pertinentes a cada caso, tal como acontece em todas as outras artes” (ARISTÓTELES, 2012, p. 11), sendo as emoções um dos meios primordiais de persuasão no discurso. Conforme o pensamento aristotélico, as emoções são capacitadoras da “formação dos juízos” (ARISTÓTELES, 2012, p. 83–84), ou seja, poderiam conduzir uma argumentação a um fim almejado pelo orador, algo bastante ambicioso.

Nos últimos anos vêm crescendo o número de obras destinadas a ensinar que qualquer um é capaz de persuadir o outro, o que confere ao discurso um poder quase mágico. Ocorre que tais publicações constituem uma forma publicitária bastante eficiente de vender livros acerca do assunto, bem como de atrair um certo público, interessado no sucesso pessoal, para cursos com a finalidade de ensinar a arte do *convencimento*, da *persuasão*, da *influência*. Sabemos que a divulgação dessa “mágica persuasiva” não constitui algo novo, existindo desde a Antiguidade greco-romana, quando, mestres da Retórica a apontavam como a arte da persuasão – o que Barthes denomina como o nascimento da “palavra fingida” (BARTHES, 1987, p. 24).

No diálogo Górgias (PLATÃO, 2016), um dos principais nomes utilizados quando o assunto constitui o vencer um debate a qualquer custo, Platão aborda a arte da persuasão pelo discurso. Nesse diálogo, Sócrates, tendo como interlocutor Górgias, indaga ao sofista do que se trataria a Retórica, sabendo de antemão como este a considerava, pois se gabava de ser um mestre em tal arte. Na passagem a seguir, vemos o poder que o sofista atribui a essa arte:

SÓCRATES: O que é isso, então, a que te referes [a Retórica]?

GÓRGIAS: A meu ver, ser capaz de persuadir mediante o discurso os juizes no tribunal, os conselheiros no Conselho, os membros da Assembleia na Assembleia e em toda e qualquer⁴⁵ reunião que seja uma reunião política. Ademais, por meio desse poder terás o médico como escravo, e como escravo o treinador. Tornar-se-á manifesto que aquele negociante negocia não para si próprio, mas para outra pessoa, para ti, que tens o poder de falar e persuadir a multidão. (PLATÃO, 2016, p. 189–191).

Pela afirmação de Górgias, o orador é capaz de realizar toda façanha que deseje, uma vez que poderia utilizar qualquer pessoa para exercer o que lhe satisfizesse. No entanto, concordar com Górgias seria crer na existência de um interlocutor passivo, incapaz de contra-argumentar. Ora, o interlocutor não é um ser completamente passivo. É certo que, em determinados momentos, ele poder se tornar frágil, a exemplo de quando tomado por uma tristeza profunda, como no período de luto, mas também deve ser compreendido como um sujeito “inter-ativo”⁴⁶, agindo em conjunto com o *outro*, que se comporta a partir da relação estabelecida entre *si* e os demais: “pai e filho”, “patrão e empregado”, “marido e esposa”, conforme possibilitar a *situação de comunicação*.

Ocorre que na argumentação, um diálogo entre locutor e interlocutor (ou orador e auditória, conforme a perspectiva da Retórica) ocorre, de modo a um exercer influência sobre o outro. No *Tratado da argumentação*, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) destacam a importância de uma abordagem comunicativa da argumentação do seguinte modo:

Enquanto o orador argumenta, o ouvinte, por sua vez, ficará inclinado a argumentar espontaneamente acerca desse discurso, a fim de tomar uma atitude a seu respeito, de determinar o crédito que lhe deve dar. O ouvinte que percebe os argumentos não só pode percebê-los à sua maneira como é o autor de novos argumentos espontâneos, o mais das vezes não expressos, mas que ainda assim intervirão para modificar o resultado final da argumentação. (PERELMAN; OLBRECHTS-

45 A distinção que aqui fazemos entre Retórica e argumentação ancora-se no fato de a Retórica englobar diversos procedimentos que não se restringem apenas aos meios de persuasão argumentativos. Certamente existe uma retórica que possui como pretensão persuadir o interlocutor mediante uma argumentação, mas existem também retóricas que se preocupam com o estilo, com as figuras, com o belo, dentre outros. A argumentação constitui um espaço, por meio do qual são denominadas as diversas teorias que possuem como pretensão o estudo dos meios pelos quais os seres humanos são capazes de persuadir, ou convencer, uns aos outros.

46 A esse respeito ver Arcanjo e Peixoto (2019), os quais realizam uma análise das falas de Brutus e de Marco Antônio na peça *Júlio César*, de Shakespeare.

TYTECA, 1996, p. 213).

Na posição dos autores, podemos entrever um diálogo com a noção bakhtiniana de *dialogismo*. Isto porque para Bakhtin e Volochínov: “Toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal.” (BAKHTIN (VOLOCHÍNOV), 2010, p. 99). Logo, todos os efeitos produzidos por uma argumentação, são contra-argumentações, e, assim como a argumentação primeira, seu conteúdo situa-se no tempo, no espaço e na pessoa dos interlocutores que argumentam.

Embora não estejamos afirmando que as ideias bakhtinianas já estavam presentes no *Tratado*, existe uma proveitosa discussão entre o pensamento de ambos os autores, sendo por esse motivo que concordamos com Fiorin, ao afirmar:

Quando se disse que a concepção da heterogeneidade linguística já estava presente na criação da retórica, não se quis dizer que a retórica é uma prefiguração, por exemplo, do dialogismo bakhtiniano [...] O que se estava fazendo era ler os temas abordados pela retórica sob a ótica das questões teóricas modernas. (FIORIN, 2015, p. 26)

Trata-se do que intentamos ao realizar um estudo das emoções no discurso a partir, especificamente, da abordagem da *argumentação no discurso*. Fiorin prossegue seu raciocínio afirmando que os estudos do discurso necessitam “herdar” a Retórica:

Herdar a retórica significa, pois, de uma parte, levando em consideração séculos de estudos já realizados, descrever, com as bases dos estudos discursivos atuais, os procedimentos discursivos que possibilitam ao enunciador produzir efeitos de sentido que permitem fazer o enunciatário crer naquilo que foi dito; de outra, analisar o modo de funcionamento real da argumentatividade, ou seja, o *dialogismo* presente na argumentação. (FIORIN, 2015, p. 26 [itálico nosso])

Compreendida essa questão, podemos voltar às reflexões acerca de a Retórica não ser

uma *tekhné* (arte ou técnica) que visa ensinar os indivíduos unicamente a persuadir (REBOUL, 2004, p. 18), porém, mais do que isso, ela é uma *tekhné* que visa ensiná-los a compreender o que há de belo, didático e persuasivo nos discursos, às vezes enfrentando complicados problemas para separar cada um desses eixos. Portanto, os alicerces que funcionam como sustentáculo para as afirmações e indagações que até aqui expusemos e que tanto a Retórica quanto as teorias da argumentação realizam, variam conforme o interesse de cada uma.

A existência dessa diversidade, da mesma forma como ocorre com a Linguística e, no interior desta, com cada uma das disciplinas que lhe são afiliadas, a exemplo da própria Análise do Discurso, constitui uma gama de aparatos teóricos que serão proveitosos para o analista que os saiba utilizar. As *emoções* constituem um desses interesses, assim como as *proposições* e as *imagens de si* (e do *outro*) que o locutor constrói em seu discurso a fim de persuadir seu interlocutor. Os antigos denominavam estes argumentos por seus respectivos nomes em grego: *pathos*⁴⁷, *logos* e *ethos*, os quais existem em correlação, pois cada um desses argumentos relaciona-se com os demais, não se podendo pensar o *ethos* sem o *pathos* e este sem o *logos*. A importância de se compreender uma visão argumentativa das emoções, deriva de estas implicarem uma ação favorável ou desfavorável ao interlocutor. Ideia essa advinda de Aristóteles, para o qual os interlocutores não julgam da mesma maneira a quem amam e a quem odeiam. (ARISTÓTELES, 2012, p. 6-7).

Logo, compreender a natureza das emoções, o modo de despertá-las no interlocutor, as circunstâncias favoráveis e as desfavoráveis para instigá-las, tudo isso é importante para a construção argumentativa. Em vista disso, Aristóteles (2012) sustenta seu modo de ver, analisando emoções específicas na Retórica: *ira, calma, amizade e inimizade, temor e confiança, vergonha e desvergonha, amabilidade, piedade, indignação, inveja e emulação*. Outros autores propõem catálogos de emoções diferentes do sugerido por Aristóteles, o que pode ser motivado por não compartilharem da mesma interpretação. Um desses foi Cícero, o qual afirmou em sua obra, *Do orador*, que:

47 Cada um desses termos foi alvo, ao longo do tempo, de traduções que retiravam seu sentido original.

a maior parte do discurso deve ser empregada tendo em vista as paixões dos ânimos, por vezes, por meio de uma exortação ou de uma rememoração, para incitá-los [os homens] à esperança, ao medo, ao desejo ou à glória, muitas outras, ainda, para afastá-los do desatino, da cólera, da esperança, da injúria, da inveja, da crueldade. (SCATOLIN, 2009, p. 262).

As emoções expostas tanto pelo estagirita quanto pelo romano, ainda que não constituam uma listagem abrangente, são substanciais para a Retórica e para os estudos argumentativos. Além disso, os autores trouxeram formas de compreender os elementos do discurso retórico que foram de grande importância para as gerações posteriores a eles, ainda que não concordassem em pontos essenciais, principalmente acerca do *ethos*.

A *imagem de si* construída pelo locutor representa a principal discordância entre Aristóteles e Cícero, pois, enquanto para o primeiro o *ethos* constitui uma prova interior ao discurso, ou seja, o orador apresenta seu *caráter* por meio da técnica retórica (mediante suas palavras), para o segundo, o *ethos constitui* uma prova que não pode ser somente assim concebida (AMOSSY, 2018). Diversos outros autores da Antiguidade trataram do assunto, mas, Isócrates, contemporâneo de Aristóteles, e Quintiliano, gramático e retórico romano, destacam-se a esse respeito.

Aristóteles, portanto, opta por compreender o *ethos* como prova derivada do discurso, enquanto Cícero o entende como a arte de ser virtuoso e manejar de forma eficaz a palavra. Isócrates e Quintiliano, porém, são contrários a esses dois autores, uma vez que, para eles, unicamente se pode dizer aquilo que já se é. No século XXI, Amossy explicará que, para Isócrates, a grande questão seria “Quem pode incitar a virtude melhor do que um homem virtuoso?” (AMOSSY, 2018a, p. 81), e, para Quintiliano, “o argumento desenvolvido pela vida de um homem tem mais peso do que aquele que suas palavras podem fornecer” (AMOSSY, 2018a, p. 82), o que era totalmente contrário ao pensamento aristotélico e parcialmente ao pensamento ciceroniano.

O próprio Aristóteles, há quase dois milênios e meio, já afirmava ser necessário o conhecimento de alguns aspectos, bastante similares a estes para que seja possível analisar a emoção em um discurso (ARISTÓTELES, 2012, p. 85), como apresentamos anteriormente. Vejamos um caso apresentado pelo filósofo:

Quais as causas do medo? Quem tememos e em que estado de espírito sentimos medo? É o que vamos esclarecer a seguir. Vamos admitir que o medo consiste numa situação aflitiva ou numa perturbação causada pela representação de um mal iminente, ruinoso ou penoso.

[...]

Se o temor é isto, forçoso é admitir que as coisas temíveis são as que parecem ter um enorme poder de destruir ou de provocar danos que levem a grandes tristezas. É por isso que os sinais dessas eventualidades inspiram medo, pois mostram que o que tememos está próximo. O perigo consiste nisso mesmo: na proximidade do que é temível. (ARISTÓTELES, 2012, p. 99–100)

As reflexões aristotélicas nos levam a concluir que somente podemos reconhecer a expressão das emoções em uma situação de comunicação específica, sendo possível analisá-las apenas a partir desse critério. Assim, em sua análise sobre o *medo* Aristóteles afirma que essa emoção implica uma “situação aflitiva” ou uma “perturbação causada pela representação de um mal iminente, ruinoso ou penoso” (ARISTÓTELES, 2012, p. 99–100). O medo aqui é caracterizado como “uma situação aflitiva”, sentida pelo sujeito em relação àquilo que possui um “enorme poder de destruir ou de provocar danos que levem a grandes tristezas” (2012, p. 100). Trata-se de uma emoção com potencial para tornar o sujeito passivo, caso este se incline ao medo como um condutor para o ressentimento, como veremos no Capítulo 5.

Devemos nos atentar para as situações que implicam ser o medo, para Aristóteles, uma questão temporalmente próxima do sujeito, como uma fera que se aproxima, uma pessoa que nos ameaça com arma de fogo, além de outras parecidas. Contudo, concordamos em parte distanciamos-nos do filósofo quanto a essa interpretação por acreditar que haja situações em que o tempo é um fator relevante. Essas constituem as situações em que o *medo* aparece associado à *preocupação*, a exemplo dos momentos em que acreditamos que algo ruim possa acontecer a uma pessoa querida ou a nós mesmos, em um tempo próximo ou longínquo. Essa associação influencia a busca pelo porte de armas, pelo investimento em segurança pública, a busca dos pais para dar uma boa educação aos filhos, ou seja, trata-se de um medo ligado tanto ao individual quanto ao coletivo.

Para que sintamos medo, não é necessariamente que tenhamos sofrido um mal e temamos sofrê-lo novamente, pois o uso da imaginação é o principal fator para que ele seja despertado em nós. Esse é o caso de recursos como a ameaça, mesmo as indiretas, como acontece quando histórias são contadas a fim de amedrontar os indivíduos. Existe também o

receio daquilo que não pode ser visto, o que foi encarnado no lobo maligno e nas mortes provocadas por diversas alcateias em toda a Europa, a partir do século XVII, fazendo com que muitas pessoas que eram acusadas de canibalismo e de feitiçaria fossem assassinadas, ou ainda que fosse obrigado a se retratar em público todo aquele que, sem provas, chamasse outro indivíduo de *lobisomem*, isto é, levasse a comunidade a ver o *outro* com olhos de preocupação (DELUMEAU, 2009, p. 102–105).

2.3 Análise do Discurso e emoções

Em razão de a Análise do Discurso ser uma disciplina com uma abordagem interdisciplinar, tornou-se possível que antigos problemas ganhassem maior abrangência a partir da troca de conhecimentos. Alguns exemplos advêm de como o *logos* adquiriu uma nova interpretação a partir das pesquisas sobre a *Argumentação na Língua*, desenvolvidas por Ducrot (1977, 1981) e Ducrot e Anscombre (1976).

Também o *ethos* pode ser ampliado, quando alinhado ao trabalho de Goffman (2011) sobre as imagens que os sujeitos elaboram de *si* e do *outro* no cotidiano, ou quando pensado em conjunto com o quadro das *formações imaginárias* de Pêcheux (1990, p. 83). Além disso, Lima (2006) mostrou-nos que a construção das *imagens de si* (o *ethos*) necessitam também ser conciliadas com as *imagens do outro*, já que a construção discursiva do ponto de vista acerca de algo ou alguém ocorre a partir de múltiplos olhares, sendo por meio deles que uma determinada argumentação será fundada.

Já em meados dos anos 2000, momento em que o interesse dos linguistas pela argumentação se consolida pelo menos nos países francófonos, cresce também um interesse pelos estudos sobre emoções. Os trabalhos com o *pathos* tem sido os mais recentes em Análise do Discurso, ocorrendo, principalmente, a partir do ano 2000, quando foi publicada a obra coletiva *Les émotions dans les interactions*, organizada por Christian Plantin, Marianne Doury e Véronique Traverso.

Essa coletânea permitiu que variadas possibilidades de integralização das emoções nos

estudos não apenas do discurso, mas também de uma parte das ciências da linguagem, já que em todo uso do verbo as emoções se fazem presentes.

O debate a respeito de o *ethos* ser ou não uma prova advinda unicamente das palavras continuou no século XXI, possuindo adeptos de ambos os lados. A maior parte dos pesquisadores da Análise do Discurso, dentre os quais nos incluímos, preferem um meio termo, a partir do qual tanto é importante o que se sabe a respeito do locutor antes que ele tome a palavra – o que se denomina *ethos pré-discursivo* –, quanto o manejo por ele realizado com o verbo ou outras formas de signo⁴⁸ (seleção lexical, ordenamento sintático, utilização de figuras retóricas, de implícitos etc.), denominando-se este recurso de *ethos discursivo*. Assim, são exatas, do nosso ponto de vista, as palavras de Charaudeau, quando este afirma que

O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe a priori do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem. (CHARAUDEAU, 2006b, p. 115).

Relembremos, contudo, que para a Análise do Discurso, o *ethos*, sendo a construção da imagem do locutor, e não do indivíduo, baseia-se no que o locutor aparenta ser, e não no que ele é, pois é impossível saber se quem demonstra sinceridade é sincero, ou se quem demonstra compaixão, é compassivo. Assim como é impossível compreender se quem demonstra uma emoção a sente. Galinari nos apresenta um exemplo desse último caso. Segundo o autor: “Não se deve confundir os estados emocionais ocasionados *no* auditório com a afetividade expressa ou sentida pelo orador. A princípio, as paixões demonstradas pelo enunciador não são da ordem do *pathos*, mas sim de um *ethos emocionado*.” (GALINARI, 2007, p. 235 [itálicos do autor]).

Estando as emoções e as demais provas retóricas inter-relacionadas, compreendemos, por exemplo, o caso da compaixão, uma emoção ligada a diferentes *imagens de si* (e também do *outro*), uma vez que o compassivo, isto é, aquele que aparenta possuir compaixão, pode

48 Cf. a esse respeito o artigo *Le message photographique* (BARTHES, 1961), no qual o autor demonstra como discursos que possuem imagens icônicas são capazes de despertar em nós “sensações específicas”.

projetar um *ethos* de humano, de solidário ou de sincero, conforme a situação em que a imagem é projetada. Igualmente, um *ethos* de cólera pode vincular-se a emoções como a indignação, a piedade ou a compaixão.

Na análise das emoções suscitadas, a partir da argumentação no discurso, é preciso também conseguir as respostas para perguntas como: “Qual emoção o locutor (A) procura suscitar em seu interlocutor (B, C, D, F...), ao tratar de uma temática específica (X), em uma situação de comunicação específica (X), bem como se utilizando das possibilidades existentes para isso (que seriam os *implícitos*, *modalizadores*, *seleção lexical*...)?”, uma vez que essas questões apontam para a relação entre as provas.

Um autor que já enveredou nesse campo, na tentativa de compreender melhor o papel das emoções no discurso é Patrick Charaudeau (2010, p. 23), para o qual

- a Análise do Discurso não trabalha com uma fisiologia das emoções;
- também não se interessa pelas disposições comportamentais dos indivíduos;
- muito menos pela recorrência desses comportamentos.

Essas afirmações constituem o pilar de nossas análises, pois a Análise do Discurso não possui como pretensão analisar o indivíduo, mas o “sujeito”, enquanto ser de linguagem. Desse modo, aquele que se interesse em trabalhar, por exemplo, os escritos de Machado de Assis sobre a obra de Eça de Queiroz, não poderia, na qualidade de analista do discurso, sequer pensar em analisar a pessoa de Machado de Assis ou de Eça de Queiroz, mas o discurso literário, bem como os sujeitos languageiros, as perspectivas por meio das quais eles compreendem um ao *outro*, além de muitas outras possibilidades criadas pelas teorias da Análise do Discurso. Além disso, é preciso haver criatividade por parte do analista, já que ele necessitará exercer sua análise, conforme o discurso exigir, e não seguindo previamente um manual de análise, pois, mesmo havendo princípios a serem respeitados, nenhuma análise discursiva ou textual é igual à outra.

Igualmente, não cabe ao analista do discurso abordar a recepção das emoções (ou seja, saber se em um discurso que visa incitar o medo, ocorre a manifestação dessa emoção pelo interlocutor), como afirma Charaudeau (2010), porque, na concepção desse autor, o sujeito

que inicia a comunicação (o *sujeito comunicante*) direciona sua fala para um ser idealizado (o *sujeito destinatário*), concebido em sua mente a partir do papel social por ele desempenhado (médico, professor, cliente, cidadão comum etc.) e dos traços do outro por ele notados (loira, morena, religiosa, pessoa séria, chateada, calma etc.). Isso ocorre devido a esse sujeito comunicante não possuir meios para chegar ao sujeito real (o *sujeito interpretante*), o verdadeiro alvo do seu dizer, aquele que se pretende atingir durante a interação, mas que o sujeito comunicante pode apenas projetar uma imagem deste, uma vez que é incapaz de ler seus pensamentos a fim de saber seus gostos, suas motivações.

Por isso, afirmamos que o *sujeito comunicante* (EUc) produz um ato de linguagem tendo em vista um *sujeito interpretante* (TUi) inacessível para ele, mas que deseja atingir de alguma maneira, sendo por essa razão que o aborda, a partir de um papel que cria de si mesmo, ou seja, um personagem que pode ser “carinhoso”, “rígido”, “patriótico”, “anarquista”, por exemplo. O que ele deseja dizer, é dito por *sujeito enunciador* (Eue), criado com a finalidade única de atingir o *sujeito destinatário* (Tud) uma imagem do que poderia ser o TUi, já que o Euc não possui acesso ao Tui (CHARAUDEAU, 2008b, 2008a), que acreditamos poder ser utilizada em paralelo com a análise argumentativa do discurso.

É a partir de sua concepção de sujeito que Charaudeau pode afirmar não ser possível ao analista do discurso estudar as emoções como aquilo que os indivíduos verdadeiramente sentem. O teórico afirma que o analista deve compreender, antes de tudo, que:

A análise do discurso não pode se interessar pela emoção como realidade manifesta, vivenciada por um sujeito. Ela não possui os meios metodológicos. Em contrapartida, ela pode tentar estudar o processo discursivo pelo qual a emoção pode ser estabelecida, ou seja, tratá-la como *efeito visado* (ou *suposto*), sem nunca ter a garantia sobre o *efeito produzido*. (CHARAUDEAU, 2010, p. 34 [itálicos do autor])

Logo, é possível procurar elementos indicadores da emoção que se pretendeu fazer o *outro* sentir (*efeito visado*), mas se esse *outro* a sentiu (*efeito produzido*), isso já está fora do que pode fazer a Análise do Discurso. O analista, portanto, não fará o mesmo que pretende um cientista da comunicação, como Philippe Breton (1999), o qual afirma haver meios eficazes

para colocar o *outro* em uma situação da qual ele seria incapaz de se esquivar.

Não negamos que tais meios existam, mas negamos que a Análise do Discurso possa lidar com eles, a não ser em associação a uma teoria da recepção, como faz Claude Chabrol.

A partir de Charaudeau (2006b, 2008b) é impossível que o *eu* controle o *outro*, pois o *eu* não possui domínio sobre aquele, ainda que deseje ou acredite possuir. Além disso, como foi também visto a partir de Perelman e de Olbrechts-Tyteca (1996), quando o locutor argumenta, o interlocutor contra-argumenta, passando a ser possível, então, afirmar que o *outro*, a quem me dirijo, não é um fantoche ou uma marionete.

Dentre os diversos analistas do discurso e da argumentação que se dedicaram ao trabalho com as emoções, os nomes de Charaudeau (2006b, 2007, 2010), Lima (2006, 2017, 2016), Plantin (2010, 2011) e, mais reservadamente, Angenot (2008, 2016) – uma vez que seu interesse não constitui um amplo estudo sobre as emoções, à maneira dos anteriores –, são alguns, dentre muitos, que se destacam. Cada um dos autores segue uma linha de trabalho diferente, mas unificam-se ao afirmar ser possível o estudo da expressão das emoções em discursos diversos, mesmo que não seja possível saber se a emoção expressa pelo locutor é a que ele inicialmente almejava ao tomar a palavra.

Como dito anteriormente, a Análise do Discurso é incapaz de saber se o *efeito visado* foi o *efeito produzido*, mas lhe é possível detectar se determinadas emoções foram ou não expressas, por meio de recursos diversos. Tanto Plantin (2011) quanto Charaudeau (2010) compreendem que o trabalho do analista do discurso com as emoções não se assemelha ao do psicólogo, o qual realiza um procedimento clínico ou comportamental. O analista do discurso interessa-se por compreender como se constroem discursivamente as emoções, ou como, por meio do discurso, é possível que se incite a construção ou desconstrução delas – tarefa que preocupa mais, porém não somente, ao analista do discurso que se interessa pelo estudo da argumentação.

No Brasil, ainda há pouca produção sobre o assunto, além de as obras dos autores mencionados ainda não terem sido traduzidas para o português brasileiro. A publicação ainda se restringe a artigos publicados em periódicos e capítulos de livros, mas existe um movimento crescente nessa direção, ao qual essa tese se une ao abordar o ressentimento.

A partir desses breves comentários a respeito das emoções, podemos, no próximo

capítulo, abordar o que denominamos *constelação emotiva do ressentimento*, uma vez que o conceito de emoção já foi definido, bem como o motivo de preferirmos seu uso em detrimento dos demais.

Capítulo 3

3 RESENTIMENTO: UMA BREVE HISTÓRIA

“Uma maneira de datar o nascimento efetivo de fenômenos históricos gerais como as revoluções – ou, a propósito, os Estados nacionais, o imperialismo, o regime totalitário e outros – é, naturalmente, descobrir a primeira vez em que aparece a palavra que, a partir daí, passa a se vincular ao fenômeno. É óbvio que todo novo aparecimento entre os homens requer uma nova palavra, quer se cunhe um novo termo para designar a nova experiência, quer se utilize um termo antigo com significado totalmente novo. Isso se aplica duplamente à esfera política da vida, na qual a fala reina suprema.” (ARENDR, 2011, p. 64)

Tratar teoricamente do tema do ressentimento é remontar inicialmente ao pensamento expresso pelo filósofo prussiano Friedrich Nietzsche em toda sua obra, mas sobretudo na *Genealogia da moral*, publicada pela primeira vez em 1887, na qual o autor teoriza, com maior ênfase, seu entendimento sobre o assunto. Conforme sugere nessa obra, o ressentimento seria uma miscelânea de emoções de caráter negativo, criadoras e transformadoras de valores que moldaram as sociedades antigas e continuaram repercutindo no homem moderno. Em quaisquer situações, e em meio a quaisquer indivíduos, o ressentimento poderia ser manifesto, uma vez que se entranhou nos mais variados domínios. Isso não quer dizer que todos os seres humanos sejam ressentidos, mas que todos seriam passíveis de sê-lo.

A palavra “ressentimento” não foi inventada por Nietzsche, ela já era de uso corrente na língua francesa na época do filósofo. Segundo Paschoal (2014), o termo aparece em Montaigne, no século XVI, em Molière, no XVII, em Balzac, no XIX, e em outros autores, acreditando-se que seu uso nessa língua tenha se iniciado a partir do século XVI, derivado do verbo francês “*ressentir*”. O termo “ressentimento” era utilizado no francês, anteriormente ao século XIX, para designar ora aspectos negativos, ora aspectos positivos relacionados à repetição de uma emoção – o sentir novamente algo outrora experimentado.

Mesmo na língua alemã, Nietzsche não foi o primeiro a utilizar o termo “*ressentiment*”, pois o filósofo Eugen Dühring já havia incluído a palavra em seus estudos antes do niilista. No entanto, com Nietzsche a ideia apresentada pelo “*ressentiment*” francês foi ampliada e ligada aos aspectos morais, sociais e psicológicos do ser humano, além de

romper com os genealogistas tradicionais da moral, apresentando ideias originais e polêmicas para sua época e para as seguintes, uma vez que encontraremos a reutilização das ideias nietzschianas sobre o ressentimento, bem como as veremos reelaboradas um século mais tarde por autores como Angenot (1997; 2016), Bourdieu (1996), Kehl (2015) e diversos outros.

Doze anos após o falecimento de Nietzsche, o filósofo alemão Max Scheler apresentou uma visão sobre o ressentimento concordante em muitos aspectos daquela exposta por seu colega, porém discordando de pontos específicos, que levavam o cristianismo a ser visto como “a religião dos ressentidos”, segundo a ótica nietzschiana. Como se verá nas páginas seguintes, Scheler abordou de modo diferente o ressentimento, enfatizando a *constelação de emoções negativas* que o formam tanto individual quanto socialmente, e não sua formação com base em um tipo específico de crença religiosa.

Os teóricos que posteriormente estudaram o assunto elaboraram sua compreensão sobre o ressentimento concordando ou discordando desses dois autores, porém os utilizando como referência inicial. O remonte a eles deve-se ao fato de ambos não apenas terem sido os primeiros conceituadores do termo tal como o conhecemos atualmente, mas também à importância que o ressentimento adquiriu nos diferentes domínios do saber após seus trabalhos.

Um dos domínios mencionados é o da linguagem, em sentido amplo, pois esta é uma das formas de manifestação da miscelânea de emoções constitutivas do ressentimento. Ocorre que inclusive o ato de calar-se nos diz algo sobre a relação entre interlocutores, o tópico da discussão ou mesmo os discursos em sua relação interdiscursiva – acerca de como uns se relacionam com os outros, por isso podemos mesmo pensar na importância do dialogismo bakhtiniano nessa reflexão.

3.1 A “reinvenção” do ressentimento em Nietzsche

Iniciemos a questão nietzschiana inquirindo o porquê de o filósofo utilizar um termo pertencente ao léxico francês, e não ao alemão, para expor suas considerações. Nietzsche não

responde a essa questão, a qual será tratada somente por Max Scheler (2012), já no século XX, a fim de explicar a utilização de “ressentiment” em sua obra, a qual, apesar de não ser concordante com o pensamento de Nietzsche, parte das considerações do autor da *Genealogia da moral* para apresentar um modo diferente de ver o assunto. Scheler afirma que o emprego de “ressentiment” se dá por não haver em língua alemã uma palavra que expresse o equivalente ao termo francês, sendo que a concordância entre os filósofos se dá pela escolha do termo e em relação ao fato de o ressentimento ser uma junção de emoções negativas.

Em Nietzsche, ressentir-se constitui uma característica dos fracos, pois somente eles poderiam apresentar a *constelação emotiva*⁴⁹ relacionada ao termo, a exemplo de rancor, amargura, inveja, desejo pelo sofrimento alheio. Isso ocorreria devido aos ressentidos viverem em um perpétuo *sentir novamente* emoções que visam à destruição do *outro*. Tais emoções são derivadas e causadoras dos conflitos de valores entre grupos passíveis de serem por elas dominados.

Na *Genealogia da moral*, Nietzsche declara que sua investigação sobre a origem das questões morais não se iniciara repentinamente, mas quando o autor ainda era um garoto de treze anos. Na época, a origem do *bem* e do *mal* teria sido por ele atribuída a Deus, mas logo a ideia foi abandonada, a fim de que uma busca sobre o início dessa dualidade, que permeou a humanidade durante toda a história de que temos notícia, fosse buscada *no mundo terreno*, e não em um *além-mundo*.

A ligação entre a *moral* e o *ressentimento* alicerça-se, por um lado, pelo fato de este último ser resultante dos preconceitos dos indivíduos, das oposições que determinam os modos destes conceberem o mundo, os seres que nele habitam, bem como a relação entre esses seres. Por outro lado, a interpretação dos valores morais a partir das oposições entre o “bom” e o “mau”, o “positivo” e o “negativo” seriam assim definidos por quem e em relação a quem? Sob que condições os valores morais teriam surgido e, acima de tudo, quais valores os próprios valores possuiriam? Esses são pontos explorados por Nietzsche (2009), que afirma somente ter a eles chegado após uma educação histórica e filológica.

49 Utilizamos aqui a expressão apresentada pela psicanalista Maria Rita Kehl (2015, p. 13), para a qual o ressentimento é uma “*constelação afetiva*”. No entanto, como não pertencemos à mesma área de estudos de Kehl, a Psicanálise, além de nos situarmos na esteira de Plantin, Lima, Amossy, Charaudeau e de diversos outros analistas do discurso, unicamente nos apropriando da expressão da autora, substituindo o termo *afeto* pelo termo *emoção*.

O filósofo não concebe a existência *em si* dos valores, mas sua definição por contraste, a qual ocorre na relação entre indivíduos e grupos. Exemplo disso é exposto na passagem que segue:

Nada sabemos, por certo, a respeito de uma qualidade essencial que se chama honestidade, mas, antes do mais, de inúmeras ações individualizadas e, por conseguinte, desiguais, que igualamos por omissão do desigual e passamos a designar, desta feita, como ações honestas. A partir delas formulamos, finalmente, uma *qualitas occulta* com o nome: honestidade. (NIETZSCHE, 2007, p. 36)

Perguntas como “Por que o bom e o mau são assim classificados?”, ou “O que leva uma atitude a ser valorizada positivamente e outra a ser rechaçada pelos seres humanos?”, constituem questões que repercutem em seus escritos. Nestes, verificamos que o filósofo acreditava serem os valores – a exemplo da piedade, da compaixão e da abnegação –, considerados “bons” ou “maus” por razão adversa ao altruísmo ou à grandeza de caráter, além de defender a necessidade de essa razão ser buscada na origem dos preceitos morais, chegando a afirmar:

E se o contrário fosse a verdade? E se no “bom” houvesse um sintoma regressivo, como um perigo, uma sedução, um veneno, um narcótico, mediante o qual o presente vivesse como que às expensas do futuro? Talvez de maneira mais cômoda, menos perigosa, mas também num estilo menor, mais baixo?... De modo que precisamente a moral seria culpada de que jamais se alcançasse o supremo brilho e potência do tipo homem? De modo que precisamente a moral seria o perigo entre os perigos?... (NIETZSCHE, 2009, p. 12)

Onde Nietzsche pretende chegar com essas considerações? Sua intenção consiste em refutar os genealogistas tradicionais da moral, para os quais as ações *boas* são consideradas como tais por aqueles aos quais algo *positivo* foi feito, ou seja, seriam os *beneficiados* por algo que julgariam um ato ou uma qualidade como *bom* ou *não bom*⁵⁰. Nietzsche, porém, vai

50 Nietzsche em nenhum momento utiliza a expressão “não bom”, nós a inserimos para, posteriormente, utilizar as expressões encontradas na obra do filósofo. Trata-se de uma estratégia que visa facilitar a

de desencontro a essa ideia ao inverter a equação, afirmando que não foram os beneficiados aqueles que inicialmente rotularam ações e juízos como *bons*, mas seus *benfeitores*. Logo, teriam sido “os nobres, poderosos, superiores em posição e pensamento, que sentiram e estabeleceram a si e a seus atos como bons, ou seja, de primeira ordem, em oposição a tudo que era baixo, de pensamento baixo, e vulgar e plebeu.” (NIETZSCHE, 2009, p. 16–17). Novamente encontramos a designação por contraste, tão necessária à formulação dos valores. Por meio dela, afirma-se que o *bom* é aquilo que um grupo valoriza, e o *não bom*, o valorizado por outros grupos.

Ao considerar que a crença no pertencimento a um grupo “elevado”, contrastando com um outro, “baixo”, seria a origem da oposição *bom* e *não bom*, Nietzsche busca embasar a gênese dessa oposição em como as diversas línguas desenvolveram etimologicamente o conceito de “bom”, a partir da *nobreza*, e o conceito de “não bom”, a partir do povo *não nobre*⁵¹. Nesse aspecto, tudo o que dizia respeito aos *aristocratas*, aos *bem-nascidos*, aos *espiritualmente privilegiados* seria considerado “bom”, ao passo que o relativo ao *plebeu*, ao *comum*, ao *baixo* seria “não bom”.

Nietzsche explica-se quanto a essa questão afirmando, por exemplo, poder interpretar a palavra latina *bonus* com o significado de “o guerreiro”. Entretanto, a condição para isso seria “derivar *bonus* de um mais antigo *duonus* (compare-se *belum* = *duelum* = *duen-lum*, no qual me parece conservado o *duonus*). *Bonus*, portanto, como homem da disputa, da dissensão (*duo*), como o guerreiro” (NIETZSCHE, 2009, p. 20).

Em um exemplo diferente do de Nietzsche, mas que procura atingir o mesmo objetivo, verificamos existir na língua portuguesa a palavra “vulgo”, significando “a classe popular da sociedade; plebe, povo”, em contraposição à palavra “vulgar”, apresentada como “de qualidade inferior; baixo, chulo, grosseiro, reles” (HOUAISS, 2009, p. n.p.). Desse modo, podemos notar como diversos termos empregados em referência ao comum das pessoas, às classes financeiramente baixas, também designam o que não é *bom*, sob diferentes aspectos.

Em sua hipótese dualística, que culminará com a invenção de valores morais, Nietzsche realiza a contraposição de duas castas, que representariam dois diferentes tipos de

compreensão sobre quem são e como pensam aqueles apontados pelo pensamento nietzschiano enquanto “ressentidos”.

51 Cf. Os exemplos etimológicos são apresentados por Nietzsche no parágrafo 4, da primeira dissertação da *Genealogia da moral*.

seres humanos: por um lado, haveria a casta *guerreiro-aristocrata*, por outro, a casta *sacerdotal*. Cada uma dessas distinguir-se-ia por oposição à outra, já que o valorizado por uma, seria rechaçado pela outra.

A casta sacerdotal guiar-se-ia pelos conceitos de *puro* e de *impuro*, entendendo-se por esse *modus vivendi* que: “O ‘puro’ é, desde o princípio, apenas um homem que se lava, que se proíbe certos alimentos que causam doenças de pele, que não dorme com as mulheres sujas do povo baixo, que tem horror a sangue – e não mais, pouco mais que isso!”. (NIETZSCHE, 2009, p. 21). A casta guerreira, por sua vez, representa um tipo de ser humano que possui *vontade de mais*, sendo esta, um ininterrupto amor pela vida, pelo mundo. Tal casta valorizaria o físico, a saúde, a guerra, a aventura, a dança, a vida terrena.

Conforme a visão nietzschiana, a valorização desses elementos faz com que os guerreiros sejam incapazes de ressentirem-se, já que respeitam seus inimigos, considerando como tais unicamente quem possua as mesmas qualidades por eles valorizadas. Tratar-se-iam daquelas relacionadas à *vitalidade*, ao *querer mais vida*, à ausência de *passividade*, pois quem possui especificamente esta jamais poderia, na visão da casta guerreira, ser um amante da vida.

Outra razão para a casta guerreira ser incapaz de ressentir-se ocorre por não conseguir guardar rancor, por sua incapacidade para lembrar-se de uma ofensa, em razão de compreender que somente os inferiores profeririam algo dessa natureza contra alguém. Em suma, a casta sacerdotal seria ignorada, em todos os aspectos, pela casta guerreira. Esses homens nobres, ao encarar um inimigo, não somente lhes demonstrariam e deles receberiam o devido respeito, mas com eles lidariam no calor da batalha, cessando posteriormente qualquer possibilidade de rancor, caso tenha havido derrota.

A casta sacerdotal, porém, é vista com desconfiança por Nietzsche, pois, segundo a compreensão do filósofo, esta seria constituída por uma ordem de indivíduos dotados de *ódio*, *inveja* e *ciúme* em relação ao que representa a casta guerreira. Para o autor, o conflito entre a casta sacerdotal e a casta guerreira ocasionou, em algum momento, a derrocada dos sacerdotes, devido à sua *impotência*, bem como à sua *fraqueza de espírito*. A interpretação do autor é a de que a oposição entre o modo de vida sacerdotal, comparado ao guerreiro, provocou emoções autodestrutivas nos sacerdotes, pois seria uma característica dessa casta a

inveja aos adversários.

Em um confronto como este, os sacerdotes teriam perdido não apenas por sua fraqueza física e falta de vitalidade, mas por serem incapazes de retaliar à altura. Curiosamente, a falta dessas características não tornaria essa casta menos ameaçadora, já que, como afirma Nietzsche: “Com os sacerdotes *tudo* se torna mais perigoso, não apenas meios de cura e artes médicas, mas também altivez, vingança, perspicácia, dissolução, amor, sede de domínio, doença” (2009, p. 22 [itálico do autor]). Além disso, os sacerdotes são vistos como “*os mais terríveis inimigos* – por quê? Porque são os mais impotentes. Na sua impotência, o ódio toma proporções monstruosas e sinistras, torna-se a coisa mais espiritual e venenosa.” (2009, p. 23 [itálicos do autor]).

Uma classe *impotente* poderia ser perigosa? No contexto apresentado, o perigo provém não de uma vingança física, ao modo dos guerreiros, mas de uma outra, quieta e vagarosa. Isso porque os derrotados não esquecem o que lhes aconteceu – terem sido submetidos aos guerreiros, não terem sido superiores a eles, bem como terem perdido o confronto –, além de sempre nutrirem emoções negativas em relação aos guerreiros, os vitoriosos. Este aspecto da casta sacerdotal somente pode ser entendido ao compreendermos a chave para a nutrição do ódio perpétuo por ela mantido contra os guerreiros, isto é, o *não-esquecimento*. Os sacerdotes não esquecem o que lhes foi feito, diz Nietzsche (2009, p. 27), sua *memória* é sua defesa e sua destruição.

O pilar do ódio sacerdotal teria eclodido quando os sacerdotes se transformaram em uma casta de escravos, com ânsia por vingança. Nietzsche afirma que diante de sua condição escrava e de sua natureza impotente, os sacerdotes não poderiam se vingar fisicamente, mas o fariam por outros meios, donde nasceria uma oposição mordaz à forma de ser e de pensar dos guerreiros, transformando em negativo o que para eles seria positivo.

Se os homens nobres exaltavam o *belo*, o *saudável*, o *forte*, o *abundante*, os sacerdotes procuraram, e conseguiram, no entender de Nietzsche, inverter essas qualidades, estabelecendo como “mau” o que os guerreiros valorizavam e como “bom” o que desvalorizavam. Dessa forma, o *feio*, o *doente*, o *fraco* e o *miserável* passaram a ser vistos como “bons” pelos sacerdotes unicamente como forma de vingança contra a casta guerreira, seus inimigos em vida e, com a invenção da metafísica, por Platão, no além-vida.

Quem seriam os sacerdotes escravos que moldaram o pensamento moral, transformando a vitalidade guerreira, essa *vontade de mais*, em algo “mau” – do homem antigo até o homem moderno? Para Nietzsche, esse foi o povo judeu, bem como toda a herança propiciada pela cultura judaica, principalmente, no mundo ocidental.

Ao tocar neste aspecto, Nietzsche “pisa em ovos”, pois sempre foi um perigo atribuir a origem de males a eles devido à perseguição sofrida durante toda a história desse povo. O filósofo ignora este aspecto e prossegue, firmando-os como os sacerdotes propagadores do ódio de que falara anteriormente, estendendo ainda sua responsabilidade pela criação de uma moral do ressentimento, pois do judaísmo adviriam outras religiões. Nietzsche resumirá a visão sacerdotal do mundo, em oposição à guerreira, do seguinte modo:

os miseráveis somente são os bons, apenas os pobres, impotentes, baixos são bons, os sofredores, necessitados, feios, doentes são os únicos beatos, os únicos abençoados, unicamente para eles há bem-aventurança — mas vocês, nobres e poderosos, vocês serão por toda a eternidade os maus, os cruéis, os lascivos, os insaciáveis, os ímpios, serão também eternamente os desventurados, malditos e danados!... (NIETZSCHE, 2009, p. 23).

A propagação ideológica dessas ideias seria firmada pelas religiões abraâmicas (judaísmo, cristianismo e islamismo), tendo como exemplo máximo o *Sermão da montanha*, proferido por Jesus e descrito no Evangelho segundo Mateus. Nele podemos ler:

1 Vendo as multidões, Jesus subiu ao monte e se assentou. Seus discípulos aproximaram-se dele,
 2 e ele começou a ensiná-los, dizendo:
 3 "Bem-aventurados os pobres em espírito, pois deles é o Reino dos céus.
 4 Bem-aventurados os que choram, pois serão consolados.
 5 Bem-aventurados os humildes, pois eles receberão a terra por herança.
 6 Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, pois serão satisfeitos.
 7 Bem-aventurados os misericordiosos, pois obterão misericórdia.
 8 Bem-aventurados os puros de coração, pois verão a Deus.
 9 Bem-aventurados os pacificadores, pois serão chamados filhos de Deus.
 10 Bem-aventurados os perseguidos por causa da justiça, pois deles é o Reino dos céus. (MATEUS 5:1-10)

A moral escrava, à qual se refere Nietzsche, é posterior à eclosão do ressentimento em relação aos guerreiros. Ela encontra-se na passagem em que os “*pobres em espírito*”, os *chorosos*, os “*humildes*”, os *vingativos* (“que têm fome e sede de justiça”), os “*misericordiosos*”, os “*puros de coração*”, os “*pacificadores*” e os “*perseguidos*” são qualificados como “bons”, ao passo que os contrários a todos esses aspectos, como os dotados de *vigor*, *coragem*, *amor à vida* são vistos como maus. Tal é a reviravolta percebida por Nietzsche quanto ao ressentimento escravo. A partir de então, os sacerdotes teriam conseguido criar, com sua vingança, uma moral que suplantou a guerreira, conseguiram realizar uma inversão de valores, de modo a tornar a si próprios como as vítimas de cruéis opressores: a casta guerreira.

Um ponto entre o judaísmo e o cristianismo deve ser percebido: trata-se do pensamento socrático concebido a partir dos escritos platônicos. Platão, fazendo de Sócrates sua personagem, possibilitou uma nova forma de pensar a relação entre o ser humano e o sagrado, a qual nem mesmo os cristãos discordam de que esta tenha sido incorporada por um “novo judaísmo” (o cristianismo). Ocorre que, mesmo que o judaísmo já possuísse o fervor de um povo que, ao longo dos séculos, foi perseguido por diferentes adversários (egípcios, babilônios, romanos etc.), ainda assim conseguiu, assim entende Nietzsche, um modo de ataque a partir da criação da metafísica. Sem isso, as palavras do *Sermão da montanha* não teriam sido possíveis⁵².

A nova arma possibilitada pelo platonismo, conforme Nietzsche, era a revolta silenciosa, disfarçada por promessas, inferências, desvalorização de si e valorização do divino, desvalorização do mundo, o que implicava a desvalorização dos nobres e de tudo o que era por eles valorizado. Por isso, Nietzsche afirma, ao mesmo tempo em que indaga:

É a ironia de Sócrates uma expressão de revolta? de ressentimento plebeu? Goza ele, como oprimido, de sua própria ferocidade nas estocadas do silogismo? *Vinga-se* ele dos homens nobres a quem fascina? — Como dialético, tem-se um instrumento implacável nas mãos; pode-se fazer papel de tirano com ele; expõe-se o outro ao vencê-lo. O dialético deixa ao adversário a tarefa de provar que não é um idiota: ele torna furioso, torna ao mesmo tempo desamparado. O dialético *tira a potência* do

52 É curioso que houve um período vazio de escritos bíblicos entre o último livro do Antigo Testamento (Malaquias, 430 a.C.) e o primeiro livro do Novo Testamento (Marcos, 50-70 d.C.). O que ocorreu entre esses séculos foi a difusão do pensamento platônico.

intelecto do adversário. — Como? A dialética é apenas uma forma de *vingança* em Sócrates? (NIETZSCHE, 2017, p. 14-15 [itálicos do autor])

O surgimento do ressentimento escravo possibilitou uma inversão de valores por meio do modo como a casta sacerdotal passou a ser vista como forte, pois exaltava o que passou a ser visto como positivo: a *fraqueza*, a *impotência* e mesmo a *doença*. Isso proporcionou o enaltecimento de emoções correlatas aos valores sacerdotais, as quais germinaram no seio social, a exemplo da *piedade* e da *compaixão*, além de outras que os guerreiros ignoravam, por não compreenderem como algo sadio ao “ser” humano.

A criação de valores a partir de emoções como essas seria a forma de defesa dos sacerdotes, pois estes não eram capazes de *agir* fisicamente. Poderiam apenas *reagir*, devagar e quase imperceptivelmente. Contudo, como fazê-lo? A resposta veio com a descoberta de que valores podem ser criados e reestabelecidos, contrapostos uns aos outros, de modo que isso foi visto como uma forma eficiente de combater o adversário (fosse ele “real” ou “imaginário”).

A descoberta da metafísica, assim como da retórica e da dialética gregas apareceram como ótimas armas para uma religião (o cristianismo) que nascia em meio a uma guerra contra judeus, dos quais a nova religião derivou, e contra romanos. É nesse sentido que Nietzsche (2016, p. 53–54) afirma ser a primeira carta de Paulo aos Coríntios um exemplo de como o ressentimento procura mudar valores, assim como ocorre no *Sermão da montanha*, transformando o *bom* em *mau*, a fim de exercer sua vingança que, de outro modo, não poderia ocorrer. Na passagem referida, o apóstolo cristão escreve:

20 Onde está o sábio? Onde está o erudito? Onde está o questionador desta era? Acaso não tornou Deus louca a sabedoria deste mundo?

21 Visto como, na sabedoria de Deus, o mundo não o conheceu por sua própria sabedoria, aprouve a Deus salvar os que creem pela loucura da pregação.

[...]

26 Irmãos, pensem no que vocês eram quando foram chamados. Poucos eram sábios segundo os padrões humanos; poucos eram poderosos; poucos eram de nobre nascimento.

27 Mas Deus escolheu as coisas loucas do mundo para envergonhar os sábios, e escolheu as coisas fracas do mundo para envergonhar as fortes.

28 Ele escolheu as coisas insignificantes do mundo, as desprezadas e as que nada

são, para reduzir a nada as que são,
 29 para que ninguém se vanglorie diante dele. (1 CORÍNTIOS 1: 20,21; 26-29)

O cenário criado por Nietzsche aponta o ressentimento em sociedade como uma forma de o sujeito atacar um *outro*. Por isso, o filósofo define o ressentimento como uma *reação* contínua e *imaginária*, sobrecarregada pelas emoções daqueles que não aceitaram a subserviência. Os ressentidos nietzschianos teriam, com o tempo, estabelecido uma nova maneira de pensar, por meio da qual alguns valores foram erigidos e outros entraram em derrocada.

A definição mais próxima de *ressentimento* que podemos encontrar em Nietzsche é vista na primeira vez em que o autor menciona o termo no livro *Genealogia da moral*, no qual ele escreve:

A rebelião escrava na moral começa quando o próprio ressentimento se torna criador e gera valores: o ressentimento dos seres aos quais é negada a verdadeira reação, a dos atos, e que apenas por uma vingança imaginária obtêm reparação. Enquanto toda moral nobre nasce de um triunfante Sim a si mesma, já de início a moral escrava diz Não a um “fora”, um “outro”, um “não-eu” — e este Não é seu ato criador. Esta inversão do olhar que estabelece valores — este necessário dirigir-se para fora, em vez de voltar-se para si — é algo próprio do ressentimento: a moral escrava sempre requer, para nascer, um mundo oposto e exterior, para poder agir em absoluto — sua ação é no fundo reação. (NIETZSCHE, 2009, p. 26 [sublinhados nossos]).

Essa constelação emotiva a que chamamos ressentimento existe unicamente por oposição a um “algo” ou a um “outro”, o qual seria tudo o que não somos. Se não tenho a quem *odiar*, *invejar*, *enciumar*, como ser ressentido? Se um grupo não é visto pelo meu como adversário, há possibilidade de ter por ele emoção negativa? No entanto, ao contrário do que pode aparentar, a dessemelhança entre sujeitos não ocorre de forma completa, eles não são divididos, mas complementados pela diferença, ou seja, possuem muitas qualidades semelhantes, porém se distinguem devido ao *eu* possuir, o que falta ao *outro*. Tal como afirma Charaudeau, “É uma ilusão acreditar que nossa identidade é única e homogênea. Somos, simultaneamente, o que não é o outro e o que ele é.” (CHARAUDEAU, 2016, p. 24).

As emoções características do ressentimento necessitam do embate para existir, bem como da reação silenciosa, que somente se manifestam, com quase todas as suas características, em determinados períodos existentes nas democracias contemporâneas. Afinal, o ressentido deixará de sê-lo caso se manifeste por completo, pois ele sabe que nenhuma batalha está completamente ganha, que a exposição completa de suas emoções pode ser sua derrocada.

Com sua tese sobre o ressentimento escravo, Nietzsche possibilitou que observássemos, a partir de uma perspectiva diferente, os valores que constituem as morais, estabelecendo o conflito e o ressentimento como a gênese destes valores. Os valores da casta guerreira, conforme o filósofo, integravam o que se designou, posteriormente, pela denominação “bom” – já que a essa casta interessava um determinado modo de viver, não importando nada mais, pois o contrário desse modo era ignorado. O *bom*, portanto, consistia no que era valorizado pelos guerreiros. O oposto a esse *bom* seria o *ruim*: o não guerreiro, o não caçador, o não festivo etc.

A rotulação dos valores da casta guerreira em *bom* ou *ruim* teria sido uma construção póstuma, afirma Nietzsche (2009, p. 28), já que somente se dera pela contraposição aos valores do ser humano escravo, o qual os modificou com a intenção de vencer uma guerra somente por ele concebida, projetada em sua imaginação e rememorada dia após dia.

A rotulação dos valores guerreiros em *bom* e *ruim* teria sido uma construção póstuma, afirma Nietzsche (2009, p. 28), já que somente se dera pela contraposição aos valores do homem escravo, o qual os modificou com a intenção de vencer uma guerra somente por ele concebida, projetada em sua imaginação e rememorada dia após dia: ocorre que os escravos ressentiam a derrota sofrida, sua *escravização*, *humilhação* e *ridicularização*.

Em seu novo modo de encarar os elementos cognoscíveis, os valores do ser humano escravo mudaram, tendo sido estes seres os responsáveis pela fixação de que algo ou alguém necessitaria indubitavelmente de ser bom ou de ser “não bom”. Contudo, se no caso da casta guerreira a oposição consistia entre ser bom ou ser ruim, a moral escrava criou a antítese do “bom”, eles próprios e seus valores, em oposição ao “não bom” – tudo aquilo que odiavam, enciumavam, invejavam, gananciavam, enfim, ressentiam. Este “não bom” era o que a moral escrava designou por “mau”.

À questão acerca de quem é “mau” para a moral escrava, Nietzsche responde com palavras simples: “precisamente o ‘bom’ da outra moral, o nobre, o poderoso, o dominador, apenas pintado de outra cor, interpretado e visto de outro modo pelo olho de veneno do ressentimento.” (NIETZSCHE, 2009, p. 29).

Quem seria esse “inimigo”? Considerando o pensamento de Nietzsche, não há como pensá-lo de modo concreto, ou seja, como encarnando uma pessoa. O “inimigo” aparentemente seriam qualidades que a moral designa como negativas. Para tal interpretação, o contexto e os sujeitos envolvidos desempenham papel essencial.

A partir do momento em que se sabe como o ressentimento cria para si o conceito de “mau”, a pergunta passa a ser: como o conceito de “bom” é criado? Nietzsche (2009, p. 32) utiliza a metáfora da ovelha e da ave de rapina, segundo a qual, as ovelhas inofensivas e vítimas, concebem as aves como “mau”, entendendo como “bom” o que menos se assemelha à ave de rapina e mais se aproxima do ser ovelha. Neste caso, a passividade seria a principal característica do “bom”, sendo o passivo aquele que não ataca, não fere, não ultraja, aquele que deixa para outrem a vingança, seja *Deus*, o *Destino*, a *Justiça*, um *líder* ou outras forças consideradas maiores que as de um ser humano comum.

O homem do ressentimento, segundo Nietzsche, apresenta um modo inteligente de inserir seus valores no meio social, utilizando da fonte essencial para um embate que não seja físico, ou seja, utilizando-se da linguagem. Os homens do ressentimento diriam: “‘Nós, bons – nós somos os justos’” (NIETZSCHE, 2009, p. 36 [itálicos do autor]). E prossegue o autor, afirmando acerca desses homens a mudança que realizam mediante a linguagem, visando disfarçar suas reais intenções:

o que eles pretendem não chamam acerto de contas, mas “triumfo da justiça”, o que eles odeiam não é o seu inimigo, não! eles odeiam a “justiça”, a “falta de Deus”, o que eles creem e esperam não é a esperança de vingança, a doce embriaguez da vingança (– “mais doce que mel”, já dizia Homero), mas a vitória de Deus, do deus justo sobre os ateus; o que lhes resta para amar na terra não são os seus irmãos no ódio, mas seus “irmãos no amor”, como dizem, todos os bons e justos da terra. (NIETZSCHE, 2009, p. 36)

A moral escrava, essa moral do ressentimento, prega, segundo o filósofo niilista, o dever em não matar, não ofender, não agredir, dar a outra face, perdoar. Seria, porém, o ser humano capaz disso? A Deus caberia o papel do ser que se vinga dos opressores de seus servos, por isso que seus seguidores e adoradores são impedidos de realizar a vingança pelas próprias mãos, já que os ímpios a realizariam.

Em sua carta aos romanos, Paulo instiga nos fiéis de Roma a sede por justiça, ou vingança, pela qual estariam ávidos:

19 Amados, nunca procurem vingar-se, mas deixem com Deus a ira, pois está escrito: “Minha é a vingança; eu retribuirei”, diz o Senhor.

20 Ao contrário: “Se o seu inimigo tiver fome, dê-lhe de comer; se tiver sede, dê-lhe de beber. Fazendo isso, você amontoará brasas vivas sobre a cabeça dele”.
(ROMANOS, 12: 19-20).

Seria necessário que aguardassem o “momento de Deus”, o qual não se sabe ao certo quando seria, pois o Deus das religiões abraâmicas é um Deus de amor, mas também um Deus de vingança. Discursivamente, Ele preenche o papel do defensor dos fracos e oprimidos, os quais não podem nem conseguem vingar-se, devido à força do adversário, este “inimigo” que não possui nome, mas que agora já pode ser identificado.

Nietzsche (2009, p. 33–34) acredita que os sujeitos do ressentimento mentem para si mesmos, pois como são incapazes de retaliação, depositam em um ser supremo a esperança de que o mau a eles feito seja vingado em sua fonte – ou nos filhos, mulheres, irmãos, compatriotas daqueles. No entanto, a espera pela vingança é sempre demorada, o que ocasiona o aumento do ódio ao outro, já que esse sujeito, como visto, possui uma memória aguçada, o que é um grande problema. Isso porque, conforme o filósofo (NIETZSCHE, 2009, p. 46), apenas o que causa dor continuamente permanece marcado em nossa memória. Segundo Candau (2018), esta é uma faculdade que não somente ajudará a moldar nossa identidade, mas que fará com que nossas escolhas atitudinais não se deem aleatoriamente.

Em termos nietzschianos, o motivo de o ressentido desejar o mal ao *outro*, ter-lhe ódio, deve-se ao fato de aquele crer, por alguma razão, que o possuidor do que ele pensa que

lhe falta, ou seja, o objeto invejado, é a encarnação do pior que existe em uma sociedade. O ressentido vê a si como “vítima” e ao *outro* como seu “algoz”.

Durante milênios a figura da vítima foi ignorada, mas o cristianismo elevou-lhe o significado, já que seria essa figura constituída pelos fracos da moral escrava. Recentemente, Grinshpun (2019) apontou o fato de que tal figura é discursivamente construída com base em aspectos históricos, valorativos e emocionais e que, em cada momento histórico, em cada cultura essa figura é percebida de uma maneira diferente. Conforme aponta a autora:

La figure de victime s’inscrit dans l’histoire qui remonte, pour la culture occidentale, aux discussions théologiques du début du christianisme. Sa place et sa perception varient en fonction des contextes socio-historiques, des valeurs collectives et surtout des émotions que “la victime” provoque. La victime, dans cette perspective, apparaît comme une construction sociale, élaborée par l’ensemble des discours, des représentations, des croyances et des émotions d’une époque donnée⁵³. (GRINSHPUN, 2019)

A autora nos fornece o exemplo dos mártires que morreram ou foram severamente punidos por suas ideias – a exemplo de Giordano Bruno e Galileu Galilei –, da Revolução Francesa, com a propagação das ideias contra a exploração dos pobres, além do caso das vítimas do holocausto. Em todos estes, a construção do papel da vítima foi realizada, provocando múltiplas emoções nos conhecedores da história.

A ligação entre a igreja cristã e o Estado foi um dos grandes feitos do ressentimento escravo, pois os fracos, as vítimas do mundo e da sociedade, teriam conseguido não apenas vencer os valores dos nobres, mas estabelecer os seus. O tempo em que a Igreja se impôs em primeiro plano teria sido permeado constantemente pelo medo da punição divina em uma vida pós-morte (o medo da segunda morte).

Considerando-se a baixa expectativa de vida da época medieval, na qual os motivos das mortes eram ainda quase completamente desconhecidos, uma época na qual a maior parte

53 **Tradução nossa:** “A figura da vítima se inscreve em uma história que remonta, para a cultura ocidental, às discussões teológicas do cristianismo primitivo. Seu lugar e sua percepção variam de acordo com contextos sócio-históricos, valores coletivos e principalmente as emoções que ‘a vítima’ provoca. A vítima, nessa perspectiva, aparece como uma construção social, elaborada por todos os discursos, representações, crenças e emoções de uma determinada época.”

da população passava fome e vivia em condição de pobreza extrema, o medo de que se deixasse de existir com uma segunda morte foi aliado a um outro, para muitos, pior do que este: o medo do inferno eterno.

É possível que Dante Alighierei tenha sido o grande difusor das ideias circulantes em sua época, muitas delas vindas de religiões pagãs, mas integradas ao imaginário cristão. Com o autor da *Divina comédia*, os *maus*, como vistos pelos ressentidos, não apenas seriam suplantados para um segundo plano, mas sofreriam eternamente pelo que fizeram.

Em uma pequena passagem da obra, quando Dante e Virgílio chegam às portas do inferno, leem tenebrosas palavras escritas em uma placa posta à entrada do local: “Deixai toda esperança, ó vós que entráis.” (ALIGHIERI, 2014, p. 47). As descrições vívidas do autor marcaram não apenas sua época, mas também as posteriores, já que para muitos ainda existe este local específico, para o qual irão todos aqueles que não agradaram a Deus, que não seguiram seus preceitos enquanto vivos.

Durante a Idade Média, as ideias propagadas por porta-vozes do ressentimento incluíam a própria ira de Deus, para os que não se convertiam a Ele, a fim de que fosse não apenas temido e adorado, mas também reconhecido por tudo o que acontecia (pestes, colheitas etc.). Incluía-se aqui a ordem social estabelecida, a qual deveria ser cumprida pela vontade divina: o pobre não o seria se o divino assim não o quisesse. Logo, este deveria exercer o seu papel, da mesma forma como o rico o devia, tudo pela vontade do altíssimo, não devendo ninguém se envergonhar disso. Somente aceitando-o, obedecendo-o e temendo-o. Os indivíduos estariam, assim, protegidos de um mau externo a Deus ou por Ele mesmo propiciado⁵⁴.

Na Modernidade, em razão de a Igreja já não possuir o mesmo poder de outrora sobre os seres humanos, houve um lento desligamento entre religião e política. Muito se deveu às redescobertas da Antiguidade Clássica, à exploração do corpo humano com fins científicos, assim como à negação ou à reinterpretação de filosofias antigas e medievais. Também o rompimento realizado por Lutero (um dos três grandes odiadores do mundo, junto de Sócrates e de Paulo, segundo Nietzsche) foi decisivo para que novas interpretações do cristianismo,

54 Atualmente, essa visão tem sido mesclada à de um Deus benevolente, que a todos perdoa, protege e ajuda. No entanto, como as ramificações do cristianismo são numerosas, as interpretações acerca de como Deus deve ser visto pelos seus servos oscila.

diferentes daqueles de uma igreja integrada ao antigo ressentimento escravo, fossem possíveis. Contudo, o desvencilhamento das ideias antigas não ocorreu completamente, assim como não houve um desligamento completo em prol de novas ideias.

Uma ruptura mais ampla entre religião e política somente teria sido possível, segundo Arendt (2016, p. 177), quando, na Modernidade, à luz do interesse das coisas terrenas, o ser humano perdeu o medo do inferno, secularizando-se. É certo que ele continuou adepto à ordem eclesiástica nesse momento, mas agora deveria também agir como cidadão, conforme os preceitos do Estado. Logo, o comportamento dos indivíduos precisaria de ser modificado pelas circunstâncias, não mais havendo somente uma palavra correta, mas duas: na igreja, seria a palavra de Deus, fora dela, a palavra do rei ou da Constituição.

Ocorreu, nesse momento, uma aliança simbólica entre Igreja e Estado. O que se pretendia com isso era apenas a domesticação do povo, já que uma sociedade sem Deus é, por muitos, uma sociedade vista como perigosa. Os governantes nem mesmo necessitavam de acreditar em Deus ou possuir uma religião, precisavam apenas que o povo o fizesse. A esse respeito explica Arendt:

E o impacto dessa experiência [uma sociedade sem religião] tende a se tornar maior quando lembramos que, na própria época do Iluminismo, os homens da Revolução Francesa, não menos que os pais fundadores na América, insistiam em fazer do temor de um “Deus vingativo” e, portanto, da crença em um “estado futuro” parte integrante de novo organismo político. Pois a razão óbvia porque os homens das revoluções de todos os povos se puseram tão estranhamente em desacordo com o clima geral de sua época a esse respeito estava em que, exatamente devido à separação entre Igreja e Estado, eles se encontravam no antigo transe platônico. Quando eles advertiam contra a eliminação do medo do inferno da vida pública porque isso pavimentaria o caminho “para tornar o próprio assassinio tão indiferente como matar baratas, e o extermínio do povo Rohila tão inocente como engolir carrapatos em um pedaço de queijo”⁵⁵, suas palavras podem soar aos nossos ouvidos com um timbre quase profético; contudo, é claro que elas não foram ditas em consequência de qualquer fé dogmática no “Deus vingativo”, mas da desconfiança na natureza do homem. (ARENDR, 2016, p. 178).

Apesar da crença em um Deus punitivo, existente há séculos e desejada por políticos profissionais e por clérigos, principalmente católicos, as diferentes concepções do divino,

55 Arendt cita aqui John Adams, em *Discours on Davila*, em *Works*. Boston, 1851, vol. VI, p. 280.

iniciadas por Lutero e por Calvino⁵⁶, possibilitaram que a Modernidade produzisse um indivíduo cindido entre diferentes interpretações possíveis de Deus. Isso porque, agora, ele acreditava possuir um contato íntimo com o divino, pois a leitura da Bíblia proporcionaria uma interpretação singular dos desígnios divinos, não mais dependentes da interpretação de uma instituição chamada Igreja Católica.

Esse indivíduo não deixou de ser um ressentido, ainda mais quando, devido ao maior fluxo de conhecimento nessa época, compreendeu que a subserviência ao *outro*, também considerado um “filho de Adão e de Eva”, não poderia ser algo bom, por isso precisaria se libertar. Contudo, o *outro* não desejava a liberdade de quem estivesse sob seu jugo, uma vez que, fosse por usura ou pela nova crença de que suas posses eram uma dádiva de Deus, não aceitaria se abster do que, por direito divino (assim acreditava), lhe pertencia. Logo, o possuidor de bens, humanos (escravos) ou não, elaborava artimanhas que apenas deixavam os desejosos pela liberdade, que não a conseguiam, ainda mais ressentidos.

Tudo ocorria em uma época na qual a Revolução Francesa trouxe consigo a ideia de igualdade, simbolizada pela decapitação do rei Luís XVI e de sua esposa, rainha Maria Antonieta, em 1792. Com esse evento, a esperança de que havia como obter liberdade dos opressores foi acesa. Essa “liberdade”, porém, não era compreendida como a compreendemos hoje, pois, segundo Arendt (2011, p. 70), a busca pela liberdade era “unicamente” a compreensão de que todos nascem iguais, já que, no período anterior à Modernidade, o ser humano nascer livre e igual aos outros seres humanos não era evidente⁵⁷. Compreender que todos nascem livres e iguais foi uma conquista política.

O significado da Revolução não foi mais do que a insatisfação que as massas de famintos possuía contra quem viam como algoz. A Revolução em si talvez não pudesse ser classificada como ressentimento, porém todas as conversas em tavernas, as discussões políticas, o desejo pela morte dos inimigos fossem um sintoma do ressentimento pré-

56 Para uma melhor compreensão das ideias aqui expressas, sugerimos a leitura do artigo de Tiago Oliveira, “Predestinação, livre arbítrio e glória de Deus no pensamento de João Calvino”, *Lusitânia Sacra*, 37, Janeiro-Junho 2018, p. 51-61, disponível em https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/28159/1/LS_S2_37%282018%29_51-61.pdf. Acesso em 03/03/2022.

57 É possível aqui perceber o ser humano dividido, pois a busca pela liberdade vai de encontro às ideias do “livre-arbítrio” e da “predestinação” calvinistas.

revolucionário⁵⁸.

O ressentido, como visto até aqui, não é capaz de agir diretamente. Ele fala, resmunga, contra-argumenta, xinga, modifica valores, cria teorias conspiratórias, mas concede ao outro a tarefa de realizar o que é o seu mais íntimo desejo. O “consentimento” é a palavra que define o ressentido, pois ele outorga a um *outro* o dever de fazer por ele o que ele próprio não consegue fazer por si, ainda mais porque se esse *outro* falhar, será responsabilizado pelo fracasso.

Como expressa Arendt (2011), uma vontade que seja vontade de todos para que algo aconteça, ou “vontade geral”, é difícil ou impossível ocorrer. No lugar da expressão, aparece unicamente a palavra “vontade”, contra a qual ninguém deve se contrapor, seja a *vontade* de que um político se eleja⁵⁹, ou a *vontade* de que algo aconteça porque Deus assim o quer.

A “vontade” aparece como um termo que visa obstruir contra-argumentações, e, apesar de Arendt utilizá-lo com o objetivo de estudar fenômenos revolucionários, sua explicação estende-se a muitas formas de mobilização social, além daquelas em que grupos se organizam com a finalidade de modificar o que não lhes agrada, como realizado pelos revolucionários franceses e americanos no século XVIII. Conforme vemos a partir dessa autora, os insatisfeitos não precisam unicamente realizar uma modificação para o “novo”, eles podem mesmo procurar modificar o vigente com o intuito de reestabelecer o que foi alterado: tratar-se-ia, nesse caso, de conservar, e não de inovar.

A verdade é que a Revolução de 1792 falhou, pois não foi capaz de outorgar ao ressentido a desvinculação ao medo. Mesmo agindo em conjunto, logo que obteve o que possuía, a morte do rei e de sua esposa, o conjunto se desfez. Delumeau, em sua obra sobre o medo no ocidente, afirma a esse respeito:

Da Antiguidade até a data recente, mas com ênfase no tempo da Renascença, o discurso literário apoiado pela iconografia (retratos em pé, estátuas equestres, gestos

58 Notemos que é dessa época a frase de Jean Meslier “O homem só será livre quando o último rei for enforcado nas tripas do último padre”, por muito tempo atribuída ora a Voltaire, ora a Diderot, já que ambos compartilhavam a antipatia tanto pelo clero quanto pela monarquia.

59 A esse respeito, veja-se matéria da revista Exame, segundo a qual um pastor da cidade de Orleans, na França, afirma que Bolsonaro seria eleito porque Deus assim o queria e ninguém deveria lutar contra. Disponível em <https://exame.com/brasil/bolsonaro-publica-video-de-pastor-dizendo-que-ele-foi-escolhido-por-deus/>. Acesso em 03 de março de 2022.

e drapeados gloriosos) exaltou a valentia – individual – dos heróis que governaram a sociedade. Era necessário que fossem assim, ou ao menos apresentados sob essa perspectiva, a fim de justificar aos seus próprios olhos e aos do povo o poder de que estavam revestidos. Inversamente, o medo era o quinhão vergonhoso – e comum – e a razão da sujeição dos plebeus. Com a Revolução Francesa, estes conquistaram pela força o direito à coragem. Mas o novo discurso ideológico copiou amplamente o antigo e seguiu a tendência de camuflar o medo para exaltar o heroísmo dos humildes. (DELUMEAU, 2009, p. 17)

Atualmente, o ser humano cinde-se entre diversos lados, não somente crentes ou não crentes em uma divindade, mas inúmeros outros ocasionados pelas descobertas científicas, por filosofias nascentes ou resgatadas, divisões políticas etc. Dentro desse terreno, o ressentimento possui um caminho frutífero, principalmente quando há forte divisão entre grupos que oscilam no poder político e outros, que agem conforme a ideia do sucesso e do fracasso nos campos profissional, financeiro, afetivo e outros, que não cessam de nos ser lembrados em conversas com “conhecidos” ou pelas redes sociais.

Nesse ínterim, a batalha dos valores ainda reina soberana, enchendo-nos de ressentimentos com base em crenças novas e antigas, levando-nos também a odiar o outro por motivos relacionados ao gênero e à orientação sexual, à preferência política, à profissão, apenas para citar alguns. Nietzsche apresenta na obra *O crepúsculo dos ídolos* uma descrição daqueles que, sob sua ótica, estariam entre os ressentidos da Modernidade, sendo estes o anarquista, o socialista e o cristão:

Quando o anarquista, como porta-voz dos estratos declinantes da sociedade, exige, com bela indignação, “direito”, “justiça”, “direitos iguais”, ele apenas está sob a pressão de sua incultura, que não pode compreender por que sofre realmente — de que é pobre, de vida... Um instinto causal é poderoso dentro dele: alguém deve ser culpado por ele se encontrar mal... E a “bela indignação” mesma lhe faz bem, para todo pobre-diabo é um prazer xingar — dá uma pequena embriaguez de poder. Já o lamento, a queixa, pode dar à vida um encanto que a torne suportável: há uma sutil dose de vingança em toda queixa, censuramos nosso estado ruim, às vezes até nossa ruindade, àqueles que estão em outra condição, como sendo uma injustiça, um privilégio ilícito. “Se eu sou *canaille* [canalha], você também deve ser”: com esta lógica se faz revolução. — Em caso nenhum a queixa vale algo: ela se origina da fraqueza. Se atribuímos nosso estado ruim a outros ou a nós mesmos — a primeira coisa faz o socialista, a segunda o cristão, por exemplo — é algo que não faz diferença. O que há em comum, digamos também o que há de indigno nisso, é o fato de que alguém deve ser culpado por se sofrer — em suma, de que o sofredor

prescreve o mel da vingança para seu sofrimento. Os objetos dessa necessidade de vingança, como uma necessidade de prazer, são causas de ocasião: em toda parte o sofredor acha ocasiões para mitigar sua pequena vingança — se for cristão, repito, encontra-as em si mesmo... O cristão e o anarquista — os dois são *décadents*. — Mas, também quando o cristão condena, denigre e enlameia o mundo, ele o faz pelo mesmo instinto a partir do qual o trabalhador socialista condena, denigre e enlameia a sociedade: mesmo o “Juízo Final” é ainda o doce consolo da vingança — a revolução que o trabalhador socialista também aguarda, apenas imaginada para mais adiante... É o próprio “além” — para que um além, se não fosse um meio de denegrir o aquém?... (NIETZSCHE, 2017, p. 65).

O que sempre permanece imutável no ressentimento é a ideia de que a atitude ou convicção do *outro* pode levar-nos ao sofrimento, de que o *outro* possui o que o eu gostaria de ter, de que o *outro* é a causa do meu sofrimento e por isso é odiado. Esse desejo pelo sofrimento alheio presente no ressentimento, de qualquer tipo, “o doce consolo da vingança”, segundo Nietzsche, somente existe por haver esperança de o sujeito ser, de algum modo, salvaguardado, caso contrário, não xingaria, não buscaria igualdades (econômica, sanitária, educacional, judiciária), não se indignaria. Se ele realiza todos esses atos, o faz por lhe conferirem sensação de poder e de alívio. Além disso, o sentimento de que será vingado lhe confere esperança em presumir que o indivíduo que agora se encontra em bom estado nem sempre assim estará: o belo, conhecerá a velhice, o rico, poderá perder o que possui instantaneamente, como muitos outros ao longo da história, o não crente com uma religião, verá o juízo final, que a todo momento está próximo etc.

Nietzsche foi, portanto, o pensador que primeiramente conceituou o ressentimento. Antes dele, o termo era utilizado unicamente como uma palavra comum do cotidiano. Somente a partir de suas reflexões pudemos notar que *comentários, avaliações, piadas, estereótipos, preconceitos* poderiam ser sintomas de um “sentir novamente algo”, ou seja, de um “ressentir” pelo não esquecimento do que nos faz sofrer.

Com isso, também aprendemos que aquilo que se guarda e se “re-sente” são os elementos considerados negativos, como a humilhação, o medo, a inveja e outros nessa mesma linha negativa. Descobrimos que o ressentimento é uma culpabilização que o *eu* realiza contra o *outro*, pois, para o *eu*, o *outro* é o responsável pelo seu sofrimento, como afirma Kehl (2015). Segundo essa psicanalista, o ressentimento é esse desejo por não esquecer o que o *outro* teria, real ou imaginariamente, feito ao *eu*.

Nietzsche, portanto, abriu as portas para a compreensão de um ressentimento surgido a partir da religião e ainda existindo firmemente em seu meio. Apesar de ser talvez a principal voz em relação a esse conceito até os dias atuais, nem todos que o leram concordam com sua visão acerca do assunto.

O filósofo alemão Max Scheler, foi o primeiro a estabelecer uma discordância em relação a Nietzsche. As ideias de Scheler são inovadoras não apenas ao entendimento do ressentimento, mas a toda uma filosofia dos valores morais. Desse modo, será ao pensamento deste autor, de grande importância para nosso estudo, ao qual passaremos agora, não apenas para compreender sua abordagem e conceitualização do ressentimento, mas também para, junto a outros estudiosos do assunto, obter um melhor conhecimento acerca dessa “constelação emotiva” a que denominamos *ressentimento*.

3.2 A reinvenção do ressentimento em Max Scheler

Ao publicar a *Genealogia da moral*, em 1887, Nietzsche refletiu sobre a origem conflitual do ressentimento – um modo específico de embate entre grupos antagônicos –, assim como sobre as consequências que essa *constelação emotiva* causou nas relações humanas. Scheler, por sua vez, interessou-se por algumas das emoções necessárias para que o ressentimento viesse a existir, o que foi consolidado em seu livro de 1912, *Das Ressentiment im Aufbau der Moralen*, publicado em língua portuguesa na obra *Da reviravolta dos valores* (SCHELER, 2012).

Diferente de Nietzsche, que utilizou o termo francês “*ressentiment*”, sem explicar o porquê de sua preferência por uma palavra de língua estrangeira, Scheler justifica tal uso afirmando que:

Nós não utilizamos a palavra ressentimento por uma predileção pela língua francesa, advinda de nosso interior, mas por não ser suficiente a tradução alemã da mesma. Concorre para isso o fato de a palavra ter sido cunhada por meio de Nietzsche como um termo técnico. Na natural significação da palavra francesa eu encontro dois

elementos: primeiramente que, no ressentimento, estabelece-se a repetição, por meio e a partir do viver, de uma determinada reação de resposta emocional contra um outro. Por meio destas reações, cada emoção recebe um elevado aprofundamento e descida ao centro da personalidade, tanto como um manifestante afastamento da expressão e da zona de sustentação da pessoa. Este sempre-de-novo-atraves e a partir do viver da emoção é muito diferente de uma mera recordação intelectual da emoção e dos antecedentes sobre os quais ela “responderia”. (SCHELER, 2012, p. 45 [grifos nosso]).

A lembrança de algo não é uma condição para a formação do ressentimento, mas a recorrência emotiva da recordação, sim. Desse modo, uma lembrança dolorosa em relação a um *outro* necessitará de ser contornada por emoções específicas, relacionadas umas às outras em uma conjuntura negativa (emoções negativas), ou seja: o ressentimento. Em Scheler, este não é uma formação singular do *eu*, mas uma formação dual daquilo que *eu creio que o outro me tenha feito*.

A fim de melhor compreender a constelação emotiva formadora do ressentimento, o filósofo, inicialmente, caracteriza-o intencionando mostrar uma primeira maneira de desencadeamento do conjunto de emoções que o formam. Por isso, ele afirma:

Ressentimento é um envenenamento pessoal da alma, com causas e consequências bem determinadas. Ele é uma introjeção psíquica contínua, que por meio de um exercício sistemático de recalçamento de descargas desperta certos movimentos internos e afecções, que em si são normais e pertencem à estrutura fundamental da natureza humana, bem como uma série de introjeções contínuas sob a forma de ilusões de valor, que trazem como consequência os juízos de valor. (SCHELER, 2012, p. 47-48 [itálicos do autor]).

A citação acima ilustra o modo como o autor trabalha essa constelação emotiva. Segundo sua visão, o ressentimento deve apresentar emoções específicas para ser desencadeado, pois estas caracterizarão o *modo de ser* do ressentido. O mais importante para Scheler (2012, p. 45) é que cada emoção infira um caráter de *hostilidade* ao *outro*, em um ato de repetição contínua, “um revivenciar da emoção mesma – um sentir após, um sentir de novo”. Em razão disso, percebe-se como o autor tende para um psicologismo, diferente da abordagem de Nietzsche.

Em Scheler, o termo ressentimento é utilizado como uma correlação entre emoções comuns ao ser humano, porém capazes, sob determinadas circunstâncias, de transformar o sujeito em um ser “passivo-nocivo” para *si* e para o *outro*. Tais emoções são danosas, sobretudo quando ligadas umas às outras e após um longínquo período no qual o sujeito interioriza julgamentos de *hostilidade* acerca do *outro*, sempre confrontando-o em relação ao *eu* (o sujeito ressentido), moldando os juízos de valor que lhe acompanharão.

Sob essa perspectiva, o ressentido pode ser visto como um sujeito que percebe apenas a si próprio, estabelecendo o *eu* (ou o grupo ao qual o *eu* pertence) como único ponto de referência para quaisquer ações, principalmente em sua relação com o *outro*, quer esse *outro* seja um indivíduo, quer seja um grupo.

As emoções exemplificadas por Scheler (2012, p. 48) como integrantes do ressentimento são explicitadas pelo próprio autor, sendo elas: “*sentimento e impulso de vingança, ódio, maldade, inveja, cobiça, malícia*”⁶⁰. Também outras seriam possíveis, pois seu objetivo consiste em caracterizar o ressentimento, e não em descrevê-lo a partir de uma definição concisa, já que isso não seria possível devido à imprevisibilidade dos diferentes contextos em que os indivíduos poderiam estar dispostos. Também o objeto contra o qual o *eu* se ressent modifica-se em diferentes épocas e espaços, sendo inviável que se utilize uma mesma análise dessa constelação emotiva em diferentes culturas.

Os componentes principais do que se denomina “ressentimento” são compreendidos no Ocidente segundo as perspectivas do não esquecimento de ações consideradas negativas, atribuídas a um *outro*, em prejuízo do *eu*. Esse ponto intensifica o argumento de que muitas outras emoções podem configurar, em cada época, a constelação emotiva do ressentimento. Contudo, o importante para seu estudo não é a listagem das emoções que podem ou não ser capazes de levar o indivíduo a ressentir-se, mas verificar como cada uma se comporta nos mais variados contextos, pois “Apenas se encontra a condição de possibilidade para o

60 A fim de que o leitor possa realizar comparações, colocaremos abaixo as traduções da passagem tanto no original, em alemão, quanto nas traduções da mesma para o inglês e para o espanhol. Não focaremos na diferenciação entre os termos, pois não é esse nosso intuito, como explicado acima.

Alemão: “Die hier an erster Stelle in Betracht kommenden Gemütsbewegungen und Affekte sind: Rachegefühl und -impuls, Haß, Bosheit, Neid, Scheelsucht, Hämischkeit.” (SCHELER, 1978, p. 4).

Inglês: “The emotions and affects primarily concerned are revenge, hatred, malice, envy, the impulse to detract, and spite.” (SCHELER, [s.d.], p. 4).

Espanhol: “Las emociones y afectos que debemos considerar en primer término son: el sentimiento y el impulso de venganza, el odio, la maldad, la envidia, la ojeriza, la perfidia.” (SCHELER, 1938, p. 15).

aparecimento do ressentimento, onde uma frequência especial destes afetos caminha lado a lado com o sentimento de impotência para a ‘conversão’ dos mesmos em atividade”. (SCHELER, 2012, p. 51).

O *medo* e o *sentimento de humilhação*, por exemplo, não são citados pelo filósofo, mas, sob circunstâncias específicas, poderiam ser emoções componentes do ressentimento, afirma o historiador Ansart (2004). Isto a exemplo de um grupo que, durante muito tempo tenha sido dominado por outro e que, tendo conseguido se libertar, guarda o desejo de vingança contra os opressores, mesmo que esse desejo recaia não sobre os algozes, mas sobre os descendentes dos antigos algozes. Neste caso, a humilhação e o medo outrora sentidos, poderiam ser emoções componentes do ressentimento ou desencadeadoras das emoções que o compõem, como o ódio e o impulso de vingança⁶¹.

Todas essas emoções possuem desdobramentos sociopolíticos no ressentimento, principalmente nas sociedades democráticas, nas quais, mesmo havendo uma promessa de igualdade entre todos, não existe a efetivação dessa promessa. Em outras formas de governo, as desigualdades biológicas podem ser motivo para ressentimentos diversos, mas no caso da democracia, principalmente em Estados considerados laicos, as desigualdades não naturais, de cunho sociológico, histórico e político, são gatilhos importantes para a formação e a consolidação do ressentimento.

Indivíduos ou grupos que se veem como injustiçados tendem a ressentir-se, principalmente quando a oportunidade de se comparar ao *outro* lhe é possibilitada, mas não efetivada, quando a crença majoritária da sociedade é a de que todos são iguais, mas o que se percebe é uma desigualdade expandida em diversas frentes, a qual nos é afirmada nas instituições escolares, nas conversas cotidianas, em grupos de discussão, partidos políticos, sindicatos. Por essa razão, Scheler adverte que, em sociedades democráticas, a igualdade pretendida, não sendo realizada, faz com que o ressentimento adquira grandes proporções. O autor argumenta que:

61 A ideia contrária à de Ansart consiste em se acreditar que os exemplos por ele explanados ocorreriam em pouquíssimos casos, acreditando-se que isso viesse a ocorrer. Desse modo pensam Scheler (2012) e Kehl (2015), os quais creem que em sociedades com castas, por exemplo, ou no caso de seres humanos escravizados devido a uma derrota em guerra (quando se sabe que os derrotados serão escravos), o ressentimento não se manifesta, pois haveria um contrato tácito que prevê tal consequência para os derrotados. Seria necessário uma sociedade em que algo foi “prometido” e não cumprido, para que, especificamente nela, o ressentimento se manifestasse socialmente.

O peso externo do ressentimento precisa por isso possuir uma sociedade, na qual, como em nossos direitos políticos ou não relativamente iguais, abertamente decantados, a igualdade social de direito estabelecida formalmente caminhe lado a lado com uma enorme diferença do poder de fato, da posse de fato, e da formação e conformação de fato: onde todos possuem o “direito” de se comparar com todos, sem “realmente” possuírem o “poder de fato para se comparar”. Aqui está, certamente – abstraindo totalmente dos caracteres individuais e – das vivências – já por meio da *estrutura da sociedade*, uma poderosa carga para o ressentimento no corpo social. (SCHELER, 2012, p. 53-54 [itálicos do autor])

Afirmar que a democracia é o regime político mais propício para o desencadeamento de ressentimentos é irônico, pois esse é o regime que prega a igualdade entre todos⁶². Contudo, isso deixa de ser irônico a partir do momento em que percebemos se tratar de uma *igualdade aparente*, havendo verdadeiramente uma *desigualdade de fato*, o que possibilita uma ligação direta entre a constelação emotiva do ressentimento e a democracia na qual vivemos. Esta proporciona a visão de um *eu* em constante confronto com o *outro*, algumas vezes pelo simples desejo de se equiparar a ele, em virtude do sentimento de impotência que se tem em sua presença ou meramente por lembrar-se dele.

Ainda que a democracia seja o regime em que prevalece a concordância da maioria, isso pode trazer consequências no caso do ressentimento, pois a minoria que não é satisfeita com a decisão acolhida tenderá a lembrar o ocorrido, aguardando para, em ocasião oportuna, esboçar seu sentimento de frustração, ainda que, em tal momento, nada pareça estar vinculado ao passado do ressentido. Este é o caso de conflitos que levam a uma discordância polarizada na sociedade. Cremos, portanto, ser essencialmente *mal* aquele que de *nós* discorda, que pertence a uma outra classe social, a um outro partido político, a uma profissão concorrente, a uma raça que não a nossa, necessitando de ser vigiado, evitado e contraposto. Segundo afirma Cattani:

O mal não é uma instituição abstrata ou formal, uma política de Estado ou uma conduta econômica. O mal como categoria moral, como mistério ou enigma (CESCON e NODARI, 2006⁶³) é da esfera da metafísica ou das abstrações teológicas. No mundo real, ele tem concretude social e política, ele existe e se

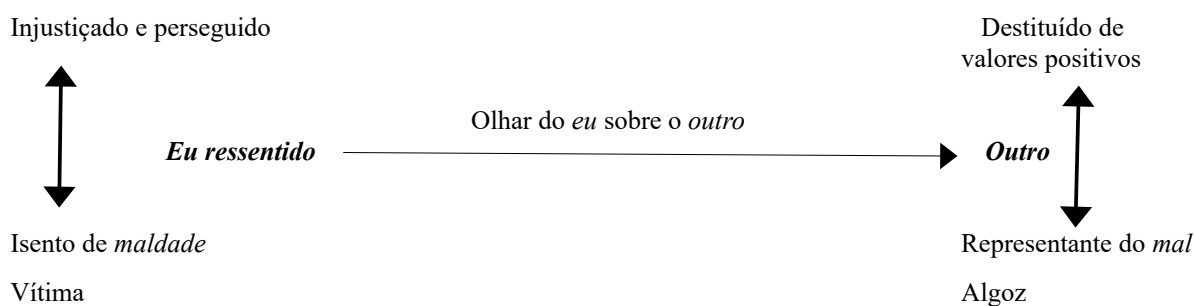
62 Desse modo considera o verbete “Democracia”, encontrado na Wikipedia. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Democracia>. Acesso em 27/03/2022.

63 CESCON, E.; NODARI, P. C. (orgs.) *O mistério do mal*. Caxias do Sul, Educs, 2006.

manifesta de maneira objetiva em relações sociais espúrias nas quais aflora a intencionalidade de rebaixamento e de aniquilação de outras pessoas. (CATTANI, 2020, p. 18).

A relação entre o ser *bom* e o ser *mau* advém da maneira como o *eu* percebe o *outro* em meio aos confrontos políticos e sociais, tal como mencionado por Cattani, de onde derivarão os valores morais, que servirão como guias para os indivíduos se portarem nos novos confrontos político-sociais. O esquema abaixo, procura apresentar a maneira pela qual o *eu* ressentido percebe o *outro*:

Figura 4 – A percepção do outro no ressentimento



Fonte: o autor.

O esquema visa mostrar como ocorre a relação de conflito que leva o ressentido a avaliar-se como injustiçado e perseguido, pois ele seria digno de grandes feitos que, se não ocorreram, isto se deveu à ação ou inação do outro, que o atrapalhou, não o ajudou ou simplesmente não fez o que seria preciso para o triunfo do ressentido. Isso é compreendido pelo fato de o outro possuir o que o eu deseja, por ter, de algum modo, humilhado o eu, ou este imaginar que isso tenha ocorrido, devido ao seu ódio pelo outro. É a partir desse ponto que vemos, em Scheler, como as emoções componentes do ressentimento o constituem, sendo elas uma reação de resposta para algo.

3.2.1 O impulso de vingança e a impotência primária no ressentimento

Ao estudarmos o impulso de vingança no ressentimento, precisamos considerar, como afirma a psicanalista Kehl (2015), que a vingança não é o mesmo que o exercício da defesa, pois quem agride aquele que tenta lhe matar não está se vingando, mas se defendendo, do mesmo modo deve ser interpretada a retribuição de uma bofetada com outra. O exercício da defesa constitui uma reação imediata e espontânea, não sendo uma característica do ressentimento, porém a vingança desejada age de outro modo. Ela desperta no indivíduo um acesso de fúria pelo que o *outro* lhe fez, imaginariamente ou não.

Este pensamento coaduna com o modo pelo qual Scheler (2012, p. 48) encara aquela que considera ser a emoção primária pela qual se deve iniciar o estudo do ressentimento, o *impulso de vingança*. Sua justificativa é a de que essa emoção constitui a melhor maneira de se perceber como o ressentido possui um sentimento de impotência e de fragilidade em relação ao *outro*.

O ressentido é alguém que, de fato, deseja retribuir uma agressão, mas que não consegue. Se ele recebe uma bofetada, não revida, mas guarda o sentimento de que um dia se vingará. Esse dia, porém, nunca chega, intensificando-lhe ainda mais o sentimento de ódio e de impotência. Esse sujeito espera alguém que o ajude, ou faça o que não conseguiu, crendo que a *vingança* – ou *justiça*, como prefere denominar – ainda será realizada. O que ele costumeiramente faz é depositar sua confiança em uma “entidade maior”, seja ela humana, divina ou institucional.

Para Scheler (2012), o impulso vingativo do ressentido sempre se retrai em relação a um fato presente. Se ele responde, levará o passado em consideração, pois o que ocorreu não pode ser esquecido nem ele gostaria de fazê-lo, já que sua relação com o *outro* se encontra em um movimento emotivo cíclico, que não pode ser interrompido. Kehl explica que se trata de “uma repetição mantida ativamente por aquele que foi ofendido. O ressentido não é alguém incapaz de esquecer ou de perdoar; é um que não quer se esquecer, ou que quer não se esquecer, não perdoar, nem superar o mal que o vitimou.” (2015, p. 14 [itálicos da autora]). Afinal, o sujeito do ressentimento se vê como bom, pois seus valores assim são vistos por ele.

O outro, por sua vez, é sempre mal, seus valores são maus. Contudo, ele assim pensa por viver em um tempo passado, no tempo em que sua impotência foi exposta.

Scheler (2012) compreende o *impulso de vingança* como um forte caracterizador do ressentimento. Isso ocorre porque o ressentido, um ser passivo-agressivo, vive seu impulso, sem dele conseguir se libertar. Caso ele se vingue de quem lhe fez algum mal, poderia ser libertado do que o oprime, mas, como visto, o tempo da vingança passou e ele nada fez ou nada pode fazer a quem considera seu algoz, ou de um dos que ama ou já amou.

Como o *eu* foi destituído da possibilidade de defesa, a qual deveria ter sido realizada no momento correto, a vingança constitui agora uma fantasia do ressentido, sendo seu alvo não uma pessoa, pois o ódio no ressentimento, agora plenamente despertado, ocorre contra tudo o que foi fantasiado em sua imaginação passivo-agressiva. Os culpados por seu sofrimento serão compreendidos não apenas como indivíduos isolados, mas enquanto grupos, caracterizados pelo ressentido conforme ele estabeleça alguma ligação entre esses e aquele que lhe fez mal, ou que acredita que lhe tenha feito.

Posicionemo-nos agora mais arraigadamente nos diversos pontos de partida na formação e conformação do ressentimento. Impulsos vingativos levam à formação e conformação do ressentimento, tanto mais quanto mais o sentimento de vingança se torna sede de vingança, quanto mais a direção do impulso vingativo se recoloca sobre os círculos que perfazem a dimensão dos objetos indeterminados, os quais precisam ter apenas uma certa característica comum; quanto menos ao mesmo tempo ele se satisfaz por meio de efetivação da vingança em um objeto específico. (SCHELER, 2012, p. 51–52).

A “caracterização” realizada pelo ressentido não ocorre imediatamente, mas após a frustração típica desse impotente, pois, se primeiro o problema que o atingiu poderia ser atribuído a um ser específico, posteriormente será uma atribuição dada a diversos outros, vinculados a esse ser. Isso ocorre em meio a uma tentativa de o ressentido conseguir especificar todos os culpados por seus males, aos quais ele também atribuirá a responsabilidade pelo sofrimento de muitos outros.

Conforme o autor, esses grupos podem ser constituídos segundo características etárias, econômicas, religiosas, sexuais etc. Enquanto isso, o ressentido se julga “inocente”,

atribuindo aos outros a culpa pelos males que o assolam, ao seu grupo, ou mesmo a toda uma sociedade. Não obstante, com o passar o tempo, o que seria uma abstração em sua mente ganha qualidades recorrentes para um grupo específico.

Ao exemplificar o ódio entre classes, Scheler exemplifica como o ressentido caracteriza aquele que constituiria seu algoz:

A manifestação presente do ódio entre classes, que, nos é tão familiar, forma-se por exemplo a partir daqui. Onde cada manifestação, cada gesto, vestido, modo de falar, de andar, de se conduzir, é um sintoma de pertencência a uma classe, neste momento já se colocou em movimento o impulso de vingança e de ódio, ou, respectivamente em outros casos, o temor, o medo, a atenção. (SCHELER, 2012, p. 76).

O exemplo acima mostra como é importante para a análise do ressentimento a possibilidade de identificar sua manifestação. Inicialmente, pode haver dificuldade em reconhecer o ressentimento, mas em um estágio avançado ele poderá ser constatado por meio do levante de bandeiras, das formações grupais, da adoção de um mesmo posicionamento em relação a uma questão, ou seja, daquilo que faz com que o eu se torne nós, o qual, no entanto, não é visto pelo outro como uma pluralidade, mas como uma singularidade, ainda que sejam utilizadas designações no plural. Isso ocorre devido ao outro ver o eu como possuidor de uma característica apenas: bolsonaristas, bolsomínios, petistas, petralhas, tucanos, crentes, católicos etc.

Tanto Nietzsche quanto Scheler exemplificaram situações em que o ressentimento foi inferido, mas outros autores fizeram o mesmo em seus estudos sobre o tema, principalmente a partir da década de 1990 do século XX. Desse modo, o ressentido pode xingar (desde que não seja essa uma forma de defesa imediata), bem como cortar a cabeça de alguém – o fato ocorreu e será explicado adiante – a fim de satisfazer sua vingança, e mesmo assim ela não será saciada, haja vista ele desejar não esquecer o mal, ou os males, que acredita lhe terem sido feitos. Emoções como o desejo de vingança e a inveja são, portanto, casos trabalhados por Scheler devido a possibilitarem a entrada em um conflito entre o *eu* e o *outro*, conflito a partir do qual os valores são formulados e reformulados, produzindo a emoção em uma

interação, bem como possibilitando ainda mais ressentimento.

Deve-se notar que as emoções até aqui mencionadas, assim como muitas outras, não são o ressentimento, mas seu princípio formador, pois possuir inveja, por exemplo, não é ser ressentido, ser ciumento também não o é. O que se denomina mediante o termo “ressentimento”, constitui, na verdade, a repetição dessas emoções com base em uma relação de hostilidade ao *outro*, de *vitimização* de *si*, aliadas ao sentimento de impotência do sujeito.

3.2.2 Inveja e comparação

Após tratar do desejo de vingança, enquanto emoção necessária para a formação do ressentimento, Scheler tece reflexões acerca da *inveja*, como uma das emoções mais temidas pela sociedade, devido a sua associação com superstições, pecados, magias. Conforme define o dicionário Houaiss da língua portuguesa, a inveja consiste em um “desgosto provocado pela felicidade ou prosperidade alheia” (HOUAISS, 2009), um pesar pelo outro possuir algo que, potencialmente, o invejoso deseja.

Esse modo de percebê-la não é recente. Desde a Antiguidade, a inveja já era conhecida e percebida pela sociedade, chegando a ser tratada em uma passagem do primeiro livro bíblico (Gênesis 4: 3-8), o qual, ainda que não a nomeie, a indica como causadora do primeiro homicídio, quando Caim, não tendo agradado a Deus com sua oferenda, matou o irmão, Abel, que conseguira agradar à divindade.

O poeta romano Ovídio, em sua obra *Metamorfoses*, mostra que o invejoso era compreendido em sua cultura como alguém que destruía ao *outro* e a *si* por meio dessa emoção. O invejoso era tratado como alguém cuja única motivação de vida consistia no desejo pelo que o *outro* possuía (bens, cônjuges, qualidades físicas, intelectuais etc.). Contudo, nunca era capaz de obter o desejado, em decorrência de seu incessante olhar para o *outro*, e não para *si*. Esse mesmo modo de compreender a emoção foi o motivo pelo qual Dante, em sua *Divina Comédia*, afirma que o castigo dos invejosos no inferno ocorre por meio da costura de seus olhos. A simbologia da cegueira consiste, nesse caso, em destituir dos

invejosos o que os faz pecar, pois, em vida, somente conseguiam olhar para o *outro*, nunca para *si*.

A inveja também chegou a ser antropomorfizada por Ovídio, descrevendo-a como uma deusa. Com isso, o poeta procura, didaticamente, mostrar a maneira segundo a qual os romanos repudiavam uma das emoções que mais eram hostis ao *outro*. Conforme seu modo de ver:

A inveja habita no fundo de um vale onde jamais se vê o sol. Nenhum vento o atravessa; ali reinam a tristeza e o frio, jamais se acende o fogo, há sempre trevas espessas (...). A palidez cobre seu rosto, seu corpo é descarnado, o olhar não se fixa em parte alguma. Tem os dentes manchados de tártaro, o ventre esverdeado pela bile, a língua úmida de veneno. Ela ignora o sorriso, exceto aquele que é excitado pela visão da dor. (...) Assiste com despeito aos sucessos dos homens e este espetáculo a corrói; ao dilacerar os outros, ela se dilacera a si mesma, e este é seu suplício (OVÍDIO, 2017, p. 155–156).

Anteriormente a ele, Aristóteles também havia tratado dessa emoção, definindo-a como uma amargura sentida contra aqueles que nos são próximos devido a suas conquistas. Para o Estagirita, a inveja consiste não em se querer o que o outro possui, mas em frustração devido ao outro possuir aquilo que, de algum modo, constitui um êxito (ARISTÓTELES, 2012, p. 117–118). Para o autor, a inveja consiste em uma emoção relativa ao tempo presente, à proximidade geográfica e pessoal, pois somente sentimos inveja de quem é próximo a nós, quer conheçamos ou não o invejado.

Considerando esses aspectos, é racional invejar um colega de trabalho que exerça a mesma função, ou uma função que esteja ao nosso alcance conquistar, porém dificilmente se invejará alguém de outra profissão e país, que não possua relação com o sujeito potencialmente invejoso⁶⁴. Contudo, há exemplos de uma inveja do tipo *rancorosa*, consistindo essa em sentir raiva do *outro* por ele possuir aquilo que o *eu* não mais poderá obter.

64 É preciso deixar claro que a inveja somente existe enquanto o “objeto” invejado não pertence ao sujeito, pois ao consegui-lo, o ressentimento tenderá a sumir, da mesma forma acontece com o impulso para a vingança, o qual, a partir do momento em que a vingança é concretizada, desaparece. Tal como o impulso de vingança, a inveja é aqui compreendida como impotência.

Exemplo do que afirmamos acima pode ser encontrado no relato de Ventura (1998), em sua obra sobre a emoção da *inveja*. Nesta, o autor afirma haver se enfurecido com crianças que brincavam e riam, enquanto ele aguardava o resultado de um exame médico que resultaria na existência ou inexistência de um câncer. Ventura afirma que não manifestou externamente o que sentiu ao ver as crianças brincando e rindo, mas invejou os pequeninos, pois se viu como um velho amargurado, que permanecia sozinho, imersos em um medo pela “fatídica hora” haver chegado.

Do relato de Ventura podemos depreender um tipo mais perigoso de inveja, apresentado por Scheler (2012, p. 56) sob a alcunha de *inveja existencial*. Esta não constitui um desejo pelo que o *outro* possui, mas pelo que o *outro* é, ou seja, um desejo de ser o *outro*. O problema maior desse tipo de inveja não é constituído pela impotência do sujeito em saciá-la, mas pela completa impossibilidade de o fazer, pois não se trata de uma posse, e sim de predicados físicos ou morais socialmente valorizados.

Exemplos desse tipo podem ser encontrados na obra de Michelet, *A feiticeira* (2003), na qual são apresentados casos de ódio provocados pela inveja, que levava os indivíduos não apenas a desejar, mas a provocar, ou tentar provocar, o extermínio do *outro*. Michelet afirma que durante o período de assassinatos realizados pela Inquisição Católica, bem como pela Protestante, o *outro* ser aquilo que o invejoso nunca poderia igualmente ser, era um perigo, pois ocasionava o florescimento dessa emoção maligna, levando os indivíduos a realizarem denúncias mentirosas. Estas, normalmente, culminavam em alguma sentença, podendo uma delas ser a morte, o que era mais propício às mulheres pobres, que acusavam uma às outras de praticar feitiços. Tal acusação era motivada por razões diversas, sendo um delas a inveja pela beleza alheia (MICHELET, 2003, p. 14).

Apesar de sempre podermos encontrar o extermínio do *outro*, motivado pelas emoções componentes do ressentimento, isso é mais propício de ocorrer em sociedades não democráticas, nas quais o extermínio é uma forma de punição, bem como em formas diretas de vingança, o que é diferente do *desejo* ou *impulso de vingança*. O governo democrático é aquele no qual o ressentimento pode manifestar-se sem que ocorram mortes, como no caso citado por Michelet. No entanto, a democracia também é passível de ampliar os ressentimentos, uma vez que a origem dessa constelação emotiva “está presa a uma forma

especial de introdução da *comparação* entre o *valor* de si mesmo e o valor de outros” (SCHELER, 2012, p. 57 [itálicos do autor]).

O filósofo procura exemplificar seu pensamento ao demonstrar a existência de um elemento *nobre*, que experimenta os valores antes de qualquer *comparação*, e de um elemento *vulgar*, que somente os consegue experimentar na comparação e por meio dela. Dessa forma, vulgar é aquele que mensura os valores em uma escala gradual, ou seja, considerando algo como “mais alto”, ou “mais baixo”, pois não consegue pensá-los senão dessa maneira, por meio da *comparação*. Logo, a mensuração do valor próprio e do valor alheio é feita comparando o *eu* em relação ao *outro* e o *outro* em relação ao *eu*⁶⁵.

O tipo valorativo *nobre* não proporciona o aparecimento do ressentimento, pois, para que ele exista, o ato da *comparação* necessita anteceder as experiências dos indivíduos, o que somente acontece no *vulgar*. Indivíduos ou grupos em que há ressentimento são, portanto, aqueles em que a comparação é um elemento existente. Neste ponto, Scheler (2012, p. 59) apresenta duas subdivisões da comparação no tipo vulgar: a *ambição* e o *ressentimento*. A primeira seria o modo *forte* do tipo valorativo vulgar, o segundo, o modo *fraco* deste tipo.

A fim de evitar equívocos, devido às diversas interpretações que pode adquirir a palavra *ambição*, o filósofo afirma não denominar “ambicioso” aquele que “ambiciona enérgica e violentamente o poder, a possessão, a honra, ou outros bens repletos de valor”, mas “aquele para quem se impele o ser mais, o valer mais etc.” (SCHELER, 2012, p. 59–60), já que o ambicioso, em sua concepção, é alguém que se percebe como “menos” diante do *outro*, necessitando sempre se provar como “mais”. O ambicioso, portanto, não vivencia os valores, mas unicamente a *comparação* sufocante deles.

A *ambição*, essa incessante comparação entre o *eu* e o *outro*, somente aparece no seio social a partir do século XIII, quando os indivíduos deixam de comparar-se unicamente com aqueles que são a eles próximos e passam a verificar cada ponto em que chegaram como somente mais uma etapa para superar o *outro*. Esse tipo de atitude social é denominado *sistema de concorrência*. Se antes o agricultor se comparava com um outro agricultor, agora a comparação não possui limites, pois o indivíduo compreenderá poder alcançar uma

65 Esse ponto é importante por oportunizar a manifestação do ressentimento a partir das emoções da *inveja*, do *ciúme*, além de outras, não apontadas por Scheler, as quais ocorrem a partir de atos como a “traição”, o manifestar-se como “superior”, a “ridicularização” em público e muitos outros, os quais podem gerar a *malícia* e a *maldade* no ressentido.

“totalidade” que servirá unicamente como transição para outro sistema de concorrência, onde mais e mais não somente podem, mas devem ser alcançados a fim de sempre “ser mais” do que o *outro*.

Não haveria um sentido próprio em nenhuma fase conquistada, sendo cada uma vista somente como um ponto a partir do qual se buscará chegar à fase seguinte, sendo a ideia de *limite* ignorada. Mesmo às fases da vida, que vão da infância à velhice, é dado sentido na medida em que são comparadas umas com as outras. Por isso, não haveria emoções específicas para cada uma dessas fases, como pensa Aristóteles (2012, p. 121-130), podendo quaisquer emoções serem encontradas em jovens, adultos ou velhos.

O querer mais, provocado pela concorrência, abre caminho para a instalação do ressentimento social, a partir do qual grupos, dos mais diversos tipos, concorrem para impor-se aos demais, assim como ocorre com as fases da vida. Há unicamente que diferenciar a defesa frente a um ataque real – a qual não poderíamos denominar ressentimento –, das lutas imaginárias, existentes devido ao ser menos existir, o qual deriva da inveja, do desejo de vingança, do medo pelo que um indivíduo fez ou se crê poder vir a fazer. Este pensamento abre espaço para que se diferencie, na concorrência, ambição e ressentimento.

Scheler acredita que o ser ou o acreditar ser impotente constitui o principal qualificador para a existência dos diferentes tipos de ressentimento, uma vez que isto representa um desequilíbrio entre os seres humanos, levando-os, sob circunstâncias específicas, a odiar o *outro*, aquele que vejo como meu algoz, aquele que não está incluso no *eu*, nem no grupo ao qual este pertence, ou seja, o *nós*. Scheler acredita que alguns valores seriam anteriores ao nascimento do indivíduo, sendo por ele herdados e perpetuados a partir de sua criação. Outros, porém, seriam adquiridos em razão das circunstâncias vividas por cada um, bem como a partir de suas interações.

É em razão dessa ampla possibilidade que o autor afirma existirem “tipos de ressentimento”, e não apenas “o” ressentimento, enquanto algo singular em uma sociedade. Em seu entender, haveria ressentimento entre classes, faixas etárias, gêneros (orientação sexual e identidade de gênero), profissões, posicionamentos políticos, bem como diversos outros. Todos seriam ressentimentos possíveis a partir da identificação do *outro*, a qual pode ocorrer por meio das vestimentas, do modo de se portar publicamente, da linguagem

diferenciada, dos objetos que possui, do porte físico etc. (SCHELER, 2012, p. 76).

Segundo a visão de Scheler, portanto, o espírito de concorrência, em todas as esferas da vida humana, faz com que o indivíduo se deteriore continuamente em seu ressentimento, buscando saciar algo insaciável, já que após atingir um suposto limite, haverá mais a ser buscado, a fim de nunca estar abaixo do *outro*. No entanto, haveria um momento em que a ambição pelo estar acima frustraria o indivíduo, fazendo-o odiar, invejar, desejar o mal àquele que compreende como “maior”, como “estando no poder” (no caso político).

Em suma, o ressentido, em Scheler, manifesta, à sua maneira, uma superioridade sobre o *outro*, na medida em que vê a *si* como bom e ao *outro* como mau, a *si* como explorado e ao *outro* como explorador, em suma, o que, em diferentes épocas, devido a diferentes crenças, contrapõe o positivo ao negativo. Surge, assim, o trabalhador explorado contraposto àquele que acredita ser seu explorador; o religioso temente a Deus em relação ao ateu; o homossexual, que segue a “ordem natural do mundo”, à “abominação homossexual” etc.

Nietzsche e Scheler foram os dois autores que iniciaram os estudos acerca do ressentimento na cultura ocidental, cada um conforme suas crenças filosóficas e religiosas, o que justifica o posicionamento dos autores quanto a essa constelação emotiva. Nas décadas seguintes, seus escritos acerca do assunto foram utilizados por outros autores a fim de tentar compreender os conflitos psicossociais presentes em nossas sociedades, porém, pouco foi modificado em relação ao modo como se compreende o ressentimento. Contudo, as pequenas modificações serão de grande utilidade para trazer a compreensão dessa constelação emotiva para a realidade do mundo contemporâneo.

3.3 O posicionamento de Angenot: uma perspectiva discursiva.

Na política, mais do que em qualquer outra esfera, não temos como distinguir entre o ser e a aparência. Com efeito, na esfera dos assuntos humanos, o ser e a aparência são a mesma coisa. (ARENDR, 2011, p. 138)

Muitos foram os autores que realizaram trabalhos sobre o ressentimento no decorrer do século XX e início do XXI, procurando alinhar-se ou se distanciar de Nietzsche e de Scheler. Alguns visavam um estudo político e histórico da constelação emotiva do ressentimento, como Ansart (2004), Ferro (2012), Fassin (2019), outros, uma abordagem psicanalítica, como Kehl (2015), ou uma abordagem retórico-discursiva, a exemplo do que propõe Angenot (1997, 2007, 2016), havendo ainda autores que, sem utilizar o termo, elaboraram um estudo do ressentimento, como faz Cattani, em *A síndrome do mal* (CATTANI, 2020), na qual analisa a visão social brasileira do mal como uma qualidade sempre outorgada ao outro. O tratamento dado por cada um desses autores ao ressentimento nos interessa, porém, também abordaremos a obra de Angenot, do qual nos aproximamos por sua vinculação aos estudos discursivos e retórico-argumentativos.

Angenot (1997) intenta refletir acerca das implicações discursivas e retórico-argumentativas do ressentimento no mundo contemporâneo, procurando compreender o entrelaçamento entre o ressentir e o pertencer a um grupo (direita, esquerda, intelectual, conspiracionista etc.). Conforme ele próprio afirma, sua intenção consiste em construir um tipo ideal do que denomina “la pensée du ressentiment, laquelle s’exprime en une rhétorique de l’argumentation (ou, plus justement, une sophistique) et dans un pathos de la plainte et de la rancune spécifiques⁶⁶.” (ANGENOT, 1997, p. 12). Esses elementos seriam aqui responsáveis pela constituição de duas formas opostas de ver o mundo, nas quais há unicamente o eu e o outro. Nesse aspecto, o *eu* procuraria identificar-se por oposição ao *outro*, a partir de visões de mundo possíveis.

Conforme o autor, não se pode falar especificamente de “ressentidos”, de uma forma particular, pois o que haveria seriam as diferentes crenças adotadas pelos grupos em sociedade. Tratar-se-iam de crenças por meio das quais os sujeitos se veriam, ou veriam sua classe, sua cultura, seu modo de ser como estigmatizados, inferiorizados, injustiçados, acreditando, por fim, serem vítimas ou defensoras de vítimas (caso de políticos profissionais defensores do “povo”, líderes religiosos, escritores militantes).

O modo como o autor compreende o termo “ressentimento” não é aqui retirado do acaso. Ele acredita haver ao menos duas possibilidades de conceber a noção, sendo a primeira

66 **Tradução nossa:** “o pensamento do ressentimento, que se expressa em uma retórica da argumentação (ou, mais precisamente, uma sofística) e em um *pathos* de reclamação e do rancor específicos.”

a visão do senso comum, segundo a qual, por ressentimento, poder-se-ia compreender a palavra que “qualifie des mentalités, des dispositions psychologiques acquises, des états d’esprit”, tendo a palavra, nesse caso, sentido próximo ao de “frustração”, “rancor”, “desejo de vingança”, “inveja” (ANGENOT, 1997, p. 21).

Ao mencionar o segundo modo, Angenot se vale de vários teóricos, principalmente daqueles que são interpretados como os iniciadores do “problema” ou da “teoria do ressentimento”, se assim podemos chamá-los. Seu modo de ver a questão advém das filosofias de Kierkegaard, o qual ele apenas menciona, de Scheler e de Nietzsche, as quais, conforme sua interpretação, veem o assunto da seguinte maneira: “il [o ressentimento] concerne des ‘morales’, des idéologies⁶⁷, des mises en discours, en doctrines, en ‘visions du monde’ et en stratégies politiques⁶⁸” (ANGENOT, 1997, p. 21).

Encarando a matéria dessa forma, entende-se que o ressentimento, para Angenot, não é apenas uma emoção que aparece nos discursos, mas uma forma de modelar os discursos, principalmente aqueles eminentemente argumentativos, nos quais são abundantes os usos de argumentos de tipo falacioso. Tal ideia é fruto, além da constelação emotiva imbricada pelo ressentimento, do aparato moral que surge junto a ele e que será fundamental para que transpareça nos discursos o modo de os ressentidos interpretarem o mundo, pois, se os discursos compreendem uma representação das morais, o ressentimento é um produtor de morais, na medida em que produz juízos de valor.

As crenças no ressentimento não seriam, portanto, fruto da direita ou da esquerda políticas, dos religiosos de uma ou de outra denominação, mas de todas essas, e de muitas outras, pois implicariam um modo de ser dos sujeitos do discurso. Isso culminaria em uma guerra moral, em batalhas ocasionadas por reações e por contrarreações, as quais ocorreriam pela tentativa de o eu sobressair-se ao outro, ainda que com base na justificativa de ver seus direitos respeitados ou de fazer a justiça prevalecer.

Segundo a perspectiva de Angenot (1997), tanto a obsessão por criar um valor identitário unificado para uma nação, quanto seu oposto, o direito à diferença, baseiam-se em

67 Apesar de Angenot utilizar o termo “ideologia”, não nos valeremos do mesmo, pois nossa abordagem se volta para os estudos da *Argumentação no Discurso*. Por isso, utilizaremos, predominantemente, “crença” e “doxa”.

68 **Tradução minha:** “[o ressentimento] concerne às ‘morais’, às ideologias, às discursivizações, às doutrinas, às ‘visões de mundo’ e às estratégias políticas”.

doxai advindas de um *pathos* do ressentimento, cujas origens são incertas, mas que têm como denominador comum o sentimento de que o outro rebaixa o eu, o inferioriza. Tal atribuição de valores é geradora de contra-ações, as quais, por sua vez, gerarão outras contra-ações, e assim continuamente.

Como visto no capítulo 1, a sociedade é formada por grupos unificados por motivos diversos, os quais têm em comum os mesmos valores, por isso, conceber a própria imagem, ou identidade, como antagonica à do outro é uma forma de ressentimento que permanece por pouco tempo como individual, pois, tal como compreende o linguista: o ressentimento não pode permanecer individual.

Quiconque subit un échec, face à l'alternative d'en attribuer la cause à autrui ou d'avoir à éprouver la douleur supplémentaire de se le reprocher à soi-même, préférera choisir la première solution: un autre est res ponsable, justement cet autre qui n'échoue pas ou qui, de sa position de pouvoir, s'arroge le droit de sanction ner cet échec et de juger à travers lui de mon incapacité à l'égal. Mais ensuite - par une volonté accrue d'éloigner l'hypothèse que cet échec ait pu être le mien -, je dois me convaincre que mon injuste échec est catégoriel; et alors l'injuste réussite d'autrui l'est également. D'où le soupçon naît qu'il y a un système inique qui favorise telle catégorie et défavorise injustifiablement telle autre où je me vois figurer. D'où ensuite, la constitution mentale de cette catégorie stigmatisée et handicapée au nom de laquelle (et non plus en raison de ma seule faillite) je vais légitimer ma rancœur et formuler ma protestation. Ce processus explique pourquoi le ressentiment est aussitôt en quête de groupes, de tribus victimisées. Le res sentiment ne peut demeurer individuel.⁶⁹ (ANGENOT, 1997, p. 105).

Veja-se, por exemplo, o caso de uma sociedade como a brasileira, na qual, ao mesmo tempo em que se pensa de modo conservador (não interferir no que foi estabelecido), revisita-se o passado a fim de corrigir males históricos, como a escravidão (sendo isso compreendido

69 **Tradução nossa:** “Quem sofre um fracasso, diante da alternativa de atribuir a causa a outros ou ter que experimentar a dor adicional de se culpar por isso, preferirá escolher a primeira solução: outro é o responsável, precisamente esse outro que não falha ou que, de sua posição de poder, se arroga o direito de sancionar esse fracasso e julgar por meio dele minha incapacidade de igualá-lo. Mas então - por um desejo crescente de afastar a hipótese de que esse fracasso poderia ter sido meu - tenho que me convencer de que meu fracasso injusto é categórico; e então o sucesso injusto de outros também é injusto. Daí a suspeita de que existe um sistema iníquo que favorece uma categoria e desfavorece injustificadamente outra onde me vejo aparecendo. Daí, então, a constituição mental dessa categoria estigmatizada e deficiente em nome (e não mais simplesmente por minha falência) vou legitimar meu ressentimento e formular meu protesto. Esse processo explica por que o ressentimento está imediatamente em busca de grupos, de tribos vitimizadas. O ressentimento não pode permanecer individual.”

como uma interferência no passado a fim de balancear as diferenças de classe e de raça). Nela é também pensado um ideal de justiça, no qual os ofensores – ainda que os ofendidos para um grupo e para o outro não sejam os mesmos – seriam punidos. Contudo, essa sociedade nega a ofensa, como é o caso do Regime Militar brasileiro, de 1964, ou o direito ao aborto, mas o aceita em certos casos; prega uma religião que pede o amor ao próximo, mas luta pelo direito ao porte de armas de fogo. Em decorrência disso, o ressentimento transforma-se em algo inevitável, já que todas essas aparentes contradições advêm do fato de inúmeros grupos serem obrigados a dividir um mesmo espaço físico e a argumentar com os demais, a fim de que seus desejos sejam atendidos, mesmo que a argumentação em raríssimos casos leve à persuasão.

Essa questão aparece no que o autor denomina “pensamento conspiratório”, o qual é abordado em seu texto “La pensée conspiratoire: une histoire dialectique et rhétorique?”. Em uma passagem elucidativa, Angenot escreve:

Tout au départ, le raisonnement conspiratoire part de quelque chose de logique au sens banal de ce mot: une série d'événements déplaisants étant identifiés, cherchons-en les causes ou, ce serait mieux, plus simple et plus clair, la Cause. Et pour ce faire, écartons les “rideaux de fumée”. Le Complot découvert permet de “faire entrer dans le rationnel” et l'explicable ce qui, justement, apparaît d'abord comme désolant et inexplicable: il est à ce titre, cela ne se saurait nier, le produit d'un effort de rationalité, il a une “fonction cognitive” fût-elle dévoyée. Son caractère redoutable résulte du fait que cet effort rationnel débouche sur une haine légitimée. Débouchant sur la haine, il carbure au ressentiment: le manque d'estime de soi, le sentiment d'être lésé, rabaissé, opprimé, propres à l'homme du ressentiment, sont compensés par le plaisir intellectuel de découvrir le mécanisme du dol et sa cause secrète, et le plaisir moral de savoir sur qui désormais faire porter sa haine – qui voit ses peines, voit ses haines! Découvrir la “vérité” au bout d'une longue “enquête” revient, les yeux dessillés, à voir toutes choses sous un jour nouveau et simplifié : là où je souffrais de constater des maux divers, où je me sentais opprimé sans savoir pourquoi et par qui, je découvre qu'il y avait une cause ultime à mon malheur et aux malheurs du temps: “Tout a été prévu, médité, combiné, résolu, statué”, avait écrit l'Abbé Barruel⁷⁰. (ANGENOT, 2010).

70 **Tradução nossa:** “De início, o raciocínio conspiratório parte de algo lógico no sentido banal da palavra: uma série de acontecimentos desagradáveis, procuremos as causas ou, melhor, mais simples e clara, a Causa. E para fazer isso, vamos remover as “cortinas de fumaça”. A Conspiração descoberta permite “trazer ao racional” e ao explicável o que, justamente, a princípio aparece como angustiante e inexplicável: a esse título, não se pode negar o produto de um esforço de racionalidade, tem uma “função cognitiva” mesmo que seja mal orientada. Seu caráter formidável resulta do fato de que esse esforço racional leva ao ódio legítimo. Levando ao ódio, alimenta o ressentimento: a falta de autoestima, o sentimento de ser injustiçado, menosprezado, oprimido, próprio do homem do ressentimento, são compensados pelo prazer intelectual de descobrir o mecanismo da fraude e sua causa secreta, e o prazer moral de saber a quem, doravante, dirigir seu ódio – quem vê suas dores, vê seus ódios! Descobrir a “verdade”, depois de uma longa “investigação”,

Vemos que, ser inevitável pensar de modo conspiratório (modo inicialmente apontado pelas políticas de direita, mas que hoje tendem para as ambas) significa, nesse caso, a impossibilidade da convivência com as diferenças, pois a necessidade de parte dos indivíduos em manter a ordem significa uma contramão. Contudo, mantê-la requer abrandar mudanças, apesar de isso ser difícil de se fazer quando as lutas sociais identitárias estão em seu ápice, já que mudar, quando se trabalha com o ressentimento, significa transformar valores e realizar transformações na moral de uma sociedade.

A necessidade obsessiva que a sociedade possui em manter a ordem fez com que os marginalizados, os não beneficiados, revoltassem-se, sentissem-se injustiçados, vissem a necessidade de mudar o modo como os valores são avaliados e sentissem, assim como os “conservadores”, que qualquer crítica ao seu desejo de mudança fosse parte de uma conspiração para freá-la. Daí ser o pensamento conspiratório classificado por Angenot (ANGENOT, 2008, p. 343–350) como uma forma de ressentimento, uma vez que mudar os valores em uma sociedade não poderia ser realizado imediatamente, nem mesmo sem obstáculos frente a uma luta ideológica.

Os desejosos em mudar as formas de se pensar as morais o fazem, nesse contexto, por verem-se como subalternos em um mundo no qual diferentes meios (como as Constituições, os escritos religiosos, as filosofias etc.) afirmam ser possível e necessária a igualdade entre todos. Mudar significa aqui “revolucionar”, romper um sistema visto como injusto, discriminatório, parcial, ilógico e beneficiador somente de minorias.

Os denominados ressentidos não procurariam aqui um mundo perfeito para todos, mas sair de uma posição subalterna em relação ao outro, já que “invejam” mais sua liberdade, sua posição de superioridade, do que qualquer outra coisa. Esse modo de pensar faz com que o autor afirme: “Le ressentiment est plus qu’une formation de compromis idéologique et une démagogie sophistiquée: c’est un *modus vivendi*, c’est-à-dire une manière de vivre faite à la fois de réel et de fantasmes – compensation fantasmée avec des passages à l’acte”⁷¹

equivale, de olhos abertos, a ver tudo sob uma luz nova e simplificada: onde sofria ao perceber vários males, onde me sentia oprimido sem saber por que e por quem, descubro que há uma causa última da minha desgraça e para as desgraças do tempo: “Tudo foi planejado, meditado, combinado, resolvido, governado”, escrevera o abade Barruel.”

71 **Tradução nossa:** “O ressentimento é mais do que uma formação de compromisso ideológico e uma demagogia sofisticada: é um *modus vivendi*, ou seja, uma maneira de viver feita simultaneamente de real e de fantasia - compensação fantasiosa com passagens ao ato.”

(ANGENOT, 1997, p. 16).

A lógica aqui expressa é a de que o locutor acredita possuir uma queixa legítima, a qual chega a ser transparente e clara para todos. Por meio dela, alguém detratou os inferiorizados para que eles se sentissem rebaixados e subjugados. Contudo, quem seria esse alguém? Em um mundo de discursos, não é em uma pessoa de carne e osso que se deve buscar o ressentimento, mas no próprio discurso, bem como na situação psico-sócio-histórica que o possibilitou.

Não é, portanto, contra uma pessoa específica que se ressent, mas contra a imagem que se cria a partir do que ela diz, defende (assim como faz seu grupo); contra o que se pode notar serem suas leituras e interações, contra suas crenças. Trata-se de um agir em oposição aos valores por ela veiculados, de revoltar-se com base em prejulgamentos e estereótipos. Também o *ethos* não deve ser compreendido nesse contexto como os caracteres de um locutor enquanto pessoa física, mas enquanto os de um ser de linguagem, o qual, por meio dela, materializa-se discursivamente, quase sendo palpável para o *outro*.

As crenças relacionadas ao ressentimento não são produtos de povos ou de massas, segundo a concepção de Angenot (1997), mas de pessoas legitimadas ou autolegitimadas, como: oradores, intelectuais, representantes de classes, porta-vozes do povo, os quais tendem a influenciar a vontade das maiorias, em cada setor social, a fim de satisfazer interesses particulares, seriam os próprios *apoiadores de prestígio*, tal como vistos no Capítulo 1.

Desse modo, pensar as crenças no ressentimento seria pensá-las como a produção de “oligarquias” que utilizam os ódios, as invejas, os rancores das massas como forma de obter benefícios próprios. Por isso “La notion de ressentiment s’inscrit dans la conception générale de l’idéologie comme expression d’une conscience à la fois intéressée (mue par des intérêts, reconnus ou inconscients) et faussée”⁷² (ANGENOT, 1997, p. 23).

Quando os estudos acerca do ressentimento se inserem no terreno da argumentação, passa a ser importante frisar que as argumentações falaciosas são utilizadas em larga escala, principalmente devido aos ideólogos do ressentimento, e aqui pressuponho que toda argumentação possui resquícios mais ou menos plenos de ressentimento, serem falar em

72 **Tradução nossa:** “A noção de ressentimento inscreve-se na concepção geral da ideologia como expressão de uma consciência simultaneamente interessada (movida por interesses, reconhecidos ou incinerados) e falseada.”

nome de muitos, ainda que a autorização nem sempre tenha sido concedida.

É possível ver isso ocorrer com aspirantes a um determinado cargo, os quais precisam do reconhecimento de um grupo para que a eles seja dada autorização a fim de falar em nome de alguém. Quando isso se dá, é comum ouvirmos a expressão: “Ele me representa!”, a qual não era utilizada até determinado momento.

Entende-se, portanto, que “les idéologues du ressentiment croient toujours parler au nom de multitudes – ce qui les justifie d'avoir recours aux sophismes les plus sommaires pour défendre leur bonne cause”⁷³ (ANGENOT, 1997, p. 30). Logo, tornam-se de alguma maneira justificadas para esses ideólogos o uso de expressões de cunho negativo e interrogativo com finalidade falaciosa, intentando aparentarem “possuir a razão”, como: “Você se opõe à vontade da maioria?”, “Você é contra a ajuda humanitária?”, “Você é contra a divulgação da verdade?”, “Você é a favor do aumento de impostos para os mais ricos?”. Mais tarde, o autor modificará o entendimento do uso do ressentimento na argumentação, compreendendo-a como segue:

Je qualifie de ressentiment un mode de production du sens, des valeurs, d'images identitaires, d'idées morales, politiques et civiques qui repose sur quelques pré-supposés et qui vise à un renversement des valeurs dominantes – Umwertung der Werte – et à l'absolutisation de valeurs “autres”, inverses de celles qui prédominent, valeurs censées propres à un groupe dépossédé et revendicateur. Cette rhétorique va servir deux fins concomitantes: démontrer la situation présente comme injustice totale, persuader de l'inversion des valeurs qui se trouve à son principe et expliquer la condition inférieure des siens en renvoyant *ad alteram partem* tous les échecs essayés. Seconde finalité: valoriser la position victimale et le mode d'être du dominé; dévaloriser les valeurs que hérite le dominant et qui vous sont inaccessibles en les montrant à la fois (cette simultanéité est déjà paralogique) comme dédaignables, chimériques, arbitraires, ignobles, usurpées et causatrices de préjudice. Valoriser ses propres valeurs comme un donné, mais aussi toujours par comparaison dissimulée avec les valeurs des “autres”⁷⁴. (ANGENOT, 2008, p. 343–344).

73 **Tradução nossa:** “Os ideólogos do ressentimento sempre acreditam falar em nome das multidões – o que os justifica recorrer às mais sumárias falácias para defender sua boa causa.”

74 **Tradução nossa:** “Classifico o ressentimento como um modo de produção do sentido, dos valores, de imagens identitárias, de ideias morais, políticas e cívicas que assenta em alguns pressupostos e que visa um retorno dos valores dominantes - Umwertung der Werte - e a absolutização de valores "outros", inversos dos dominantes, valores considerados próprios de um grupo desapossado e reivindicador. Esta retórica vai servir para dois fins concomitantes: demonstrar a situação presente como injustiça total, persuadir da inversão dos valores que se encontram no seu princípio e explicar a condição inferior dos seus, enviando *ad alteram partem* todos os fracassos sofridos. Segunda finalidade: valorizar a posição vitimal e o modo de ser do dominado; desvalorizar os valores que preza o dominante e que são inacessíveis aos dominados, mostrando-os ao mesmo tempo (esta simultaneidade já é paralela) como desprezíveis, quiméricos, arbitrários, ignóbeis,

O pensamento de Angenot, sobre o queixoso não querer sair de sua condição como queixoso, pois sua intenção seria deplorar o *outro*, vingar-se continuamente por meio de sua fala devido a algo, real ou imaginário que lhe teria sido feito, é similar ao de Kehl, quando a psicanalista afirma que “O ressentido não é alguém incapaz de se esquecer ou de perdoar; é um que não quer se esquecer, ou *que quer não se esquecer*, não perdoar, nem superar o mal que o vitimou” (KEHL, 2015, p. 14 [itálicos da autora]).

Essa concordância se torna mais evidente quando o analista do discurso escreve que: “Une des grandes revendications du ressentiment, c'est le droit de persister dans son ‘essence’, le droit de n'avoir pas à ajouter, à la douleur d'une position sans gloire, la douleur additionnelle d'avoir à s'adapter et la perspective de ‘disparaître’”⁷⁵ (ANGENOT, 1997, p. 31).

O ressentimento não está imerso em uma única crença, mas em crenças, que surgem e desaparecem em momentos variados, sendo caracterizado em um momento e mais tarde não conseguindo ser encontrado, de modo que o possamos identificar. Isso ocorre devido ao ressentimento ser, modernamente e discursivamente, híbrido:

Le ressentiment est à comprendre comme une composante d'idéologies politiques modernes diverses: ce n'est donc pas une idéologie particulière ni le propre d'aucune. Il n'y a pas de doctrines pures du ressentiment, mais il y a des idéologies qui vont et revont au ressentiment comme à leur pente naturelle ou à leur source d'énergie.⁷⁶ (ANGENOT, 1997, p. 33).

Tal hibridismo cabe no que Scheler apontava como diferentes tipos de ressentimento, não apenas o religioso, mas também etário, escolar, profissional, de classe etc. Contudo, no pensamento de Angenot são dois os principais tipos de ressentimento que podem ser encontrados: o de *direita* e o de *esquerda* (ANGENOT, 1997, 2007, 2008, 2010, 2016).

usurpadas e causadoras de prejuízo. Valorizar os seus próprios valores como um dado, mas também sempre por comparação dissimulada com os valores dos “outros”.

75 **Tradução nossa:** “Uma das grandes reivindicações do ressentimento é o direito de persistir em sua ‘essência’, o direito de não ter que acrescentar, à dor de uma posição inglória, a dor adicional de ter que se adaptar e a perspectiva de “desaparecer””.

76 **Tradução nossa:** “O ressentimento deve ser entendido como uma componente de diversas ideologias políticas modernas: por conseguinte, não há uma ideologia particular nem própria de ninguém. Não há doutrinas puras do ressentimento, mas há ideologias que vão e voltam para o ressentimento, como sua inclinação natural ou sua fonte de energia.”

Quanto ao primeiro, verifica-se ser ele expresso por meio do *populismo*, *antisemitismo*, *nacionalismo*, *conservadorismo*, *xenofobia*, *antimodernismo*, apenas para citar algumas características. O ressentimento de direita é um ressentimento “nostálgico”, acerca de um passado idealizado, construído com base em relatos e em saudosismos, sendo por isso que os sujeitos “afetados” por esse tipo de ressentimento são cautelosos quanto ao novo, ao moderno, preferindo o mais próximo possível à ordem e ao tradicional, como a família, a religião, as narrativas históricas tradicionais.

O ressentimento de esquerda, por sua vez, é marcado pelas reivindicações de grupos minoritários, como os movimentos *feministas*, *ativistas políticos*⁷⁷, *LGBTs*, os quais reivindicam, sobretudo, a inclusão mediante programas sociais, a ruptura com um sistema visto como injusto e não inclusivo. As lutas dos movimentos de esquerda são vistas pelos próprios esquerdistas como heroicas, enquanto a direita costuma compreendê-las como deturpação da moral ou vandalismo. Devido ao desejo de ruptura com o estabelecido, os movimentos de esquerda podem ser marginalizados.

Diante do que Angenot escreve acerca dessas duas grandes divisões, entre esquerda e direita, é difícil classificar qualquer governo ou sociedade em um único polo. Ao que parece, oscilam entre a direita e a esquerda. Por esse motivo, Angenot (1997, p. 35-36) prefere falar em “ideologias híbridas”, ou seja, tanto na direita quanto na esquerda haveria características de uma e de outra, sendo preciso, por parte do analista, verificar quais sobressaem no *corpus* analisado. Assim, quaisquer grupos sociais possui características de outros grupos, já que vivem em uma mesma sociedade.

Contudo, ao se considerar o ressentimento social, percebemos que diversos grupos se juntam, de modo a opor-se às ideias uns dos outros. Isso ocorre quando questões sensíveis são colocadas em discussão, como o aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo ou a reforma agrária. Esses são momentos em que compreendemos uma sociedade como polarizada, entre os favoráveis e os opositores acerca de uma mesma questão. Quando grupos se veem como vitimizados por um outro, considerado um vitimizador (Charaudeau, 2019). Desse modo, as crenças grupais, ao adentrarem o campo do ressentimento, transformam qualquer discussão em uma luta do certo contra o errado, do justo contra o injusto, do bem

77 O *Movimentos dos Sem Terra* (MST), assim como o *Greenpeace* são exemplos.

contra o mal. Os ressentidos tendem a raciocinar dessa maneira, em relação ao *outro*, mas o fazem com base nas emoções negativas que compõem a constelação emotiva do ressentimento, o que vemos com base em Angenot, que afirma:

Le ressentiment est à la fois *pathos* et *logos*; la disjonction classique du *pathos* et du *logos* est inadéquate dans le cas de l'étude d'un phénomène synthétique comme le ressentiment. Mais quel rapport entre ce *pathos* et ce *logos* - entre frustration et argumentation? L'être de ressentiment juge et interprète, mais il le fait avec sa souffrance, sa déception et ses haines. Il argumente pour transmuier cette souffrance en quelque chose de tolérable - une vision du monde consolante - et pour divertir cette souffrance, détourner le traumatisme vers d'autres passions moins débilantes - pitié pour les siens, sentiment de son mérite prouvé par ses échecs mêmes, haine des victorieux et des possédants, iconoclasie des valeurs d'autrui⁷⁸. (ANGENOT, 1997, p. 149)

Como pode ser visto, Angenot é um autor que permite refletir acerca do ressentimento de uma forma paralela àquela que fizeram Nietzsche e Scheler. Seus escritos são importantes para nós por tratarem do ressentimento a partir de uma base mais discursiva e menos filosófica.

Eventos que possibilitam o surgimento do ressentimento social são numerosos, não necessitando de grandes acontecimentos para despertar essa constelação emotiva nos sujeitos. Na verdade, ela parece ser incorporada aos poucos, em decorrências das frustrações cotidianas. Eventos de grande porte, no entanto, não deixam de ser extremamente importantes para a construção do ressentimento social. Recentemente, no Brasil, eclodiu uma *constelação emotiva* que, cremos, ter possibilitado que os pré-requisitos para que uma divisão social se estabelecesse e o ressentimento fosse manifestado em seus dois polos híbridos: a direita e a esquerda.

Na tese que desenvolvemos, a visão de Angenot nos possibilita pensar o ressentimento

78 **Tradução nossa:** “O ressentimento é tanto *pathos* quanto *logos*; a clássica disjunção do *pathos* e do *logos* é inadequada no caso do estudo de um fenômeno sintético como o ressentimento. Mas qual é a relação entre esse *pathos* e esse *logos* - entre frustração e argumentação? O ser de ressentimento julga e interpreta, mas o faz com o seu sofrimento, a sua decepção e os seus ódios. Ele argumenta para transmutar esse sofrimento em algo tolerável - uma visão de mundo consoladora - e para entreter esse sofrimento, desviar o trauma para outras paixões menos debilitantes - piedade pelos seus sentimento de mérito provado por seus próprios fracassos, ódio aos vitoriosos e aos possuidores, iconoclasia dos valores dos outros.”

no seio do domínio político. Trata-se, neste caso, do ressentimento dos derrotados nas urnas brasileiras, em 2018, ainda que pelo voto popular. Quando estes derrotados compreenderam, ao seu modo, que seria difícil retomar o poder, ou que aquele que os venceu não era digno do cargo, ou, ainda, que houve um *golpe* que retirou a possibilidade de tomar o governo. Os sentimentos que originam o ressentimento brotam juntamente com a sensação de impotência. Tem-se, neste caso, a sutil impressão de que se deve gritar, denunciar e lutar, mas essa impressão é acompanhada do sentimento de que, caso o lugar antes ocupado seja retomado, isso não ocorrerá nem cedo e nem da forma como era antes, pois ainda existe um sentimento de que os eleitores do “vitorioso” foram ingratos ao elegê-lo, já que os bons foram derrotados e maus prevaleceram. Por outro lado, os vitoriosos também apresentam o rancor que durante muito tempo foi guardado, e o fazem ao mostrar qual imagem possuem do *outro*, odiando-o, desejando sua dissolução, às vezes não pelo extermínio, mas pela “conversão”, o tornar-se *eu*.

Até este momento, muito foi dito acerca da “formação grupal” possibilitada, ou exigida, pelo ressentimento, sobre sua relação com o *outro*, seus porta-vozes, bem como as *imagens de si e do outro* construídas e atribuídas a cada um desses personagens da *mise en scène* discursiva. Logo, é preciso que apresentemos o funcionamento discursivo de tais elementos quando relacionados ao ressentimento, ao que nos dedicaremos no próximo capítulo.

Capítulo 4

4 OS CAMINHOS PARA A POLARIZAÇÃO DE 2018

Ao realizar a construção de uma tese sobre o “ressentimento”, é preciso buscar, antes de tudo, uma contextualização de qual ressentimento se está tratando, pois ele pode relacionar-se a quaisquer situações: ressentimentos familiares, profissionais, religiosos e tantos outros, que parecem infindáveis. É necessário deixar claro, portanto, que o ressentimento sobre o qual tratamos é o político. Contudo, não se trata do político relacionado unicamente aos deputados, senadores, ou seja, o que denominamos político-profissional, mas o ressentimento político que também inclui o cidadão que se manifesta, as associações, que expõem o ponto de vista dos seus associados, os partidos políticos, que tentam se posicionar em nome dos partidários, dos eleitores e dos cidadãos. Logo, o político acerca do qual tratamos deve ser compreendido em sentido lato.

Compreendemos que o ressentimento a ele ligado diz respeito a todos os interlocutores em uma comunicação pública, o que não significa que todo discurso seja político, nem que todos os gêneros o sejam. Significa, isso sim, que tudo o que é tornado público, como visto a partir de Arendt, principalmente da obra *A condição humana* (2010b), o é, pois tudo o que é público traz consequências não apenas para um indivíduo, mas para um grupo e, concomitantemente, para o *outro*, que lhe pode ser antagônico em parte ou como um todo, conforme o pensamento acerca do “político”, em Mouffe (2015).

No Brasil, há cerca de uma década, tem sido cada vez mais significativa a publicização do que antes era privado, pois até mesmo as conversas familiares se transformaram em assuntos levados a grandes públicos, principalmente por meio das redes sociais. Isto, inclusive, tem provocado desavenças entre os membros não apenas de uma família, mas de comunidades diversas, como grupos profissionais ou religiosos, de modo que passou a ser necessário compreender a maneira como um indivíduo pensa politicamente, a qual candidato adere, a fim de iniciar uma conversa. Essa ação é necessária para que conflitos verbais ou físicos não se tornem corriqueiros. Intencionando verificar de que modo foi possível chegar a esse ponto, realizamos uma retrospectiva, apresentada nas páginas que se seguem, pois cremos que somente a partir de sua compreensão poderemos entender como foi possível que o

ressentimento se manifestasse, desse modo e nesse momento, na sociedade brasileira, o que ocorreu de modo mais perceptível, durante as eleições de 2018.

O escândalo do *Mensalão*, ocorrido durante o governo do presidente Lula, parece-nos ser o ponto de partida, pois se trata do acontecimento mais distante no tempo e ao qual os atores políticos fazem alusão constante. O evento é constantemente lembrado pelos dois pontos mais distantes da polarização instalada no país após o impeachment (golpe) da presidente Dilma Rousseff, em 2016, e as eleições de 2018, nas quais esquerda e direita disputaram não somente o comando do país, mas a defesa ou recusa ao aborto, à diversidade religiosa, à liberdade sexual, à globalização, dentre outros. Por isso, antes de começarmos a análise do nosso *corpus* de pesquisa, entendemos que uma contextualização é de grande importância para o seu entendimento.

Compreendemos que o contexto da vitória de Jair Bolsonaro como Presidente da República não foi equivalente ao de outros presidentes, pois a eleição em que o candidato foi vitorioso representava uma situação atípica, a qual existia não apenas no Brasil, mas em diversos outros países. Assim como ele, outros candidatos e mesmo governantes já eleitos, autointitulavam-se como *direita*, ou eram assim denominados pelos adversários.

Dentre estes, o presidente americano Donald Trump foi o mais famoso, pois serviu como modelo para os demais candidatos de direita. Trump não se encontrava só nesse período, já que o mundo viu, na segunda década do século XXI, uma proliferação de ultradireitistas em muitos países, como Marine Le Pen, na França, Viktor Orban, na Hungria, Matteo Salvini, na Itália e muitos outros.

Os políticos profissionais, que assim se dispunham, não se preocupavam em apresentar fatos averiguados como autênticos, mas em emitir opiniões que “achassem” corretas, mesmo sem verificar se atingiriam demais indivíduos de modo negativo. Um comportamento como esse não seria tão preocupante se quem os proferisse não fosse um candidato ou o ocupante de um cargo público, como vereadores, prefeitos, deputados, senadores, governadores, principalmente se esse não fosse o caso do Presidente da República.

Ainda que em quaisquer denominações políticas possa haver líderes populistas, 2018 constituiu um marco temporal, pois direita e esquerda manifestaram essa “condição” antes, durante e após as eleições, levando a uma competição em que dois termos eram utilizados

para fazer referência a quem pensasse a política ligando-se às tradições de direita, os “bolsonaristas”, ou de esquerda, os “petistas”.

Vê-se que, nesse marco, havia um potencial em torno de um candidato (“bolsonarista”) e de um partido (“petista”), mostrando que Bolsonaro conseguiu o que nenhum outro candidato tinha sido capaz desde a redemocratização, além de Lula (“lulista”). Ele também foi adjetivado e havia um culto ao candidato de direita.

Bolsonaro comportava-se como todos os políticos direitistas e ultradireitistas faziam naquele período: utilizava como canal para suas propagandas as redes sociais, falando diretamente para o eleitor, sem o perigo de ser confrontado pelos jornalistas em uma entrevista televisiva. Possuía, do mesmo modo que outros direitistas internacionais, pensamentos estereotipados e estereotipadores em relação à sexualidade, à pena de morte, ao passado da nação (ufania), à entrada de estrangeiros nos país (xenofobia), aos programas sociais, à interferência do governo na economia (neoliberal) e outras ideias que seguem uma mesma linha, tratando sempre em assuntos relacionados à família, à religião, ao mercado etc.

Tanto direita quanto esquerda costumam dizer o que pensam, mas os principais representantes da direita, nesse contexto, possuíam em comum o costume de proliferar informações falsas (as *fake news*). No Brasil, os principais alvos de seus ataques foram (e ainda o são) algumas minorias (mulheres, homossexuais, negros) e aqueles que as pesquisas apresentam como eleitores da oposição (eleitores de esquerda principalmente).

Os casos mencionados podem ser exemplificados por quatro excertos postos abaixo, todos ditos por Jair Bolsonaro:

[0.1] “O filho começa a ficar assim, meio gayzinho, leva um couro, ele muda o comportamento. Olha, eu vejo muita gente por aí dizendo: ainda bem que eu levei umas palmadas, meu pai me ensinou a ser homem⁷⁹”.

[0.2] “Entre um homem e uma mulher jovem, o que o empresário pensa? ‘Poxa, essa mulher está com aliança no dedo. Daqui a pouco engravida. Seis meses de licença-maternidade’ (...) Por isso que o cara paga menos para a mulher. É muito fácil eu, que sou empregado, falar que é injusto, que tem que pagar salário igual⁸⁰”.

79 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QJNy08VoLZs>. Acesso em 02/09/2022.

80 Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/08/confira-a-entrevista-dada-por-bolsonaro-em-2014-citada-pelo-candidato-no-jornal-nacional-cjkfdf5op00ns01muzcwifyo8.html>. Acesso em 02/09/2022.

[0.3] “Pinochet devia ter matado mais gente⁸¹”.

[0.4] “Fui com os meus três filhos, o outro foi também, foram quatro. Eu tenho o quinto também, o quinto eu dei uma fraquejada. Foram quatro homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio mulher.”⁸²

Enunciados como esses sempre foram proferidos por Bolsonaro e o transformaram em motivo de piada, mas passaram a ser aceitos por uma maioria que o elegeu. O que levou essa parte dos brasileiros a aceitarem como verdade ou apenas como “um modo de falar” o que antes era tido como uma piada? A fim de chegar a uma resposta plausível, cremos ser preciso voltar ao momento no qual o Partido dos Trabalhadores (PT) conseguiu eleger um de seus membros para o cargo de Presidente da República, até chegarmos às eleições de 2018. No entanto, façamos um percurso conciso, pois uma minuciosa análise histórica não é o que pretendemos.

4.1 A “esquerda” chega ao poder

No ano de 2002, Luís Inácio Lula da Silva tentava pela quarta vez a eleição presidencial, a qual, segundo o petista, seria a última, caso não fosse eleito. Na ocasião, seu principal adversário foi José Serra, um economista e engenheiro civil, com diploma no exterior, o qual tinha no currículo a experiência de haver sido ex-ministro das Relações Exteriores, da Saúde e do Planejamento do presidente Fernando Henrique Cardoso, ainda no cargo à época.

A campanha eleitoral de José Serra propagava a necessidade de “permanência” do que, até aquele momento, havia sido realizado pelo partido ao qual o candidato estava filiado, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que governou o país de 1995 a 2002. Assim, a principal estratégia de propaganda de Serra era focada em construir uma boa imagem do candidato tucano, além de utilizar do *argumento do medo* para atacar seu principal adversário naquela eleição: Lula e também o Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual este candidato era

81 Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/nao-foi-voce/>. Acesso em 02/09/2022

82 Disponível em <https://www.facebook.com/watch/?v=305524556917147>. Acesso em 02/09/2022.

filiado.

Uma das principais estratégias utilizadas para o ataque consistia no fato de que Lula nunca havia ocupado outro cargo político profissional que não fosse o de Deputado Federal e, por isso, não estava apto a exercer o cargo de Presidente da República. Igualmente, o candidato não falava nenhuma língua estrangeira e não possuía um diploma universitário, o que também o desqualificava, conforme a visão tucana.

A propaganda petista, por sua vez, recorria às mudanças necessárias para que o país tivesse uma menor desigualdade entre pobres e ricos, chamando atenção para a necessidade de um novo modo de governança, no qual houvesse justiça para todos, mas sem impedir que o país progredisse. A propaganda de Serra procurava fazê-lo atingir o primeiro lugar, posto no qual Lula se encontrava, segundo as pesquisas, por isso a estratégia do ataque.

A campanha de Lula fazia diferente, por sua vez, apresentava a imagem de um candidato amado pelo povo, o “Lulinha paz e amor”, como ficou marcado, ao responder sobre os ataques dos adversários à sua pessoa (argumentos *ad personam*). O ocorrido constituiu em uma de suas falas em evento eleitoral no estado do Acre, no qual Lula respondeu que não atacaria seus adversários, utilizando para isso o enunciado: “Lulinha não quer briga. Lulinha quer paz e amor”⁸³.

A propaganda de José Serra não cessou os ataques, fazendo-o perder ainda mais pontos nas pesquisas. Um exemplo disso ocorreu durante a fala de uma das *apoiadoras de prestígio* do tucano, a atriz global Regina Duarte:

Eu tenho medo. Faz tempo que eu não tinha esse sentimento, porque eu sei que o Brasil, nessa eleição, corre o risco de perder toda a estabilidade que já foi conquistada. Eu sei que muita coisa há de ser feita, mas pra mim tem muita coisa boa que já foi realizada. Num dá pra ir tudo pra lata de lixo. Nós temos dois candidatos à presidência. Um eu conheço, que é o Serra. É o homem dos genéricos, do combate à AIDS. O outro eu achava que conhecia, mas hoje eu não conheço mais. Tudo que ele dizia mudou muito, isso dá medo na gente. Outra coisa que dá medo é a volta da inflação desenfreada. Lembra? Oitenta por cento ao mês. O futuro presidente vai ter que enfrentar a pressão da política nacional e internacional, e vem muita pressão por aí. É por isso que eu vou votar no Serra, porque me dá segurança, porque dele eu sei o que esperar. Por isso eu voto 45, voto Serra, e voto sem medo.⁸⁴

83 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2710200223.htm>. Acesso em 01/09/2022.

84 Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=DEeNSkXn5mY>. Acesso em 26 de maio de 2022.

Tudo o que consideramos “novo” pode provocar-nos *medo*, assim como pode provocar em nós a sensação de felicidade, caso creiamos ser necessário modificar o estabelecido. A argumentação utilizada na propaganda utiliza-se da primeira associação, a de que o *novo*, pretendido pela “mudança” desejada pelo PT, seria algo ruim, sendo preciso manter o que já havia sido realizado.

Entretanto, a condição para que a mudança, o “novo”, seja considerado ruim baseia-se na *comparação* com o já estabelecido, argumentando-se que ele é melhor do que o vindouro. Esse argumento pode, inclusive ser associado a uma boa imagem do *eu* em contraposição a uma imagem ruim do *outro*, evocando-se um passado que deve ser abandonado, vencido, o passado que associava Lula e o PT ao comunismo, à revolução, ao anarquismo. Não obstante, o possível despreparo de Lula frente a equipe da qual José Serra participou precisava ser mantida, segundo sua campanha, caso contrário, afirma a locutora Regina Duarte: “o Brasil, nessa eleição, corre o risco de perder toda a estabilidade que já foi conquistada”. A campanha procura evocar no eleitor um passado que, visto do presente, pode soar amedrontador, o passado discursivizado pela interrogação: “Lembra?”, porém o que realmente se desejava era persuadir o eleitor de que não adotasse a mudança, e sim o já estabelecido. Pretendia-se evocar no eleitor as possibilidades catastróficas que um governo petista poderia trazer, um *imaginário*, o qual “projeta significado sobre o acontecimento futuro e fabrica antecipadamente uma emoção que repercute fortemente sobre o momento presente.” (LE BRETON, 2009, p. 119).

O grupo representado por José Serra, no entanto, não conseguiu superar as argumentações daqueles que foram representados por Lula, pois enquanto este obteve 61,27% dos votos válidos (52.793.364), aquele conseguiu 38,73% (33.370.739). Nos anos de governança do petista a palavra “mudança” deixou de ser associada ao *medo*, passando a constituir um termo de destaque em diversas propagandas e textos de políticos.

Já no discurso de posse como Presidente da República, Lula enunciou:

“Mudança”; esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro [de 2002]. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos. Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu

estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades.⁸⁵

Pode-se compreender a inversão apresentada por Lula, o qual, durante a campanha e após ela, construiu uma argumentação em torno dos termos “mudar” e “mudança”. Se para Serra e sua equipe tratava-se de algo ruim, para o petista e sua equipe constituía o contrário. A mudança mencionada se deu por meio de programas sociais como o *Bolsa família*, o *ProUni*, o *Fome Zero* e outros.

Ocorre, porém, que a mudança também ocasionou escândalos de corrupção, dentre os quais o *Mensalão* foi o mais famoso, pois marcou o governo do presidente Lula, nunca sendo esquecido pelos adversários ou pelo eleitor. Conforme a denúncia, o escândalo consistiu em uma verba paga a deputados de centro e da oposição para que aprovassem os projetos do Governo Federal, enviados à Câmara dos Deputados. O que começou com uma propaganda da Rede Globo de Televisão, sobre o diretor-geral dos Correios receber propina, obteve grande repercussão ao ser mencionado o nome do Deputado Federal Roberto Jefferson, um dos principais nomes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Após a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), cujos principais nomes citados eram os de Jefferson e de José Dirceu, deputado federal filiado ao PT, além de Ministro-Chefe da Casa Civil, a repercussão aumentou. Muitos deputados foram acusados, mas a maioria foi inocentada, livrando-se da cassação. Contudo, esse não foi o caso ocorrido nem com Jefferson, nem com Dirceu, os quais tiveram seus mandatos cassados pelo período de oito anos.

Roberto Jefferson, em sua última tentativa para se livrar da cassação, realizou um pronunciamento no plenário da Câmara, no qual elogiou o trabalho dos deputados e culpou diretamente o presidente Lula por tudo o que havia acontecido. Segundo ele, ou Lula sabia o que estava acontecendo e nada fez, ou não sabia e, por isso, não estava governando direito o país. Em ambos os casos, não havia uma escapatória para o presidente Lula, conforme os argumentos utilizados. Entretanto, o presidente não teve seu nome envolvido diretamente no

⁸⁵ Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/01-01-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-apos-a-cerimonia-de-posse.pdf/view>. Acesso em 26 de maio de 2022.

escândalo, tendo sido a culpa atribuída a Dirceu e outros líderes do centro e do PT, os quais foram condenados e presos.

Em um dos trechos de sua fala, que durou cerca de quarenta minutos, Roberto Jefferson enunciou:

Rasgaram o discurso da política econômica, e a única coisa que o nosso Presidente Lula sustenta é que a política econômica está dando certo. E a social que os proxenetas de partido, os rufiões de sonhos, os cafetões da dignidade do Congresso ofereceram ao povo do Brasil? Onde está? Ética, moralidade, o PT não rouba e não deixa roubar. Ouvi isso da cúpula do partido. Rouba, mas rouba sozinho. E rouba muito⁸⁶.

O Mensalão foi o estopim para uma ruptura dentro do Partido dos Trabalhadores, a qual já ocorria desde o ano anterior, quando muitos filiados ao PT mudaram para outros partidos, principalmente para o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), um partido de esquerda recém-criado no ano de 2004. Este foi constituído inicialmente por uma ala mais radical dos dissidentes petistas, os quais não concordavam com a forma pela qual o PT conduzia o governo.

A credibilidade do presidente permaneceu inabalada, uma vez que, aos olhos da lei, ele era inocente, e sequer envolvido com o escândalo. Tanto que, em 2006, conseguiu adquirir um novo mandato eleitoral, obtendo, no segundo turno, 60,83% dos votos válidos (58.295.042), ao passo que seu adversário nas urnas, Geraldo Alckmin (PSDB), médico e, naquele momento, Governador do Estado de São Paulo, obteve 39,17% (37.543.178)⁸⁷.

De sua vitória nas urnas pela primeira vez, até o momento em que deixou o cargo, no início de 2011, Lula obteve um elevado destaque político, tanto no Brasil quanto no exterior, tendo sido reconhecido como um bom presidente, a ponto de ser apontado, em 2006, como o “melhor presidente do Brasil⁸⁸”, até aquela data.

86 Disponível em <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=roberto+jefferson&txPartido=ptb&txUF=RJ&dtInicio=&dtFim=&txTexto=&txSumario=&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar#>. Acesso em 02/09/2022.

87 Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_no_Brasil_em_2006. Acesso em 02/09/2022.

88 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u87839.shtml>. Acesso em 27 de maio de

Contudo, foram nos anos seguintes que Lula conseguiu destaque em todo o mundo, tendo sido destacado em 2009, no jornal *El País*, como “el líder indiscutible de América Latina y una referencia para todos los políticos⁸⁹”. No mesmo ano, o jornal francês *Le Monde* escolheu, pela primeira vez em sua história, aquele que considerou o “homem do ano”, afirmando que:

Depuis sa création, Le Monde, marqué par l'esprit d'analyse de son fondateur, Hubert Beuve-Méry, se veut un journal de (re)construction, sinon d'espoir; il véhicule à sa manière une part du positivisme d'Auguste Comte, prend fait et cause pour les hommes de bonne volonté. C'est pourquoi, pour cette première désignation, que nous souhaitons désormais renouveler chaque année, notre choix de raison et de cœur s'est porté sur le président brésilien Luiz Inacio Lula da Silva, plus connu sous le simple nom de Lula.⁹⁰

Também outros políticos profissionais elogiaram Lula, mas a maior repercussão foi conseguida com a fala do presidente americano Barack Obama, o qual, ainda em 2009, referiu-se a Lula, primeiro, denominando-o de “O cara”, depois, chamando-lhe de “o político mais popular do mundo⁹¹”, ambas as afirmações repercutiram nas mídias globais, proporcionando ao político petista o encerramento de seus dois mandatos com uma elevada popularidade. No entanto, ainda seria preciso resolver um problema advindo do *Mensalão*, pois, com os principais nomes do PT presos, em outros partidos, ou falecidos, restaram poucos nomes para concorrerem nas eleições seguintes. Era preciso que alguém sucedesse Lula, e foi nisso que ele começou a trabalhar em seu fim de mandato.

2022.

89 **Tradução nossa:** “um líder indiscutível para a América Latina e uma referência para todos os políticos”. Disponível em https://elpais.com/internacional/2009/12/11/actualidad/1260486001_850215.html. Acesso em 27 de maio de 2022.

90 **Tradução nossa:** “Desde a sua criação, o *Le Monde*, marcado pelo espírito analítico do seu fundador, Hubert Beuve-Méry, pretende ser um jornal de (re)construção, senão de esperança; ele transmite à sua maneira uma parte do positivismo de Augusto Comte, assume a causa dos homens de boa vontade. Por isso, para esta primeira nomeação, que agora desejamos renovar a cada ano, nossa escolha de razão e coração recaiu sobre o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, mais conhecido simplesmente pelo nome de Lula.”. Disponível em https://www.lemonde.fr/idees/article/2009/12/24/lula-l-homme-de-l-annee-2009-par-eric-fottorino_1284552_3232.html. Acesso em 27 de maio de 2022

91 Disponível em https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1070378-9356,00-LULA+E+O+CARA+DIZ+OBAMA+DURANTE+REUNIAO+DO+G+EM+LONDRES.html. Acesso em 27 de maio de 2022.

4.2 A presidente impedida

No mesmo ano em que seu mandato acabava, Lula procurou quem o substituísse na cadeira presidencial. Era difícil alcançar alguém à sua altura, mas a missão foi incumbida à Dilma Rousseff, economista, ex-Ministra de Minas e Energia e, posteriormente, Ministra-Chefe da Casa Civil durante o governo do presidente que estava no poder havia oito anos.

Naquele momento, Lula foi o *apoiador de prestígio* por excelência de Dilma (PEIXOTO, 2014). Sua influência era tamanha que não somente seus apoiadores, mas também seus opositores utilizaram a imagem discursiva do presidente, ainda no exercício do cargo, a fim que criar uma boa imagem de si⁹². Foram elaborados adesivos de carros, santinhos, cartazes, panfletos, propagandas televisivas e *outdoors* nos quais os candidatos buscaram alinhar sua imagem à do presidente, resgatando, inclusive, falas do petista que o aproximassem dos candidatos, o que era feito, na maior parte dos casos, sem o consentimento de Lula.

Os candidatos intencionavam, com isso, realizar a estratégia da “transferência de votos”⁹³, isto é, que a *imagem positiva* possuída pelo político fosse também adquirida pelo candidato a partir do momento em que os eleitores do político vissem o candidato como possuindo a confiança ou característica do primeiro. Mesmo José Serra⁹⁴ (PSDB), o principal adversário de Lula nas eleições de 2002, utilizou-se dessa estratégia ao disputar as eleições contra Dilma Rousseff (PT).

Portanto, não foi aleatoriamente que, na abertura da campanha de Dilma, Lula apresentou-se antes mesmo da candidata por ele apoiada. O presidente utilizou de sua imagem para conseguir a maior quantidade possível de votos para Dilma, uma vez que ela era não somente desconhecida pela maior parte dos eleitores, mas também uma pessoa considerada sem carisma, sem linguajar e sem as metáforas indispensáveis para qualquer político, elementos esses que estabeleciam uma ligação entre Lula e seus eleitores mais fiéis.

92 Um exemplo pode ser constatado em matéria veiculada no site G1: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/08/lula-uso-de-sua-imagem-pela-oposicao-e-tentativa-de-enganar.html>. Acesso em 02/09/2022.

93 Cf. Peixoto (2014).

94 Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/08/lula-uso-de-sua-imagem-pela-oposicao-e-tentativa-de-enganar.html>. Acesso em 02/09/2022.

Uma transformação drástica foi, então, necessária, de modo que a candidata passou por cirurgias plásticas que fizeram com que a ministra com aparência intimidante adquirisse uma feição pacífica e jovial:

Figura 5 – Antes e depois – Dilma Rousseff



Fonte: site *Catraca Livre*⁹⁵

As mudanças, os apoios e a publicidade possibilitaram que Dilma Rousseff alinhasse sua imagem à do presidente ainda no cargo e que, paulatinamente, criasse uma imagem própria, ainda que não se desvinculasse cedo da imagem de seu principal apoiador. Essa é a conclusão a que chegam Gandin e Panke, os quais afirmam:

A transferência ocorre principalmente quando Lula afirma que Dilma é igual a ele e que votar nela seria o mesmo que votar em si, fazendo com que a candidata passe a mostrar os seus princípios e visões e, por conseguinte, a sua imagem. A ideia se completa com os depoimentos populares que consideram o futuro governo de Dilma continuação do de Lula. (GANDIN; PANKE, 2015, p. 183)

A estratégia foi bem-sucedida, pois Dilma Rousseff (PT) conseguiu vencer José Serra (PSDB) sem muitos problemas, em um segundo turno que não ofereceu complicações para a

⁹⁵ Disponível em <https://catracalivre.com.br/cidadania/as-aparencias-fisicas-podem-influenciar-o-seu-voto/>. Acesso em 02/09/2022.

petista. Nele, Dilma obteve 56,05% dos votos válidos (55.752.529) contra 43,95% (43.711.388) do candidato tucano.

Apesar da proximidade discursiva das imagens de cada um – Lula e Dilma –, a presidente eleita mostrou-se uma executiva assumidamente de esquerda, ao passo que Lula sempre se manteve mais ligado ao centro, mesmo se rotulando como esquerda. Dilma Rousseff era uma executiva mais ligada a *práxis* do que ao jogo político, o qual é necessário para a conquista dos projetos intencionados por qualquer governo. Contudo ela parecia desconhecer ou não levar a sério tal questão, delegando ao seu vice-presidente, Michel Temer (PMDB), a tarefa de intermediar junto ao Congresso possíveis conflitos entre este e o Palácio do Planalto, sede do Poder Executivo Federal.

Muitos acreditavam que o modo de agir da presidente provinha da biografia de uma pessoa ainda marcada psicologicamente pela época em que foi militante, presa e torturada pelo governo militar brasileiro, acusada de ter utilizado armas de fogo contra este. Entretanto, esse também foi o caso de Jair Bolsonaro, o qual deu mostras de ainda possuir uma mentalidade voltada para a mesma época, na qual comunismo e capitalismo travaram uma guerra hoje inexistente.

Os principais indícios quanto a Bolsonaro vieram por meio de sua defesa explícita da ditadura, bem como do seu voto pelo impeachment (golpe) de Dilma, em 2016. Em uma Câmara dos Deputados cheia, na qual todos que votavam pela saída da presidente eram aplaudidos pelos demais, Bolsonaro enunciou:

*Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história pela forma como conduziu os trabalhos nessa casa: parabéns, presidente Eduardo Cunha. Perderam em 64, perderam agora, em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve (sic), contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o terror de Dilma Rousseff, pelas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, por Deus acima de todos.*⁹⁶

Os elementos citados pelo deputado: “povo brasileiro”, “64”, “família”, “inocência das

96 Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/bolsonaro-ustra-e-a-naturalizacao-da-barbarie/>. Acesso em 02/09/2022. Grifos e itálicos nossos.

crianças em sala de aula”, “comunismo”, “coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra”, “Forças Armadas” e “por um Brasil acima de tudo, por Deus acima de todos” compuseram a campanha de Bolsonaro dois anos depois (2018), sendo utilizados por ele e por seus *apoiadores, comuns* e de *prestígio*, como alguns dos principais alicerces necessários para o Brasil ser considerado um bom país para se viver. Suas palavras não eram mais do que a enunciação costumeira de um indivíduo comum, representante da “média classe média” de direita, com a exceção de que Bolsonaro era um político eleito pelo povo do Rio de Janeiro, e não qualquer indivíduo.

O primeiro mandato de Dilma (2011-2015) foi marcado, já em 2011, pela instauração de uma *Comissão* que procurou averiguar a violação aos direitos humanos ocorrida no país entre os anos de 1946 e 1988, a denominada *Comissão da Verdade* (Lei 12.528/2011). Ao fazer isso, a presidente mexeu em uma ferida que a direita havia dado por curada, mas que não o fora pelas pessoas torturadas, que carregavam os danos físicos e/ou psicológicos, bem como pelos familiares dos desaparecidos. Realizar algo dessa magnitude requeria uma capacidade de governar que nem mesmo Lula demonstrou possuir – além de não ser do seu interesse – e que Dilma era incapaz de obter, ou seja, o apoio incondicional da maior parte dos brasileiros.

Na época em que foi criada, a *Comissão* não foi imediatamente malvista, pois Argentina, Chile e Peru realizaram investigações equivalentes, mas, desde o início, foi questionada pelos familiares das vítimas, que desejam cada vez mais esclarecimentos, e por simpatizantes dos governos militares. Era, portanto, uma questão que indispunha o governo com os inúmeros apoiadores do Regime Militar, os quais criam ter sido o período de 1964 a 1985, anos de crescimento da indústria brasileira. Os questionadores da *Comissão* eram formados por uma direita que se manteve quieta enquanto o governo proporcionou crescimento econômico e não interferência no mercado. Apesar de quietos, tratavam-se de sujeitos que nunca apreciaram um governo de esquerda, principalmente sua ideia de “mudança”.

Não bastasse a falta de carisma da qual era acusada, Dilma também não possuía um diálogo frutífero nem com os eleitores nem com o Congresso, criando a imagem de uma presidente autoritária (ajudando para que essa imagem fosse criada sua formação em

economia, uma profissão que carrega, mais do do outras, o estereótipo de uma pessoa fria e calculista⁹⁷). Segundo afirma Ab’Saber: “não era nada difícil esbarrarmos com ressentimentos e reclamações a respeito do gênio e dos modos gerais do comportamento político da Presidente” (AB’SÁBER, 2015, p. 17), não tendo ela cativado ninguém, a não ser o próprio Lula. Todavia, a primeira metade do seu governo não foi problemática na relação com a elite, pois a presidente conseguiu contornar o quanto pôde a crise econômica que abalou o mundo desde os anos de 2007 e 2008, em decorrência da quebra de bancos americanos. Conforme Santos, na contramão do sistema financeiro internacional, o brasileiro “continuou beneficiado, sem indicar perdas absolutas ou mesmo relativas, ano a ano; o lucro do setor financeiro e dos segmentos rentistas manteve-se elevado.” (SANTOS, 2017, p. 43).

Contudo, surgiram, aos poucos, problemas que a presidente teve dificuldades para resolver, sendo o primeiro relacionado ao julgamento do escândalo do *Mensalão*, em 2012⁹⁸, o qual se arrastaria até meados de 2014, condenando 24 dos 38 réus do processo. Foi uma das primeiras vezes em que os brasileiros assistiram a um julgamento do Superior Tribunal Federal (STF), no qual os juízes, além de condenarem os envolvidos, agrediram-se verbalmente em diversos momentos, havendo inclusive discordâncias entre o relator, Ministro Joaquim Barbosa, e o vice-relator, Ministro Ricardo Lewandowski.

Os telespectadores tomaram partido em relação aos juízes, havendo com quem mais se identificassem, além de desejar a condenação dos deputados, marqueteiros e empresários apresentados como réus. O julgamento transformou-se em uma novela que custou ao PT a desaprovação de parte do eleitorado, o qual aliou a presidente à corrupção de alguns dos seus colegas de partido. Esse período marcou o retorno do antipetismo, que por muitos anos permaneceu adormecido.

O ano de 2013 também apresentou grandes dificuldades para o exercício do mandato presidencial da petista, pois a presidente não conseguia aprovar os projetos do governo com facilidade, sendo um dos motivos a falta de simpatia que os deputados lhe tinham. Não obstante, sempre foi costume no Brasil que a aprovação ocorresse a partir de uma troca de favores, o que a presidente evitava. Em razão disso, ela sempre recorria ao seu vice-presidente

97 Cf., para melhor entendimento, a análise realizada por Lima (2006), sobre como foi construída a imagem do réu, um engenheiro civil, em um caso de assassinato.

98 Disponível em <https://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2012/08/comeca-nesta-quinta-julgamento-de-38-reus-do-processo-do-mensalao.html>. Acesso em 02/09/2022.

para mediar as intrigas entre o Palácio do Planalto e a Câmara dos Deputados. Paulatinamente, Dilma apresentava-se cada vez mais como uma presidente de esquerda, incomodando a muitos.

A presidente tentou proteger das crises internacionais os pequenos e médios empresários, assim como os consumidores, aquecendo o mercado nacional. Contudo, o que ela decidiu realizar foi uma intervenção nos bancos públicos Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, reduzindo agressivamente os juros e diminuindo a margem de lucro dos bancos privados, havendo um rombo maior nos bancos Santander, Itaú e Bradesco (SINGER, 2018, p. 49–50).

Nos anos de glória do PT, o país viveu uma situação economicamente boa, apesar das crises ocorridas nos anos de 2007 e 2008, que abalaram financeiramente o cenário global. Segundo Singer (2018), a situação social da nação, nos anos de governança do PT, pode ser resumida conforme o quadro abaixo:

Quadro 2 – Mudança de estratificação familiar entre 2002 e 2015

	2002	2011	2012	2013	2014	2015
Alta classe média	7,0%	7,9%	8,9%	8,5%	9,1%	8,5%
Média classe média	11,0%	14,0%	15,6%	14,3%	14,8%	14,4%
Baixa classe média	29,2%	42,0%	43,0%	44,3%	46,2%	44,4%
Massa trabalhadora	28,6%	27,7%	25,1%	24,8%	23,2%	25,2%
Miseráveis	24,1%	8,3%	7,4%	8,1%	6,6%	7,5%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Singer (2018, p. 82)

Nele, vemos como a quantidade de miseráveis foi reduzida, havendo uma melhora da situação financeira dos brasileiros situados nas camadas mais baixas e também nas medianas. Além disso, Ab’Sáber (2015, p. 38) afirma que “A taxa de desemprego caiu sem parar durante os governos petistas, de 12,4% em 2003 para 4,8% em 2014”. Enquanto isso, a queda entre 2009 e 2014 (anos pós-crise americana) oscilou nos Estados Unidos de 10% para 7%, dando-se algo parecido em outros países: “na Itália ela foi de 7 para 13%, na França de 8,5 para 10,2% e na Espanha..., de 18 para 27%.” (AB’SÁBER, 2015, p. 38). Percebemos que nos

países apresentados ou o desemprego subiu ou teve uma redução menor do que em relação à brasileira.

Ocorre que Dilma era uma economista de esquerda considerada competente, mas também reconhecida como uma presidente que apresentava dificuldades para lidar com o Congresso e com os interesses das diversas camadas das classes médias brasileiras. Muitas vezes, seu governo não era bem-visto nem mesmo por seus aliados, pois temiam que o modo de governança entregasse a cadeira presidencial aos adversários. Mesmo assim, a frieza de Dilma enquanto política era grande, pois tudo o que lhe importava se resumia em números, algo a respeito do que nenhum povo compreendeu bem, mas as empresas sim. Em decorrência do intervencionismo governamental, Ab'Sáber afirma que a presidente criou a oposição mais forte que os governos do PT enfrentaram até aquele momento: “a oposição direta do *capital financeiro*, e seu pacto pelo rentismo, sujeito vitorioso de todos os processos do capitalismo à brasileira, com acesso permanente, franqueada e *vip* a todo meio de comunicação.” (AB’SÁBER, 2015, p. 30 [itálicos do autor]).

Apesar de o quadro da miséria e do desemprego baixarem cada vez mais, os juros começaram a subir rapidamente. Não demorando para chegarem as consequências do difícil relacionamento da presidente para lidar com situações limítrofes não numéricas, pois ela se viu alheia aos políticos que lhe fossem amigáveis. Além disso, estava cercada por um mal-estar com parte do setor econômico, insatisfeito com o baixo crescimento do país, apesar das medidas protetivas. O quadro, já ruim, piorou quando, repentinamente, estouraram as manifestações do *Junho de 2013*, as quais começaram como um protesto contra o aumento do transporte coletivo nas grandes cidades – inicialmente, o acréscimo de vinte centavos ao valor das passagens de ônibus na cidade de São Paulo, onde Fernando Haddad, do PT, era o prefeito.

O primeiro dia das manifestações foi reconhecido como a luta por causas autênticas, já que, além do não acréscimo nos transportes públicos, pedia-se um maior investimento em saúde e educação, o fim dos gastos considerados como exagerados para a Copa do Mundo de 2014, uma maior e melhor representatividade política mediante uma reforma do sistema (a *Reforma Política*, como ficou conhecida), bem como outras reivindicações. Naquele momento, todos os atos dos governos municipal, estadual e federal foram questionados

(principalmente do federal), não importando se considerados mais ou menos relevantes. Além de várias categorias trabalhistas iniciarem greves, caso já não estivessem em uma.

Nos demais dias era impossível ter certeza sobre o que desejavam especificamente os manifestantes, pois transformaram as manifestações em protestos relacionados a crenças de determinados grupos sociais. Havia quem pedisse um reconhecimento da família tradicional, ou o reconhecimento de causas da comunidade LGBTQIA+, outros chamavam atenção para os direitos das mulheres e assim ocorreram “reclamações” não alinhadas às do primeiro dia de protesto. As exigências voltadas para a própria causa – o sentimento de *vitimização* que forma e faz parte de todos os grupos sociais e é uma das marcas do ressentimento – foram tão intensas que não se tornou importante um grupo oposto estar em um local, fazendo reivindicações contrárias às de outro grupo⁹⁹. Cada um deles via apenas a si próprio, o *outro* era negligenciado nesse período.

A maior parte dos que ali se encontravam eram jovens de classe média, desejosos por mudanças, afirma Bucci (2016). Tratava-se de pessoas apartidárias, tendendo para uma postura anarquista, pois não confiavam no sistema político existente, não consideravam que os “políticos tradicionais”, filiados aos partidos que comandavam o Congresso, fossem sinceros e honestos.

Pela primeira vez, os manifestantes trocaram as *mídias tradicionais* (televisão, rádio e jornal escrito) pela *redes sociais*, mesmo grupos de *hackers*, como os *Anonymous* (TORINELLI; SALLAS, 2014), participaram com o objetivo único de divulgar tudo o que ocorria. As portas começaram a se fechar para os partidos com maior quantidade de congressistas, mas principalmente para o PT. Logo, uma *reforma política* imediata foi pedida, apesar de muitos desejarem unicamente que o PT deixasse o governo. E, assim, uma margem cada vez menor de cidadãos confiava no partido.

As manifestações levaram às ruas uma juventude sem perspectiva específica, gritando apenas “O gigante acordou”, pichando a frase em diversos locais, postando-a em redes sociais. O Brasil foi pintado como um país estagnado política e economicamente. Contudo, não foram tanto os escândalos de corrupção que possibilitaram esse pensamento, e sim o patrocínio dos empresários que desejavam a petista e seu partido fora do governo. Enfim,

99 Cf. documentário de João Wainer (“Junho – O mês que abalou o Brasil”, 2014).

poucos dias depois de as manifestações começarem abruptamente e o enunciado “O gigante acordou” aparecer em múltiplos espaços, elas cessaram do mesmo modo como começaram, e “o gigante voltou a dormir”.

Quase um ano após esse acontecimento, em março de 2014, um esquema de corrupção investigado pela Polícia Federal e pela 13ª Vara de Justiça de Curitiba surgiu nas manchetes das diversas mídias. Dessa vez, tratou-se de algo maior do que o *Mensalão*, pois envolveu grandes empresas, diferentes partidos, um ex-presidente do Brasil e a *Petrobras*. A operação foi batizada pela polícia federal de *Operação Lava Jato*, sendo noticiada pela mídia durante longos anos (17 de março de 2014 a 1 de fevereiro de 2021). Nesse período, ganharam destaque o procurador Deltan Dallagnol e o juiz federal Sérgio Moro.

Os escândalos de corrupção, investigados pela *Operação Lava Jato*, eram diariamente mostrados na TV, criando a imagem do juiz Sérgio Moro como um “novo herói brasileiro” (o qual mais tarde abandonou a toga para se tornar Ministro da Justiça no governo de Jair Bolsonaro), ao passo que as de Dilma e Lula eram corriqueiramente diabolizadas pelas mídias, em decorrência de como aconteciam os julgamentos da *Lava Jato*. A “República de Curitiba” explicava para os cidadãos, por meio das mídias, todos os passos das investigações, liberando trechos dos depoimentos por escrito, áudio ou vídeo, bem como trechos de conversas interceptadas.

Aquele momento histórico possibilitou que empresários e políticos, ressentidos com o governo, devido à interferência na economia, mas também com a falta de interação entre a presidente e o Congresso, resgatassem o mito de que existia um partido comunista no poder, pois isso era a principal arma contra o PT. Tratava-se de fazer o povo acreditar nas velhas imagens de um comunismo ditatorial, anticlerical, intervencionista, corrupto, o qual era, segundo Ab’Sáber, a única forma de vencer o governo em vigor.

O PT encontrava-se agora em uma situação contrária a dos anos de glória do partido, pairando sobre ele a atribuição de um imaginário comunista, nunca superado por muitos brasileiros, que acreditavam ser essa a crença preponderante do Partido Trabalhista. Logo, os adversários queriam projetar o mais rápido possível, “o velho desejo autoritário brasileiro, o mais puro anticomunismo com toques de moralismo neoudenista, que, mais uma vez, nada tinha a ver com o caso.” (AB’SÁBER, 2015, p. 38).

O principal impulsionador para a recorrência dos antigos imaginários acerca do Partido, adivinham de a “lei da anistia”, de 1979, não haver condenado nenhuma das partes envolvidas com o caso, nem militares, nem civis. Logo, nenhuma investigação foi realizada no momento correto, ninguém foi preso, e, assim, a ditadura saiu ilesa (AB’SÁBER, 2018, p. 60–61). Contudo, o *ódio* a um comunismo de tipo stalinista, nunca existente em um governo no Brasil, sempre foi imaginado pelos brasileiros, retornando aos poucos na segunda década do século XXI.

Em relação a uma ditadura militar, no entanto, não havia mais temor, e isso ocorria não apenas pela *Comissão da Verdade* falhar em seu papel de coletar o máximo de provas possíveis, mas também pela existência dos muitos defensores do *Regime*, os quais atribuíam mentiras à *Comissão*, crendo mais no dito pelos acusados do que nos documentos obtidos e divulgados pela *Comissão*.

Os escândalos políticos relacionados ao partido da presidente, a falta de investimento em órgãos públicos, o atraso nas obras para a Copa do Mundo e outros eventos como esses, além de como os acontecimentos eram difundidos pelas mídias tradicionais, culpabilizando um partido, acima de todo o sistema político, das dificuldades de governança impostas pelo Congresso, pelas crises mundiais e pelo mercado financeiro, tudo isso fez com que muitos brasileiros deixassem de apoiar a presidente. Essa situação, alinhada aos movimentos internacionais conservadores, apresentados por Fassin (2019), Stanley (2020) e Cattani (2020), fizeram com que, em pouco tempo, velhas rixas retornassem.

Conforme aponta Ab’Sáber:

Com o realinhamento gradual e real do grande capital contra o governo, o *homem conservador médio*, antipetista por tradição e anticomunista por natureza arcaica brasileira mais antiga – um homem de adesão ao poder por fantasia de proteção *patriarcal e agregada*, fruto familiar do atraso brasileiro no processo da produção social moderna – pode entrar em cena como força política real, deixando de expressar privadamente um mero ressentimento rixoso, carregado de contradições, contra o relativo sucesso do governo lulo-petista, que jamais pode ser verdadeiramente compreendido por ele.

Com as relações, e o apoio senhoril assegurador do grande dinheiro, que voltava a ser genericamente antipetista, este povo se manifestou em massa. (AB’SÁBER, 2015, p. 35 [itálicos do autor]).

Além disso, quaisquer eventos políticos eram agora discutidos nas escolas, nas ruas, nos círculos familiares, no trabalho e nas redes sociais. Foi introduzido no Brasil um novo período em que havia defensores e detratores de políticos diversos, iniciando-se a repulsa a qualquer opinião contrária à opinião do *nós*.

Bucci (2016) mostra-nos a radicalidade com a qual se deu a oposição ao governo, oposição esta que a maior parte dos brasileiros projetou na pessoa da presidente e em seu partido político, porém não com a intensidade que ocorreria nos anos seguintes. Segundo Bucci (2016), durante o primeiro jogo da Copa do Mundo de Futebol de 2014, sediada no Brasil, a partida entre Brasil e Croácia, ocorrida em 12 de junho, começou normalmente. As seleções entraram em campo e o Hino Nacional foi tocado e cantado pela multidão, que se preparava para assistir ao jogo. No entanto, logo após o cântico começaram as vaias a Dilma Rousseff, que ali se encontrava a fim de representar o país como Chefe de Estado.

Na ocasião, Dilma não foi apenas vaiada, mas também xingada por um público de 60 mil torcedores presentes na Arena Corinthians, os quais gritavam: “Ei, Dilma, vai tomar no...!” (BUCCI, 2016, p. 22). Gritos de locutores que não escondiam o prazer em xingá-la, com o intuito de que a presidente se sentisse *humilhada* diante dos que se encontravam fisicamente no estádio, mas também perante um público estimado em 3,2 bilhões de telespectadores, segundo a *Federação Internacional de Futebol* (FIFA¹⁰⁰), quebrando recordes de audiência em países como Inglaterra, França e Espanha. Os jornalistas das mídias internacionais procuravam saber o significado do que era dito a fim de traduzir para suas respectivas línguas os brados da torcida. Igualmente, os representantes oficiais de outros países e da própria FIFA queriam entender o que a multidão gritava incessantemente, e cada vez mais alto.

Também é preciso observar que os xingamentos não partiram de quaisquer locutores, mas, segundo (BUCCI, 2016) de sujeitos pertencentes a uma “alta classe média” e a uma “elite” insatisfeitas com o crescimento da capacidade de compra da “baixa classe média” e da “média classe média”, outrora subalternas. Estas conseguiram migrar, no início do século XXI, para um patamar mais elevado, próximo dos insatisfeitos ofensores da presidente, motivando o seguinte relato de Bucci:

100 Disponível em <https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,copa-do-mundo,abertura-da-copa-do-mundo-bate-recorde-de-audiencia-na-europa,1511405>. Acesso em 02/09/2022.

A massa boquirrota que impunha o constrangimento à tribuna de honra era composta de sobrenomes quatrocentões, potentados diversos, socialites riquíssimas e playboys sorridentes. Quem bradava em volta do gramado não era o populacho, mas a elite brasileira, em pleno gozo da linguagem ultrajante. A classe dominante lavava sua roupa suja na frente do mundo inteiro. Barraco de luxo. Barraco total. (BUCCI, 2016, p. 23).

Essa era a “roupa suja”, o lugar sempre ocupado pelos mais ricos em um país onde a desigualdade impera. Não apenas Bucci, mas outros autores, como Ab’Sáber (2015, 2016, 2018), Antunes (2018) e Souza (2018, 2019), atestam o *ódio* expresso pela elite brasileira naquele momento. Pode-se notar que havia ressentimento contra algo, mas seria, necessariamente contra Dilma? Como escrevemos anteriormente, uma grande parte dos brasileiros projetou toda a culpa pelo que ocorria no país na pessoa da presidente e em seu partido. Portanto, à primeira vista, a resposta é a de que o ressentimento foi contra a presidente e contra o PT, mesmo porque ela foi a xingada. Uma outra interpretação, porém, é a de que o desejo em ofender, envergonhar e, portanto, humilhar, constituía um desejo de ferir a pessoa de Dilma Rousseff pelo que ela representava ao sentar na cadeira presidencial, um discurso, não necessariamente uma prática, da ascensão dos ressentidos de esquerda, que, desde 2003, ocupavam a cadeira presidencial.

Fassin afirma-nos que o *ódio* a uma esquerda desse tipo foi generalizado em todo o mundo a partir da segunda década do século XXI, e vai além:

Na verdade, é daí que surge o ressentimento, não dos “perdedores” da globalização, como gostaríamos de acreditar, mas daqueles que, independentemente do seu sucesso ou do seu fracasso, ficam remoendo o fato de que outros, embora inferiores, tenha se saído melhor. É nesses termos que se pode entender a raiva contra as minorias e as mulheres, mas também contra os “assistidos”. (FASSIN, 2019, p. 64).

Uma vez despertado um ressentimento contra o comunismo, como se ele ainda existisse, compreendemos que o alvo dos xingamentos eram direcionados indiretamente aos *apoiadores* da presidente, os quais sempre a ajudaram. Os sujeitos que esbravejavam palavras indecorosas à chefe do executivo brasileiro, direcionavam um ódio quase irracional aos

apoiadores comuns de Dilma, os quais não podiam ser ofendidos de maneira direta, devido a serem constituídos por inúmeros grupos. A solução encontrada foi ofender a representante, não os representados.

Estes lhe eram incondicionalmente fiéis, sendo compostos por uma grande porcentagem da população brasileira que, até o início do mandato das ex-presidente, conseguiram deixar a classe dos “miseráveis”, passando para a “massa trabalhadora”. A partir desse ponto, também seria possível chegar à “baixa classe média” e, logo, à “média classe média”. O mesmo poderia ocorrer em relação aos “miseráveis” e à “massa trabalhadora”, que, mesmo vivendo em situação precária, era assistida pelo governo, mediante seus programas, como o *Bolsa Família*, conseguindo ainda enviar os filhos para as universidades.

Os xingamentos constituíam o desejo de a presidente ser humilhada perante todo o mundo, que ela sofresse uma *humilhação coletiva*, como ocorre quando o representante de um grupo, ou o sujeito que possui características a ele relacionadas é atacado com a intenção de que todo o grupo por ele representado também o seja. Por isso, as *designações*, mas também outras estratégias linguísticas, funcionam como uma vinculação dos sujeitos a um grupo: “bolsonarista”, “lulista”, “petista”, “nacionalista”, “nordestino”, pois inserem a ideia de que atacar “Bolsonaro”, “Lula”, o “PT”, “Nação” ou o “Nordeste” seria atacar todos aqueles que se sentem representados pelo grupo. Contudo, não são essas as únicas razões pelas quais cremos que ofender um representante do alto escalão de um grupo seja o mesmo que ofender todo o grupo ou uma parte mais específica dele.

Pode-se compreender que a *humilhação* nem sempre procede de um desejo pelo entretenimento, como se o *outro* fosse um palhaço. É certo que o riso constitui o fim mais comum que a *humilhação* deseja provocar, porém há inúmeras outras funções passíveis de ela desempenhar, funcionando como um modo de o *eu* exercer poder sobre o *outro*.

Conforme Haroche, “Que nasça da afronta ou da indiferença, infligida deliberada ou involuntariamente, a humilhação sentida coloca em questão o *orgulho*, a *honra*, a *dignidade*” (HAROCHE, 2020, p. 465 [itálicos nossos]), pois questiona que o sujeito os tenha, apontando o humilhado como destituído de quaisquer desses valores positivos, sendo, então, um ser que precisa lembrar de seu baixo *status*. A fim de o humilhado reconhecer-se como submisso ao *eu*, como devendo se posicionar do mesmo modo que o *eu*, ou ainda como para distanciar-se

de tudo relacionado à *coisa pública*, a exemplo de um cargo ou do apoio a um partido.

A humilhação, ocorrida por meio do xingamento, ironia ou riso surge como um modo de defesa do indivíduo ou do grupo. Por isso, o ataque verbal é uma maneira de defender-se do *outro* por medo do que ele pode vir a realizar. No entanto, realizar publicamente um ato contra o qual um grupo luta, também é uma forma de humilhação.

Um caso relacionado ao ex-deputado federal Eduardo Cunha é relevante nesse aspecto, pois o levou a conclamar determinados grupos, defensores de pautas específicas, para agirem contra a mídia, que chegou ao ponto de mostrar casos de homoafetividade. Cunha procurava que conservadores como ele agissem com a intenção de, supostamente, não permitir que as mídias tradicionais tornassem um familiar também “homossexual”, “ateu”, “maconheiro” ou “abortista” – o que mais tarde foi estendido contra professores que pedissem para estudantes lerem livros sobre marxismo, por exemplo. Logo, a humilhação não serve unicamente para mostrar ao *outro* o seu erro em relação a uma questão específica, mas para afastá-lo dos holofotes, modificar sua crença, buscando que ele deixe de emitir opiniões.

Desde o capítulo primeiro, lembramos a importância do pensamento de Arendt (2011, p. 70) a respeito da conquista da “liberdade” durante a Revolução Francesa, pois, naquele momento, ser livre era única e exclusivamente compreender que todo ser humano nasce não escravo, mas também igual aos demais seres humanos. Não podendo, por isso, ser condenado devido a crimes praticados por seus familiares, sendo-lhe possível exercer as mesmas funções que seus compatriotas.

Em teoria, o que a Revolução Francesa fez a fim de conquistar o direito à “liberdade” para todo humano, segundo Arendt (2011), estende-se aos dias atuais, abrangendo, devido a outras conquistas históricas, raça, religião, sexualidade, idade e demais características que, quando desrespeitadas, são passíveis de punição pela justiça. No entanto, a prática diz o contrário, pois, o que fazer diante da enunciação de um deputado federal, membro da bancada evangélica, como era Eduardo Cunha (PMDB), o qual, em janeiro de 2014, publicou em seu perfil no *Twitter*: “Boa tarde a todos. Não poderia deixar de expressar a minha repulsa pela cena da TV de beijo gay. Daqui a pouco vão colocar cenas de sexo gay.”

A opinião do deputado referia-se à exibição do esperado beijo entre o casal fictício Félix e Nico, interpretados pelos atores Mateus Solano e Thiago Fragoso, no último capítulo

da novela *Amor à vida*, da Rede Globo de Televisão, cujo último episódio foi ao ar em 31 de janeiro de 2014. O enunciado de Cunha poderia ser interpretado como uma opinião pessoal, dada a utilização do pronome “minha repulsa”, mas devido à publicação constar no perfil oficial do deputado (uma pessoa pública, representante de um grupo), bem como seus interlocutores serem constituídos por “todos”, que em língua portuguesa abarca tanto o feminino quanto o masculino, somente poderíamos compreender sua enunciação como voltada para os brasileiros, de modo geral. No entanto, Cunha é mais específico e antidemocrático ao enunciar em seguida: “Estamos vivendo a fase dos ataques, tais como a pressão gay, a dos maconheiros, abortistas. O povo evangélico tem de se posicionar”, indo ainda mais longe ao afirmar: “E não só os evangélicos. Todos que defendem a família devem se manifestar. Todos que são contra as drogas e contra o aborto também¹⁰¹”. O futuro presidente da Câmara dos Deputados iniciou uma guerra entre grupos, a qual já existia, mas foi intensificada por ele ao convocar “Todos”, isto é, grupos específicos, a se posicionarem contra outros grupos específicos e qualquer um a eles relacionados. Com sua postura, o deputado possibilitou que a guerra entre partidos se tornasse possível, uma vez que o PT começou a ser visto em oposição ao “Todos” de Cunha.

Devido a isso, não se pode acreditar que o xingamento sofrido em junho, direcionado a uma presidente reeleita naquele mesmo ano, pudesse ser uma repulsa unicamente a ela. Seria possível pensar que um grupo não mais a desejasse no comando da nação, mas não o seria que toda a sociedade não mais desejasse Dilma como presidente, conclamando seu impeachment. Isso, principalmente porque a presidente havia, naquele ano, vencido mais um tucano nas urnas, dessa vez o neto de Tancredo Neves, ex-presidente do Brasil.

Ocorre que as eleições de 2014 foram acirradas, mas Dilma Rousseff (PT) conseguiu vencer o candidato do PSDB, o ex-governador de Minas Gerais e, naquele momento, senador pelo partido, Aécio Neves, o que se deu no segundo turno da disputa eleitoral. Naquelas eleições, a petista recebeu nada menos que 51,64% (54.501.118) dos votos válidos, ao passo que Aécio obteve 48,36% (51.041.155), uma diferença de 3,28% (3.459.963), a menor diferença desde que o PT ganhou a disputa presidencial, em 2002, mas, ainda sim, uma diferença de três milhões quatrocentos e cinquenta e nove mil novecentos e sessenta e três

101 Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/pais-vive-sob-ataque-de-gays-maconheiros-e-abortistas-diz-lider-do-pmdb/>. Acesso em 02/09/2022.

votos, ou seja, de adultos que possuíam esperança no PT¹⁰². Por isso, os xingamentos na abertura da Copa não vieram dos milhões de eleitores de Dilma, mas dos insatisfeitos (logicamente de uma minoria), dentre os 51.041.155 eleitores de Aécio Neves, que não desejavam mais a presidente Dilma e o PT no exercício do cargo presidencial.

Durante toda a campanha de 2014, o tucano lembrou insistentemente à candidata Dilma os escândalos de corrupção envolvendo o partido desta, sendo este o principal ponto dos ataques sofridos pela candidata. Utilizando o *software Lexico 5* – o qual nos possibilitou verificar a quantidades de vezes em que cada termo foi utilizado nos textos, bem como o enunciado em que aparecem –, descobrimos que o tema mais abordado no debate realizado pela Rede Globo¹⁰³, o mais assistido no país, foi relativo à corrupção envolvendo o partido da presidente. No debate, o termo “PT” foi utilizado 34 vezes, enquanto “corrupção” obteve 33 menções, todas ligadas direta ou indiretamente ao partido. Enquanto isso, os demais partidos políticos foram mencionados na seguinte quantidade: PSDB, 10 vezes, PSOL, 9, PV, 7, PSC, 5, PSB, 2, PRTB, 2. O debate, por sua vez, centralizou-se na figura de Dilma Rousseff, com 86 menções ao nome da candidata, 75 ao de Aécio, 66 ao de Marina e menos de cinquenta aos demais candidatos. Portanto, um círculo fechou-se em torno do PT e de sua candidata à reeleição.

A oposição, no entanto, não era apenas a Dilma Rousseff, como já afirmamos, mas também ao que ela representava na ocasião. Isso porque o desejo pela humilhação tinha o propósito de degradar tudo e todos aqueles por ela representados. O desejo dos humilhadores em proteger-se do *outro* deriva, especialmente em um contexto no qual o ressentimento está em pleno vigor, de o *outro* representar um perigo para o *eu* e o *nós*. Isso porque, conforme adentramos mais no contexto, percebemos que havia ódio pelas classes econômicas (e sociais) misturarem-se em um mesmo espaço, bem como uma mistura de ódio e medo pelas universidades públicas agora serem frequentadas por indivíduos de todas as classes. Além disso, as classes mais abastadas compreendiam que o governo protegia as classes mais baixas, algo que as irritava, e, com isso, criam que os mais pobres conseguiam o que obtinham por piedade, ou regalias, e não por mérito, por reconhecimento.

102 Disponível em <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/apuracao-votos-presidente.html>. Acesso em 02/09/2022.

103 Disponível em <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/leia-e-veja-integra-do-debate-na-globo.html>. Acesso em 02/09/2022.

Outras questões ressuscitaram a desconfiança de um governo cada vez mais compreendido como comunista, ao passo que o país passou a tender para um conservadorismo sem igual. Os motivos que levaram ao raciocínio acerca do comunismo vigente (em um mundo no qual o único país, talvez comunista, seja a Coreia do Norte) derivaram da intervenção governamental nos bancos, da constante importação de médicos cubanos para ir a locais mais afastados no Brasil, onde outros médicos não aceitavam ir, da desconfiança do ateísmo da presidente (algo despertado por Eduardo Cunha e aproveitado por outros em momentos de maior conservadorismo) e da possibilidade, ou certeza da parte de alguns, de seu pensamento ainda ser marxista. Não obstante, a irritação com os inúmeros programas de cotas, bolsas universitárias, programas habitacionais e auxílios financeiros à classe mais baixa ajudavam que esse pensamento fosse utilizado pela oposição, a qual, no entanto, nunca afirmava que acabaria com eles.

Haroche explica que a necessidade de humilhar, nesse caso, não se trata de algo consciente, mas de um instinto de proteção. Portanto, a humilhação exerce, nesse caso, a função de degradar e de desprezar o *outro* pelo fato de ele não ser nem o *eu*, nem o *nós*, mas o *outro*, sob o qual sempre pairarão desconfianças (HAROCHE, 2020, p. 473). Ainda, segundo a autora: “Humilhamos uma pessoa, um grupo, uma comunidade – involuntariamente ou deliberadamente – porque temos *medo*; procuramos, assim, *eleva-nos rebaixando, tornando o outro subalterno*.” (HAROCHE, 2020, p. 473[itálicos nossos]). Esses motivos, constituem, portanto, a lógica pela qual o *eu* procura humilhar o *outro*, sempre pelo *medo*.

Enfatizamos as *classes sociais*, a *corrupção* e o *conservadorismo*, principalmente ligado à religião, junto com outros autores, por crermos terem sido esses os tópicos que levaram à retirada da presidente do seu cargo durante o processo do impeachment (golpe), pois todos os seus adversários falavam a esse respeito. Igualmente, a polarização existente desde o início da segunda década do século XXI foi constituída em torno desses assuntos tópicos. Contudo, eles não existem sós, mas se desdobram em diversos outros, comportando a *constelação emotiva do ressentimento* como seu impulsionador.

Aécio Neves representou o inconformismo com a permanência do Partido dos Trabalhadores no poder, assim como seus eleitores, que passaram a vestir camisas com a frase: “A culpa não é minha – Eu votei no Aécio”. Tendo sido esse um dos momentos-chave

para a saída da presidente Dilma, ainda que eleita, pois o tucano insistia que havia fraude nas eleições¹⁰⁴, porém nada foi constatado. Independente disso, Aécio tornou-se um forte opositor de Dilma, tentando, de todas as maneiras, atrapalhar o governo da petista. Do mesmo modo agiram muitos congressistas de centro, os quais seguiram os passos de Aécio, mas no lugar de afirmar fraude, não aprovavam os projetos do governo. Os principais opositores da presidente foram os representantes da agroindústria, do armamento e de entidades religiosas, isto é, o que se conhece no Congresso como bancada ruralista, bancada da bala e bancada evangélica.

Figura 6 – A culpa não é minha – Eu votei no Aécio



Fonte: O popular¹⁰⁵

As bancadas eram pressionadas por seus eleitores e partidos, os quais ou criam que a presidente não possuía mais capacidade para governar, ou apenas não desejavam que ela permanecesse no cargo. Várias foram os motivos que a levaram a essa situação, chegando ao ponto de a aprovação do governo ser de 8% em agosto de 2015¹⁰⁶, menos de um ano após sua

104 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>. Acesso em 02/09/2022.

105 Disponível em: <https://daqui.opopular.com.br/editorias/geral/criador-da-camiseta-a-culpa-n%C3%A3o-%C3%A9-minha-eu-votei-no-a%C3%A9cio-evita-coment%C3%A1rios-1.1278318>. Acesso em 02/09/2022.

106 Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/71-reprovam-governo-dilma-diz-datafolha.html>. Acesso em 02/09/2022.

reeleição.

A frágil imagem de Dilma junto aos Congressistas, suas opiniões sobre questões delicadas em relação às comunidades cristãs (como o aborto), o aumento constante dos juros, a retomada da inflação, os muitos cortes de verba, o crescimento relâmpago da direita no Brasil e em outros países, bem como toda uma difícil imagem que a perseguia desde o junho de 2013 foram os principais motivos que a levaram a esse ponto. Não obstante, os brasileiros viam-se como necessitados de um líder forte, pois em sociedades marcadas pelo ressentimento é sempre necessário que alguém sirva de apoio para que este ser (forte) aja no lugar daquele que se vê desamparado. Contudo, essa não era Dilma. Além disso, a presidente também não conseguia mais governar, pois a oposição impedia que seus projetos fossem aprovados, o que a complicou cada vez mais.

Seu futuro foi marcado definitivamente quando o PT retirou o apoio a Eduardo Cunha no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, pois este era acusado de possuir contas na Suíça e poderia perder o mandato. Horas após isso ocorrer, Cunha deixou que um dos processos que pediam o impeachment de Dilma fosse para o plenário da Câmara, sendo, assim, instaurado o impeachment contra a presidente.

Tudo correu de maneira rápida, tendo sido autorizado o pedido na Câmara em dezembro de 2015 e sendo a presidente impedida definitivamente em agosto de 2016. Nesse ínterim, o vice-presidente, Michel Temer (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB), já exercia o mandato de Presidente da República.

Apesar de o processo ter ocorrido com ares democráticos, a resposta de Dilma para a senadora Ana Amélia, durante o julgamento no Senado, ilustra o que verdadeiramente houve. Tratou-se de um julgamento de cunho político, como afirmou a ex-presidente:

E mesmo se, em todas as oportunidades, se considerar que houve um rito correto, o que eu estou – e disse no meu discurso – questionando é que não basta o rito correto; há que ter um conteúdo justo. Não basta a forma, Senadora. Acho que essa é uma consideração que tem a ver com o devido processo legal ao qual estou sendo submetida. Quando você compromete a democracia, há várias formas de comprometer. (BRASIL, 2016, p. 562)

Uma das teses construídas durante o julgamento foi a de que Dilma deixou que seu mandato sofresse o *impeachment* (golpe) no momento em que tentou governar sem o apoio do Congresso, não fazendo a vontade das bancadas, uma tradição para que os projetos presidenciais sejam aprovados no Brasil. Logo, afirmações de que o *impeachment* constituiu um “golpe” de Estado ganhou força. Mesmo o ex-presidente Michel Temer, que à época negou, afirmou anos mais tarde que a saída da ex-presidente Dilma não foi somente um *impeachment*, mas verdadeiramente um *golpe*¹⁰⁷.

O que pode ter sido um pequeno deslize de Michel Temer, que, em um momento, utilizou o termo *golpe*, o levou a não mais poder utilizar somente *impeachment* (golpe), e, assim, modificar toda sua argumentação, bem como a de muitos outros que o apoiavam à época. Temer havia caído no que Barthes afirmou ser “o rumor da língua”, isto é, a impossibilidade de anular o dito:

A palavra falada é irreversível, tal é a sua fatalidade. Não se pode retomar o que foi dito, *a não ser que se aumente*: corrigir é, nesse caso, estranhamente, acrescentar. Ao falar, não posso usar borracha, apagar, anular; tudo que posso fazer é dizer “anulo, apago, retifico”, ou seja, falar mais. (BARTHES, 2004, p. 93).

Esse ponto é significativo para o campo das emoções, pois a utilização incorreta de um termo é capaz de desacreditar o indivíduo, modificando sua imagem, a de outros, bem como o que pensam e sentem a seu respeito. Por essa razão, Arendt (2010b, p. 61) alerta-nos que “tudo o que aparece em público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. Para nós, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade”. Além disso, a filósofa ressalta: “A importância de ser visto e ouvido por outros provém do fato de que todos veem e ouvem de ângulos diferentes” (ARENDR, 2010b, p. 70), por isso, como afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), é preciso que o locutor crie seus interlocutores a partir do máximo de informações disponíveis acerca deles, a fim de argumentar para um interlocutor o mais próximo possível do real.

107 Cf. entrevista do ex-presidente ao programa *Roda Viva*, onde ele afirma pela primeira vez a existência de um golpe parlamentar que retirou a ex-presidente Dilma Rousseff da presidência, <https://www.youtube.com/watch?v=OGDCN8ikj8U>. Acesso em 11/08/2022.

4.3 O surgimento de Bolsonaro

O *medo* de ainda existir um comunismo no Brasil, que pudesse se consolidar e transformar as crenças de muitos grupos, aparentemente, havia sido extinto com a vitória de Lula, no segundo turno das eleições de 2002, pois tanto ele quanto seu partido eram as ameaças imaginárias, os inimigos a serem combatidos pelo regime capitalista. Assim pensavam muitos no país, até que o impeachment (golpe) de Dilma mostrou que o medo de um retorno do comunismo ainda era vigente.

Após o impeachment (golpe) de Dilma, o ex-presidente tentou candidatar-se, mas foi impedido pelo processo movido contra ele pela 13ª Vara de Justiça de Curitiba, a qual havia, definitivamente, se posicionado contra o PT ao divulgar áudios entre Lula e presidente Dilma, mesmo em momentos nos quais isso já não poderia ser feito. Esse fato, em específico, tratou-se de um áudio obtido por um grampo no telefone de Lula. Nele, a presidente oferecia o cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil ao ex-presidente, a fim de ele ganhar imunidade, podendo ser julgado apenas pelo STF, pois Moro já era suspeito de parcialidade¹⁰⁸. Após ouvir o conteúdo do áudio, manifestantes saíram às ruas, pedindo o impeachment de Dilma.

Apesar disso, as eleições do ano de 2018 pareciam seguir um rumo igual ao dos anos anteriores, havendo uma disputa acirrada entre os dois partidos mais representativos da esquerda e da direita no Brasil, ou seja, PSDB e PT. No entanto, não foi esse o ocorrido, havendo um inesperado crescimento nas pesquisas de intenção de voto do candidato de direita, Jair Bolsonaro.

O histórico das eleições anteriores às de 2018 mostrava que para um candidato ser eleito Presidente da República necessitava de três diferentes quesitos: ter apoio partidário, possuir horário eleitoral gratuito amplo e gastar uma alta verba em campanha eleitoral (NICOLAU, 2020). Bolsonaro, no entanto, ganhou sem possuir esses três pré-requisitos consagrados em eleições anteriores. No entanto, como afinal teria se dado isso¹⁰⁹?

Nicolau (2020, p. 15) enfatiza, em seu livro *O Brasil dobrou à direita*, muitos fatores

108 Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/17/politica/1458179601_208300.html. Acesso em 02/09/2022.

109 Sobre como a nova legislação eleitoral beneficiou Jair Bolsonaro em 2018, ver Nicolau (2020, cap. 1)

que contribuíram para alavancar a campanha de Bolsonaro, dentre eles estava a minirreforma eleitoral, lei 13.165/2015, e os postulados pela lei 13.487/2017, tendo esta criado um fundo para financiamento de campanha, o que beneficiou o candidato. Dentre as vantagens trazidas pela minirreforma constava a diminuição do prazo para o candidato filiar-se a um partido. Se era necessário que se estivesse filiado pelo período de um ano antes das eleições para se concorrer, após a minirreforma necessitava-se de estar filiado por apenas seis meses.

O período da campanha e o tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão também sofreram mudanças. Não mais ocorreriam noventa dias de campanha, mas apenas quarenta e cinco, sendo iniciada em 15 de agosto de 2018, diferente de 2014, quando foi iniciada em 5 de julho.

As propagandas no rádio e na televisão foram reduzidas de 45 para 35 dias, ocorrendo a diminuição do tempo que cada candidato possuía em tela e no rádio. No geral, deram-se, nos dias de propaganda eleitoral gratuita, vinte e cinco minutos de propaganda à tarde e vinte e cinco à noite. Isso representava metade do que houve em 2014.

Em meio a essas mudanças, como ficou a situação dos candidatos? Como alguns conseguiriam alianças interpartidárias, obtiveram mais tempo de televisão e rádio. A seguir reproduzimos a tabela 1 de Nicolau (2020), relacionada ao tempo total de propaganda eleitoral gratuita dos candidatos à presidência, no primeiro turno das eleições de 2018:

Tabela 1 – Tempo de propaganda – Eleições 2018

Candidato	Partido	Tempo no horário eleitoral gratuito	% do tempo de propaganda	% de voto
Geraldo Alckmin	PSDB	383 min	44,5	4,9
Fernando Haddad	PT	165min30	19,2	29,8
Henrique Meirelles	MDB	133 min	15,4	1,2
Álvaro Dias	PODE	46 min	5,3	0,8
Ciro Gomes	PDT	44 min	5,1	12,7
Marina Silva	REDE	24min30	2,8	1,0
Guilherme Boulos	PSOL	15 min	1,7	0,6
Vera Lúcia	PSTU	10 min	1,2	0,1
Cabo Daciolo	PATRIOTA	9min30	1,1	1,3
José Eymael	DC	9min30	1,1	0,0

Jarir Bolsonaro	PSL	9min30	1,1	45,0
João Amoedo	NOVO	6 min	0,7	2,6
João Goulart Filho	PPL	6 min	0,7	0,0

Fonte: Nicolau (2020).

A fonte de onde derivava o apoio ao candidato Bolsonaro provinha da internet, uma ferramenta que ele soube utilizar com maestria. Por meio dela, não apenas eleitores conseguiam outros eleitores, *apoiadores de prestígio* como pastores evangélicos, cantores, atores e influenciadores digitais, além de outros, como também *apoiadores comuns*, representados pelos demais eleitores que buscavam votos para o candidato vencer as eleições. Logo, a quase totalidade da direita brasileira apoiou-se nele, principalmente após acreditarem em uma conspiração para retirá-lo do poder quando Bolsonaro foi esfaqueado na cidade de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais.

O candidato foi levado às pressas para o hospital e operado rapidamente, vindo a se recuperar, ainda que outras cirurgias fossem necessárias. Por isso, passou toda a campanha sem ir aos debates televisivos, fazendo-a por meio das redes sociais.

Sua estratégia para conseguir angariar votos provinha do ataque ao Partido dos Trabalhadores e a todos que passaram a ser relacionados a este: professores, artistas, jornalistas e outros. O candidato procurou construir a imagem de um político que dizia o que viesse à mente, sendo interpretado, por esse motivo, como “autêntico”. Igualmente, procurou mostrar-se dotado dos *ethé* denominados por Charaudeau (2008b) como *ethos* de “caráter”, de “potência” e de “chefe”.

Bolsonaro apresentava-se como um político de direita, liberal, que poderia acabar com a inflação e a corrupção que assolava o país. Isso constituía, naquele momento, um desejo de muitos brasileiros, desde a *intervenção nos bancos* e dos *escândalos de corrupção*, que levaram o ex-presidente Lula à prisão¹¹⁰. Também conclamava-se um governo que conseguisse frear os juro, combater o “comunismo” e restaurar a ordem familiar. Um governo diferente daqueles que o país tivera até então, esse era um desejo idealizado por

110 O ex-presidente foi liberto em março de 2021, quando o juiz Sérgio Moro foi considerado parcial, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/08/fachin-anula-condenacoes-de-lula-relacionadas-a-operacao-lava-jato.ghtml>. Acesso em 02/09/2022.

muitos.

Fassin, ao comentar o movimento dos *Coletes Amarelos*, na França (um movimento de protestos iniciado em 2018 contra o aumento de alguns impostos), procura explicar seu efeito, vinculando-o ao *junho de 2013*, no Brasil, crendo ter sido este um dos seus precursores:

Pode-se supor que o impacto desse movimento social [os Coletes Amarelos] nas eleições se deve ao discurso que ele profere, como um ruído de fundo que expressa a recusa da política institucional: por um lado, rejeita a oposição entre a direita e a esquerda e, por outro, recusa qualquer representação, sindical ou política. Quem pode acreditar que a esquerda saia consolidada? O duplo exemplo de movimentos sociais comparáveis na Itália e no Brasil, em 2013, pode servir como advertência: o apolitismo militante alimentou a rejeição do sistema e, portanto, faz o jogo da extrema direita. (FASSIN, 2019, p. 98).

Por isso, não foi importante para os eleitores que Bolsonaro se recusasse a ir aos debates, o que o beneficiou, pois, nas poucas entrevistas que deu e nos dois debates de que participou, mostrou-se inapto para a argumentação, sendo facilmente contradito e perdendo pontos nas pesquisas. O relevante para o eleitor de Bolsonaro era ouvi-lo, não importando se ele emitisse ou não informações falsas, desde que defendesse a família, a religião e a pátria.

O candidato do PSL, mesmo após ocupar o cargo de vereador, na cidade do Rio de Janeiro durante menos de um mandato, e de ter sido sete vezes eleito como deputado federal pelo mesmo estado¹¹¹, não conseguia argumentar sem agredir verbalmente quem possuísse ideias opostas às suas.

Contudo, o capitão reformado do exército possuía todas as características de uma direita sedenta pelo poder, a qual poderia ser especificada, segundo Ab'Sáber, do seguinte modo:

Com o realinhamento gradual e real do grande capital contra o governo, *o homem conservador médio*, antipetista por tradição e anticomunista por natureza arcaica brasileira mais antiga – um homem de adesão ao poder por fantasia de proteção *patriarcal e agregada*, fruto familiar do atraso brasileiro no processo da produção moderna – pode entrar em cena como força política real, deixando de expressar

111 Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Jair_Bolsonaro#top-page. Acesso em 02/09/2022.

privadamente um mero ressentimento rixoso, carregado de contradições, contra o relativo sucesso do governo lulo-petista, que jamais pode ser verdadeiramente compreendido por ele. (AB'SÁBER, 2015, p. 35).

A importância única da própria opinião e a de seu grupo, a concepção da família tradicional, de uma conquista por méritos, sem a interferência do governo, assim como a exigência de que os trabalhadores do Brasil fossem brasileiros, dentre outras características, definem a direita a qual Bolsonaro pertencia quando concorreu ao cargo presidencial, em 2018, sendo, na época, filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSL), do qual se desfiliou pouco depois de eleito, tendo vencido Haddad com quase dez milhões de votos a mais. No segundo turno das eleições, Bolsonaro obteve 55,13% (57.797.847) dos votos válidos, enquanto Haddad recebeu 44,87% (47.040.906) deles. Sendo desse modo que Jair Messias Bolsonaro tornou-se o 38º Presidente da República Federativa do Brasil, em primeiro de janeiro de 2019.

Capítulo 5

5 O RESSENTIMENTO NO DISCURSO

Visto pelo senso comum, o significado de “ressentimento” aparece como sinônimo de “ódio”, “mágoa” e “rancor”, bem como de termos semanticamente equivalentes a esses. Tais significados podem ser vistos nos dicionários das diferentes línguas. Conforme aponta o *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*, o termo “ressentimento” é definido como uma “mágoa que se guarda de uma ofensa ou de um mal que se recebeu” (HOUAISS, 2009). O *Gran Diccionario de la lengua española*, por seu turno, traz-nos como significado do termo “resentimiento”: o “sentimiento de hostilidad de quien se considera maltratado por la sociedad, familia, amigos, etc¹¹²” (PÉREZ, 1996). Enquanto isso, “ressentiment” nos é apresentado pelo dicionário *Le Petit Robert* como: “Le fait de se souvenir des torts qu’on a subis avec le désir de venger¹¹³” (REY, 2012, p. 1253).

Os autores que trabalham com o ressentimento, abordando os significados que lhe são atribuídos pelo senso comum, tal como apresentado pelos dicionários, não conseguem pensá-lo senão superficialmente, utilizando-o como sinônimo de “rancor” ou de “frustração”. Isso ocorre por, muitas vezes, adotarem-no como um termo de apoio para o estudo do “conflito entre classes sociais” ou como um *afeto* que adoece a “alma” de uma sociedade” ou a “força vital” de uma pessoa. Nesses casos, não se entra no estudo sobre o assunto propriamente dito, mas se utiliza do termo para abordar uma outra questão. Contudo, um dos grandes problemas, assim o cremos, consiste na ausência de bibliografia para um termo que possui significados diversos.

Kehl (2015) é um exemplo de como muitos autores procuram contornar a questão da ausência de estudos específicos sobre o ressentimento. A autora optou em seus trabalhos por utilizar os escritos do pai da Psicanálise, mesmo ele nunca tendo empregado o termo “ressentimento”, apesar de haver lido a obra de Nietzsche. A psicanalista insiste em afirmar que o vocabulário de Freud não comportava esse termo, e procura justificar sua posição afirmando: “Talvez uma proximidade excessiva entre o pensamento de ambos, a partir de

112 **Tradução nossa:** “sentimento de hostilidade de quem se considera maltratado pela sociedade, família, amigos etc.”.

113 **Tradução nossa:** “A lembrança das injustiças que sofremos com o desejo de nos vingarmos.”

paradigmas diversos, fosse perturbadora para Freud; perturbação característica (ele poderia reconhecer) do *narcisismo das pequenas diferenças*.” (KEHL, 2015, p. 32 [itálicos da autora]). Concordamos com a autora em relação a existirem casos como esses, o que nos leva a ter o trabalho de procurar possíveis utilizações do conceito sem o uso do termo. Por isso, o ressentimento ainda é um trabalho em andamento.

Segundo afirmado pela própria Kehl, a dificuldade em abordar o assunto quando decidiu levá-lo adiante, obrigou-a a tangenciá-lo:

Ao começar minha pesquisa percebi que teria de contornar a falta de bibliografia específica sobre o ressentimento com outras leituras, que me permitissem constituir o objeto “pelas bordas”, a partir de campos de ideias que tangenciassem meu tema. Para isso contei com a valiosa ajuda de muitos amigos que me sugeriram autores e textos sem os quais eu não seria capaz de levar adiante meu projeto. (KEHL, 2015, p. 9).

A forma de a autora tratar o conceito advinha da busca por utilizá-lo na Psicanálise. Desde o início, ela compreendeu que o conceito foi trabalhado antes de Nietzsche, mas por meio de outras denominações.

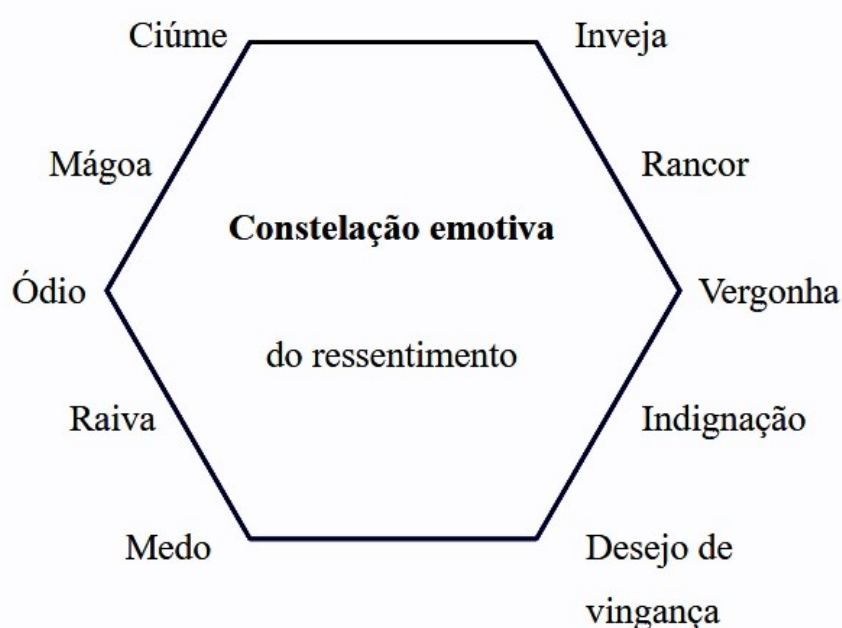
Acreditamos ter ocorrido conosco o mesmo que se deu inicialmente com a psicanalista, uma vez que contamos com o auxílio de pesquisadores de áreas diversas – o que foi facilitado por pessoas de diferentes áreas do saber interessarem-se pela Análise do Discurso. Além disso, fomos atrás de interfaces com a temática do ressentimento, pois optamos por modelar o assunto conforme uma perspectiva discursiva.

Logo, construímos um segundo capítulo que nos concedeu suporte para tratar das emoções que vimos como integrantes da *constelação emotiva do ressentimento*, as quais foram concebidas a partir Kehl (2005, 2015), Nietzsche (2009, 2017), Scheler (2012) , Angenot (1997, 2008, 2016), Ansart (2004, 2019) e outros autores. Estas foram configuradas, posteriormente com base em leituras por nós realizadas e análises feitas acerca das diversas emoções não tratadas diretamente por esses autores, mas que poderiam compor essa *constelação emotiva*. Tais emoções podem surgir unidas ou não em um discurso marcado pelo ressentimento, sem o obrigatório aparecimento de todas para afirmar que, no discurso, o

ressentimento esteja presente, pois, como visto, ele não é somente uma constelação de emoções negativas, mas também uma “relação” entre os sujeitos movidos por elas: o *eu* e o *outro*, o *nós* e o *eles*.

Conforme as leituras realizadas sobre como diferentes autores compreendem o ressentimento, pudemos chegar à Figura 7, a qual apresenta a *constelação emotiva do ressentimento*, como um composto por doze diferentes emoções, sendo elas:

Figura 7 - Constelação emotiva do ressentimento



Fonte: o autor

A expressão “constelação emotiva” não deve ser vista com o mesmo significado de “junção de emoções”, pois o termo “constelação” implica a existência de um discurso marcado tanto pela “relação” quanto pela existência solidária entre emoções, mesmo que essas sejam de caráter negativo. O termo “junção de emoções”, por outro lado, exige unicamente a reunião de emoções que, separadas, não possuiriam sentido, ao passo que na “constelação”, não é nem mesmo obrigatório que todas as emoções apareçam no discurso. Isto porque mediante a relação estabelecida entre as emoções e os sujeitos em uma situação de comunicação, sabemos que as demais, de algum modo, podem fazer-se presentes, o que não significa que o farão.

Além disso, uma abordagem do ressentimento precisa ocorrer segundo alguns critérios já incorporados nos capítulos anteriores, mas que necessitam de ser lembrados antes de iniciarmos uma análise propriamente dita. Primeiramente, é necessário pensar a existência do *ressentimento no plural*, conforme vimos em Scheler (2012), por isso não haveria apenas um tipo de ressentimento, mas diversos (etário, sexual, religioso, de classe etc.). Igualmente, não se pode definir uma sociedade como *não ressentida ou ressentida*, já que, devido à *constelação emotiva* abarcar um grupo de emoções que podem se relacionar de maneiras variadas, a depender do contexto, existem *graus de ressentimento* em quaisquer dela, como entendem Kehl (2015) e Ansart (2004), sendo estes maiores nas interações ocorridas em momentos de *polarização*. Nestes, o papel desempenhado pelos *porta-vozes do ressentimento* deve ser ressaltado Ansart (2004, 2019). Por fim, o ressentimento já não poderá ser visto como uma constelação de emoções em que os sujeitos apenas ruminam, mas uma constelação em que, além de *deixarem transparecer* essa ruminação, agem de maneiras diversificadas, o que compreendermos a partir de Angenot (1997, 2008) e de Haroche (2004, 2020).

Esse foi, portanto, o caminho trilhado até este capítulo, no qual realizamos uma busca por compreender o funcionamento discursivo do ressentimento a partir de um *corpus* formado por textos escritos imediatamente após a declaração de que Jair Messias Bolsonaro foi eleito Presidente da República Federativa do Brasil. Igualmente, as falas do presidente, no momento de sua posse no Tribunal Superior Eleitoral, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal incluem-se ao *corpus*.

A seleção foi constituída com base na situação pela qual passava o Brasil. Na época, o país vivia uma explícita crise de polarização que se arrastava há anos, mas que ganhou maior destaque a partir dos acontecimentos a seguir: **a)** quando estouraram as manifestações do *junho de 2013*, **b)** com a repercussão das *eleições de 2014*, **c)** a partir do *impeachment*, ou *golpe*, que levou à perda do mandato da presidente Dilma Rousseff, **d)** chegando ao seu ápice com as *eleições presidenciais de 2018* e com a vitória de Bolsonaro. Tratou-se de um momento no qual os espaços designados como “esquerda” e “direita” estavam demarcados pelos próprios interlocutores, que se autoproclamavam como pertencentes a um ou ao outro, sendo assim também designados pelos seus interlocutores, com a ressalva de que a “esquerda” foi constantemente designada como “comunista” e a “direita” como “fascista”. Conforme

observado, supomos que os textos nos quais o presidente recém-eleito foi “parabenizado” ou “repudiado” podem ser verificadas a existência do ressentimento em graus variados, o que após apresentar a costura da tese será possível constatar ou não.

O critério para a escolha do *corpus* ocorreu a partir de uma procura realizada no site de buscas *Google* de todos os textos que tratassem de um apoio ou de um repúdio à vitória de Bolsonaro. Contudo, não havia muitos textos acerca desse assunto, já que procurávamos a *parabenização* ou o *repúdio* por meio de entidades como “associações”, “sindicatos”, “partidos políticos”, e não por pessoas comuns. Optamos por essa escolha em decorrência de termos visto, desde a dissertação, que aos *apoiadores de prestígio* cabe o papel de falar por uma coletividade.

O recorte temporal foi realizado com base em haver sido um período próximo da recepção do resultado das urnas (28 de outubro a 04 de novembro de 2018), por isso, a manifestação das entidades poderia tender a expressar o que seus representados sentiam. Muitos repúdios e parabenizações haviam sido retirados da maior parte dos sites brasileiros, inclusive do partido pelo qual o presidente foi eleito (Partido Socialismo e Liberdade – PSL), mas que se desfilou pouco tempo após a vitória. Restou um pequeno número dessas manifestações, mas ainda sim decidimos utilizar aquelas que compreendessem instituições representativas de entidades com maior abrangência nacional. Empregamos unicamente o material que tratasse da vitória do presidente, porém não o analisaremos de modo exaustivo, pois buscamos uma específica relação com o assunto estudado.

Procuramos ser cautelosos a fim de não compreendermos erroneamente as emoções expressas nos textos e também de não confundirmos o expresso com o sentido, por sabermos tanto a partir de Lima (2017) quanto de Charaudeau (2010) que o “sentido” e o “expresso” pelo sujeito não devem ser considerados como equivalentes. Logo, é a “expressão” da *indignação*, da *vergonha*, do *ódio* e das demais emoções componente do ressentimento o que nos interessa, bem como a “relação” estabelecida entre o *eu* e o *outro*.

Composto por gêneros discursivos diversificados, como a *carta aberta*, a *nota*, o *pronunciamento* e a *postagem em redes sociais*, nosso *corpus* é constituído de elementos mistos tanto do ponto de vista dos gêneros discursivos quanto das opiniões, as quais aparecem nos textos como favoráveis ou desfavoráveis ao presidente eleito Jair Messias Bolsonaro,

nunca os dois. Dentre esses gêneros, enfatizaremos a *carta aberta*, devido a ser o gênero mais utilizado em nosso *corpus*, além de ser direcionado tanto ao presidente quanto ao leitor do texto.

O gênero *carta aberta* constitui um dos mais utilizados pelas instituições, já que possibilita ao *eu* o conhecimento sobre como um *outro* se posiciona a respeito de um assunto. Trata-se de um gênero com *finalidade argumentativa*, pois, mesmo que ocasionalmente esconda os argumentos, fazendo-se passar por uma mera saudação ou elogio, estabelece a função de argumentar sobre algo. Por esse motivo, o gênero deve ser compreendido como possuindo três funções básicas: *divulgar uma mensagem*, manifestar um *ponto de vista* acerca dela e *sustentar um posicionamento*. Abaixo, Brito explica-nos o modo de funcionamento desse gênero do discurso:

De um modo geral, a carta aberta tem a finalidade discursiva de publicizar informações, denunciar problemas, seja de um indivíduo, seja de uma grupo/comunidade (sic), com o objetivo de buscar soluções para eles. Não é raro que o autor da carta aberta, além de denunciar o problema, também apresente uma solução. Para tanto, utiliza-se de um tom persuasivo, com vistas a sensibilizar seu interlocutor que, neste caso, pode ser uma autoridade, uma empresa, uma comunidade. (BRITO, 2015, p. 53 [grifos nossos]).

Acerca da estrutura do gênero, compreendemos que a *carta aberta* é iniciada por uma *saudação* que visa introduzir uma das mensagens acerca da qual tratará. Nesse momento, o gênero em questão assume um tom argumentativo, compreendido como uma *finalidade argumentativa* (AMOSSY, 2018b).

Após a mensagem inicial, o locutor apresentará seu *ponto de vista*, procurando sustentá-lo em sua busca por persuadir o interlocutor, ou, de modo mais modesto, apenas influenciá-lo sobre o ponto de vista do assunto tratado. Feito isso, a *carta aberta* será finalizada com o *nome do locutor*, podendo ser este uma pessoa, mas também uma entidade. Poderá ser inserido o *local* e *data* de divulgação da carta aberta, sendo indispensável unicamente o nome do locutor, por este constituir um quesito fundamental da argumentação deste gênero. Isso se dá em razão de o conteúdo da carta aberta não ser interpretado do

mesmo modo, caso o locutor seja favorável ou desfavorável ao interlocutor direto, ou seja, aquele a quem ela é endereçada.

A argumentação da *carta aberta* não é direcionada unicamente para quem é dirigida, mas para terceiros. Por esse motivo, os argumentos precisam ser os mais amplos possíveis, já que ela é de domínio público.

Como a argumentação desse gênero não deve ser entendida como direcionada unicamente ao interlocutor chamado pelo nome, ela pode ser compreendida à luz de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), ao apresentarem sua concepção de *auditório* na argumentação. Para os autores, este não deve ser encarado como aquele que o locutor tem à sua frente ou a quem se dirige pelo nome, mas a quem a argumentação é direcionada. Devido a isso, as *imagens de si* e do *outro*, bem como as *emoções*, devem ser interpretadas na *carta aberta* como não intencionando influenciar unicamente seu interlocutor mais imediato, ao qual é explicitamente endereçada.

Como já havíamos explicado, outro gênero componente do nosso *corpus* é a *nota*, compreendida como um gênero de caráter jornalístico, o qual pode ser publicado por jornais, mas também por entidades que possuam como objetivo informar ao leitor sobre um acontecimento, detalhando o ponto de vista do locutor que assina o texto.

A *nota* constitui um texto informativo que, ao assumir um ponto de vista sobre o acontecimento, algo que lhe é característico, assume uma finalidade argumentativa. Por essa razão, cremos não ser errôneo afirmar que, do mesmo modo que a *carta aberta*, a *nota* pode ser compreendida como argumentando no sentido afirmado por Grize, segundo o qual: “Il s'ensuit qu'une argumentation ne persuade pas par elle-même, mais qu'elle conduit le destinataire à se persuader lui-même.”¹¹⁴ (GRIZE, 2004, p. 43).

Basearemos nossa análise discursiva nas orientações apresentadas nos capítulos precedentes, nos quais vimos o *dialogismo* bakhtiniano (2014; 2010), a construção das *imagens de si* e do *outro*, em Amossy (2013, 2018a) e Lima (2006), as *emoções* vistas sob as óticas de Aristóteles (2012) e de Plantin (2010, 2011), a *situação de comunicação*, em Charaudeau (2008b, 2010), bem como o que mais for exigido pelo próprio *corpus*, pois ele não pode ser analisado previamente, mas em uma leitura profunda, que dite o que deve ser

114 **Tradução nossa:** “Uma argumentação, portanto, não convence por si própria, mas conduz o destinatário a si persuadir.”

feito. Evidente para nós é o fato de as emoções serem analisadas na relação entre o *eu* e o *outro*, a fim de verificar como o ressentimento pode ser percebido.

Igualmente, nossa proposta baseia-se em procurar nos textos indícios da *vitimização* do sujeito, bem como do outro como seu *vitimizador*. Igualmente, verificaremos se as emoções afirmadas pelos autores lidos como componentes da constelação emotiva do ressentimento podem ou não ser identificadas na análise. Caso não o sejam, procuraremos averiguar quais emoções positivas e negativas são utilizadas pelos locutores.

Conceitos que não foram explanados, mas que, de algum modo, acreditamos terem sido sugeridos com base na menção a autores, em citação, assim como conceitos basilares da Análise do Discurso serão utilizados. O conceito de *subentendido*, trazido por Ducrot (1977) é um exemplo. Observemos como ele é explicado pelo autor:

Como o locutor descobre o subentendido, se este for exterior ao sentido “literal”? É sempre, segundo cremos, por um caminho discursivo, por uma espécie de raciocínio. Mas tal raciocínio não pode ter como ponto de partida o enunciado apenas (sem o que o subentendido seria necessariamente implicado por aquilo que é dito, o impossível, nesse caso, de ser negado). Basear-se-á então no acontecimento constituído pela enunciação, na escolha do enunciado pelo locutor em determinado momento e circunstâncias.” (DUCROT, 1977, p. 143).

Trata-se de nos perguntarmos o porquê de “este” e não “aquele outro” enunciado ter sido utilizado em uma enunciação. Cremos ser uma questão conhecida por qualquer linguista, ou mesmo por analistas do discurso sem formação em Linguística. Entretanto, ainda sim procuraremos deixar o mais explícito possível o embasamento para análise.

A análise das emoções será buscada por meio de procedimentos linguísticos diversos, como o *implícito*, as *imagens de si* e do *outro*, as *representações patêmicas*, o *léxico*, a *pontuação*, os *tópicos*, as *figuras de linguagem*, o *discurso citado*. Isso será realizado com o auxílio de outras possibilidades linguístico-discursivas para que possamos compreender a relação entre os interlocutores e as *emoções expressas*, em situações de comunicação precisas.

Utilizaremos excertos a fim de explicar a *vitimização* nos textos, apresentar as emoções verificadas e averiguar as semelhanças e diferenças apresentadas por cada um

(principalmente designações, valores defendidos e refutados e imagens de si e do outro), os quais já consistem em um primeiro recorte analítico, com o intuito de averiguar o ressentimento expresso, e não o ressentimento oculto por uma dor pessoal.

Em vista do explanado até este momento e do que será analisado nos excertos, é possível compreender a importância dos *porta-vozes* dos ressentimentos plurais, a figura dos *apoiadores*, bem como a relação entre a *vitimização* de *si* e a apresentação do *outro* como um *algoz*, algo essencial no ressentimento. Para tanto, projetaremos o ressentimento enquanto uma “relação” entre emoções e entre sujeitos, o que se dará à luz da *polarização* pela qual o país passou (e ainda passa). Analisaremos os textos e os contextos em que estes se inserem, abordando os conceitos-chave para a compreensão do que até os dias atuais têm sido um dos conceitos cujo funcionamento é compreendido como dos mais turvos, o conceito de ressentimento.

5.1 Os porta-vozes do ressentimento

Quando tratamos do ressentimento no discurso, um dos principais pontos a serem trabalhados de imediato diz respeito à composição das *identidades* dos sujeitos. Saber quem são não significa atribuir-lhes papéis, mas reconhecer quais papéis atribuem um ao outro e como julgam a *si* e ao *outro*. Charaudeau (2015) aponta como um dos vários caminhos possíveis o da *diferenciação*, dando-se pelos movimentos de *atração* e de *rejeição* entre os sujeitos.

O movimento de *atração* ocorreria devido ao sujeito se ver incompleto, inacabado, imperfeito, necessitando do *outro* para completá-lo. Já a *rejeição* derivaria dos julgamentos de valor, pois o outro acreditaria ser melhor, mais acabado, mais perfeito do que o *eu*.

A *diferenciação*, por meio da *atração* e da *rejeição*, é uma das grandes possibilidades para compreender a atribuição dos papéis realizada pelos sujeitos acerca deles próprios, pois possibilita o mecanismo da *comparação*, a partir do qual os juízos de valor se instaurariam como uma referência para os sujeitos medirem suas próprias ações a partir das ações alheias.

Logo, a confrontação das próprias ações com as ações do *outro* torna-se inevitável, já que o *outro* se compara com o *eu* a fim de julgar a si próprio.

Assim começa a formação grupal pela via do ressentimento¹¹⁵. Trata-se de um ressentimento em que grupos são formados por oposição a outros grupos, em decorrência de ameaças que podem ser imaginárias ou não, baseadas em acontecimentos passados ou em fatores presentes. No entanto, outros motivos, além das ameaças, também podem levar à formação de grupos, como a torcida por um time de futebol, a identificação cultural ou o gosto por uma arte. As formações grupais não se dão todas pela via do ressentimento, o que não significa que ele não seja responsável por uma grande quantidade dessas formações, nem que os grupos formados não sejam permeados por essa *constelação emotiva* após formados, o que ocorreria em decorrência de eventos que projetam as emoções componentes do ressentimento na “relação” entre o *eu* e *outro*.

Igualmente, os grupos dos quais tratamos não precisam existir unicamente pelo contato físico ou pela vestimenta de um uniforme. Não se trata também de grupos cujos integrantes, obrigatoriamente, sempre lhes permanecerão fiéis, afirmando seu ponto de vista sobre algo de maneira direta – o que torna mais difícil identificar o ressentimento. Trata-se de uma aliança projetada mais no campo dos valores do que em qualquer outro, sendo estes manifestados por meio da linguagem, quando os sujeitos emitem, de modos diversos, o que pensam acerca de algo, como sexualidade, trabalho, religião, amizade etc. Conforme os posicionamentos surgem, alianças formadas em prol ou contra ideias estabelecidas ocorrem, como afirmado por Mouffe:

No campo das identidades coletivas, estamos sempre lidando com a criação de um “nós” que só pode existir pela demarcação de um “eles”. Isso não quer dizer, naturalmente, que tal relação seja necessariamente uma relação amigo/inimigo, ou seja, uma relação antagonística. Mas devemos reconhecer que, em determinadas situações, existe sempre a possibilidade de que essa relação nós/eles possa se tornar antagonística, isto é, que ela possa se tornar uma relação de amigo/inimigo. Isso acontece quando se acredita que o “eles” está questionando a identidade do “nós” e ameaçando sua existência. (MOUFFE, 2015, n.p.).

115 Somos levados a crer que toda formação grupal ocorre pela via do ressentimento, mas não afirmamos por nos faltarem estudos para isso.

Compreendemos que em quaisquer discursos, sejam eles com maior ou menor grau de ressentimento, a identidade não se forma unicamente como oposição ao outro, mas também enquanto semelhança, uma relação de atração e de distanciamento entre o *eu* e o *outro*. Aqui, não existe, em princípio, uma visão do *outro* como *mau* ou como *bom*, já que ele apenas possui características equivalentes ou diferentes daquelas que atribuí ao *eu*.

Apenas com o surgimento de uma moral que realize oposições antagonísticas entre os sujeitos, tais características podem ser interpretadas como boas ou más, possibilitando a formação de grupos que batalhem no campo das ideias, no qual a linguagem humana reina suprema. Isto ocorre por ser “através da linguagem que se instaura a relação de si com o outro e que se cria o elo social” (CHARAUDEAU, 2015, p. 13), assim como é por meio da linguagem “que extraímos o mundo de sua realidade empírica para fazê-lo significar” (CHARAUDEAU, 2015, p. 13), além de ser por meio dela que veiculamos os *valores*, pois eles apenas ganham existência ao serem ditos.

Alguns grupos existentes podem ser formados por uma relação de identificação entre sujeitos, os quais creem possuir as mesmas características, mas todos se formam tendo em vista um movimento de diferenciação do *outro*. Não se trata, porém, de uma declaração de guerra, mas de uma atitude de preservação da identidade e da liberdade que alguns grupos acreditam poder serem perdidas devido à dominação pelo *outro*.

Entretanto, ainda que o *outro* seja visto de modo diferente, ele ainda não constitui uma ameaça para o *eu*, havendo unicamente uma não identificação, a qual pode se dar pela cor, sotaque, gênero, idade e tantos outros fatores quanto as diferenças entre os sujeitos possibilitarem. Contudo, o *outro* é uma figura necessária para a formulação das “opiniões” do *eu*, as quais ganham existência por contraste, pois o *eu* apenas se compreende como *eu* em oposição a um *tu* ou a um *ele*, isto é, pela *comparação*.

Nos momentos em que o ressentimento está propício a se deixar ver mais vividamente nas sociedades, o outro deixa de ser visto apenas como um diferente do eu, sendo concebido como um mal a ser combatido, o que equivale à figura do inimigo, tal como apresentado na figura 4 (p. 122). Para que isso ocorra, porém, é essencial que se manifestem os porta-vozes do ressentimento, os quais englobam os apoiadores de prestígio.

Os indivíduos que possuem representatividade em relação a um domínio discursivo

são aqueles que denominamos “*apoiadores de prestígio em potencial*”, pois somente ao manifestarem seu apoio, emprestando sua imagem para uma causa ou pessoa, ele se transforma em um “*apoiador concreto*”. Os apoiadores de prestígio são o ator famoso, o escritor de renome, o intelectual, o líder religioso e demais indivíduos que possuem representatividade.

Os sujeitos capazes de construir uma imagem destacada de si em meio a de outros, fazem-no em um jogo que ocorre do seguinte modo: o sujeito **A** constrói uma *imagem de si*, mas esta necessita se vincular, de algum modo, à imagem que o grupo cria de si próprio (perceba-se que um ateu não pode criar uma boa imagem de si em um meio radicalmente cristão). Tal imagem somente será positiva se respaldada pelos interlocutores de **A**, o grupo ao qual ele pertence ou que, devido à sua imagem, passará a ser um grupo que aceita **A** como seu representante mais ilustre. Contudo, devemos observar que tal imagem é a que o grupo de **A** possui, não uma imagem generalizada. Como sua projeção não pode ser universal, ainda que o tente, o sujeito **A** necessitará interagir também com a imagem que um sujeito **B** dele cria, a qual pode ser positiva ou negativa, ou, ainda, positiva em relação a um assunto e negativa sobre outro.

Quando o sujeito consegue se tornar o porta-voz de um grupo, significa que ele alcançou um grau de importância dentro do grupo devido à carreira trilhada, em razão de uma novidade por ele trazida ou por haver aproveitado um momento de orfandade do grupo, quando este carecia de um líder. Todas, porém, necessitam de o porta-voz possuir capacidade de argumentação suficiente para haver ultrapassado os demais concorrentes. Fora de instituições, como a carreira judiciária ou universitária, o mais comum é que a liderança seja um efeito combinatório entre oportunidade e carreira.

Intencionando compreender melhor a questão, observemos que quaisquer grupos existentes possuem indivíduos que se sobressaem aos demais, o que acontece em razão de ser construída por este, em consonância com os demais integrantes do grupo, uma boa imagem de si. Assim, conseguem chegar ao poder aqueles que exercem algum tipo de representatividade, dentro ou fora de uma instituição, o que ocorre com figuras políticas que representam a liderança de um partido ou espectro políticos, como Lula, em relação ao PT e à esquerda, e Bolsonaro, oscilando entre partidos, ainda sim representando a *direita* devido a ser

denominado desse modo e de assim se autodenominar.

Fora do mundo político, instituições como igrejas, com líderes fundadores ou escolhidos, como o Papa, representante, por votação, da Igreja Católica, ou de Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus e, por isso, seu representante. O mesmo acontece com as mídias televisivas, com a música, com o cinema, com a literatura e outros meios, que podem apresentar vozes de representação coletiva fortes.

Vemos isso ocorrer na Filosofia, quando lemos Nietzsche, adotando sua visão sobre o mundo para também ser a nossa, ou, ao seguirmos as palavras do Papa, também adotando suas palavras como fundamento de vida. Trata-se de vidas no sentido biológico, acerca do que fazer com o corpo antes de chegar o dia de nossa morte: utilizá-lo segundo os critérios terrenos ou negá-lo, em função de uma eventual vida espiritual pós-morte? Enquanto Nietzsche acredita em uma forma de explorar o mundo sem conceber uma vida pós-morte, o líder do catolicismo romano prega uma vida terrena vivida em função de outra, pós-morte, a qual seria a vida verdadeira. Dessa forma, compreende-se o peso das palavras que alguns seres humanos possuem dentro dos seus respectivos grupos. Apesar de possuírem um papel importante em relação a estes, tais indivíduos são porta-vozes da Filosofia e da Religião Cristã Católica, mas não do ressentimento.

Os *porta-vozes do ressentimento* não são seres de carne e osso, mas um modo pelo qual o ressentimento é capaz de tornar-se discurso devido a existir uma situação social em que um conflito se encontra instaurado ou em que existe uma possibilidade de se instaurar. Tratam-se de posicionamentos conjuntos, emanados pelos interlocutores do discurso, por meio dos quais grupos se tornam aversos uns aos outros, contra-argumentam a fim de fazer com que seus valores sejam impostos e os do *outro*, subjugados. Posicionamentos que se consolidam nos diferentes gêneros discursivos em que entidades e/ou apoiadores de prestígio podem ser encontrados como locutores. A partir de então, seus enunciados tornam-se alvos de paráfrases, paródias, discursos citados, comentários, refutações, podendo exercer funções imprevistas.

As mídias possuem um papel de destaque nesse caso, pois necessitam divulgar o acontecimento, a opinião, realizar o comentário, apresentar pontos de vista. Somente por meio delas temos conhecimento daquilo que um sujeito afirmou sobre o outro, quem são aqueles

que possuem prestígio social, bem como quais os mais importantes acontecimentos sociais. Porta-vozes de grupos também aparecem como importantes, já que podem utilizar seu prestígio com a intenção de conclamar o grupo do qual fazem parte para realizar algo. Entretanto, estes não possuem a capacidade para provocar o ressentimento.

Compreende-se, assim, que os *porta-vozes do ressentimento* não podem ser interpretados como *provocadores do ressentimento*, tal como Ansart (2004) apresenta como possibilidade de pesquisa, mas que não chega a desenvolver. Trata-se de um pensamento que consideramos equivocado, pois imputa a um único sujeito ou instituição a possibilidade de fazer com que um grupo se ressinta de outro. Certamente, é possível que o pensamento de Ansart considerasse a capacidade de provocar o ódio, a indignação ou o medo, mas não o ressentimento, que concerne a uma constelação de emoção, e não a emoções isoladas.

5.2 Vitimização e culpabilização no ressentimento

É, suponho que é em mim, como um dos representantes de nós, que devo procurar por que está doendo a morte de um facínora. E por que é que mais me adianta contar os treze tiros que mataram Mineirinho do que os seus crimes. [...] Mas há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro tiro me assassina – porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro. (LISPECTOR, 2015, p. n.p.)

Seja com o sentido de um “oprimido”, “prejudicado” ou mesmo “violentado” por si próprio ou pelo *outro*, o termo vítima é utilizado pelas diversas áreas do saber devido a interesses plurais, uma vez que envolve não apenas um dano pessoal, mas uma construção psico-sócio-histórica. Isso significa que a noção de “vítima” configura um conceito que engloba diversas áreas do saber, como o Direito, a Psicologia, a História, a Antropologia e

agora a Análise do Discurso. Pois quaisquer casos em que haja vítimas, existem também questões a serem legalmente investigadas, possuindo efeitos para o psiquismo dos indivíduos, os quais são obrigados a lidar com eles sozinhos ou com o auxílio de profissionais da saúde. Igualmente, o *evento* responsável pelo “estado de vítima” do indivíduo necessita de ser lembrando com mais ênfase quanto maior tenham sido aqueles por ele afetados e mais desdobramentos dele derivem, a fim de compreendermos o presente e também de nos precavermos de erros do passado.

A Análise do Discurso começou a se interessar por essa noção a partir do momento em que alguns analistas compreenderam que o “estado de vítima” constitui um empreendimento discursivo interessante aos estudos de cada um. Tem-se, assim, o caso de Charaudeau (2019) com as mídias de informação, de Angenot (2016), com a perseguição aos judeus, que ocorre por meio dos componentes que a Análise do Discurso estuda. Conforme essa nova interpretação, o processo de *vitimização* – compreendido como a autoatribuição do “estado de vítima” ou a atribuição deste estado por outrem –, não ocorre de quaisquer modos, mas variando conforme a época, o local, os sujeitos, os motivos, as crenças e o embate de poderes estabelecido em cada uma delas.

Mesmo tomando de empréstimo conceitos já trabalhados pelas diversas áreas do saber, a Retórica, assim como a Análise do Discurso, possui modos próprios de tratar uma noção como a da *vitimização*, que será trabalhada de forma diferente, a depender da abordagem de cada analista e do ponto onde deseja chegar. Nosso entendimento é o de que essa noção tem início a partir de quatro conceitos que consideramos indispensáveis, devido a constituírem conceitos de *identificação*. Com isso, compreendemos que somente quando algo é categorizado pode ser melhor compreendido. Tratam-se aqui das figuras da *vítima* (considerada um ser *passivo*, pois sofre uma ação), do *vitimizador* (uma construção discursiva a quem é atribuída uma culpa relacionada ao evento), o *evento* (também designado pelo termo *acontecimento*) e o *motivo* (o porquê de os atores do discurso terem agido como o fizeram). Esses conceitos são estabelecidos a partir de Charaudeau (2006a, 2019) e de Plantin (2010), sendo explicados nas páginas seguintes.

Utilizando como exemplo uma situação na qual um indivíduo **A** atira uma pedra em um indivíduo **B**, por este haver xingado a esposa (**C**) de **A**, teríamos como pontos principais:

o *vitimizador* (A), por haver cometido o ato, o *evento* (arremesso da pedra), a *vítima* (B), ser passivo que sofreu os danos, e o *motivo* (o xingamento da esposa de A). Inquirimo-nos, porém, até que ponto essa interpretação pode ser considerada correta? Não seria a esposa a vítima, em razão de haver sido xingada? Ou a vítima foi o marido, que, teve sua masculinidade atacada? Caso consideremos a esposa a *vítima*, o *evento* não mais poderá ser considerado o arremesso da pedra, mas o xingamento, assim como o *vitimizador* passará a ser B. Nesse caso, o marido poderia ser, a princípio, ignorado.

Vemos, portanto, que, ao se trabalhar com a vitimização, é preciso considerar, antes de mais nada, que a noção de vítima depende do observador. Além deste, outros elementos influenciarão a interpretação de quem esteja em “estado de vítima”, os quais são trabalhados, entre outros, por Charaudeau (2019). Quando trabalhamos com a *vitimização*, um indivíduo ou grupo autoafirmam-se como vítimas. Nesse caso, o observador é o mesmo que assume o papel de vítima, buscando argumentar ao seu favor inclusive para persuadir a si próprio e ao seu grupo. Neste caso, o vitimizado acredita *ser uma vítima* de algo e não *estar uma vítima*.

Segundo a interpretação de Charaudeau (2019), a vitimização de si ou de outrem é constituída pela definição de vítima e pelas formas segundo as quais ela pode ser classificada. Ocorre que ambos os casos estão interligados, pois somente se pode classificar as possibilidades de vitimização ao considerar a ideia da vítima como a de um prejudicado. Trata-se de alguém que pode ter sofrido um dano ocorrido de modo *direto* (alvo de um tiro, disparado por ser humano), de modo *indireto* (alvo de um raio, ocorrência aleatória da natureza), de forma *física* (penetração por bala), *psicológica* (alvo de ataques verbais), ou *física e psicológica* (vítima de estupro).

Há também ocorrências em que os indivíduos se tornam vítimas devido ao modo como uma sociedade é estruturada politicamente, segundo a maneira pela qual se dão os valores estabelecidos, bem como as normas sociais, as quais podem gerar tanto ataques físicos quanto psicológicos, levando o sujeito ao suicídio. Nessa perspectiva existem os quadros de *bullying*, que levam muitos estudantes a cometer assassinatos em série e depois tirar a própria vida, mas outros também, porém menos noticiados. Tratam-se de casos que ocorrem com muitos idosos na Coreia do Sul, um país em que o alto índice de suicídios dentro dessa faixa etária ocorre, particularmente, por causa da pobreza, da solidão e do desemprego. Considerada por muitos

uma sociedade que preparou seus cidadãos para a vida competitiva, a Coreia do Sul, entretanto, impediu que o mesmo fosse realizado em relação à velhice, assim sendo justificada a interpretação dos dados para a comunidade médica¹¹⁶.

Avaliar um sujeito, um grupo, uma classe e mesmo uma nação como vítimas de algo ou de alguém depende da construção de pontos de vista que podem ser questionados por outros pontos de vista. No domínio jurídico, o reconhecimento de que a vítima é o fruto de uma construção discursiva justifica a existência de três instâncias de avaliação, havendo um grande número de sentenças de primeira instância, anuladas ou modificadas pela segunda, ocorrendo o mesmo quando um caso chega à terceira instância, que pode anular ou modificar o que fizeram primeira e segunda instâncias.

As divergências de opinião acerca de um sujeito ser ou não vítima se devem aos avaliadores constituírem sujeitos dotados de valores que interferem em sua interpretação sobre um acontecimento, valores que possibilitam prejulgamentos e tomadas de partido. No entanto, ainda que haja um prejulgamento, esse necessitará de ser emitido para outrem a partir de informações obtidas do *evento*, o qual sempre é uma *situação de vitimização*, ou seja, uma situação em que serão construídos os papéis da *vítima* e do *vitimizador*, os quais poderão ser modificados sempre que uma nova interpretação for apresentada.

Posto isso, algumas das principais questões levantadas para construir o *status* de vítima baseiam-se em indagações realizadas por Charaudeau (2019) e por questões relacionadas às *tópicas* sobre as emoções, expostas por Plantin (2010). Ambos os autores possuem pontos de confluência quanto aos problemas levantados, já que partem de perguntas equivalentes, distanciando-se aos poucos um do outro. Os pontos em comum, portanto, dizem respeito às perguntas: “**O quê** ocorreu (qual a questão a ser avaliada)?”, “**Quem** são os envolvidos (tanto direta quanto indiretamente, suas idades, profissões)?”, “**Quando** (ocorreu, está ocorrendo ou poderá ocorrer)?”, “**Onde**?”, “**Por quê** (quais as razões alegadas)?”, “Quais as **consequências** (fatalidades, de curto ou longo prazo, houve dano psicológico)?”, “Trata-se de algo **visível** ou **invisível**?”, “**Testemunhas** (parentes, amigos, desconhecidos)?”.

Mediante essas *tópicas* se busca construir a imagem de um sujeito como *vítima* e de outro como *vitimizador*, porém elas não são garantia do sucesso desse empreendimento, já

116 Disponível em <https://www.ipub.uftj.br/suicidio-coreia-o-preco-do-desenvolvimento/>. Acesso em 03/09/2022.

que é responsabilidade do locutor persuadir o interlocutor sobre quem é a vítima e quem não o é em uma determinada situação de vitimização. Também as opiniões comuns são constantemente utilizadas a fim de construir a imagem dos sujeitos da situação. Ambos os recursos estabelecem possibilidades para o analista construir uma interpretação sobre o modo como os sujeitos constroem discursivamente as imagens da vítima e do vitimizador. A condição de vítima sempre é de *passividade*, razão pela qual as emoções que a contornam são constituídas pela *compaixão*, ou pela *indignação* segundo Grinshpun (2019), mas cremos que essas são apenas possibilidades, pois outras emoções, como o *medo*, também cabem no processo.

Podemos ver que os aspectos em torno dos quais gira o conceito de vítima impede uma definição simples, ainda mais em razão dessa categoria ser utilizada como uma fonte argumentativa ligada às emoções. Apesar de muito utilizada em diversas épocas, são as argumentações, alicerçadas nas crenças de uma sociedade, que levarão a categorizar quem é e quem não é vítima, e do quê. Crenças que variarão segundo a época e a sociedade em que os sujeitos estão imersos. Essas categorias não podem ser buscadas de antemão pelo pesquisador, mas apontadas pelo próprio discurso que ele analisa.

Em busca de compreender como o sujeito interpreta a si próprio enquanto uma vítima, no mundo contemporâneo, realizamos indagações que intentam nos apresentar o que ele concebe por *vítima*. Tratar-se-ia de se ver escravizado? Obrigado a exercer trabalhos forçados? Tratar-se-ia de ser ver em uma opressão financeira, que mantém os pobres enquanto tais? Opressão religiosa, impedindo a profissão de uma fé ou o não exercício dela? Opressão devido à cor da pele? Ou apenas um modo imaginário de se ver? Muitas são as possibilidades de significação para esse termo, dado que as mídias de informação sempre noticiam casos de pessoas salvas de trabalhos escravos, vítimas de crimes de racismo, atacadas em função da religião exercida ou agredidas devido a não serem heterossexuais. Estes são exemplos de opressões ou maus-tratos praticados contra outrem, mas também existem casos de sujeitos que se sentem vítimas, ainda que nada tenha sido efetivamente realizado contra eles. Trata-se, nesse caso, do sentir-se vítima de algo ou de alguém, ou seja, do “vitimizar-se”.

Para melhor compreender o que afirmamos, recorramos ao estudo de Stanley sobre o “Fascismo”. Segundo afirma o autor (2020, p. 98), em 2017, nos Estados Unidos, havia uma

margem de quarenta e cinco por cento dos apoiadores de Donald Trump que acreditavam firmemente serem os brancos o principal grupo racial discriminado no país, enquanto cinquenta e quatro por cento dos mesmos criam serem os cristãos os mais perseguidos dentre todos os grupos religiosos. No entanto, como compreender isso em um país onde sessenta e um por cento da população é branca¹¹⁷ e setenta e três por cento identifica-se como cristã¹¹⁸? Tratam-se de casos em que os sujeitos se sentem como vítimas de algo. Contudo, o que para eles significaria ser uma vítima?

Ao voltarmos para o caso apresentado por Stanley, possíveis respostas surgem como admissíveis. Afirma o autor:

Se eu cresci num país em que minhas festas religiosas eram feriados nacionais, sentiria como marginalização que meus filhos crescessem num país mais igualitário, em que seus feriados e tradições religiosas são apenas um de muitos. Se eu cresci numa sociedade em que todos os personagens dos filmes que vejo e os programas de televisão a que assisto se pareciam comigo, sentiria como marginalização ter um protagonista ocasional que não se parecesse. Eu começaria a sentir que minha cultura não é mais “para mim”. Se cresci vendo homens como heróis e mulheres como objetos passivos que os adoram, sentiria como opressão que meu direito de primogenitura fosse roubado por ter que considerar as mulheres como iguais no local de trabalho ou no campo de batalha. A retificação de injustas desigualdades sempre trará sofrimento àqueles que se beneficiaram de tais injustiças. Esse sofrimento será inevitavelmente vivenciado por alguns como opressão. (STANLEY, 2020, p. 101-102)

Ainda que um grupo, do qual o sujeito não participa, não o veja como vítima, ele e seu grupo assim se veem. Tais motivos podem não ser justos para um grupo, mas o são para outros. Não se pode dizer que os sujeitos sejam vítimas de algo feito pelo *outro* – o que, certamente, pode ocorrer –, mas de que ele se sente dessa forma, e isso o leva a interpretar a si e ao seu grupo como prejudicados, vítimas do que um *outro* fez no passado, tem feito no presente, ou poderá realizar em um futuro próximo. Logo, vítimas do rancor, do medo, da indignação, da raiva e de outras emoções.

117 Disponível em <https://www.census.gov/library/visualizations/interactive/race-and-ethnicity-in-the-united-state-2010-and-2020-census.html>. Acesso em 02/09/2022.

118 Disponível em <https://news.gallup.com/poll/224642/2017-update-americans-religion.aspx>. Acesso em 02/09/2022.

O vitimizado acredita que o *outro*, a quem atribui um prejuízo em variantes temporais, é um algoz em potencial, por isso necessita de ser vigiado e combatido antes que possíveis danos sejam ocasionados por ele. Por isso, a vitimização é um dos principais fatores, se não for o principal, que levam o sujeito ao ressentimento, devido a essa constelação emotiva necessitar de ser voltada para um *outro* que, em certo momento, prejudicou o *eu*, ou pode vir a fazê-lo. Ao abordar esse conceito, sempre é necessário diferenciá-lo de outro, com o qual pode ser confundido, o conceito de *injustiça*.

Entre a *vitimização* e a *injustiça* existe uma diferença ampla, visto que estas constituem a oposição entre o *sentir-se* e o *ser* vítima, ocorrendo no ressentimento apenas o primeiro caso, ou seja, o da “sensação”. No caso do *ressentido*, existe o reconhecimento de si como uma vítima, podendo este reconhecimento ser afirmado também por outros sujeitos, mas quanto ao injustiçado nem sempre isso se dá. Aquele que se vê como injustiçado busca unicamente o reconhecimento ou o ressarcimento por um dano sofrido, o qual pode ser confirmado por provas materiais, pelo testemunho de outros, ou quando ele consegue o que deseja. Neste caso, é cessada qualquer busca por justiça quando se alcança o fim almejado.

Com o ressentimento não ocorre o mesmo, não há um dano a ser reparado, nem um reconhecimento capaz de extinguir do ressentido seu perfil de reclamador, pelo contrário, tem-se a incessante verbalização de emoções negativas contra um *outro* – o que pode ocorrer de forma direta, ao se agredir verbalmente o *outro*, ou de forma indireta, mediante o uso de implícitos, somente compreendidos a partir da situação de comunicação.

O injustiçado estabelece uma divisão entre si e o dano sofrido (o que ocorre, por exemplo, com quem foi preso injustamente ou cobrado além do devido), já o ressentido estabelece uma contínua divisão entre um *nós* e um *eles*, na qual a única divisão que os separa são as características que diferem um grupo de outro, como o ser rico e o ser pobre, o branco em oposição ao negro ou ao indígena ou o católico em relação ao ateu.

O ressentido nem sempre concebe a si próprio como prejudicado, mas acredita fazer parte de um grupo composto por outros em uma mesma situação. Além disso, sua busca por reparação pode não advir unicamente do tempo presente, mas de um passado não mais alcançável, em que a reparação não mais é possível. Logo, ao buscar incessantemente uma justiça imaginária, o ressentido nunca a alcançará, procurando-a perpetuamente, o que faz

com que emoções negativas, como o rancor, o ódio e a inveja tomem-lhe conta.

Devido a vitimizarem-se, os ressentidos tentam chamar atenção para si enquanto oprimidos, buscando degradar o *outro*. Essa pretensão somente pode ser realizada pela via das emoções, como bem explica Grinshpun:

L'état de 'victime' crée une rupture dans l'ordre du monde, car ceux qui sont considérés comme victimes se trouvent dans une position inférieure à la normale. Quelque chose est dégradé de leur état et cette dégradation doit être réparée par ceux qui se trouvent dans la position supérieure, ceux dont l'intégrité n'a pas été touchée. Pour que les victimes bénéficient d'une réparation (la reconnaissance officielle de leurs souffrances, le châtement des coupables de cette souffrance s'ils existent), il faut disposer d'arguments pour faire adhérer les autres à la cause des victimes. L'argumentaire rationnel seul ne suffit pas, car il peut être réfuté par un contre-argument qui met en cause la validité de l'argumentation. En revanche, il est beaucoup plus difficile de réfuter ou d'invalider l'émotion. Par conséquent, l'argumentation « victimaire » ne peut pas se construire uniquement sur le logos. Il faut que la souffrance soit mise en scène et qu'elle touche l'autre, qu'elle provoque un stimulus émotionnel pour que l'autre agisse.¹¹⁹.(GRINSHPUN, 2019).

No ressentimento, o sujeito que se vê como vítima não consegue se aquietar, precisa afirmá-lo para outrem, necessita que concordem com ele, que adiram ao seu ponto de vista e que o *outro*, a depender do caso, também se veja enquanto vítima. Com isso, o ressentido cria um elo que visa obter mais adeptos, mesmo que seja unicamente para resmungar (reclamando sobre o que não possui por culpa do *outro*), sem tomar medidas que provoquem mudanças efetivas.

Contudo, o ressentido não é capaz de o fazer devido a ver-se como inferior, agredido constantemente pelo outro. Alguém precisa se vingar por ele – ao que ele próprio denomina “fazer justiça” – e, por isso, necessita de alguém que faça isso por ele ou que o ajude a se

119 **Tradução nossa:** “O estado de ‘vítima’ cria uma ruptura na ordem do mundo, pois aqueles que são considerados vítimas estão em uma posição inferior ao normal. Algo está degradado de seu estado e essa degradação deve ser reparada por aqueles que estão na posição superior, aqueles cuja integridade não foi tocada. Para que as vítimas se beneficiem da reparação (reconhecimento oficial de seu sofrimento, punição dos culpados desse sofrimento se existirem), é necessário ter argumentos para fazer com que outros adiram à causa das vítimas. O argumento racional por si só não é suficiente, porque pode ser refutado por um contra-argumento que põe em questão a validade do argumento. Por outro lado, é muito mais difícil refutar ou invalidar a emoção. Consequentemente, o argumento ‘vítimal’ não pode ser construído apenas sobre o *logos*. É preciso que o sofrimento seja encenado e que toque o outro, que provoque um estímulo emocional para que o outro aja.”

autoafirmar. No entanto, não pode ser qualquer um, mas alguém que seja ouvido pelo grupo dos ressentidos (aqueles a quem denominamos “porta-vozes” do ressentimento), que aparente obter a força que esse grupo não possui a fim de derrotar os vitimizadores, compreendidos como algozes. Trata-se, porém, de uma derrota no campo das ideias, uma vez que no caso do ressentimento, nenhuma batalha é física.

Contudo, mesmo após a vitória, o ressentimento não cessa, perdurando a sensação de que o *outro* (algoz) pode retornar a qualquer momento, assim como a de que o ressentido ainda é uma vítima, pois é assim que ele se sente. A mudança almejada não acontece. A insistência em recenter o *outro* deriva do pensamento de que o não *eu*, assim como o não *nós* está sempre conspirando:

Les idéologies du ressentiment ont été et sont les grandes fabulatrices de raisonnements conspiratoires. Les adversaires qu’elles se donnent passent leur temps à ourdir des trames, ils n’ont de cesse de tendre des rets; et comme ces menées malveillantes ne sont guère confirmées par l’observation, il faut supposer une immense conspiration. La vision conspiratoire du monde va de pair avec le raisonnement du ressentiment : du fait que certains sont vus en position avantagée et sont objets d’envie impuissante, on leur prête un malfaisant projet de domination (il ferait beau voir que leur succès soit à quelque égard innocent), un but ultime d’hyperdomination, de dépouillement total des désavantagés et des victimes¹²⁰. (ANGENOT, 2007, p. 71)

Acreditamos que o não esquecimento decorre de uma memória imaginada e amplificada pelo *eu*, a partir da qual o sujeito apresenta a si como bom e ao *outro* como mau. Trata-se de uma memória que o *eu* não consegue, ou não deseja esquecer, e, por isso, constantemente tece agressões verbais ao *outro*, além de criar um vocabulário específico para designá-lo (petralha, vermelhinhos, bolsominions), bem como a criar piadas sobre aquele que na maior parte do tempo é seu adversário, mas, em alguns momentos, torna-se um inimigo.

120 **Tradução nossa:** “As ideologias do ressentimento foram e são as grandes inventoras do raciocínio conspiratório. Os adversários que se entregam passam o tempo tecendo tramas, não param de armar redes; e como essas intrigas malévolas dificilmente são confirmadas pela observação, devemos supor uma imensa conspiração. A visão conspiratória do mundo anda junto com o raciocínio do ressentimento: porque alguns são vistos em posição de vantagem e são objetos de inveja impotente, são atribuídos a eles um projeto maligno de dominação (seria bom ver que seu sucesso estava em alguma consideração inocente), um objetivo final de hiperdominação, de total espoliação dos desfavorecidos e das vítimas.”

Entre ambos existe um confronto discursivo incessante para proteger a própria imagem e detratar a do *outro*, apresentá-lo como alguém repugnante.

Contudo, por que manter a acusação mesmo após um reconhecimento ou a derrocada do *outro*, como ocorreu durante o período pós-eleitoral de 2018, quando a direita manteve os contínuos ataques à esquerda após vencer a eleição presidencial? Igualmente, por que a esquerda se afirmar contra um governo recém-eleito, antes mesmo que este fosse empossado? Acreditamos que isso se deva ao incessante desejo de os sujeitos afirmarem-se como vítimas, o que pretendemos verificar se procede dessa forma em proferimentos daqueles que se manifestaram após o resultado das eleições, a começar pelos dois pronunciamentos do presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro.

5.2.1 Liberdade e mudança nos pronunciamentos do presidente

No Capítulo 1, vimos a relação polarizada entre o *eu* e o *outro*, no Capítulo 2, as diferentes emoções que dela brotam e no Capítulo 3, a constelação emotiva do ressentimento, derivada de uma vitimização existente em consequência dessa polarização, em que o *eu* foi incapaz de esquecer o que o *outro* lhe fez, ou supõe que tenha sido feito. Nesses capítulos, especialmente no terceiro, o *eu* aparece como inimigo de um *outro* considerado perigoso. Não se trata, porém, de um perigo à vida do *eu*, mas de um perigo exclusivamente “moral”, derivado de um ódio passado, da frustração por não ter agido ou pela superioridade do *outro*. Essa aversão pode derivar da inveja, do ódio, do ciúme ou da vontade de vingança, podendo também nelas se converter caso não seja cessada. Além disso, no ressentimento, o *outro* é avaliado por ter, em algum momento, sido superior ao *eu*, por havê-lo subjugado ou por tentar fazê-lo. Vimos como o *eu* considera seus valores corretos, enquanto os do *outro* seriam diabólicos, ultrajantes.

Após essas considerações, buscaremos verificar nos excertos abaixo se mediante o uso de recursos linguísticos e discursivos existe esse posicionamento de aversão e se houver, como se dá. Para isso, analisaremos os dois pronunciamentos do presidente recém-eleito, em

uma situação de comunicação bastante específica: o momento imediato após a vitória eleitoral. Os demais textos do *corpus* serão analisados do mesmo modo que os pronunciamentos, o que faremos a fim de entender mais detalhadamente como ocorre e se ocorre, a vitimização nos casos específicos analisados.

No mesmo dia em que o resultado das eleições foi emitido (28 de outubro de 2018), o presidente recém-eleito, Jair Bolsonaro, realizou dois pronunciamentos. O primeiro foi imediato, no qual leu, em pé, para indivíduos extasiados, um texto com poucas páginas, em que afirmava não ser mais um sonho o desejo de mudança para o povo brasileiro, mas uma concretude, proporcionada por Deus e por um povo a ele temente, o qual, por esse motivo, repudiava o “comunismo” que, segundo a direita, poderia retornar por via da esquerda petista. Além disso, o novo presidente apontou-se como o representante dessa nação deísta, patriótica, anticomunista e liberal.

O segundo pronunciamento foi realizado poucas horas depois, já no conforto de sua casa, onde, sentado atrás de uma mesa, tendo ao seu lado unicamente uma intérprete de libras e sua esposa, Michele Bolsonaro, fez um pronunciamento bastante parecido com o primeiro. As ideias principais contidas nos pronunciamentos giravam em torno de mudanças relacionadas ao desejo de eliminar completamente a esquerda que governou o país desde 2003, quando Lula assumiu o cargo de Presidente da República.

No texto 1, verificamos que o locutor constrói a imagem de um cidadão considerado modelo, sendo este o cidadão que comunga das ideais do locutor e que, assim como ele, considera-se uma vítima. Para isso, o locutor se vale da repetição de palavras, das adjetivações, da tomada da parte pelo todo e de outros artifícios retóricos que poderão ser vistos abaixo.

O primeiro ponto a ser considerado é o de que o locutor não se trata de um indivíduo qualquer, mas do recém-eleito Presidente da República. Dele, esperamos palavras direcionadas a todo o povo, e não apenas a uma parcela deste. O locutor nomeia-os no segundo parágrafo do texto 1:

[1.0]¹²¹ “Nunca estive sozinho. Sempre senti a presença de Deus e a força do **povo brasileiro**.”

121 A numeração posta entre colchetes nos excertos estão organizadas do seguinte modo: o primeiro número indica o texto de onde o excerto foi extraído, enquanto o segundo número se refere à ordem de utilização.

A expressão “povo brasileiro” é bastante comum no mundo da política, sendo utilizada por inúmeros políticos com a intenção de mostrar que representam a totalidade dos habitantes de um país. Contudo, essa expressão sempre é permeada por valores específicos a cada situação, pois o “povo brasileiro” a quem o sujeito político se dirige dificilmente conta como essa totalidade. Isso nos leva a compreender que a seleção lexical utilizada pelo locutor, independente de sua vontade, sempre possui um teor argumentativo, pois “a seleção de uma palavra nunca é desprovida de peso argumentativo, mesmo que ela não tenha sido objeto de um cálculo prévio e tampouco, em uma primeira abordagem, essa palavra pareça de uso corrente e passe despercebida.” (AMOSSY, 2018a, p. 172).

No caso do locutor do texto 1, duas observações impossibilitam que se considere a totalidade dos brasileiros como seus interlocutores: a primeira, trata-se de o locutor, ao longo do seu pronunciamento, apresentar uma imagem específica daqueles a quem se dirige, discriminando os que não compartilham de seus valores. A segunda observação está ligada à primeira, pois o locutor se vale da repetição lexical a fim de mostrar-se como um “guia” [1.14] que “libertará” seus interlocutores idealizados, aqueles a quem Charaudeau (2008b) intitula sujeito destinatário (TUd).

Assim que inicia seu primeiro pronunciamento, o locutor utiliza o enunciado do excerto abaixo:

[1.1] “Conhecereis a verdade e a verdade vos **libertará**.”

O excerto [1.1] constitui um discurso citado retirado da Bíblia. Ao utilizá-lo, o locutor manifesta suas crenças, como sendo também as crenças de um determinado grupo. Apresentando-o como o enunciado de abertura do seu primeiro pronunciamento após ser eleito, o locutor mostra-se como um sujeito temente a Deus e a ele agradecido.

Desse modo, ele visa construir uma boa imagem de si para seus interlocutores, pois se mostra crente no deus de seus eleitores, professando-lhe fé após a vitória nas urnas, e apresentando-se como a ele agradecido nos momentos de felicidade, pois vitorioso, e não apenas quando necessita de algo, ao evocá-lo durante a campanha eleitoral.

Nos excertos abaixo, dos textos 1 e 2, o locutor se vale da mesma estratégia:

[1.0] “Nunca estive sozinho. Sempre senti a presença de **Deus** e a força do povo brasileiro.”

[1.2] “É um juramento a **Deus**.”

[1.3] “Mesmo no momento mais difícil desta caminhada, quando, por obra de **Deus** e da equipe médica de Juiz de Fora, ganhei uma nova certidão de nascimento.”

[1.4] “**DEUS ACIMA DE TODOS!**”

[2.1] “Eu quero nesse momento agradecer a **Deus** pela oportunidade e, mais ainda, agradecer a **Deus**, que pelas mãos de médicos (...) operaram um verdadeiro **milagre**, mantendo a minha vida, num momento em que jamais poderia esperar, mas que, graças a **Deus**, repito, foi superado.

[2.2] “E o que eu mais quero é, seguindo ensinamentos de **Deus**, ao lado da Constituição brasileira”.

[2.3] “Meu querido povo brasileiro, meu muito obrigado pela confiança e, no momento, peço a **Deus** mais uma... [corte] mais uma vez coragem para bem decidir o futuro.”

[2.4] “Um forte abraço a todos e fiquem com **Deus**.”

As diferentes menções a “Deus” realizadas nos excertos não são utilizadas aleatoriamente. Quando os pronunciamentos foram realizados faziam parte de uma situação de comunicação em que o candidato havia sido esfaqueado, criticado devido a falas homofóbicas [0.1], racistas, sexistas [0.2] e [0.4]. Em algumas delas apoiava a tortura [0.3] e a volta da Ditadura Militar. Logo, criar a imagem de um sujeito temente a Deus, afirmando agir com base em seus ensinamentos [2.2], mesmo que enuncie atitudes contrárias a eles, mostrou-se eficaz.

Com o apelo ao divino foi possível passar a imagem de um sujeito confiável para dirigir a nação brasileira. Por esse motivo, ao referir-se à divindade, o locutor utiliza-se quase sempre do pronome de primeira pessoa, criando a imagem de alguém que possui uma relação íntima com Deus, agradecendo-lhe, temendo-lhe¹²² e seguindo seus ensinamentos.

A estratégia de apresentar-se desse modo foi possível independente da imagem prévia do locutor. Isso se deveu à fé cristã acreditar que aquele que teme a Deus e nele confia se

122 Não se trata de um “temor” com o sentido de “medo”, mas com o sentido de “admiração”, “respeito” e “reverência”, conforme se mostra na passagem a seguir e nas interpretações realizadas ao seu respeito: “Por isso, recebendo nós um reino inabalável, retenhamos a graça, pela qual sirvamos a Deus de modo agradável, com reverência e santo **temor**; porque o nosso Deus é fogo consumidor” (Hebreus 12:28-29).”

torna vazio de pecados, somente quem não o faz deve ser considerado pecador, havendo denominações cristãs que julgam estes indivíduos como alguém a ser evitado por não comungar dos valores do grupo. Por isso, o modo como o candidato, naquele momento eleito, falava antes e durante a campanha não foi encarado por seu grupo como homofobia [0,1], mas como temor a Deus, nem como sexismo ou racismo [0.2] e [0.4], mas como espontaneidade e sinceridade. Logo, sua fala esbravejada transformou-se em autenticidade.

Seria importante que o novo presidente possibilitasse o fim da corrupção, porém seu pronunciamento confirma como mais necessário o estabelecimento de uma sociedade conservadora (como mostraremos a seguir nos excertos relacionados à “liberdade” e à “mudança”), na qual homem e mulher exercessem os papéis de pai e mãe, a religião cristã fosse a única existente, ou seja, um país com valores mais restritos, conforme comparamos seu pronunciamento com o do seu adversário, no excerto [13.2]. A importância da menção e do silenciamento em um discurso possibilita diversas interpretações, sendo, no caso tratado, a negação ou confirmação de valores que apresentam o modo como o *eu* vê o *outro*, possibilitando a manifestação de emoções e o ressentimento.

Dentre as muitas questões em debate no país durante o momento em que o locutor se pronunciava, uma ganhou destaque, o qual advinha desde antes de sua campanha. Tratava-se de eliminar o empecilho para a moralização da sociedade e para o progresso da nação, que deveria ser o principal feito do novo presidente. Tratava-se de combater o que uma grande parcela da população compreendia como a responsável pelos problemas que afligiam o país e que poderia ser designada por um único nome: “esquerda”.

Ainda que a maior parte do eleitorado não compreendesse ao certo o que vinha a ser “esquerda”, isso não foi um grande problema, pois, assim como esta fez tudo o que pode para detratir a imagem de uma direita designada como *fascista*, aquela criou a imagem de uma esquerda *comunista*, o que gerou um medo maior. Isso porque, enquanto a maioria dos cidadãos não possuía grande conhecimento do que havia sido o fascismo, “comunismo” constituiu um termo ainda fresco na mente de muitos, porque cultivado em todos os anos anteriores à eleição. Não obstante, ele trazia grande medo para a sociedade ocidental, sendo retratado em reportagens e filmes como um regime punitivista e ateísta, em que a liberdade foi algo inexistente.

Procurando criar uma imagem positiva de seus interlocutores, o locutor intenciona aliar sua própria imagem à desse *outro*, o que pode ser visto já no excerto [1.0] onde ele relaciona o sentimento da presença de “Deus” em sua vida à do “povo brasileiro”, realizando uma analogia entre ambos. Seu intuito é o de gerar comoção nos interlocutores por meio da vívida descrição das atitudes deístas e patrióticas deles próprios, observadas no excerto [1.5]:

[1.5] “Orações de homens, mulheres, crianças, famílias inteiras que, diante da ameaça de seguirmos por um caminho que não é o que os brasileiros desejam e merecem, colocaram o Brasil, nosso amado Brasil, acima de tudo.”

É criada nesse excerto [1.5] a imagem de um povo temente a Deus e amante da nação, o que se seguirá em ambos os pronunciamentos. Trata-se da mesma imagem que o locutor apresenta de si. Dessa forma, ele identifica, discursivamente, o grupo do qual faz parte, trazendo-o para junto de si por meio do pronome de primeira pessoa do plural: “seguirmos” e “nosso”, expondo os valores que o grupo atribuiria a si. No entanto, trata-se de uma idealização, pois o locutor concebe milhões de pessoas diferentes como compartilhadoras dos mesmos valores.

Após apresentar-se como um homem temente a Deus e nele confiante, o locutor do texto 1 visa construir a imagem do seu grupo como sendo a de um povo oprimido, o que faz por meio da constante repetição da palavra “liberdade” e de outras a ela ligadas. Também utiliza enunciados com valor equivalente, intencionando realizar o mesmo processo. Selecionamos alguns excertos a fim de demonstrar tanto a repetição do termo liberdade quanto da ideia a ela ligada, a de opressão.

Constam abaixo apenas algumas passagens, pois são inúmeras as repetições realizadas:

[1.6] “esse governo será um defensor da Constituição, da democracia e da **liberdade**”

[1.7] “A verdade vai **libertar** este grande país, e a **liberdade** vai nos **transformar** em uma grande nação.”

[1.8] “O que ocorreu hoje nas urnas não foi a vitória de um partido, mas a celebração de um país pela **liberdade**.”

[1.9] “Podem ter certeza de que nós trabalharemos dia e noite para isso. **Liberdade** é um

princípio fundamental: **liberdade** de ir e vir, de andar nas ruas, em todos os lugares deste país, **liberdade** de empreender, **liberdade** política e religiosa, **liberdade** de informar e ter opinião. **Liberdade** de fazer escolhas e ser respeitado por elas.”

[1.10] “Nosso governo será formado por pessoas que tenham o mesmo propósito de cada um que me ouve neste momento: o propósito de transformar o nosso Brasil em uma grande, **livre** e próspera nação.”

[1.11] “**Libertaremos** o Brasil e o Itamaraty das relações internacionais com viés ideológico a que foram submetidos nos últimos anos.”

[1.12] “Uma nação **livre**, democrática e próspera!”

Iniciando pelo excerto [1.7], vemos como o locutor repete a ideia de um povo que será liberto, mas do que seria? Trata-se da liberdade da “esquerda” comunista e de tudo o que ela representa. Essa é a razão pela qual é dito no excerto [1.11] que tanto o “Brasil” quanto o “Itamaraty¹²³” serão libertos, assim como esse é o “viés ideológico” que teria aprisionado os brasileiros nos “últimos anos”, ou seja, um conjunto de crenças da esquerda, a qual, pela menção ao Ministério das Relações Exteriores, pressupõe uma ligação com países que possuem viés socialista.

O presidente eleito inicia seu projeto de mostrar-se como legítimo representante da nação, ao professar a fé da maior parte do povo brasileiro. O primeiro enunciado, do primeiro pronunciamento após o resultado das urnas [1.1], liga-se ao último enunciado do texto 1, o qual também foi o *slogan* da campanha de Bolsonaro: “BRASIL ACIMA DE TUDO, / DEUS ACIMA DE TODOS!”. A estratégia de iniciar e terminar o pronunciamento fazendo referência ao divino visa confirmar o locutor como o legítimo representante da nação, dado possuir duas características evocadas na situação de comunicação em que o pronunciamento foi realizado: ser cristão e ser nacionalista.

Logo, vemos que nessa situação de comunicação, o locutor surge como o principal porta-voz de um grupo conclamado desde o excerto [1.1], para quem a ideia de liberdade liga-se à religião cristã. Ao afirmar: “Conhecereis a verdade e **a verdade vos libertará**”, o locutor esclarece que a libertação a qual se refere será realizada por meio de valores religiosos. Entretanto, o locutor também se firma em valores patrióticos, ao repetir incessantemente

123 “Itamaraty” é o nome pelo qual também é conhecido o Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

termos e expressões relacionados à pátria, evocando um nacionalismo exacerbado, fruto da aversão à esquerda imaginada, e compreendido nos excertos [1.8] “celebração de um país pela liberdade”, [1.11] “transformar o nosso Brasil em uma grande, livre e próspera nação”, [1.12] “Uma nação livre, democrática e próspera” [1.12] e mais tarde em [2.10] e [2.11].

O recurso à divindade como libertadora da nação e sua guia percorre os pronunciamentos do locutor, mas no texto 1 o sentido desse termo vincula-se ao divino desde o início, principalmente por sua ligação ao termo “verdade”. Nesse caso, o locutor utiliza uma citação do livro bíblico de João 8.32, no qual Jesus direciona o enunciado aos judeus que nele criam, enunciado este que dialoga com João 14:6, em que Jesus diz aos seus discípulos: “Eu sou o caminho, e a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai, senão por mim.” O termo “verdade”, nesse contexto, sempre possui um forte viés religioso, obtendo o sentido de voltar-se para Deus e a ele seguir. O que o locutor faz, nesse caso, é projetar a imagem de si como de uma pessoa temente a Deus, por isso honesta, virtuosa, submissa, crente e conservadora.

Contudo, a evocação ao divino constitui uma forma vazia para atacar o *outro*, neste caso, o que significa que o apelo a Deus não é verdadeiramente uma atitude religiosa, como pregada pela religião cristã, mas a forma de um grupo, neste caso conservador, que se autodesigna e também é designado pelos adversários como “direita”, fazer seus *diferentes* valores prevalecerem. No entanto, quais são esses valores?

Em geral, aquele que se designa como alguém de “direita” possui em comum com os demais direitistas os valores da “tradição” e do “conservadorismo”, opostos aos da “esquerda”. Aqueles constituem o que muitos dos adeptos desse modo de pensar consideram ser o “normal”: a heterossexualidade, o predomínio de uma apenas religião, o nacionalismo, reconhecedor de uma única versão da história que condiz com os propósitos do grupo (o que ocorre também com a esquerda) e a busca por um passado imaginado. Esses são os valores defendidos nos pronunciamentos do locutor, o qual não chega a se mostrar crente em um povo brasileiro pacífico, mas almeja isso, acreditando que a deturpação dos valores de esquerda, que ele, como salvador, pretende eliminar, libertará e *resgatará* o Brasil [2.11]. O locutor se posiciona também como aquele que vai “mudar o destino” do país [2.9], retirá-lo de um caminho que a situação de comunicação permite inferir como o caminho da esquerda petista [2.10].

No texto 2, o locutor utilizará novamente o termo “liberdade” como forma de construir a imagem de um povo oprimido, mas, dessa vez, o termo “mudança”, assim como passagens com um sentido bastante próximo, ganha destaque a fim de o próprio locutor se projetar como o agente que a proporcionará:

[2.5] “nós pudéssemos ter, sim, mais que esperança, mas a certeza de **mudar** o destino do Brasil.”

[2.6] “e conhecereis a verdade, e a verdade vos **libertará**”

[2.7] “E o que eu mais quero é (...) **começar a fazer um governo** a partir do ano que vem que possa realmente colocar o nosso Brasil num lugar de destaque.”

[2.8] “Vamos juntos, juntos **mudar** o destino do Brasil.”

[2.9] “Sabíamos para onde **estávamos indo**, agora sabemos para onde **queremos ir**.”

[2.10] “Nós, juntos, cumprimos a missão de **resgatar** o nosso Brasil.”

Os excertos selecionados dos textos 1 e 2, pronunciados pelo locutor após o resultado das urnas, constroem a imagem de um povo oprimido. Constantemente essa opressão é constituída pelos valores atribuídos à esquerda, a qual é implícita no texto 1, mas explícita no texto 2:

[1.5] “Orações de homens, mulheres, crianças, famílias inteiras que, diante da **ameaça de seguirmos por um caminho que não é o que os brasileiros desejam e merecem**, colocaram o Brasil, nosso amado Brasil, acima de tudo”

[2.12] “Aquilo que falava a meu respeito e passou a acreditar na gente e passou a ser, sim, integrante de um grande exército, que sabia para onde o Brasil estava marchando, e clamava por **mudanças**. Não poderíamos mais continuar flertando com o **socialismo**, com o **comunismo** e com o **populismo**, e com o **extremismo da esquerda**.”

Conforme observamos, o locutor liga o que compreende como “esquerda” à falta de Deus, quando repete incessantemente a palavra “verdade”, em referência ao divino, em ambos os pronunciamentos. Ademais, ele associa o divino aos valores ligados à família tradicional, na qual as relações se dão unicamente entre homem, mulher e filhos. Estes seriam crentes em

uma religião cristã e devotos à pátria. Logo, o locutor forja uma nação perfeita aos seus olhos.

Nesses excertos [1.5] e [2.12], o locutor procura persuadir seu interlocutor de que o eleito é alguém confiável. Ele o faz evocando a figura da “família que ora”, formada por “homens, mulheres, crianças”, ora devido a estarem *amedrontados* pela ameaça da esquerda. Com isso, o locutor se vale dos lugares-comuns retóricos, descrevendo uma imagem emocionante e procurando que, com isso, a indignação e o ódio se voltem contra a causa do medo.

O locutor, sempre procurando construir uma imagem de si como sujeito temente a Deus, democrata e sedento por salvar o país da “calamitosa” situação pela qual acredita passar, aponta seu grupo como um “grande exército”, que se aliou ao eleito a fim de salvar o Brasil de uma situação de *ameaça*, ameaça do “socialismo”, “comunismo”, “populismo” e “extremismo da esquerda” [2.12].

Notamos que as crenças manifestadas nos textos 1 e 2 são utilizadas como propósitos argumentativos, o que não significa que o locutor e seus interlocutores não as tenham. No entanto, o modo como são utilizadas em cada um dos textos as leva a assumir esse propósito na medida em que os termos principais utilizados assumem a estratégia de atacar o outros, dividindo os grupos mediante confrontos somente observados por meio do implícito. É inevitável que isso ocorra uma vez que o locutor, ao conferir predicados ao *outro*, especificamente um grupo adversário, que beira ao inimigo, aponta o seu próprio grupo como possuidor de predicados opostos, haja vista que isso diferenciaria os grupos.

O grupo integrado pelo locutor constitui um grupo que se *vitimiza* devido ao que seu *vitimizador*, o grupo opressor (os “comunistas”), a ele faz, porém não é especificado, o que o locutor procura é afirmar o que fará pelo país, como evocado no excerto [1.13]:

[1.13] “**Emprego, renda e equilíbrio fiscal:** é o nosso compromisso para ficarmos mais próximos de oportunidades e trabalho para todos.”

Poucas são as vezes em que o locutor afirma algo a respeito de sua governabilidade, porém, muitas são aquelas em que ele se vale das crenças atribuídas à direita para argumentar contra uma esquerda por ele concebida. Sua busca não é simplesmente pelo bem do povo brasileiro em relação ao econômico, mas principalmente uma busca relacionada à “verdade”,

“liberdade” e “mudança”, todas com base nos desígnios divinos. Igualmente, compreendemos que as crenças do grupo em que o locutor (porta-voz do ressentimento) se insere aprova a credulidade e a crença em um Deus cristão como uma forma de conjecturar o que é certo e o que não o é, mas o faz nas situações em que visa atacar seus adversários.

Angenot (2008) vai além, acreditando que as crenças baseadas em nacionalismos são utilizadas unicamente para o ataque. Seriam, portanto, fórmulas vazias. Afirma o autor:

D'une certaine façon les idéologies nationalistes échappent à la caractérisation par leur vide inhérent, par leur rhétorique de connivence sans contenu. Quelques mots donc sur cette vacuité qui est au cœur des convictions nationalistes. Le discours nationaliste qui va abondamment, prolixement dire ce qu'il rejette et qu'il hait, la domination de son peuple, l'oppression subie et l'ennemi héréditaire, quand il s'agit de verbaliser cette identité nationale sur laquelle reposent ses revendications, est immanquablement réduit à ne trouver rien de précis à dire, à ne dire que du ressentiment, des platitudes narcissiques, des formules lyriquement creuses, des tautologies, à asserter des spécificités qui n'ont rien de spécifique, à faire fond sur des banalités indémonstrables. L'identité nationale n'est pas plénitude, elle est d'abord souci, état de manque, frustration, crainte du “déclin”, angoisse devant le présent et l'avenir. Cette identité nationale sans contenu démontrable ni verbalisable autre que celui d'un sentiment intense et vague, n'a d'autre réalité que son absence même de contenu qui la fait osciller entre les deux modes de l'indémonstrable, l'évidence et la chimère.¹²⁴. (ANGENOT, 2008, p. 312)

Creemos que a utilização exacerbada do amor à pátria como modo de argumentação se configura pelo medo do outro ou pelo ódio a ele, uma vez que as crenças que nacionalistas de esquerda e de direita – se podemos fazer essa diferenciação – possuem, são incompatíveis umas com as outras.

Vemos, ao analisar os diversos textos pós-eleitorais de 2018, que muitos são os modos

124 **Tradução nossa:** “De alguma forma, as ideologias nacionalistas escapam à caracterização por seu vazio inerente, por sua retórica conivente sem conteúdo. Algumas palavras, portanto, sobre essa vacuidade que está no centro das convicções nacionalistas. O discurso nacionalista que dirá abundante e prolixamente o que rejeita e o que odeia, a dominação de seu povo, a opressão sofrida e o inimigo hereditário, quando se trata de verbalizar essa identidade nacional sobre a qual suas reivindicações, se reduz inevitavelmente a não encontrar nada específico para dizer, nada além de ressentimento, chavões narcísicos, fórmulas liricamente vazias, tautologias, para afirmar especificidades que nada têm de específico, para confiar em banalidades indemonstráveis. A identidade nacional não é plenitude, é antes de tudo preocupação, estado de carência, frustração, medo do ‘declínio’, ansiedade pelo presente e pelo futuro. Esta identidade nacional sem conteúdo demonstrável ou verbalizável que não seja um sentimento intenso e vago, não tem outra realidade senão a sua própria ausência de conteúdo que a faz oscilar entre os dois modos do indemonstrável, o óbvio e a quimera.”

pelos quais se pode observar a divisão polarizada entre os grupos, algumas mais explícitas, outras mais implícitas. Dentre o que já observamos até esse momento, há que se notar também que apesar de podermos verificar em diversos excertos a utilização dos pronomes de primeira pessoa do plural como modo de o locutor, já eleito presidente, dirigir-se aos cidadãos, utilizando os mesmos termos ele não se dirige a todos, mas em alguns momentos à totalidade dos brasileiros e, em outros, sendo estes a maioria, apenas aos seus apoiadores, aqueles que compartilham de seus valores. Para isso, o locutor se vale da diferenciação entre o “nós inclusivo” e o “nós exclusivo”, realizada pelo linguista francês Emile Benveniste:

Está claro, de fato, que a unicidade e a subjetividade inerentes a “eu” contradizem a possibilidade de uma pluralização. Se não pode haver vários “eu” concebidos pelo próprio “eu” que fala, é porque “nós” não é uma multiplicação de objetos idênticos mas uma junção entre o “eu” e o “não-eu”, seja qual for o conteúdo desse “não-eu”. essa junção forma uma totalidade nova e de um tipo totalmente particular, no qual os componentes não se equivalem: em “nós” é sempre “eu” que predomina, uma vez que só há “nós” a partir de “eu” e esse “eu” sujeita o elemento “não-eu” pela sua qualidade transcendente. A presença do “eu” é constitutiva de “nós”. (BENVENISTE, 2005, p. 256).

Em “nós”, “eu” sempre está presente, porém o “tu”, não, sendo essa a descoberta do autor. Isso se dá em decorrência de o pronome apresentar duas possibilidades de uso, aquela que inclui o “tu” e a que inclui o “ele”. O “nós inclusivo” constitui uma junção do *eu + tu*, por meio do qual o locutor se dirige unicamente àqueles que considera semelhantes a ele, ao passo que o “nós exclusivo” advém da interligação entre o *eu + ele*, de modo que o locutor pode se dirigir aos que permanecem fora do seu grupo.

Com o propósito de explicitar no texto essa utilização, verifiquemos o caso do excerto [2.13]:

[2.13] “Com toda certeza, ele reservou algo para mim e para todos **nós** aqui no Brasil.”

Nesse caso, o locutor se dirige a um *tu*. Trata-se de um “nós exclusivo”, visto que o locutor se dirige para alguém dentro sua enunciação. Trata-se de um nós bastante utilizado por

ele em ambos os textos, já que se dirige quase apenas aos seus correligionários, àqueles que o apoiaram e que, por meio do discurso, ele configura como aqueles que acreditam na tese de terem sido perseguidos pela esquerda e de que continuarão sendo, caso deixem o poder.

O trecho “aqui no Brasil” pode confundir se se trata de inclusão ou de exclusão, mas o parágrafo seguinte elimina essa dúvida, uma que o locutor demonstra, como o faz em certos momentos (não sempre), tomar o “povo brasileiro” unicamente como quem o apoia. No parágrafo em questão [2.14] é possível ler:

[2.14] “Esse primeiro contato meu, via live, deve-se ao respeito, à consideração e à confiança que tenho pelo povo brasileiro. Também só cheguei aqui, porque vocês, internautas, povo brasileiro, realmente, vocês acreditaram em mim.”

Em diversos excertos, o locutor apresenta sua aversão à política de esquerda dos governos passados, mas no excerto [1.11], essa aversão é amplificada:

[1.11] “**Libertaremos** o Brasil e o Itamaraty das relações internacionais com viés ideológico a que foram submetidos nos últimos anos.”

Aqui, o pronome, implícito no verbo, “(Nós) Libertaremos”, constitui um caso do “nós inclusivo”, pois o locutor interpela um *outro* que acreditar também ser um “oprimido”, uma “vítima”, como ele, que necessita de ser “liberto” de uma sociedade permeada pelo socialismo, pelo comunismo e pelo esquerdismo. Esses impossibilitariam ao cidadão honesto, cristão e conservador, viver uma vida segundo os valores “corretos”, baseados na lei de Deus, na família tradicional, na correta criação das crianças, um cidadão que não possui sequer o direito à propriedade privada, conforme manda a Constituição, pois existem ameaças.

Mesmo utilizando uma estratégia de aparente inclusão, aquele que não compartilha dos mesmos valores do presidente ainda não é aceito como um igual, tal como aparece nos quatro exemplos de “nós inclusivo” do excerto [2.15], onde podemos ler:

[2.15] “**Fizemos** uma campanha não diferente dos outros, mas como deveria ser feita. Afinal de contas, a **noossa** bandeira, o **nosso** slogan eu fui buscar naquilo que muitos chamam de caixa de ferramenta para consertar o homem e a mulher, que é a Bíblia Sagrada. **Fomos** em João

8:32 ‘e conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará’”.

Quem somos “nós” e quem são os “outros”, nesse caso? Precisamente o “meu grupo” e aquele que “não é meu grupo”. Além disso, o locutor mostra-se ainda mais explicitamente aqui, pois é possível notar que em “nós” o *eu* sobressai ao *tu*.

O locutor não apenas expressa ódio e medo em seus pronunciamentos, mas também procura incitá-los em seus interlocutores, argumentando mediante a apresentação de um *nós inclusivo* que transparece como temente a Deus, patriota, seguidor dos valores da “família” tradicional, e, por isso, não deveria ser *vitimado* como o é. Portanto, o locutor conclama seus interlocutores a apoiarem-no, pois em uma situação apresentada como de opressão, em que até mesmo crianças rezavam por mudança e liberdade, demonstrando amor pelo país, a dramatização faz com que o apoio se torne inevitável *por parte do grupo*.

Após apontar o *outro* como corrupto, baixo, sem Deus e vilanesco, o locutor dos textos 1 e 2 mostra-se como um “salvador” e “guia” do povo, que precisa aceitá-lo ser aceito e apoiá-lo, pois ele sempre se manifesta como detentor dos valores do grupo, bem como um anticomunista, adversário dos governos petistas, de Lula e Dilma:

[1.14] “Como defensor da liberdade, **vou guiar** um governo que defenda e proteja os direitos do cidadão que cumpre seus deveres e respeita as leis; elas são para todos.”.

[1.15] “Durante a nossa caminhada de quatro anos pelo Brasil, uma frase se repetiu muitas vezes: **Bolsonaro, você é a nossa esperança**’.”.

O locutor, Presidente da República, não deixa de realizar agradecimentos após eleito, mas como foi possível notar, eles não são destinados a todos. Igualmente, ele não deixou de se vitimizar e de fazer o mesmo em relação aos brasileiros, em um pronunciamento de caráter messiânico, em que ele próprio aparece como o guia e salvador da nação contra o incompreensível “socialismo” e “comunismo”, os quais, apesar serem muito citados, não são explicados em seus pronunciamentos.

No entanto, o locutor não pretende ser um salvador solitário, mas deseja que o “povo” esteja ao seu lado agora que assumiu o cargo mais importante do país. Conclamando-o, o locutor incita que lhe protejam e que ajam contra o outro, pois teriam aguentado por muito

tempo quietos algo que não desejavam. Em seu pronunciamento, o locutor incita seus interlocutores à coragem mostrando a situação anterior como aquela governada pelo *medo* [1.5]. Além disso, procura juntá-los “nós inclusivo”, firmando um grupo que aja em prol da *liberdade* e da *mudança*. Contudo, como não se sabe contra quem ou o que lutar, devido ao fato de tornar nebuloso o termo *esquerda*, a batalha conclamada pelo locutor se transforma em ódio e rancor pelo que se imagina ter o *outro* feito, mantendo-se, assim, o eterno ciclo do ressentimento.

5.2.2 Entre o medo e a coragem: a esquerda derrotada

Esperava-se que o candidato à presidência, após eleito, falasse para todos os brasileiros e não apenas para o grupo que o apoiou, mas não foi o que ocorreu, dado que tanto os valores apresentados, implícita ou explicitamente, quanto os enunciados relacionados aos principais tópicos dos pronunciamentos, “mudança” e “liberdade”, restringiam-se à camada da população que, naquela situação de comunicação, apoiava o presidente. A única exceção encontrada foi o excerto [1.9], onde diversos tipos de liberdade são apresentados, inclusive as liberdades “política e religiosa”. Contudo, esse foi um caso isolado nos pronunciamentos do presidente, pois quase tudo o que se dizia naquela ocasião direcionava-se aos apoiadores do presidente recém-eleito.

Por sua vez, os pronunciamentos dos principais candidatos da oposição, Fernando Haddad e Manuela D’Ávila, foram guiadas por valores diferentes daqueles expressos pelo presidente recém-eleito. Enquanto nos textos 1 e 2 o locutor visava pela unidade em prol do conservadorismo (unidade familiar, religiosa e “patriótica”), tal não ocorre no texto 13, além de não ser possível analisá-lo no texto 19 por falta de elementos que possibilitem uma interpretação.

Os locutores de ambos os textos se encontram em situações de comunicação bastante distintas, pois enquanto do locutor presidente era aguardado um pronunciamento a toda a nação, ele o dirige a uma parcela da população, ao passo que do locutor derrotado nas urnas já

se esperava um consolo aos seus votantes, um agradecimento, bem como um posicionamento em relação ao governo eleito, tendo sido exatamente o que fizeram os locutores dos textos 13 e 19 em seus pronunciamentos.

Fernando Haddad, diferente de Bolsonaro, não realizou um pronunciamento em busca de liberdade, nem possuindo uma divindade como um valor. Na verdade, o candidato não eleito sequer mencionou termos como “Deus” ou “milagre”, como seu adversário fez. Ele procurou mostrar-se como possuidor de dois tipos de valores que utilizava como embasamento para suas atitudes. O primeiro foi apresentado como a família, já o segundo, a sociedade, os quais lemos no excerto a seguir:

[13.1] “Eu, em primeiro lugar, eu gostaria, pela minha formação, de agradecer meus antepassados. Eu aprendi com meus antepassados **o valor da coragem para defender a justiça a qualquer preço**. Aprendi com a minha mãe, com o meu pai, aprendi com a memória dos meus avós, que a coragem é uma valor muito grande quando se vive em sociedade. Porque todos os demais valores dependem dela.”

Essa apresentação proporciona ao locutor uma imagem positiva de si, principalmente quando se mostra um homem de família e de política, preocupado com o todo de uma sociedade, e não apenas com aqueles que o apoiaram. Por isso, lemos no primeiro parágrafo do seu pronunciamento inúmeros agradecimentos, aos partidos “Pros”, “PCdoB”, “Psol”, “PSB”, ao candidato à presidência da República, Guilherme Boulos (PSOL), ao senador Suplicy (PT) e à ex-presidente Dilma Rousseff.

O locutor também afirma estar junto de seus filhos, irmãs e mãe, os quais se encontravam presentes. Com isso, ele reforça a imagem de uma pessoa que possui muitas ligações sociais, alguém querido pelos outros. Ao passo que o candidato vencedor se utiliza quase somente de elementos abstratos.

O candidato da oposição utiliza-se de muitos dos recursos dos quais o presidente eleito se vale em seus pronunciamentos, como o “nós inclusivo”, como é possível ver no excerto [13.3]. Valendo-se da coragem adquirida de seus antepassados, que dele fizeram um lutador, segundo afirma em [13.1], conclama seus apoiadores a lutar, pois, assim como os interlocutores dos texto 1 e 2, o locutor do 13 posiciona-se, junto ao seu grupo como vítima de perseguição e da prisão de seu mais ilustre integrante.

[13.2] “Nós vivemos um período já longo em que as instituições são colocadas à prova a todo instante. A começar de 2016, quando tivemos o **afastamento da presidenta Dilma**. Depois, com a **prisão injusta do presidente Lula**, a cassação do registro de sua candidatura, **desrespeitando uma determinação das Nações Unidas**.”

Estes três constituem acontecimentos que o locutor do texto 13 relembra incessantemente, mostrando a existência de um *rancor*, o qual é motivo deste locutor exprimir repúdio ao presidente eleito e ao seu grupo. Veja-se que o locutor de 13, enquanto presidenciável derrotado, não parabeniza o novo presidente. O que resta a fazer, portanto seria lutar, uma tarefa para a qual o locutor convoca seus interlocutores:

[13.3] “Mas nós seguimos. Seguimos de cabeça erguida, seguimos com determinação, seguimos com coragem para levar nossa mensagem aos rincões do país. Ao **campo** e à **cidade**, às **periferias** e ao **centro**, aos **estudantes**, aos **idosos**, aos **GLBTs**, aos **homens** e **mulheres**, **brancos** e **negros**, **católicos** e **evangélicos**, àqueles que pertencem à **religiões de matriz afro**, aos **ateus**, a todos os brasileiros.”

Neste excerto [13.3], o locutor procura firmar sua imagem como de alguém sem preconceitos, representante de todos e não de alguns, como ocorre nos textos 1 e 2, o que justifica os inúmeros nomes de pessoas e de grupos citados desde o início do texto, mas intenciona mostrar ao próprio grupo que ele é ou pode ser formado pela sociedade brasileira em seu todo, por isso utiliza em [13.3] de enumerações.

Outro motivo, pelo qual o locutor conclama seus interlocutores à luta, concerne a retirá-los de um possível estado de autopiedade em que se encontram, transformando a emoção do *medo* e da própria angústia em coragem, como posto no excerto [13.4]:

[13.4] “E quero dizer para aqueles que eu, olhando nas ruas deste país, em todas as regiões, eu senti uma **angústia** e um **medo** na expressão de muitas pessoas, que às vezes chegavam a soluçar de tanto chorar. Não tenham **medo**. Nós estaremos aqui. Nós estamos juntos. Nós estaremos de mãos dadas com vocês. Nós abraçaremos a causa de vocês. Contem conosco. **Coragem**, a vida é feita de coragem. Viva o Brasil! Viva o Brasil!”

O locutor, ao fazê-lo, evoca os pronomes “nós” e “conosco” (ambos um *nós inclusivo*), apontando esse como um grupo unido, no qual uns tomam a causa dos outros. Essa foi uma tarefa da oposição ao candidato vencedor, devido a inúmeras razões: a primeira consistia em

os partidos de oposição terem consciência sobre a polarização pela qual passava o país e que, por isso, muitos daqueles que declararam apoio ao Partido dos Trabalhadores sofreriam retaliações, sendo necessário que o locutor de 13 e a locutora do texto 19, Manuela D'Ávila, utilizassem estratégias diversificadas para fazer com que seu grupo *vitimizado* transformasse o “medo”, a “preocupação” e a “tristeza” em “coragem” e “resistência”, o que seria possível ao fazer com que os ressentidos, que sempre se sentiram oprimidos, transformassem tais emoções negativas em “indignação” relativa à longa perseguição sofrida, descrita no excerto [13.2]:

[19.1] “Perdemos, é justo que fiquemos **tristes** e **preocupados**, com a gente, com os nossos, com o Brasil. Mas a **tristeza** tem que se transformar rapidamente em **resistência**.”

Os termos “tristes” e “tristeza” são emoções que, ao serem expressas, aproximam o locutor de seu interlocutor, mostrando que o representante político compreende aquilo pelo que o eleitor passa após a derrota. Todavia, assim como o locutor do excerto [13.4], a locutora do [19.1] cita nomes de emoção para, em seguida, evocar termos que os contrariem. Neste caso, alinham-se “tristes”, “tristeza” e “preocupados” como emoções negativas, as quais procuram ser anulada pelo termo “resistência”, que, nessa situação de comunicação, evoca “coragem”.

Afirmar a existência do *medo do outro* e de uma *tristeza* por ele provocada são meios pelos quais o ressentimento pode ser incitado no *outro*, uma vez que a locutora possibilita que seus interlocutores infiram serem vítimas de alguém. Ela mostra-lhes que, mediante uma “resistência” em conjunto, apresentada pelo uso do *nós inclusivo* (“Perdemos”, “fiquemos”, “preocupados”, “nossos”, assim como pelo “a gente”, o qual mesmo não sendo um *nós inclusivo* engloba um sentido de grupo, nesse contexto linguístico), aqueles que se veem como derrotados devem manter a discordância de um presidente que não havia assumido o cargo, mas cujos valores eram outros, diferentes daqueles dos locutores dos textos 13 e 19. Trata-se de algo novamente evocado em [19.2]:

[19.2] “O espírito desses últimos dias, nos quais milhares foram pras ruas pra virar votos **de um modo tão bonito** precisa se manter e se multiplicar. Eles venceram, mas a luta vai continuar. **Vamos permanecer juntos, resistir e defender a democracia e a liberdade.**”

Vemos no exceto acima a “luta” novamente ser conclamada, uma luta por termos vagos no texto da locutora, já que ela não precisa o que seriam a “democracia” e a “liberdade” que afirma precisarem ser defendidas. Devido às observações até aqui realizadas, vemos que tanto uma imagem de sujeito religioso, nacionalista, direitista quanto de outros, indignados, angustiados, que expressam doçura podem ser manifestações dos porta-vozes do ressentimento.

Uma grande diferença precisa ser observada entre os locutores dos textos, pois o locutor de 13 intenciona, em alguns momentos, estabelecer um laço amistoso entre grupos a fim de aumentá-lo em quantidade [13.3], o que não ocorre com o locutor dos textos 1 e 2, que nos excertos [2.10], [2.12], [1.12] e [1.14] conclama “o povo” para uma “mudança” em busca de “liberdade” e de erradicação da “esquerda”.

O locutor do texto 13, faz o contrário, afirmando que mesmo os opositores precisam ser respeitados, como visto no excerto [13.5]:

[13.5] “Queria agradecer aos partidos todos que estiveram conosco, a sua militância aguerrida. Primeiro, que nos levou ao 2º turno. Depois, nos levou a ter mais de 45 milhões de votos no dia de hoje. **Uma parte expressiva do povo brasileiro precisa ser respeitada neste momento. Diverge da maioria, tem um outro projeto de Brasil na cabeça, e merece respeito no dia de hoje.**”

Após estabelecer laços afetivos e mostrar-se pacífico, respeitoso, guiado por valores familiares, sociais e democratas, o locutor de 13 manifesta-se tal como o faz o locutor de 1 e 2, ao conclamar seus 45 milhões de eleitores a uma luta:

[13.6] “Nós temos uma nação e nós precisamos defendê-la daqueles que de forma desrespeitosa pretendem usurpar o nosso patrimônio, o patrimônio do povo brasileiro, e entendemos a democracia não apenas no seu ponto de vista formal, embora isso seja muito importante lembrar no Brasil de hoje, são os direitos civis, são os direitos políticos, são os direitos trabalhistas, são os direitos sociais, que estão em jogo neste momento.”

No excerto acima, uma indagação se faz necessária: quem seriam os vitimizadores? Estes são apontados como aqueles “que de forma desrespeitosa pretendem usurpar o nosso patrimônio, o patrimônio do povo brasileiro”. A abrangência possibilitada por essa expressão

não deixa espaço para muitas interpretações. No entanto, é possível observar que o locutor procura levar os interlocutores por ele idealizados – o sujeito destinatário (Tud) - à indignação. Ele conclama o “nós” (seus apoiadores) a defender cada elemento citado acima, afirmando-lhes haver possibilidade de que sejam perdidos, caso nada seja, por eles, feito.

Esses direitos não são nenhum daqueles afirmados pelo locutor de 1 e 2, já que o locutor do texto 3 não os cita. Sua menção aos direitos “políticos”, “trabalhistas” e “sociais”, constitui uma forma de o interlocutor imaginar algo que dele possa ser retirado e dessa forma, distanciando do grupo eleito, aproximando, ou não, do grupo que afirma defender seus direitos e tornar-se avesso a quaisquer ideias do grupo representado pelo locutor de 1 e 2. O que o locutor de 13, faz, portanto, não é dialogar com os textos 1 e 2, mas refutar como um todo os discursos que envolvem o locutor desses textos, o que engloba, inclusive, seus apoiadores.

[13.7] “Nós temos a responsabilidade de fazer uma oposição colocando os interesses nacionais, o interesse de todo o povo brasileiro, acima de tudo. Porque nós aqui temos um compromisso com a prosperidade desse país, nós que ajudamos a construir a democracia, uma das maiores do mundo, no Brasil, temos que ter um compromisso em mantê-la e não aceitar provocações, e não aceitar ameaças.”

Logo, medo e tristeza seriam emoções inadmissíveis nesse caso, ao que o locutor e seus apoiadores fariam de tudo para uns e outros não possuírem, pelo contrário, que a convertessem em emoções capazes de levar o *vitimizado* à ação contra o *outro*, ainda que isso leve tempo.

Devemos observar nesse ponto, que a repulsa do Partido dos Trabalhadores ao presidente eleito não é uma algo espontâneo, mas derivado de provocações vindas de ambos os lados. No entanto, como o ressentimento é constituído de emoções alinhadas umas às outras, vimos que os interlocutores do texto 13 e de 19, que poderiam estar tristes e com medo, logo foram levados à substituírem essas emoções por outras dentro do próprio ressentimento, a do ódio e da indignação contra aquele que, em 2016, durante o impeachment (golpe) da presidente Dilma Rousseff, realizou uma provocação direta a um membro do grupo do locutor de 13, provocação realizada em um momento de fragilidade do membro, em relação ao qual todo o grupo se solidarizou. Tratou-se da fala do deputado Bolsonaro, que

afirmou:

Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história pela forma como conduziu os trabalhos nessa casa: parabéns, presidente Eduardo Cunha. Perderam em 64, perderam agora, em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve (sic), contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o terror de Dilma Rousseff, pelas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, por Deus acima de todos.

Naquele novo momento de fraqueza pelo qual o grupo do locutor do texto 13 passava, ele se viu obrigado a encorajá-los no excerto [13.4], afirmando que deveriam ter coragem, colocando o país acima de tudo: “Nós estaremos aqui. Nós estamos juntos. Nós estaremos de mãos dadas com vocês. Nós abraçaremos a causa de vocês. Contem conosco. Coragem, a vida é feita de coragem. Viva o Brasil! Viva o Brasil!”.

5.2.3 Os presidenciais derrotados no 1º turno

Dentre os candidatos não eleitos no primeiro turno, somente Marina Silva (REDE), texto 17, e Ciro Gomes (PDT), texto 18, podem ser classificados como candidatos que manifestaram opiniões relacionadas à situação política pela qual o país passava. Os demais presidenciais apenas parabenizaram o presidente eleito, sem fazer juízo de valor acerca da reconhecida polarização política brasileira comentada mesmo em obras de escritores estrangeiros.

A locutora, no texto 17, conforme exigido dos candidatos não eleitos, parabenizou aquele que foi vitorioso, promovendo uma imagem de si como a de uma pessoa que zela pelo processo legal.

[17.1] “Cumprimento a sociedade brasileira em respeito à sua decisão soberana nas eleições de 2018 e desejo que cumpra o seu papel de fiadora e guardiã da democracia, acima de quaisquer

paixões políticas.

Cumprimento o presidente eleito Jair Bolsonaro em respeito à nossa Constituição e às instituições democráticas, entre as quais está a Presidência da República.”

Prosseguindo com o papel iniciado, após o que dita a regra, a locutora confirmou que faria oposição ao governo, pois não poderia permitir o desmanche do que havia lutado para conseguir melhorar, principalmente em relação aos temas referentes à proteção ambiental, de comunidades indígenas e de comunidades quilombolas. A locutora mostra, nesse momento, ressentir-se pelo *medo*. Contudo, não se deixa tomar por ele, afirmando que:

[17.2] “Sei da importância da atuação de uma oposição democrática, sobretudo no contexto dessas eleições de 2018 e da realidade que passaremos a viver a partir de agora.”

Essa, porém, não é a única emoção que a toma, pois mostra-se também *indignada* com as eleições do ano de 2018, as quais a locutora compreende não terem se dado com o respeito merecido, pois nestas houve a manifestação do ódio e do medo, da polarização, da mentira e da violência, o que não condiria com uma verdadeira democracia.

[17.3] “O resultado das urnas me deixa, ao mesmo tempo, muito preocupada e modestamente confiante. Preocupada porque foram desencadeadas, na campanha, forças que ameaçam a democracia, pela mentira e pela violência, pela polarização extremada, pela potencialização do ódio e do medo, pela ausência de um debate programático e o rebaixamento da opinião pública a um patamar inferior da racionalidade política. Confiante porque vejo a presença forte e vigilante de uma consciência cívica e democrática, enraizada em amplos setores da sociedade brasileira, que a torna capaz de resistir a todas essas ameaças.”

A locutora de 17 visa provocar em seus interlocutores, qualquer cidadã ou cidadão brasileiro que a lê, a mesma indignação que ela mostra sentir, isso porque o inclui em seu texto, tratando-se este daquele que foi zombado por ambas as partes em confronto, rebaixado, inferiorizado, alvo de quem desejava unicamente o poder. Com isso, ela coloca a sociedade brasileira como vitimizada por ambos os lados do confronto sem conteúdo político que envolveu o segundo turno das eleições de 2018.

O locutor do texto 18, por sua vez, constrói uma imagem de si como a do político correto, que guiado não apenas pelo que melhor pode fazer pela nação, mas sempre indo além. O locutor mostra-se disposto a zelar pelos princípios da democracia, por isso afirma

que:

[18.1] “A um democrata verdadeiro o que se impõe após o segundo turno é simplesmente reconhecer a vitória eleitoral daquele que teve a maioria relativa dos votos do povo brasileiro.”

[18.2] “Para mim, que cultivo a correção de conduta, impõe-se, também, desejar boa sorte ao presidente eleito Jair Bolsonaro para que ele possa fazer o melhor pela sofrida nação brasileira.

O locutor 18 procura manifestar, por meio dos seus enunciados, a imagem de um verdadeiro democrata. Ele se posiciona como conhecedor do que deve ser feito, intencionando construir a imagem de um sujeito sem falhas.

Ele assim o faz para, em seguida, posicionar-se do mesmo modo como fez a locutora de 17: primeiro permanecendo neutro ou desejando boa sorte ao eleito, em seguida, apresentando-se como oposição, mas uma oposição que visa o interesse público, não interesses privados, como visto nos excertos [18.3] e [18.4]:

[18.3] “Que não pense o senhor presidente eleito, nem de longe, em violar o respeito que deve ao conjunto da nação, independentemente de configurarem minorias ou grupos sociais críticos às suas posturas. Só assim merecerá o respeito à autoridade que adquiriu nas eleições.”

[18.4] “Fora disto, nos enfrentará, a todos nós que lhe movemos oposição dentro do marco da decência e do espírito público.”

O locutor do texto 18 realiza um aviso ao presidente eleito, mas não o critica. Sua crítica é direcionada a outros opositores do eleito, os quais esse locutor afirma lutarem unicamente por seus próprios interesses, que ele denomina como “interesses mesquinhos”, “crescentemente inescrupulosos” e “despudoradamente criminosos”, mostrando possuir emoções negativas a outros, mas não ao presidente eleito ao qual apresenta-se como neutro, desde que não viole a democracia.

5.2.4 O apoio e o repúdio ao novo presidente em *notas e cartas abertas*

Imediatamente após a declaração de que Jair Messias Bolsonaro foi eleito Presidente da República, entidades diversificadas enviaram-lhe a parabenização ou o repúdio. Cada texto direcionado ao novo presidente, ou aparentemente a ele direcionado (pois certos gêneros, apesar de serem direcionados a um interlocutor, possuem como alvo outro), apresentou em seus textos o motivo da escrita, a situação em que seu grupo ou o país se encontrava, bem como declarou o novo mandatário do executivo como uma afronta para a democracia, pois suas opiniões não condiziam com as opiniões da maior parte do *povo brasileiro*.

Ocorre que os contrários ao presidente possuíam a mesma opinião em relação aos governos de Lula e de Dilma, mostrando que o país estava em um momento de grande polarização no segundo semestre de 2018. Esta era intensa de tal modo que as emoções do ódio e do medo eram paralelas.

Nas declarações de apoio à vitória de Bolsonaro puderam ser percebidas crenças bastante próximas às encontradas nos pronunciamentos do novo presidente, assim como nas declarações de repúdio a sua vitória havia muitas das crenças vistas no pronunciamento de Fernando Haddad. Acreditamos que a razão disso ocorrer se deve ao forte entrelaçamento entre as ideias dos grupos favoráveis e contrários a Bolsonaro.

A seguir buscaremos estabelecer elos entre os textos que se colocaram como favoráveis e contrários ao novo presidente a fim de verificar como cada um se posicionou em relação às crenças que defendiam e às que combatiam. Examinaremos quais emoções aparecem nos textos e de que modo são utilizadas. Também procuraremos analisar se houve ou não uma vitimização nos textos.

Apresentamos o título dado ao texto pelos próprios locutores, bem como sua identificação:

Texto 3

Título: PTB parabeniza Jair Bolsonaro por vitória

Data: 28 de outubro de 2018

Locutor: Roberto Jefferson (Presidente Nacional do PTB)

Texto 4

Título: Ampla união em defesa da democracia, do Brasil e dos direitos do povo

Local e data: São Paulo, 28 de outubro de 2018.

Locutores: Deputada Federal Luciana Santos (Presidenta do Partido Comunista do Brasil – PCdoB) e Comissão Executiva Nacional do Partido Comunista do Brasil – PCdoB

Texto 5

Título: Onde houver ameaça, seremos a resistência

Data: 28 de outubro de 2018

Locutor: Observatório do Clima

Texto 6

Título: Os desafios da classe trabalhadora com a eleição de Bolsonaro. Nota do PSTU sobre o resultado das eleições

Data: 28 de outubro de 2018

Locutor: Direção nacional do PSTU

Texto 7

Título: Nota da CUT: A Luta Continua! Nota oficial da CUT sobre o resultado das eleições de 2018

Data: 29 de outubro de 2018

Locutor: Vagner Freitas – Presidente da CUT

Texto 8

Título: Carta aberta para o presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro: vamos fazer o Brasil voar!

Data: 29 de outubro de 2018

Locutor: Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves (AOPA)

Texto 9

Título: Sinagências parabeniza 38º presidente eleito da República Federativa do Brasil

Data: 29 de outubro de 2018

Locutor: Membros da Gestão Unidade na Regulação da Sinagências

Texto 10

Título: CACB parabeniza Jair Bolsonaro

Data: 29 de outubro de 2018

Locutor: George Pinheiro (Presidente da CACB)

Texto 11

Título: Carta aberta ao presidente eleito Jair Bolsonaro

Data: 30 de outubro de 2018

Locutor: Diretoria da Associação Médica Brasileira

Texto 12

Título: Carta ao novo Presidente da República, Jair Bolsonaro

Local e data: São Paulo, 30 de outubro de 2018.

Locutor: Sociedade Rural Brasileira

Todos os textos foram obtidos nos sites das respectivas entidades, exceto o **texto 7**, que se encontra no site do Partido dos Trabalhadores. Em todos, os locutores encontram-se

identificados e os textos, datados. Apenas o **texto 8** não é assinado pelo locutor, mas publicado no site da *Sociedade Rural Brasileira* (SBR), além de o locutor se identificar no corpo do texto. Também a data em que foram publicados não se distancia mais do que três dias da divulgação do resultado das eleições, o que ocorreu em 28 de outubro de 2018.

A relevância da data de publicação se deve ao posicionamento das entidades em relação ao candidato eleito presidente. Além disso, cremos que a relação entre as emoções expressas e a data da publicação também são relevantes, pois um texto com teor agressivo em relação à vitória de um candidato, publicado imediatamente após sua vitória, tende a mostrar o grau de repulsa do grupo representado pelo locutor em relação ao candidato vitorioso, a suas ideias, bem como ao que ele representa para o grupo, o que não seria tão relevante se uma entidade não fosse a voz de uma coletividade.

Diferente das notas e pronunciamentos do eleito e dos não eleitos, as *cartas abertas* e as *notas* das entidades possuem o mesmo tom em relação ao candidato durante todo o percurso textual, apresentando, desde as primeiras linhas, o posicionamento do locutor em relação ao texto. Desse modo, verifiquemos como cada um se posicionou:

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

Parecer positivo:

[3.1] “O Partido Trabalhista Brasileiro parabeniza o candidato Jair Messias Bolsonaro (PSL) pela vitória obtida nas eleições de 2018 para presidente da República.”.

4. Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Parecer negativo:

[4.1] “A eleição de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais instaura um novo período político no país, marcado por ameaças à democracia, ao patrimônio nacional, à soberania da nação e aos direitos do povo. Foi eleito um presidente da República declaradamente determinado a instaurar um governo de conteúdo ditatorial, para implementar, a ferro e fogo, um programa ultraliberal e neocolonial.”.

5. Observatório do Clima

Parecer negativo:

[5.1] “Presidentes recém-eleitos em geral são saudados com uma saudável cobrança para que cumpram o que prometeram em campanha. Mas não no Brasil de 2018: após esta eleição incomum, o Observatório do Clima trabalhará para que o novo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, faça o oposto do que prometeu.”.

6. Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)

Parecer negativo:

[6.1] “A eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República no segundo turno das eleições é, sem dúvida, uma vitória da ultradireita em nosso país, com todas as consequências que se pode esperar desse fato.”.

7. Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Parecer negativo:

[7.1] “A maioria dos eleitores brasileiros acaba de entregar a presidência da República para alguém que, ao longo de sua carreira política, sempre votou contra os direitos da classe trabalhadora, se opôs às políticas sociais, votou a favor do congelamento dos investimentos em saúde e educação, da entrega do pré-sal e das reservas petrolíferas aos estrangeiros ofendeu e ameaçou militantes de esquerda, as mulheres, os negros e os LGBTs.”.

8. Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves (AOPA Brasil)

Parecer positivo:

[8.1] “Por essas e outras razões, louvamos vossa vitória de ontem, nos sentimos esperançosos e felizes por termos feito parte de um movimento que, Deus permita, inicie o desmonte de um projeto que praticamente destruiu nosso maravilhoso país”.

9. Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (SINAGÊNCIAS)

Parecer positivo:

[9.1] “Os membros da Gestão Unidade na Regulação, do Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação – SINAGÊNCIAS – cumprimentam o presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro representante legítimo da República Federativa do Brasil, pelos próximos quatro anos.”.

10. Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB)

Parecer positivo:

[10.1] “Por acreditar plenamente em um sólido recomeço para o Brasil, a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) parabeniza o novo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, pelos mais de 57 milhões de votos, um número que representa a esperança de vivermos em um novo País, com mais oportunidades, uma economia mais justa e um futuro melhor para as próximas gerações.”.

11. Associação Médica Brasileira (AMB)

Parecer positivo:

[11.1] “Em nome dos médicos brasileiros, a Associação Médica Brasileira (AMB) parabeniza Jair Messias Bolsonaro”.

12. Sociedade Rural Brasileira (SBR)

Parecer positivo:

[12.1] “A Sociedade Rural Brasileira (SRB) vem parabenizar, por meio desta carta, o sr. Jair Messias Bolsonaro, eleito Presidente do Brasil na noite deste domingo com amplo apoio da população brasileira.”.

Os pareceres por nós encontrados constituíram seis em apoio ao presidente e quatro em reprovação à sua vitória. Alguns dos sites de onde foram retirados os textos constavam em sites de outras entidades, como o caso da AMB, que publicou o texto que também se encontrava nos sites de muitas das associações médicas regionais.

Diversas parabenizações e repúdios foram retirados dos sites das entidades, antes que os pudessemos coletar para análise. As que utilizamos como *corpus*, chegaram a sair dos sites em que estavam hospedadas, mas foram reincorporados, a exemplo do parecer dado pelo PTB. O parecer da AMB, no entanto, foi retirada e não voltou a ser incorporado ao site da Associação.

Verificamos que em quase todos os excertos acima a situação de comunicação foi utilizada para atacar um *outro*, Bolsonaro ou o Partido dos Trabalhadores, através de textos – a carta aberta ou a nota – que seriam lidos por quaisquer interlocutores. Isso fez com que tanto o ato de felicitar quanto o de repudiar a vitória fossem transformados em argumentações direcionadas a um terceiro, e não diretamente ao presidente. Assim, analisemos cada parabenização dada ao presidente eleito e, posteriormente, as notas de repúdio à sua vitória.

Enquanto o locutor do excerto [3.1] mostrou-se brando inicialmente, apenas cumprimentando o eleito, outros locutores que felicitaram Bolsonaro se valeram de uma linguagem bastante agressiva em relação ao Partido dos Trabalhadores. Assim ocorreu com o locutor do excerto [8.1], que não apenas realizou um apelo à divindade (“Deus permita”), como fez Bolsonaro em seus pronunciamentos, mas apontou, implicitamente, o PT como um destruidor não somente de um país (“inicie o desmonte de **um projeto que praticamente destruiu nosso maravilhoso país**”), mas de um “maravilhoso país”, afirma o locutor, com a possível intenção de causar *indignação* em seu interlocutor mediante o uso do adjetivo “maravilhoso”.

Do mesmo modo como fez o locutor do excerto [3.1], o locutor de [9.1] cumprimenta o eleito sem realizar ataques diretos a um outro, porém usa um tom menos neutro do que

[3.1], ao apontar o presidente utilizando-se do enunciado: “**representante legítimo** da República Federativa do Brasil, pelos próximos quatro anos.” Não somente a expressão constitui uma provocação àqueles que não aprovaram a eleição de Bolsonaro, como o locutor sabendo do peso de suas palavras em uma situação de comunicação especificada em época de forte polarização sociopolítica, a utilizou. Acrescentando à “representante legítimo”, os termos “da República Federativa do Brasil, pelos próximos quatro anos”. Saliente a esse respeito que será importante o apontamento mais a frente no texto da proximidade do locutor de [9.1] com a deputada Bia Kicis, afirmada por ele como uma “parlamentar do presidenciável Jair Bolsonaro, cotada para ser presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara; que nos honrou, visitando a nossa sede”.

Mostrando-se desacreditado dos governos anteriores ao do presidente recém-eleito, no excerto [10.1], o locutor utiliza-se de enunciados não somente parabenizadores, mas elogia o presidente de forma a elevá-lo ao patamar de salvador da nação. Ele o faz por meio dos termos e expressões: “Por acreditar plenamente em um sólido recomeço para o Brasil”, que apresenta um país do qual está desgostoso. Além disso, aponta a quantidade dos votantes de Bolsonaro como uma representatividade de que muitos outros atestam a situação brasileira, confirmando as palavras do locutor: “um número que representa a esperança de vivermos em um novo País”. Por fim, acredita que o país construído por aquele em quem deposita sua fé, o presidente eleito, será constituído por “**mais** oportunidades, uma economia **mais** justa e um futuro melhor para as próximas gerações”. Dessa forma, o locutor cria a imagem de si como uma vítima que recorre a um presidente capaz de formar um futuro para a nação. É expressa, nesse caso, uma emoção oposta à do *medo*, a emoção da *esperança*, sentida por muitos dos adversários do novo presidente e expressa em diversos excertos.

O locutor do excerto [11.1] mostra-se ciente de sua condição de *apoiador de prestígio*, pois sabe que fala em nome de muitos e explicita isso ao parabenizar o presidente “Em nome dos médicos brasileiros”. Também é o que faz o locutor do excerto [12.1] “A Sociedade Rural Brasileira (SRB) vem parabenizar”, parabenização em que a Sociedade afirma reconhecer-se como plural. Esta, porém, faz mais do que o locutor anterior, ele utiliza um tom parecido com o de [9.1], mas com outras palavras, bastante formais, utilizando o cumprimento “sr.” para se referir ao eleito, e afirmando ter sido ele “eleito Presidente do Brasil na noite deste domingo

com amplo apoio da população brasileira”. Em [9.1], o locutor apresenta-se como um sujeito sério e atribui a mesma seriedade ao seu interlocutor.

O primeiro locutor que vemos apresentar a vitória de Jair Bolsonaro como algo negativo para o país aparece no excerto [4.1]. Neste, prevalece a emoção do *medo*, já que o eleito é apresentado como perigoso, passível de causar danos à “democracia”, ao “patrimônio”, à “soberania da nação” e aos “direitos do povo”. O locutor cria uma imagem de si como daquele que sabe das ameaças e pretende alertar seu interlocutor, o qual pode ser qualquer leitor do texto, deve-se presumi-lo como o leitor do site do PCdoB, um interlocutor de esquerda, já que se trata de um partido político. Por esse motivo não há necessidade de que eufemismos sejam utilizados, mas termos com a intenção de provocar o *medo* com base na memória do interlocutor que lê os termos “ditatorial”, “ferro e fogo”, “ultraliberal” e “neocolonial”, memória essa voltada para os conhecimentos de história, assim como presumindo-o como um interlocutor que possui um mínimo conhecimento de política a fim de entender o termo “ultraliberal”.

O excerto [5.1] começa de modo diferente dos demais, pois o locutor adota uma imagem de sujeito *conhecedor* e o faz utilizando um *tom professoral*, afirmando saber o que deveria dizer em uma situação de comunicação “comum”. Contudo, o locutor imediatamente rompe com a expectativa, mostrando-se *indignado* com algo não explicitado, mas que compreendemos ser desagradável não apenas para ele. Ao denominar o que houve no Brasil como “essa eleição incomum”, apresenta termos que levam o interlocutor a pensar em “trapaça”, “violência”, “falta de propostas” ou demais elementos que devem constar em uma eleição, mas que não constaram na de 2018. O locutor do excerto [5.1] cria uma boa imagem de si para seus interlocutores em potencial, os leitores do site, não desejando ser uma vítima das propostas do eleito, o que também pode servir como um modo de convocar quem pensa de modo equivalente, a fim de exercer uma luta conjunta: “o Observatório do Clima trabalhará para que o novo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, faça o oposto do que prometeu”.

O locutor de [6.1] é um sujeito que resumiu sua opinião sobre a vitória de Bolsonaro em um termo “ultradireita”, pelo qual evocou crenças negativas relacionadas ao termo, já que o locutor possui uma imagem prévia como esquerda, sendo seus interlocutores possivelmente

também esquerdistas, bem como utilizando o termo “ultra”, o qual, relacionado a um posicionamento político, pode gerar receios (temores). Enquanto isso, o locutor de [7.1] apresenta uma emoção diferente de [6.1], mostrando-se indignado com a maioria dos votantes brasileiros, em razão de acreditar que estes elegeram um presidente com carreira política conhecida, mas depreciável. A fim de sustentar sua indignação, o locutor argumenta enumerando os defeitos do presidente, podendo estes serem resumidos em o presidente eleito ser contrário: às políticas sociais, à classe trabalhadora, aos “mais pobres e ao LGBTs, além de ser alguém que ofende as pessoas.

A emoção da *indignação*, como se pode ver, é bastante comum nos casos em que o locutor acredita ser uma vítima ou que um *outro* o seja. De acordo com Tognette e Vinha, ela pode ser compreendida do seguinte modo:

A indignação caracteriza-se por um sentimento negativo próximo à cólera desencadeado por um juízo negativo feito por quem a experimenta para recobrar um direito. Sente-se indignado quando se é vítima de uma ação considerada imoral, como por exemplo, constatar que foi enganado em relação a um produto recém-comprado ou saber que estão maltratando a um animal. A indignação refere-se essencialmente a um conteúdo moral que estaria em jogo: a justiça. (TOGNETTA; VINHA, 2009, p. 18–19)

Relacionada ao ressentimento, a *indignação*, pode ser compreendida aqui como uma emoção próxima ao *ódio*, o qual também está incluso na *constelação emotiva do ressentimento* por levar o sujeito ao processo de *vitimização*. Essa emoção é bastante comum no seio social, uma vez que é necessário ao menos um outro para que ela seja despertada. Não se deve pensar que seu uso se dê de modo a afastar os sujeitos, já que é comum que os aproxime também:

[11.2] Da mesma forma, compartilhamos sua **indignação** a respeito do envio de quase 16,5 bilhões reais para Opas e para a ditadura cubana. Recursos em volumes maiores do que o Ministério da Saúde efetivamente executa na rubrica de investimentos na saúde, conforme SIAFI: menos de 2,9 bilhões de reais em 2017. O sistema que já é subfinanciado, fica mais sucateado. O ambiente caótico e mal gerido oportuniza o surgimento de mais corrupção. Contamos, Excelentíssimo Presidente, com sua determinação contra este grande mal, que também afeta esta importante área da saúde brasileira.

A *indignação* torna-se, nesse caso, uma emoção compartilhada devido a ambos os sujeitos [locutor (AMB) e interlocutor (Bolsonaro)] vitimizarem-se, sentirem o mesmo *rancor* de um *outro* [esquerda], devido a serem-no na qualidade de causador de um prejuízo irreparável, de compartilharem as mesmas crenças, em suma, ressentirem-se igualmente por uma *esquerda* considerada, por ambos, *comunista* e *corrupta*.

Perceba-se que o ódio se faz presente no excerto acima, pois a seleção lexical (AMOSSY, 2018a, p. 172) é composta de expressões agressivas relacionadas ao modo como o locutor percebe a esquerda, utilizando nomenclaturas como “ditadura cubana”, mediante a qual a culpabiliza, afirmando que “O sistema que já é subfinanciado, fica mais sucateado.” Igualmente, continua se valendo de termos como “ambiente caótico”, “mais corrupção” e “grande mal”, utilizando o presidente Bolsonaro como um “salvador” da nação, o qual resgatará o país de todos os problemas citados.

A *indignação* nem sempre é uma emoção em que o sujeito indignado vocifera, vale-se de palavras de baixo calão, agride verbalmente o outro, já que pode surgir de modo brando, devido ao locutor valer-se de uma imagem discursiva “serena”, a partir do momento em que o vitimizado se sente vingado – ao menos momentaneamente. Trata-se do que ocorre no texto 3, em que, no excerto [3.2], o locutor afirma sua preocupação com os “valores”, porém não possibilita que saibamos quais seriam esses ou de qual modo compreende o termo “valor”:

[3.2] “Além de nos congratularmos com Bolsonaro, desejamos boa sorte ao novo chefe de Estado brasileiro, tendo em vista que o nosso país vive hoje a sua maior crise política, econômica, social e de valores.”

Essa ocorrência, quando isolada, não aparenta grande importância, mas a sistemática repetição que o locutor dela realiza mostra de que modo a “crise de valores” pela qual o país passava, em sua concepção, tratava-se de algo “sério”:

[3.3] “sem jamais abrir mão de **princípios.**”

[3.4] “sem nada pedir em troca que não fosse a comunhão de **ideais e valores.**”

[3.5] “ser justo com os municípios e **proporcionar às nossas crianças educação de verdade**

e com qualidade. E mais: que buscará a união e a pacificação do Brasil, no qual os **valores**, as **crenças**, a **identidade** e a independência do **nosso povo** sejam respeitados.”

[3.6] “que ajam com responsabilidade e **compromisso cívico.**”

[3.7] “A tarefa será árdua e longa, mas com dedicação e perseverança, **empunhando a bandeira verde e amarela, e ao lado dos cidadãos, escreveremos melhores capítulos na história do país.**”

Ao comparar os excertos de [3.2] a [3.7], é possível verificar que a grande preocupação do locutor em sua carta aberta diz respeito aos valores que anteriormente designamos como aqueles que são exaltados pela direita, os quais o próprio locutor cita no texto 3. Trata-se, sobretudo, de um *patriotismo* exacerbado, o qual o ele acredita haver sido roubado pelo Partido dos Trabalhadores. A referência permanece implícita (AMOSSY, 2018a, p. 178), mas pode ser identificada a partir do termo “pedaladas” apontado no excerto [3.8]. Tratam-se dos “crimes” pelos quais Dilma Rousseff foi acusada e que a levaram ao seu impeachment (golpe), em 2016:

[3.8] “**pedaladas** que levaram o país ao fundo do poço.”

No texto 8, o locutor apresenta a mesma insatisfação com o Partido dos Trabalhadores, bem como evoca valores bastante parecidos com o que faz o locutor no texto 3. O texto 8, porém, possui uma miscelânea de emoções como o *rancor*, a *indignação* e mesmo a *inveja*. Trata-se de algo que verificamos no texto como um todo, onde as unidades se costumam, mas que tentaremos apresentar nos excertos abaixo, diferenciando-os em:

- **Autoimagem de patriotismo e honradez:**

[8.1] “Com conhecimento, **patriotismo** e **honradez**, os nossos associados trabalham incansável e voluntariamente para manter a aviação brasileira voando.”

- **Indignação com o Partido dos Trabalhadores e com o Sistema Político:**

[8.2] “Como não poderia ser diferente, Sr. Presidente, as últimas décadas foram de **caos** também para o nosso setor”.

[8.3] “nos sujeitamos ao mais completo **caos** institucional.”

[8.5] “**Assaltada pelo petismo**, a Petrobras hoje opera o monopólio de fato do refino e distribuição de combustível de aviação, cujos preços, inflados por impostos estratosféricos, transformaram a operação da aviação geral, no Brasil, **numa quase impossibilidade**.”

[8.6] “que, Deus permita, inicie o desmonte de um projeto que praticamente **destruiu nosso maravilhoso país**.”

- **Inveja da situação alheia:**

[8.7] “Enquanto os nossos colegas norte-americanos, canadenses, chilenos, argentinos, uruguaios conseguem investir na modernização das suas aeronaves, em benefício da segurança, nós aqui no Brasil somos multados pela burocracia quando instalamos os mesmos equipamentos em nossas aeronaves!”

As argumentações do locutor de 8 advém de uma *vitimização* advinda de uma longa data, uma vez que em [8.2] afirma ser das “últimas décadas”, mesmo o governo de Fernando Henrique Cardoso é citado no texto (ver anexo) como desestruturador do setor da aviação particular no Brasil. Neste caso, o ressentimento não advém tanto de uma polarização, mas de uma reivindicação particular da categoria que se vitimiza.

No texto 10, o locutor mostra-se um apoiador do Presidente da República. Não se pode afirmar que haja algum nível elevado de ressentimento, nesse caso, mas emoções derivadas do sentimento de vitimização atual ou de outrora, sentimentos verificados mediante as emoções encontradas nos excertos [10.2] e [10.3].

Em [10.2], a expressão “recomeço próspero” designa um estado de *apatia*, ou mesmo uma emoção de *medo* sentido anteriormente, mas que já não se fazem presentes com a vitória de Bolsonaro, o que é reforçado pelo excerto [10.3]. A partir de sua leitura, verificamos que houve uma esperança depositada no presidente, ao passo que a expressão “combater a devastadora corrupção que nos assola há anos”, aponta um sujeito *indignado* por uma situação continuada do passado ao presente, mas que o locutor acredita desaparecer em virtude de um candidato em que demonstra confiança ter sido eleito.

[10.2] “Eleito de forma democrática, Bolsonaro tem agora a legitimidade de dar ao Brasil plenas condições para um **recomeço próspero**. Ao mesmo tempo em que entendemos e

reconhecemos a fragilidade do momento, também firmamos confiança na capacidade de diálogo e na força de vontade do nosso novo presidente para que possamos enfrentar a crise e **combater a devastadora corrupção que nos assola há anos.**”

[10.3] “A democracia está mais viva que nunca!”

Ao afirmar em [10.2] que o presidente foi “Eleito de forma democrática”, para dar “um recomeço próspero” ao Brasil” devido haver uma “devastadora corrupção” no país, o locutor adere ao antipetismo, um dos elementos que polarizaram a campanha de 2018, tese a partir da qual muitos brasileiros se apresentaram como *vítimas* de um grupo.

A ideia de que há um “salvador”, um “messias” que resgatará aqueles que sofrem, é comum no ressentimento, sendo ela apresentada no excerto [10.2], em que encontramos a figura daquele que combaterá a corrupção, enfrentará o sistema político. Ela é recorrente nos textos daqueles que parabenizaram o presidente eleito, mas no enunciado acima é explicitada no fragmento “também firmamos confiança na capacidade de diálogo e na força de vontade do nosso novo presidente”.

No texto 12, o locutor dialoga com o pronunciamento do presidente, realizado no dia de sua vitória, alinhando-se à figura do mandatário:

[12.2] “a SRB corrobora a necessidade do Brasil **garantir o respeito ao direito de propriedade,** um dos pilares do Estado democrático.”

[12.3] “ O produtor rural e o Brasil querem **liberdade. Liberdade** para empreender com tecnologia e inovação, para afiançar nossa competitividade nos mercados globais. Sem dúvida, o produtor rural brasileiro é uma das principais fontes para a criação de emprego, renda e do círculo virtuoso que transformará o Brasil no protagonista da prosperidade da sociedade brasileira e da segurança alimentar mundial.”

O locutor de 12 constrói a imagem de si como um importante protagonista da economia nacional e mundial, por isso reclama o direito à propriedade. Ele pressupõe haver o risco de que não ocorra o direito requerido, por isso, dois dias após o pronunciamento do presidente, o locutor repete um termo muito usado e enfatizado pelo eleito: “liberdade”.

Neste caso, há uma *vitimização* devido à ausência de liberdade para empreender, a qual é ampliada por sua autovalorização como “uma das principais fontes para a criação de emprego, renda e do círculo virtuoso que transformará o Brasil no protagonista da

prosperidade da sociedade brasileira e da segurança alimentar mundial.” Não é uma surpresa, portanto, que afirmemos haver a emoção do *rancor* presente no texto 12, o que se deve à falta de liberdade desejada pelo locutor-empresendedor de 12.

O locutor do texto 9 não manifesta emoções relacionadas ao ressentimento, pelo contrário, ele demonstra-se prejudicado pela falta de sua própria compreensão sobre política, afirmando-se apenas como uma entidade que luta por melhorias, inclusive a sua própria. Entretanto, o locutor não deixa de exercer seu posicionamento político ao parabenizar o eleito, como visto em [9.1], assim como ao afirmar haver recebido visita de dois importantes deputados aliados ao presidente, a deputada Bia Kicis e o deputado Júlio Cesar:

[9.2] “Exemplos são as agendas institucionais para tratar sobre as pautas da regulação; como a visita da deputada federal eleita Bia Kicis (PRP.DF), a parlamentar do presidente Jair Bolsonaro, cotada para ser presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara; que nos honrou, visitando a nossa sede.”

[9.3] “Também recentemente, a visita do deputado federal eleito, Julio Cesar (PRB.DF), da base de apoio do Governo, na Câmara; o parlamentar desde o primeiro turno se mostrou aberto em continuar os diálogos em apoio a autonomia técnica das Agências, bem como à campanha do ‘Ciclo de Gestão’.”

Ocorre que a recepção havia sido ainda durante a eleição, de modo que se não podemos afirmar que o grupo se vitimize, também não se pode afirmar que ele não o faça, uma vez que tenha assumido um posicionamento político.

Dentre os textos que apoiam a vitória do presidente, o locutor do texto 10 expressa com mais intensidade as emoções de *ódio*, *rancor* e *indignação* pelos governos anteriores, não mensurando críticas a eles. Podemos nele verificar que os principais motivos de haver uma *vitimização*, acompanhada por *indignação* e *rancor* se deve a motivos deixados explícitos pelo locutor, os quais ele afirma como: “sucateamento da saúde”, “uso de médicos como bodes expiatórios”, “desvalorização das escolas de medicina” e “envio de dinheiro para o exterior”. Vejamos os excertos abaixo:

[10.2] “O exame é a única forma de evitar que as **escolas caça-níqueis** prejudiquem **ainda mais** o atendimento ao cidadão, **principalmente** aquele que depende do sistema público e não pode escolher os profissionais que lhe dão assistência.”

[10.3] “Por estarem na **linha de frente** da saúde, os médicos têm sido escolhidos como **bode expiatório** do sistema, como se fossem os **culpados por todas as mazelas da saúde pública**. Há uma grande esperança de que este quadro mude e que o médico brasileiro **volte a ser valorizado e respeitado**.”

[10.4] “O **loteamento político** e as **preferências ideológicas** não podem mais influenciar a condução do Ministério da Saúde e das agências reguladoras.”

[10.5] “Sabemos que reorganizar e reconstruir o que foi **sucateado pelos governos anteriores** não serão tarefas fáceis.”

[10.6] “Da mesma forma, compartilhamos sua **indignação** a respeito do envio de quase 16,5 bilhões reais para Opas e para a **ditadura cubana**. Recursos em volumes maiores do que o Ministério da Saúde efetivamente executa na rubrica de investimentos na saúde, conforme SIAFI: menos de 2,9 bilhões de reais em 2017.”

Em [10.3] a expressão “linha de frente” é utilizada a fim de ser criada a imagem de médicos como *soldados e sobreviventes*, pois governos anteriores, em referência ao PT, teriam “sucateado” [10.5] a saúde brasileira. Um dos motivos para isso haver ocorrido adviria das “preferências ideológicas” [10.4] realizadas pelo Ministério da Saúde, as quais se refeririam a um posicionamento político de esquerda que o locutor desaprova. Ele acredita que esse posicionamento tenha sido um dos motivos de haver “escolas caça-níqueis” [10.2] de medicina, bem como de uma grande quantidade de dinheiro haver sido enviada para o exterior, não para um país, qualquer, mas para a “ditadura cubana” [10.6]. Isso causou a autoafirmada “indignação” dos médicos que afirmam não serem valorizados ou respeitados [10.3] e se veem como “bode expiatório” [10.3] – aqueles sobre os quais toda a culpa recai, principalmente durante o momento e no espaço de trabalho – devido às ações de um governo que não teria sabido tomar boas decisões por causa de seu posicionamento político.

Os textos 4, 5, 6 e 7 foram contrários à vitória de Jair Bolsonaro. Ocorre que, se nem todos os textos que apoiaram o presidente traçaram uma imagem negativa da oposição, aqueles que foram escritos em repúdio à sua vitória pintaram uma imagem negativa do presidente. Isso se deu porque aquele que escreve um texto em apoio ao novo mandatário deseja ganhar algo ao fazê-lo ou o faz devido a um temor e por isso tem como alvo unicamente agradar o eleito, mas quem escreve um texto de repúdio o faz por algum interesse escuso ou por uma consciência política advinda de suas crenças enquanto oposição, histórica, ao partido ou às ideias propagadas pelo eleito (CHARAUDEAU, 2006b, p. 17).

Tendo isso em vista, compreendemos que o excerto [4.1] expôs um locutor que apresentou uma carta aberta ao povo brasileiro avisando-o sobre os perigos que representava Jair Bolsonaro na presidência: “um presidente da República declaradamente determinado a instaurar um governo de conteúdo ditatorial, para implementar, a ferro e fogo, um programa ultraliberal e neocolonial.” [4.1]. O locutor de 4, cria a imagem de si como um conhecedor do passado e também do presente, o qual alerta os brasileiros sobre um futuro em que podem ser subjugados por aquele a quem concederam poder de representatividade. Algumas das razões aparecem no excerto [4.2]:

[4.2] “Isso ficou bem explícito na reta de chegada da campanha do segundo turno, quando as próprias instituições da República, como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram **ameaçadas**. De igual modo, **foram atacadas garantias básicas da Constituição Federal, como a liberdade de imprensa, de manifestação e de organização partidária**. A autonomia das universidades foi pisoteada. O presidente eleito, durante a campanha, foi um **pregoeiro da violência, da intolerância e do ódio** entre os brasileiros, e **jurou encarcerar ou banir do país os cidadãos e as cidadãs ‘vermelhos’ que dele divergirem, e criminalizar movimentos e entidades do povo.**”

O locutor de [4.2] possui uma imagem prévia de comunista, mais acentuada nele do que em demais sujeitos, uma vez que o texto foi publicado no site do *Partido Comunista do Brasil*, assinado por sua “presidenta” e pela “Comissão Executiva Nacional”.

Após apontar as falas do eleito como uma “pregação de matriz fascista”, o locutor compreende-se vítima não apenas do *ódio* provocado pelo presidente enquanto candidato, mas de uma maquinaria que pode ser confundida com a conspiração do ressentimento da esquerda, apontado por Angenot (2008), mas sobre o qual há respaldo das mídias.

[4.3.] “A lisura do pleito foi corrompida para favorecer a candidatura da extrema-direita, por intermédio de expedientes ilegais, ao estilo da denominada guerra híbrida que estimula o uso em grande quantidade das falsas notícias, as chamadas fake news, expediente financiado criminosamente, conforme denúncias da imprensa, por grandes empresários.”

Desse modo, o locutor apresenta-se como um vitimizado, fazendo inúmeras oposições ao eleito durante a eleição e após o resultado das urnas.

[4.4] “A resistência das forças democráticas, progressistas, populares e patrióticas começa

respaldada pela expressiva obtida pela chapa Fernando Haddad-Manuela d'Ávila e na tomada de posição de personalidades e instituições que ergueram a voz para defender a democracia e a Constituição.”

Pode-se dizer que o locutor de 4 se ressentido contra crenças que compreende como fascistas. Contudo, mostra-se *indignado* e disposto a fazer oposição séria em relação à vitória de Bolsonaro, já que foi ameaçado quando o presidente lhe jurou “encarcerar ou banir do país os cidadãos e as cidadãs ‘vermelhos’ que dele divergirem” (lembramos que “vermelho” constitui uma referência aos comunistas e aos petistas).

Enquanto no texto 4 o locutor faz oposição ao presidente por acreditar que não esteja só, mas que muitos brasileiros também o rejeitam [4.4], no texto 5 o locutor não assume a postura de uma vítima passiva, mas de uma vítima ativa [5.3], pois não apenas se encontra *indignado* com as ideias do novo presidente em relação ao meio ambiente e aos povos protegidos pela Constituição [5.4], mas apresenta-se como conhecedor do que deveria ser feito pelo mandatário, mas não o é:

[5.2] “O retrocesso civilizatório anunciado e reafirmado por Bolsonaro e vários de seus auxiliares não pode se tornar política de Estado. **O presidente eleito deve ser guardião incansável das instituições democráticas e dos direitos humanos. Deve governar para todos os brasileiros.** Não vamos, em nenhuma hipótese, normalizar a erosão dos valores da nossa democracia, da nossa cidadania e dos direitos da nossa geração e das futuras. Onde houver ameaça, nós seremos a resistência.”

[5.3] “Na área ambiental, lutaremos para que as instâncias de governança sejam fortalecidas, em especial o Ministério do Meio Ambiente e seus órgãos vinculados, bem como para que seja ampliada a política de áreas protegidas, que inclui a criação de unidades de conservação e a demarcação e homologação de terras indígenas.”

[5.4] “Por fim, resistiremos a qualquer investida contra os povos e comunidades tradicionais, protegidos pela Constituição, bem como a qualquer violência contra ativistas ambientais. **O Brasil é o país que mais mata defensores do meio ambiente no mundo – 57 apenas no ano passado** – e o clima instaurado na campanha eleitoral, com atentados a agentes do Ibama e ao ICMBio, apenas aumentou o perigo. É tarefa do presidente eleito desarmar essa bomba.”

A postura desse locutor pode ser compreendida como a de um sujeito que acredita saber o que seria o correto, compreende que o eleito não o faz e, por isso, decide ele próprio ser um defensor da democracia. O locutor apresenta-se como um “lutador sofrido”,

utilizando dados que visam justificar sua luta e seu *status* de vítima, a fim de despertar a emoção da *compaixão* e da *indignação* no interlocutor, “57 apenas no ano passado” [5.4], de modo que se não lutar junto a ele, ao menos apoie sua causa.

O locutor acaba por vitimizar-se sem recorrer ao *ódio* ou ao *rancor*, mas à *indignação* e ao *temor*, já que apresenta uma causa para defender (o meio ambiente, as populações protegidas, o controle do clima no mundo, a democracia e os direitos dos indígenas a uma terra demarcada). Ele assume a postura de um resistente às ameaças, sendo uma delas, ao seu ver, o novo presidente do Brasil.

Os textos de apoio ao presidente se articulam em torno de um mesmo objetivo, parabenizá-lo a fim de o agradar e de agradar sua base aliada, conseguindo, com isso, alguma vantagem. Os textos de repúdio, não intencionando fazer o mesmo, articulam-se em prol de se posicionarem sobre a vitória do eleito, possuindo, assim, mais liberdade para versar sobre diferentes assuntos. É o que acontece no texto 6, no qual o locutor se posiciona contrário à vitória do eleito [6.1] por representar também a vitória da ultradireita. Compreendemos que o locutor possui uma aversão ao que esse posicionamento político representa, pois lhe provoca emoções negativas.

Seu posicionamento sobre a vitória de Bolsonaro, no entanto, transforma-o em um texto *rancoroso* acerca da traição da própria classe trabalhadora que nele votou, pois de outra forma não seria eleito. O locutor mostra em [6.2] compreender que o voto consistiu em um castigo ao PT, que acabou sendo um castigo ampliado a toda sociedade brasileira, isso porque:

[6.2] “O PT surgiu do seio da nossa classe, mas se aliou aos banqueiros e aos grandes empresários para ganhar as eleições e para governar. Deu as costas aos trabalhadores. Empenhou-se em defender os interesses dos bancos e das grandes empresas. Igualou-se aos partidos tradicionais da burguesia, virou farinha do mesmo saco.”

A repreensão ao PT torna-se possível porque o locutor acredita ser um partido que já representou os trabalhadores, mas não mais os representa desde que se corrompeu. Por isso, mostra-se uma vítima não apenas do governo Bolsonaro, que condena antecipadamente, mas principalmente uma vítima do principal motivo de este ter sido eleito.

Assim como o locutor do texto 4, em 6, os trabalhadores são atemorizados por meio do alerta, do aviso de que não acreditam acontecer no futuro algo que já acontece no presente:

[6.3] “vejam o que já está acontecendo nos últimos dias: ações de setores da Justiça e da polícia impuseram uma espécie de censura nas universidades”

Mais de uma vez, e de modos diferentes, o locutor alerta os brasileiros sobre o que esperar do governo eleito. A estratégia, nesse caso, é valer-se do medo para levar o outro a estabelecer uma união em grupo:

[6.4] “Não virão desse governo medidas que ponham fim a toda sorte de **discriminação, violência e humilhação** que marcam a vida de todo o povo pobre que vive na periferia dos grandes centros urbanos.”

Em [6.4] é visado retirar do interlocutor quaisquer esperanças sobre uma gestão governamental a seu favor. Além disso, o locutor procura fazer com que o interlocutor se veja como uma vítima, já que possivelmente “discriminada”, “violentada” e “humilhada” de modos distintos. Os termos apresentados, com carga semântica negativa, são utilizados a fim de o interlocutor se ver como separado da sociedade por uma elite que o degrada, sendo, por isso, necessário se mobilizar, considerando, como anteriormente citado, que, ao ser humilhado, o trabalhador brasileiro se encontra em uma situação que “coloca em questão o orgulho, a honra, a dignidade” (HAROCHE, 2020, p. 465).

Curiosamente, o locutor de 6 é permeado pela emoção do *rancor* contra quem considera traidor da classe trabalhadora, ao passo que procura causar em seu interlocutor a indignação tanto contra os “traidores” quanto em relação ao governo. Em relação aos primeiros, afirma ser necessário “aprender com a traição e com os erros do PT”, ao passo que, para enfrentar o segundo, deseja firmar uma frente ampla junto aos trabalhadores.

O locutor se posiciona como um sujeito do povo, dialogando com a cultura popular em seu texto, desejando, com isso, mostrar-se do povo e para o povo:

[6.5] “Como diz o samba da Mangueira do próximo carnaval, queremos ‘um país que não está no retrato’. Um Brasil sem desigualdade social, sem preconceito e exploração. ‘Na luta é que a gente se encontra’.”

Uma aproximação como essa se dá devido ao locutor do 6 mostrar-se como um socialista radical, avesso ao capitalismo e desejoso de que o PT continuasse com um socialismo que o locutor do texto 6, assinado pela “Direção Nacional do PSTU”, reivindica, socialismo expresso em [6.6] com a seguinte característica:

[6.6] “O PSTU acredita, por outro lado, que é nessa luta, que precisamos organizar e travar para defender nossos direitos, que devemos dar – e daremos – passos concretos para organizar uma alternativa política para o país, **para colocar abaixo esse sistema de coisas que aí está, o capitalismo, e construir uma sociedade socialista.** Uma sociedade em que acabe a **desigualdade** e a **injustiça**, na qual todos e todas tenham trabalho e vida digna. **Uma sociedade em que toda a riqueza seja distribuída entre os que trabalham** e que toda forma de **discriminação, opressão e violência** tenha fim..”

Trata-se de um socialismo idealizado, que consiga colocar abaixo a forma atual de gestão da economia, o capitalismo. Isso ocorre devido ao locutor não apenas se vitimizar, mas vitimizar a sociedade da qual faz parte, a dos trabalhadores pobres da periferia, compreendendo-a enquanto uma sociedade acometida pela injustiça, violência, desigualdade, opressão e discriminação, o que o leva, por fim, a também se indignar com o sistema socioeconômico vigente.

O texto 6 adota um constante diálogo com o primeiro socialismo de Marx e Engels, havendo passagens no texto que realizam intertextualidade com o *Manifesto comunista*, sendo isso o que justifica sua idealização, já que o escrito do século XIX trazia uma novidade que o locutor de 6 ainda toma como crença particular. Basta verificar que no *Manifesto* podemos ler “De tempos em tempos os operários triunfam, mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores.” (MARX; ENGELS, 1998, p. 48) e no texto 6 encontramos um resgate dessa voz [6.7]:

[6.7] Queremos fazer um chamado a todos os trabalhadores e trabalhadoras, ao povo pobre que vive na periferia dos grandes centros urbanos, aos sindicatos, às centrais sindicais, aos movimentos populares – independentemente do candidato em que cada um votou e da sua opinião política ou partidária – a nos unirmos para a luta em defesa dos direitos e dos interesses da nossa classe.

Enquanto no *Manifesto* é proclamada a necessidade de “união cada vez mais ampla

dos trabalhadores”, em [6.7] o locutor realiza um “chamado a todos os trabalhadores e trabalhadoras”.

O locutor do texto 7 manifestou um ponto de vista sobre o PT bastante diferente do locutor de 6, pois aquele não atribuiu a vitória de Bolsonaro à traição do partido, mas, por falta de um termo melhor, a uma “conspiração”, da qual faziam parte empresários, sistema judiciário, grupos que recorriam à violência sofrida pelos eleitores do partido e a uma interdiscursividade entre o político e o religioso com a intenção de prejudicar o partido e seus candidatos, como se vê em [7.2]:

[7.2] “Ao longo da campanha, os meios de comunicação foram utilizados diuturnamente para atacar a candidatura popular. **Os empresários pressionaram seus funcionários** com todo tipo de ameaças. **O nome de Deus foi usado em vão**. As redes sociais foram inundadas de mentiras, numa estratégia articulada e paga por empresas com o objetivo de difamar o PT e seu candidato, Fernando Haddad. **O sistema judiciário, além de ter impedido, arbitrariamente, a candidatura de Lula, manifestou fraqueza** e conivência ao não punir exemplarmente aqueles que ameaçaram abertamente as instituições ou cometeram crime eleitoral. A impunidade contribuiu para o aumento de atos de **intimidação e violência contra eleitores do PT** e para o crescente clima de ódio que dividiu o país.”

Em [7.2], o locutor isenta o partido de responsabilidade, mostrando-o como uma vítima de ódio, de difamação, de ataques da elite, de mentiras e de ameaças. É argumentado que o partido não possuiu condições de contra-atacar uma frente ampla como essa, que visou desmoralizá-lo por meio do uso de mentiras durante a campanha, do amedrontamento, do impedimento do seu principal candidato e da difamação do candidato que deveras concorreu. Portanto, mais do que apenas defender o partido, o locutor afirma a falta de escrúpulos e a incapacidade orquestrada por diversos grupos que o queriam fora do governo. Igualmente, o locutor apresenta a maioria da população brasileira como votante no candidato eleito, colocando-a como cúmplice de inúmeros pontos negativos elencados em [7.1]. Nesse caso, ela também seria responsável pelo que aconteceu.

O locutor mostra-se indignado ao apresentar pontos específicos que levaram à vitória de Bolsonaro, porém a emoção é seguida por um alerta:

[7.3] “Enganam-se aqueles que acharam que destruiriam nossa capacidade de resistência e de luta. O PT saiu mais forte desse processo como a principal força de oposição ao governo de recorte **neoliberal** e **neofascista**. A CUT e os movimentos sociais também se fortaleceram.”

Nos textos 4, 5, 6 e 7, os locutores assumem o mesmo modo de ver a política pregada pelo novo governo como um movimento *fascista* ou *neofascista* (bem como *direitista* ou *ultradireitista*). Assim como nos textos 5 e 6, no texto 7 os interlocutores idealizados (Tud), constituídos pelos trabalhadores e indivíduos com posicionamento político de esquerda, são avisados de que haverá uma resistência ao governo eleito:

[7.4] “A CUT manterá a classe trabalhadora unida, preparando-a para a luta, nas ruas, nos locais de trabalho, nas fábricas e no campo contra a retirada de direitos e em defesa da democracia.”

Enquanto os textos que parabenizam Bolsonaro apresentam repulsa à esquerda, especialmente ao Partido dos Trabalhadores, afirmando que a vitória do novo presidente constituirá um recomeço para um país livre do comunismo, podemos interpretar os textos que repudiam o presidente a partir de dois olhares. Conforme o primeiro, os trabalhadores são chamados à luta para que não triunfem aqueles que, em razão de seus próprios interesses, ajudaram Bolsonaro chegar ao poder de modo antidemocrático. O segundo modo de ver constitui um repúdio à vitória do novo presidente, afirmando não apenas que a resistência existirá para que o prometido pelo eleito não ocorra, mas que também não ocorra o que ele representaria, o retorno do fascismo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos nossa tese com a intenção de averiguar se e de que modo o ressentimento poderia ser verificado no discurso. Para isso, muitos questionamentos nos foram feitos e outros nós próprios nos fizemos. Pensamos muito se ainda valeria a pena continuar com esse estudo, apesar de considerarmos importante que a Análise do Discurso, uma disciplina transversal, apresentasse uma forma de interpretar a questão, quase inédita para muitos pesquisadores.

Aos poucos, compreendemos que muitos ainda consideravam, ou consideram, o ressentimento apenas a partir de um verbete de dicionário: “ s.m. (a1720) 1. ato ou efeito de ressentir(-se) 2. mágoa que se guarda de uma ofensa ou de um mal que se recebeu; rancor” (HOUAISS). Essa consideração nos deu fôlego para continuar a pesquisa, pois compreendemos que a incompreensão era a mesma que nós tínhamos antes de encontrar os primeiros trabalhos sobre o assunto, o que se deu pela leitura do famoso livro de Kehl (2015) sobre o assunto “ressentimento”.

Em seguida, buscamos a obra *Genealogia da moral*, de Nietzsche (2009), que acreditamos por muito tempo ser o único material em que o filósofo tratava do assunto, e concluindo esse primeiro contato com a leitura de uma obra em espanhol, de 1938, conseguida com muita dificuldade: *El resentimiento en la moral*, de Max Scheler. Demorou dois anos para que descobríssimos, na vasta bibliografia do autor, que havia uma tradução para o português, sob o título *Da reviravolta dos valores* (SCHELER, 2012). A partir de então foi mais fácil encontrar a tradução para o francês e o original em alemão, língua que, infelizmente, não dominamos.

Poucos autores, além destes, possuíam algo novo sobre o assunto para oferecer, pois a maior parte trabalhava unicamente com Kehl ou Nietzsche. Max Scheler, em quem mais nos inspiramos sobre o assunto, era constantemente ignorado. No entanto, começamos a compreender que a maior parte dos pesquisadores trabalhavam com uma pequena bibliografia disponível sobre um assunto tão importante.

Estudando por bastante tempo autores de diversas áreas do saber, conseguimos

verificar modos particulares de analisar o assunto: a Psicanálise, apoiando-se em Freud, crendo que o seu fundador tratava do assunto, mas sem utilizar o termo ressentimento, a Filosofia, quase exclusivamente em Nietzsche, e outros autores, de demais áreas, acreditando, assim como a Psicanálise, no trabalho com a noção de ressentimento sem menção ao termo. Essa demora foi útil, pois, somente após esses estudos, descobrimos que um autor da Análise do Discurso trabalhava com a noção, utilizando seus próprios estudos na disciplina em diálogo com a noção e com o termo. Tratava-se de Marc Angenot, o qual trabalhou com o assunto em muitos de seus livros e artigos, desde *Les idéologies du ressentiment* (1997) ao *Dialogues de sourds* (20018).

O modo como trabalhamos o assunto até esse momento era próximo àquele como Angenot o fazia, porém o autor enfatiza em sua obra as ideologias, enquanto nosso interesse recaía sobre as emoções e as crenças a elas ligadas. O que advinha das emoções de ódio e inveja que Nietzsche afirma haver no ressentimento, mas que Scheler aponta serem muitas mais: “sentimento e impulso de vingança, ódio, maldade, inveja, ciúme, cobiça, malícia.” (SCHELER, 2012, p. 48). Por sua vez, Ansart (2004) afirma que a lista não estava completa, pois *medo e sentimento de humilhação* também deveriam ser incluídos na lista.

Logo, foi preciso realizar um histórico do conceito de ressentimento, desde que o termo deixou o senso comum e foi teorizado por Nietzsche, que nos mostrou o “re-sentir” não apenas constituía um sentir novamente, mas uma incapacidade de superar um mal, real ou imaginário, que o *outro* tivesse ou não feito ao *eu*. Muitas vezes, o mal era unicamente ser diferente do *eu*, o que constituía mesmo assim motivo para o ódio ao *outro*.

Como foi visto, após Nietzsche, mostramos como Max Scheler tratou a questão desmembrando o que constituía unicamente uma repulsa em diversas emoções que formavam o que se chamou de ressentimento. Sob a ótica de Scheler, essas emoções sempre apareciam como sujeitas ao ódio do *outro* por algum motivo específico, sendo por isso que verificamos as relações do *eu* com o *outro*. Desejávamos compreender esse motivo, por isso buscamos uma situação sócio-histórica que possibilitasse compreender como o ressentimento poderia ser manifestado na linguagem em ato, nas emoções, no discurso. Já sabíamos que somente um conflito permitiria que esse estudo ocorresse, e, por isso, utilizamos como *corpus* inicial os conflitos entre os senadores durante o julgamento pelo *impeachment* (golpe) da presidente

Dilma Rousseff no Senado. Contudo, em conversa com a professora Helcira Lima, foi compreendido que aquele ainda não era o ápice de uma polarização, mas um momento, que chegou ao ápice com as eleições de 2018, quando houve ameaças, brigas entre famílias, argumentações que visavam combater crenças de grupos, ou seja, era o auge. Tratou-se de um acontecimento iniciado com a vitória do presidente Lula, em 2002.

Nesse momento, já sabíamos que o ressentimento não poderia ser tratado apenas como um sentir novamente, pois, ao ler a *Genealogia*, compreendemos que muitas vezes não há um novamente, já que a emoção primeira, como a inveja, não derivava de o sujeito haver realizado algo contra o *outro* para que ele fosse hostil. Consideramos focar nas emoções que poderiam compreender o ressentimento. Por isso, utilizamos não apenas esse termo, mas também a expressão *constelação emotiva do ressentimento*, valemo-nos de uma paráfrase da expressão “constelação afetiva”, utilizada por Kehl (2015).

Primeiro, buscamos compreender quais emoções os diversos estudiosos atribuíam ao ressentimento, posteriormente, analisamos alguns excertos de um corpus de apoio para verificar quais apareciam. Por meio dessa metodologia, verificamos que nos textos analisados sempre surgem emoções constituintes dessa *constelação emotiva*. Compreendemos também que é mediante uma *vitimização* de *si* ou de um *outro* que as emoções são manifestadas pelo medo ou pela repulsa relacionada ao outro.

A construção da imagem de si como uma vítima, do outro como um algoz, a ressignificação de palavras, bem como de valores, a mobilização do sujeito como pertencente ao grupo que argumenta, o ataque ao outro visando ferir todo o grupo ao qual ele pertence ou que representa, assim como a utilização de temas históricos para mobilizar emoções são algumas das marcas do ressentimento no domínio político. Estudamos esse domínio por uma afinidade ao tema, oriunda desde os tempos da graduação.

Preocupamo-nos que, mesmo vivendo em uma sociedade marcada por essa *constelação emotiva*, haja poucos estudos específicos sobre o assunto. Por isso, esperamos ter contribuído, de algum modo, para elucidar o funcionamento desse assunto que permanece na penumbra, mas que esperamos vir à luz a partir de demais interessados em compreender o motivo de o ressentimento ser tão comum em nossa sociedade.

Esperamos também que, em um futuro próximo, nós próprios prossigamos com os

estudos a respeito do ressentimento, pois o vimos como bastante relevante não apenas de um ponto de vista social, mas como uma temática importante para a Análise do Discurso, uma vez que constitui um assunto que perpassa diferentes domínios discursivos.

BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AB’SÁBER, T. **Dilma Rousseff e o ódio político**. São Paulo: Hedra, 2015.
- AB’SÁBER, T. **Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica**. São Paulo: Hedra, 2016.
- AB’SÁBER, T. **Michel Temer e o fascismo comum**. São Paulo: Hedra, 2018.
- ALIGHIERI, D. **A divina comédia: inferno**. Vol. 1. São Paulo: Editora 34, 2014.
- AMOSSY, R. **L’argumentation dans le discours**. Paris: Armand Colin, 2010.
- AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso**. São Paulo: Contexto, 2013.
- AMOSSY, R. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.
- AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018a.
- AMOSSY, R. Introduction: la dimension argumentative du discours - enjeux théoriques et pratiques. **Argumentation & analyse du discours**, n. 20, 2018b.
- AMOSSY, R.; PIERROT, A. H. **Estereótipos e clichês**. São Paulo: Contexto, 2022.
- ANGENOT, M. **Les idéologies du ressentiment**. Montréal: XYZ, 1997.
- ANGENOT, M. Nouvelles figures de la rhétorique : la logique du ressentiment. **Questions de communication**, v. 12, p. 57–75, 2007.
- ANGENOT, M. **Dialogues de sourds**: traité de rhétorique antilogique. Paris: Mille et Une Nuits, 2008.
- ANGENOT, M. La pensée conspiratoire: une histoire dialectique et rhétorique? In.: DANBLON, E.; NICOLAS, L. (orgs.). **Les rhétoriques de la conspiration**. Paris: CNRS Éditions, 2010. p. 25–42.
- ANGENOT, M. **O discurso social e as retóricas da incompreensão**: consensos e conflitos na arte de (não) persuadir. São Carlos: EDUFSCar, 2015.
- ANGENOT, M. Le ressentiment: raisonnement, pathos, idéologie. In.: RINN, M. (org.). **Émotions et discours** : l’usage des passions dans la langue. Interférences. Rennes: Presses

universitaires de Rennes, 2016. p. 83–97.

ANSART, P. História e memória dos ressentimentos. Em: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 15–36.

ANSART, P. **A gestão das paixões políticas**. Curitiba: UFPR, 2019.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARCANJO, F. Á.; PEIXOTO, T. F. Construções retórico-argumentativas em Júlio César, de Shakespeare. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, p. 33–53, 26 dez. 2019.

ARENDT, H. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010a.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

ARENDT, H. **Sobre a revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARENDT, H. O conceito de história - antigo e moderno. In.: **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016. p. 69–126.

ARISTÓTELES. Refutações sofisticas. Em: **Órganon**. São Paulo: EDIPRO, 2010a. p. 545–606.

ARISTÓTELES. **Órganon**. São Paulo: EDIPRO, 2010b.

ARISTÓTELES. **Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

BAKHTIN, M. **O freudismo**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. São Paulo: HUCITEC, 2014.

BAKHTIN (VOLOCHÍNOV), M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 2010.

BARTHES, R. Le message photographique. **Communications**, v. 1, n. 1, p. 127–138, 1961.

- BARTHES, R. L'ancienne rhétorique. **Communications**, v. 16, p. 172–223, 1970.
- BARTHES, R. A retórica antiga. In.: BARTHES, R. **A aventura semiológica**. Lisboa: Edições 70, 1987. p. 19–94.
- BARTHES, R. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BARTHES, R. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BENVENISTE, E. L'appareil formel de l'énonciation. **Langages**, v. 117, p. 12–18, 1970.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral**. Vol. 1. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- BESNIER, B. Aristóteles e as paixões. In.: BESNIER, B.; MOREAU, P.-F.; RENAULT, L. (orgs.). **As paixões antigas e medievais: teorias e críticas das paixões**. São Paulo: Loyola, 2008. p. 37–108.
- BOURDIEU, P. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BRASIL, C. N. / S. F. **Impeachment: o julgamento da presidente Dilma Rousseff pelo Senado Federal**. Brasília: Senado Federal, SAJS, 2016.
- BRETON, P. **A manipulação da palavra**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BRETON, P. **L'argumentation dans la Communication**. Paris: Éditions La Découverte, 2003.
- BRITO, L. M. DA S. **Ressignificando a produção textual na EJA: uma experiência com o gênero textual carta aberta**. Dissertação de Mestrado—Mamanguape: Universidade Federal da Paraíba, 2015.
- BUCCI, E. **A forma bruta dos protestos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- CAMUS, A. **O mito de Sísifo**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2018.
- CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2018.
- CATTANI, A. D. **A síndrome do mal**. Porto Alegre: CirKula, 2020.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006a.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006b.
- CHARAUDEAU, P. Pathos e discurso político. In.: MACHADO, I. L.; MENEZES, W.;

MENDES, E. (orgs.). **As emoções no discurso**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 240–251.

CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In.: LARA, G. M. P.; MACHADO, I. L.; EMEDIATO, W. (orgs.). **Análises do discurso hoje**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2008a. p. 11–30.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso**. São Paulo: Contexto, 2008b.

CHARAUDEAU, P. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In.: MENDES, E.; MACHADO, I. L. (orgs.). **As emoções no discurso**. Vol. 2. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 23–79.

CHARAUDEAU, P. Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. In.: GLÁUCIA, M. P. L.; LIMBERTI, R. P. (orgs.). **Discurso e desigualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 13–30.

CHARAUDEAU, P. **A conquista da opinião pública**: como o discurso manipula as escolhas políticas. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, P. De l'état victimaire au discours de victimisation: cartographie d'un territoire discursif. **Argumentation et Analyse du Discours [on-line]**, v. 23, 2019.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (orgs.). **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHAUÍ, M. Sobre o medo. In.: NOVAES, A. (org.). **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009. p. 33–82.

CORBIN, A. (org.). **História das emoções: das Luzes até o final do século XIX**. Vol. 2. Petrópolis: Vozes, 2020.

COURTINE, J.-J. (org.). **História das emoções: do final do século XIX até hoje**. Vol. 3. Petrópolis: Vozes, 2020.

CUNHA, A. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

DUCROT, O. **Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer**. São Paulo: Cultrix, 1977.

DUCROT, O. As escalas argumentativas. In.: **Provar e dizer**. São Paulo: Global, 1981. p. 178–228.

DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In.: **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987. p. 161–218.

DUCROT, O.; ANSCOMBRE, J.-C. L'argumentation dans la langue. **Langages**, v. 42, n. 10, p. 5–27, 1976.

EGGS, E. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In.: AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 29–56.

FASSIN, É. **Populismo e ressentimento em tempos neoliberais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019.

FERRO, M. **O ressentimento na história**. Rio de Janeiro: Agir, 2012.

FIORIN, J. L. Semiótica das paixões: o ressentimento, uma paixão acadêmica. Em: EMEDIATO, W.; LARA, G. M. P. (orgs.). **Análises do discurso hoje**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 105–124.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. São Paulo: Contexto, 2016.

GALINARI, M. As emoções no processo argumentativo In.: MACHADO, I. L.; MENEZES, W.; MENDES, E. (orgs.). **As emoções no discurso**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 221-239.

GANDIN, L.; PANKE, L. A transferência de ethos de Lula para Dilma na campanha eleitoral de 2010. **Revista eletrônica de ciência política**, v. 6, n. 1, p. 167–186, 2015.

GOFFMAN, E. **As representações do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GRINSHPUN, Y. Introduction. De la victime à la victimisation: la construction d'un dispositif discursif. **Argumentation & Analyse du Discours**, n. 23, 18 out. 2019.

GRIZE, J.-B. Le point de vue de la logique naturelle: démontrer, prouver, argumenter. In.: DOURY, M.; MOIRAND, S. (orgs.). **L'argumentation aujourd'hui: positions théoriques en confrontation**. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2004. p. 35–44.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAROCHE, C. Elementos para uma antropologia política do ressentimento: laços emocionais e processos políticos. In.: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (orgs.). **Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 329–346.

HAROCHE, C. O sentimento de humilhação: degradar, rebaixar, destruir. In.: JEAN-JACQUES COURTINE; CORBIN, A.; VIGARELLO, G. (orgs.). **História das emoções**: do final do século XIX até hoje. Vol.3. Rio de Janeiro: Vozes, 2020. p. 465–492.

HOCHNER, N. Le corps social à l’origine de l’invention du mot “émotion”. **L’Atelier du Centre de recherches historiques. Revue électronique du CRH**, n. 16, 22 mar. 2016.

HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. [s.l.] Objetiva, 2009.

INNERARITY, D. **A política em tempos de indignação**. Rio de Janeiro: leya, 2017.

Junho – O mês que abalou o Brasil. Amazon Prime Vídeo, 2014.

KEHL, M. R. O ressentimento camuflado na sociedade brasileira. **Novos Estudos**, 163-180. n. 71, mar. 2005.

KEHL, M. R. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

LE BRETON, D. **As paixões ordinárias**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

LIMA, H. **Na tessitura do Processo Penal**: a argumentação no Tribunal do Júri. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

LIMA, H. Emoções e discurso: notas sobre a vergonha. In: CHAUVIN, J. P. (org.). **Interfaces do discurso**: retórica, história e literatura. Vol. 1. São Paulo: Editora Mackenzie, 2017, p. 134-153.

LIMA, H. As emoções e sua implicação na construção argumentativa. In: PIRIS, E.; OLÍMPIO-FERREIRA, M. (orgs.) **Discurso e argumentação em múltiplos enfoques**. Coimbra: Grácio Editor, 2016. p. 241–259.

LIMA, H. M. R.. Emoções suscitadas e emoções expressas: contribuições da retórica e da linguística discursiva para a análise de um vídeo-resposta. In: V SIMELP, 2017, Lecce. Anais do V SIMELP – DE volta ao futuro da língua portuguesa. Lecce: Universitat de Salento, 2017. p. 1113-1126.

LISPECTOR, C. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LISPECTOR, C. **Para não esquecer**. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2015.

MAINGUENEAU, D. Présentation. **Langages**, v. 29, n. 117, p. 5–11, 1995.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. São Paulo: Pontes, 1997.

- MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Contexto, 2004.
- MAINGUENEAU, D. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2006.
- MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (orgs.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11–29.
- MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia, incorporação. Em: AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 69–92.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MEY, J. Etnia, identidade e língua. Em: SIGNORINI, I. (org.). **Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998. p. 69–88.
- MICHELET, J. **A feiticeira**. São Paulo: Aquariana, 2003.
- MOIRAND, S. Dialogismo In.: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D (orgs.). **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004, 160-162.
- MOREAU, P.-F. As paixões: continuidades e reviravoltas. In: BESNIER, B.; MOREAU, P.-F.; RENAULT, L. (orgs.). **As paixões antigas e medievais: teorias e críticas das paixões**. São Paulo: Loyola, 2008. p. 7–20.
- MOUFFE, C. **Sobre o político**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- NICOLAU, J. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- NIETZSCHE, F. **Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral**. São Paulo: Hedra, 2007.
- NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.
- NIETZSCHE, F. **O anticristo e ditirambos de Dionísio**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2016.
- NIETZSCHE, F. **Crepúsculo dos ídolos**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2017.
- NORA, P. O retorno do fato. In.: LE GOFF, J.; NORA, P. (orgs.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 179–193.
- O ressentimento no Brasil. Por Maria Rita Kehl | Combate Racismo Ambiental**. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2020/11/13/o-ressentimento-no-brasil-por-maria-rita-kehl/>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

- OVÍDIO. **Metamorfoses**. São Paulo: Editora 34, 2017.
- PASCHOAL, E. A. **Nietzsche e o ressentimento**. São Paulo: Humanitas, 2014.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In.: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p. 61–161.
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In.: ORLANDI, E. P. (org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 55–66.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- PEIXOTO, T. **A argumentação no contrato político-eleitoral: o caso dos apoiadores**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- PERELMAN, C. **El imperio retórico**. Santafé de Bogotá: Editorial Norma, 1997.
- PERELMAN, C. **Retóricas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PÉREZ, A. S. (org.). **Gran Diccionario de la lengua española**. Madrid: SGEL-Educación, 1996.
- PLANTIN, C. Deixem dizer: A norma do discurso de um está no discurso do outro. **Comunicação e Sociedade**, v. 16, p. 145–161, 2009.
- PLANTIN, C. As razões das emoções. In.: MENDES, E.; MACHADO, I. L. (orgs.). **As emoções no discurso**. Vol.2. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010, p. 57–80.
- PLANTIN, C. **Les bonnes raisons des émotions: principes et méthode pour l'étude du discours émotionné**. Berne: Peter Lang, 2011.
- PLANTIN, C. (org.). **Dictionnaire de l'argumentation**. Une introduction aux études d'argumentation. Lyon: ENS Éditions, 2016.
- PLANTIN, C.; DOURY, M.; TRAVERSO, V. (orgs.). **Les émotions dans les interactions**. Lyon: Presses universitaires de Lyon, 2000.
- PLATÃO. **Górgias**. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In.: SIGNORINI, I. (org.). **elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998. p. 21–45.

- REBOUL, O. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- REY, A. **Le petit Robert micro**. Paris: Le Robert, 2012.
- SANTOS, W. G. DOS. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.
- SCATOLIN, A. **A invenção no Do orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23**. Doutorado em Letras Clássicas—São Paulo: Universidade de São Paulo, 8 maio 2009.
- SCHELER, M. **El resentimiento en la moral**. Buenos Aires: ESPASA-CALPE, 1938.
- SCHELER, M. **Das Ressentiment im Aufbau der Moralen**. Frankfurt: Vittorio Klostermann GmbH, 1978.
- SCHELER, M. **Da reviravolta dos valores**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- SCHELER, M. **Ressentiment**. [s.l.: s.n.].
- SCHOPENHAUER, A. **A arte de ter razão**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- SCHWARCZ, L.; STARLING, H. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SINGER, A. **O lulismo em crise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SOUZA, J. **A classe média no espelho**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.
- SOUZA, J. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.
- STAIGER, E. **Conceitos fundamentais da poética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- STANLEY, J. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. Porto Alegre: L&PM, 2020.
- THOMASSET, C.; VIGARELLO, G. “Esmouvir”, “Esmouvement”: arqueologia medieval do termo “emoção”. In.: CORBIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. (orgs.). **História das emoções: da Antiguidade às luzes**. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 2020, p. 161–168.
- TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. O que nos causa indignação? In.: TAILLE, Y. DE L.; MENI, M. S. DE S. (orgs.). **Crise de valores ou valores em crise?** Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 15–45.
- TORINELLI, M. C.; SALLAS, A. L. **Anonymous nas manifestações de junho: uma proposta teórica**. In.: Seminário Nacional Sociologia & Política. Curitiba, 2014.

VENTURA, Z. **Mal secreto**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

VIGARELLO, G. A emergência do termo “emoção”. In.: CORBIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. (orgs.). **História das emoções: da Antiguidade às luzes**. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 2020, p. 286–293.

ANEXO 1 – PRONUNCIAMENTOS DE JAIR BOLSONARO

TEXTO 1 – PRIMEIRO PRONUNCIAMENTO APÓS A VITÓRIA¹

(28 de outubro de 2018)

"Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará.

Nunca estive sozinho. Sempre senti a presença de Deus e a força do povo brasileiro.

Orações de homens, mulheres, crianças, famílias inteiras que, diante da ameaça de seguirmos por um caminho que não é o que os brasileiros desejam e merecem, colocaram o Brasil, nosso amado Brasil, acima de tudo.

Faço de vocês minhas testemunhas de que esse governo será um defensor da Constituição, da democracia e da liberdade. Isso é uma promessa não de um partido. Não é a palavra vã de um homem. É um juramento a Deus.

A verdade vai libertar este grande país, e a liberdade vai nos transformar em uma grande nação.

A verdade foi o farol que nos guiou até aqui e que vai seguir iluminando o nosso caminho.

O que ocorreu hoje nas urnas não foi a vitória de um partido, mas a celebração de um país pela liberdade.

O compromisso que assumimos com os brasileiros foi de fazer um governo decente, comprometido exclusivamente com o país e com o nosso povo --e eu garanto que assim será.

Nosso governo será formado por pessoas que tenham o mesmo propósito de cada um que me ouve neste momento: o propósito de transformar o nosso Brasil em uma grande, livre e próspera nação.

Podem ter certeza de que nós trabalharemos dia e noite para isso. Liberdade é um princípio fundamental: liberdade de ir e vir, de andar nas ruas, em todos os lugares deste país, liberdade de empreender, liberdade política e religiosa, liberdade de informar e ter opinião. Liberdade de fazer escolhas e ser respeitado por elas.

Este é um país de todos nós, brasileiros natos ou de coração. Um Brasil de diversas opiniões, cores e orientações.

Como defensor da liberdade, vou guiar um governo que defenda e proteja os direitos do cidadão que cumpre seus deveres e respeita as leis; elas são para todos. Porque assim será o nosso governo; constitucional e democrático.

Acredito na capacidade do povo brasileiro, que trabalha de forma honesta, de que podemos juntos --governo e sociedade-- construir um futuro melhor.

Esse futuro de que falo e acredito passa por um governo que crie as condições para que todos cresçam. Isso significa que o governo federal dará um passo atrás --reduzindo a sua estrutura e a burocracia; cortando desperdícios e privilégios, para que as pessoas possam dar muitos passos à frente.

Nosso governo vai quebrar paradigmas: vamos confiar nas pessoas. Vamos desburocratizar, simplificar e permitir que o cidadão, o empreendedor, tenha mais liberdade para criar e construir e seu futuro.

Vamos "desamarrar" o Brasil.

Outro paradigma que vamos quebrar: o governo, de verdade, a Federação. As pessoas vivem nos municípios; portanto, os recursos federais irão diretamente do governo central para os estados e municípios. Colocaremos de pé a federação brasileira. Nesse sentido é que repetimos que precisamos de mais Brasil e menos Brasília.

Muito do que estamos fundando no presente trará conquistas no futuro. As sementes serão lançadas e regadas para que a prosperidade seja o desígnio dos brasileiros do presente e do futuro. Esse não será um governo de resposta apenas às necessidades imediatas.

As reformas a que nos propomos serão para criar um novo futuro para os brasileiros. E quando digo isso falo com uma mão voltada para o seringueiro no coração da selva amazônica e a outra para o empreendedor suando para criar e desenvolver sua empresa. Porque não existem brasileiros do sul ou do norte. Somos todos um só país, somos todos uma só nação!

Uma nação democrática!

O estado democrático de direito tem como um dos seus pilares o direito de propriedade.

Reafirmamos aqui o respeito e a defesa deste princípio constitucional e fundador das principais nações democráticas do mundo.

Emprego, renda e equilíbrio fiscal: é o nosso compromisso para ficarmos mais próximos de oportunidades e trabalho para todos.

Quebraremos o círculo vicioso do crescimento da dívida, substituindo-o pelo círculo virtuoso de menores déficits, dívidas decrescente e juros mais baixos.

Isso estimulará os investimentos, o crescimento e a consequente geração de empregos. O déficit público primário precisa ser eliminado o mais rápido possível e convertido em superávit.

Este é o nosso propósito.

Aos jovens, uma palavra do fundo do meu coração: vocês têm vivido um período de incerteza e estagnação econômica. Vocês foram e estão sendo testados a provar sua capacidade de resistir. Prometo que isso vai mudar. Esta é a nossa missão. Governaremos com os olhos nas futuras gerações e não na próxima eleição.

Libertaremos o Brasil e o Itamaraty das relações internacionais com viés ideológico a que foram submetidos nos últimos anos. O Brasil deixará de estar apartado das nações mais desenvolvidas.

Buscaremos relações bilaterais com países que possam agregar valor econômico e tecnológico aos produtos brasileiros. Recuperaremos o respeito internacional pelo nosso amado Brasil.

Durante a nossa caminhada de quatro anos pelo Brasil, uma frase se repetiu muitas vezes: "Bolsonaro, você é a nossa esperança".

Cada abraço, cada aperto de mão, cada palavra ou manifestação de estímulo que recebemos nesta caminhada fortaleceram o nosso propósito de colocar o Brasil no lugar que merece.

Nesse projeto que construímos, cabem todos aqueles que têm o mesmo objetivo que o nosso.

Mesmo no momento mais difícil desta caminhada, quando, por obra de Deus e da equipe médica de Juiz de Fora, ganhei uma nova certidão de nascimento, não perdemos a convicção de que juntos poderíamos chegar a esta vitória.

É com esta mesma convicção que afirmo: ofereceremos a vocês um governo decente, que trabalhará, verdadeiramente, para todos os brasileiros.

Somos um grande país, e agora vamos juntos transformar esse país em um grande nação. Uma nação livre, democrática e próspera!

BRASIL ACIMA DE TUDO,
DEUS ACIMA DE TODOS!"

TEXTO 2 – SEGUNDO PRONUNCIAMENTO APÓS A VITÓRIA^{II}

(28 de outubro de 2018)

Boa noite!

Ao meu lado a senhora Angela, professora de libras, e minha esposa Michelle, pessoa que nos momentos de alegria e de tristeza sempre esteve ao meu lado.

Eu quero nesse momento agradecer a Deus pela oportunidade e, mais ainda, agradecer a Deus, que pela mãos de médicos, enfermeiros e demais profissionais de saúde da Santa Casa de Juiz de Fora e do Hospital Albert Einstein, em São Paulo, operaram um verdadeiro milagre, mantendo a minha vida, num momento em que jamais poderia esperar, mas que, graças a Deus, repito, foi superado. Com toda certeza, ele reservou algo para mim e para todos nós aqui no Brasil.

Esse primeiro contato meu, via live, deve-se ao respeito, à consideração e à confiança que tenho pelo povo brasileiro. Também só cheguei aqui, porque vocês, internautas, povo brasileiro, realmente, vocês acreditaram em mim.

Desde o começo há quatro anos, nessa mesa, quando decidi sozinho disputar a Presidência, sabia de todas as dificuldades que teria pela frente. Mas, com 59 de idade à época, não poderia pensar apenas em mim. Disputar mais um mandato de deputado de federal, com toda certeza sendo o mais votado do Rio, ou até mesmo me elegendo senador da República. Depois dos 60, essa vontade se fez cada vez mais presente. Não por obsessão, não por querer ocupar a cadeira presidencial por um motivo pessoal. Ocupá-la sim, para que juntamente com uma boa equipe, boas pessoas ao meu lado, nós pudéssemos ter, sim, mais que esperança, mas a certeza de mudar o destino do Brasil.

Fizemos uma campanha não diferente dos outros, mas como deveria ser feita. Afinal de contas, a nossa bandeira, o nosso slogan eu fui buscar naquilo que muitos chamam de caixa de ferramenta para consertar o homem e a mulher, que é a Bíblia Sagrada. Fomos em João

8:32 "e conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará"

Nós temos que nos acostumar a conviver com a verdade. Não existe outro caminho, se quisermos a paz e a prosperidade. A verdade tem que começar a valer dentro dos lares. Até o ponto mais alto que é a Presidência da República.

O povo mais que o dever tem o direito de saber o que acontece no seu país. Graças a Deus, essa verdade o povo entendeu perfeitamente. Alguém sem um grande partido, sem fundo partidário, com a grande parte da grande mídia o tempo todo criticando, colocando-me numa situação muitas vezes próxima a uma situação vexatória.

Aquilo que falava a meu respeito e passou a acreditar na gente e passou a ser, sim, integrante de um grande exército, que sabia para onde o Brasil estava marchando, e clamava por mudanças. Não poderíamos mais continuar flertando com o socialismo, com o comunismo e com o populismo, e com o extremismo da esquerda³. Todos nós sabíamos para onde o Brasil estava... [corte]

Nós fomos declarados vencedores desse pleito. E o que eu mais quero é, seguindo ensinamentos de Deus, ao lado da Constituição brasileira, me inspirando em grandes líderes mundiais e com uma boa assessoria técnica e profissional ao seu lado, isenta de indicações políticas de praxe, começar a fazer um governo a partir do ano que vem que possa realmente colocar o nosso Brasil num lugar de destaque. Temos tudo, tudo, para sermos uma grande nação. E se essa for a vontade... [corte]

Temos condições de governabilidade, dado os contatos que fizemos ao longo dos últimos anos com parlamentares. Todos os compromissos assumidos serão cumpridos, com as mais variadas bancadas⁴, com o povo em cada local do Brasil em que estive presente. E, fazendo um pequeno aparte: nada mais gratificante do que quando estive em Manacapuru, no coração do Amazonas, conversando com pessoas simples, mas que tinham sede de conhecer a verdade e de conversar com alguém que realmente os tratava com o devido respeito e consideração.

Indo para o encerramento: meu muito obrigado a todos vocês, pelo apoio, pela consideração, pelas orações e pela confiança. Vamos juntos, juntos mudar o destino do Brasil. Sabíamos para onde estávamos indo, agora sabemos para onde queremos ir⁵. Meu querido povo brasileiro, meu muito obrigado pela confiança e, no momento, peço a Deus mais uma...

[corte] mais uma vez coragem para bem decidir o futuro. [corte]

Estou muito feliz. Em missão não se escolhe, nem se discute, se cumpre. Nós, juntos, cumpriremos a missão de resgatar o nosso Brasil⁶. Um forte abraço a todos e fiquem com Deus.

ANEXO 2 – PARTIDOS E ASSOCIAÇÕES

TEXTO 3 – PTB

PTB parabeniza Jair Bolsonaro por vitóriaⁱⁱⁱ

28 de outubro de 2018

PTB

O Partido Trabalhista Brasileiro parabeniza o candidato Jair Messias Bolsonaro (PSL) pela vitória obtida nas eleições de 2018 para presidente da República.

Além de nos congratularmos com Bolsonaro, desejamos boa sorte ao novo chefe de Estado brasileiro, tendo em vista que o nosso país vive hoje a sua maior crise política, econômica, social e de valores.

Esperamos que, a partir de 1º de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro conduza o governo com determinação e que enfrente problemas com firmeza e serenidade; e que firme acordos em torno das reformas – política, previdenciária, tributária e do Estado, principalmente nas relações entre estados, municípios e União – de que o Brasil tanto precisa, sem jamais abrir mão de princípios.

O PTB apoiou Jair Bolsonaro, no segundo turno, de maneira aberta e espontânea, sem nada pedir em troca que não fosse a comunhão de ideais e valores.

Acreditamos que, junto com o Congresso Nacional, o novo presidente eleito vai recuperar nossa economia, criar mais empregos e melhorar a renda dos trabalhadores de forma sustentável e sem as pedaladas que levaram o país ao fundo do poço.

Além disso, confiamos que o governo Bolsonaro irá reduzir os impostos e os gastos públicos, ser justo com os municípios e proporcionar às nossas crianças educação de verdade e com qualidade. E mais: que buscará a união e a pacificação do Brasil, no qual os valores, as crenças, a identidade e a independência do nosso povo sejam respeitados.

Portanto, o Partido Trabalhista Brasileiro e os milhões de brasileiros que depositaram sua confiança em Jair Bolsonaro esperam do novo governo soluções urgentes para os muitos e graves problemas nacionais; e dos demais Poderes da República, que ajam com

responsabilidade e compromisso cívico.

A tarefa será árdua e longa, mas com dedicação e perseverança, empunhando a bandeira verde e amarela, e ao lado dos cidadãos, escreveremos melhores capítulos na história do país.

Boa sorte e bom trabalho ao presidente eleito!

28 de outubro de 2018
Roberto Jefferson
Presidente Nacional do PTB

TEXTO 4 – PCDOB

Ampla união em defesa da democracia, do Brasil e dos direitos do povo^{iv}

29 de outubro de 2018

PCdoB

Por uma ampla união em defesa da democracia, do Brasil e dos direitos do povo

A eleição de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais instaura um novo período político no país, marcado por ameaças à democracia, ao patrimônio nacional, à soberania da nação e aos direitos do povo. Foi eleito um presidente da República declaradamente determinado a instaurar um governo de conteúdo ditatorial, para implementar, a ferro e fogo, um programa ultraliberal e neocolonial.

A chapa Fernando Haddad presidente, Manuela d'Ávila vice obteve mais de 46 milhões de votos e catalisou uma tomada de posição da consciência democrática da nação, lançando as bases de uma oposição vigorosa que começa agora.

Há uma guinada em direção a um retrocesso, à desconstrução, e mesmo à destruição de históricas realizações e conquistas sobre as quais, a despeito de graves problemas que persistem, se ergueram e floresceram o Brasil e o povo brasileiro.

Isso ficou bem explícito na reta de chegada da campanha do segundo turno, quando as próprias instituições da República, com o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram ameaçadas. De igual modo, foram atacadas garantias básicas da Constituição Federal, como a liberdade de imprensa, de manifestação e de organização partidária. A autonomia das universidades foi pisoteada. O presidente eleito, durante a campanha, foi um pregoeiro da violência, da intolerância e do ódio entre os brasileiros, e jurou encarcerar ou banir do país os cidadãos e as cidadãs “vermelhos” que dele divergirem, e criminalizar movimentos e entidades do povo.

Dada a importância do Brasil – que possui uma economia que está entre as dez maiores do mundo –, essa ruptura reacionária terá forte impacto regressivo na América Latina.

O gatilho de tudo isto foi o golpe de agosto de 2016, que agora se consolida com a assunção da extrema-direita ao governo da República. Há um corte na construção da democracia, reiniciada em 1985 após o fim da ditadura militar, por meio de um processo

eleitoral que transcorreu com o Estado Democrático de Direito, sufocado pelo Estado de Exceção. A pregação de matriz fascista do candidato eleito emergiu nesse leito, não sem ser confrontada pelas forças da democracia – uma tendência que certamente se fortalecerá neste novo cenário político.

A lisura do pleito foi corrompida para favorecer a candidatura da extrema-direita, por intermédio de expedientes ilegais, ao estilo da denominada guerra híbrida que estimula o uso em grande quantidade das falsas notícias, as chamadas fake news, expediente financiado criminosamente, conforme denúncias da imprensa, por grandes empresários. Tais ilicitudes, entre outras, interferiram no resultado das urnas. Com toda razão, estão em processo de inquérito na Justiça Eleitoral, da qual se espera profunda e ágil instrução com decisões consoantes a gravidade do ocorrido.

A resistência das forças democráticas, progressistas, populares e patrióticas começa respaldada pela expressiva obtida pela chapa Fernando Haddad-Manuela d'Ávila e na tomada de posição de personalidades e instituições que ergueram a voz para defender a democracia e a Constituição.

A resistência, a oposição vigorosa, deve ser organizada no âmbito de toda a vida política e social do país, a começar pelo Congresso Nacional e outras casas legislativas, se estendendo para os movimentos sociais, as organizações da classe trabalhadora, segmentos do empresariado, o universo acadêmico, a intelectualidade, os artistas, o mundo jurídico, setores religiosos, e inclusive para os integrantes de instituições da República. Os governadores e os prefeitos do campo democrático terão importante papel nesta empreitada.

Com essa nova realidade, que representa uma ruptura com o ciclo de avanço da democracia iniciado na chamada Nova República, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), como sempre fez em sua história, se posiciona firmemente na trincheira da defesa intransigente da nação, da democracia e do povo.

O Partido Comunista do Brasil, legenda quase centenária, desde a República Velha, em conjunto com as demais forças progressistas do país, lutou contra todos os governos e regimes autoritários e tiranos que infestaram a história da República. Com base nessa experiência, transmite ao povo brasileiro a certeza e a confiança de que, apesar das graves ameaças que pairam sobre o céu do país, não será fácil a Bolsonaro realizar a obsessão de

sepultar a democracia brasileira. Ela deitou raízes profundas no solo pátrio, custou à nação muitas lutas e vidas. Progressivamente, a partir dos milhões e milhões que votaram e apoiaram a chapa Haddad presidente, Manuela vice, uma maioria se levantará para defender a democracia, e ela vencerá mais uma vez.

Para tal, o PCdoB se dirige ao povo e às forças democráticas do país conclamando que a partir de hoje iniciemos a construção de uma ampla unidade com o objetivo de descortinar horizontes a uma jornada cívica, patriótica, democrática e popular, e a formação de barreiras contra a volta de um regime de Estado de exceção e em defesa da democracia, do Brasil e dos direitos do povo.

São Paulo, 28 de outubro de 2018.

Deputada Federal Luciana Santos

Presidenta do Partido Comunista do Brasil – PCdoB

Comissão Executiva Nacional do Partido Comunista do Brasil – PCdoB

TEXTO 5 – OBSERVATÓRIO DO CLIMA

OBSERVATÓRIO DO CLIMA

Presidentes recém-eleitos em geral são saudados com uma saudável cobrança para que cumpram o que prometeram em campanha. Mas não no Brasil de 2018: após esta eleição incomum, o Observatório do Clima trabalhará para que o novo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, faça o oposto do que prometeu.

O retrocesso civilizatório anunciado e reafirmado por Bolsonaro e vários de seus auxiliares não pode se tornar política de Estado. O presidente eleito deve ser guardião incansável das instituições democráticas e dos direitos humanos. Deve governar para todos os brasileiros. Não vamos, em nenhuma hipótese, normalizar a erosão dos valores da nossa democracia, da nossa cidadania e dos direitos da nossa geração e das futuras. Onde houver ameaça, nós seremos a resistência.

Na área ambiental, lutaremos para que as instâncias de governança sejam fortalecidas, em especial o Ministério do Meio Ambiente e seus órgãos vinculados, bem como para que seja ampliada a política de áreas protegidas, que inclui a criação de unidades de conservação e a demarcação e homologação de terras indígenas.

O Brasil percorreu um longo caminho até a consolidação de um conjunto de instituições e políticas públicas que guardam um patrimônio natural único, base sobre a qual se assenta não apenas a qualidade de vida, mas o próprio desenvolvimento econômico do país. Não nos calaremos diante do desmonte dessas instituições e políticas.

Da mesma forma, perseguiremos de forma incansável o cumprimento das metas do Brasil contra as mudanças climáticas e a ampliação da ambição dessas metas, em linha com os objetivos do Acordo de Paris de estabilizar o aquecimento global em 1,5°C. Dar as costas ao acordo do clima e a medidas de adaptação a extremos climáticos seria desastroso para o país: do ponto de vista geopolítico, comercial, de desenvolvimento e, sobretudo, da segurança dos cidadãos brasileiros, que o presidente eleito jurou priorizar.

Por fim, resistiremos a qualquer investida contra os povos e comunidades tradicionais, protegidos pela Constituição, bem como a qualquer violência contra ativistas ambientais. O

Brasil é o país que mais mata defensores do meio ambiente no mundo – 57 apenas no ano passado – e o clima instaurado na campanha eleitoral, com atentados a agentes do Ibama e ao ICMBio, apenas aumentou o perigo. É tarefa do presidente eleito desarmar essa bomba.

TEXTO 6 – PSTU

Os desafios da classe trabalhadora com a eleição de Bolsonaro^v

Redação
28/10/2018
PSTU

Nota do PSTU sobre o resultado das eleições

A eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República no segundo turno das eleições é, sem dúvida, uma vitória da ultradireita em nosso país, com todas as consequências que se pode esperar desse fato.

Uma parcela imensa dos trabalhadores do nosso país votou em Bolsonaro, e só por essa razão ele ganhou as eleições. Esses trabalhadores, porém, não votaram nele por concordar com as ideias do capitão reformado. Votaram para dar um castigo no PT. O PT surgiu do seio da nossa classe, mas se aliou aos banqueiros e aos grandes empresários para ganhar as eleições e para governar. Deu as costas aos trabalhadores. Empenhou-se em defender os interesses dos bancos e das grandes empresas. Igualou-se aos partidos tradicionais da burguesia, virou farinha do mesmo saco.

O resultado é este que está aí: o país não mudou, a vida dos trabalhadores e do povo pobre está cada vez mais insuportável e o PT ainda chafurdou na mesma lama da corrupção que sempre marcou a política em nosso país. É contra esse estado de coisas, contra esse sistema representado pelo PT, PSDB, MDB e outros partidos do mesmo naipe que esses trabalhadores votaram. É através do vácuo deixado pela traição e pela decepção com o PT que Jair Bolsonaro conseguiu entrar e ganhar o voto de uma parte dos trabalhadores.

Como já dissemos antes do segundo turno, achamos que o PT merece o repúdio dos trabalhadores pelo que fez ao país e à nossa classe. Contudo, também achamos que era um erro a escolha pelo voto em Bolsonaro para castigar o PT. Bolsonaro não é contra o sistema representado por PT, PSDB, MDB. Ele é parte e, na verdade, a pior parte desse sistema – além de atacar os nossos direitos como faria o governo de qualquer desses partidos, ainda quer tirar nossa liberdade de organização, de luta e de manifestação. Quer impedir nossa

classe de lutar para defender nossos direitos. Ameaça nosso país com uma ditadura.

Por essa razão dissemos, também antes do segundo turno, que seríamos oposição a qualquer dos dois governos que saísse das urnas em 28 de outubro. Reafirmamos aqui essa nossa posição. E reafirmamos também que é preciso que nossa classe esteja preparada para a luta em defesa de seus direitos e interesses.

Sabemos que uma parte importante da classe trabalhadora não acredita que Bolsonaro vai atacar as liberdades democráticas em nosso país. No entanto, vejam o que já está acontecendo nos últimos dias: ações de setores da Justiça e da polícia impuseram uma espécie de censura nas universidades; no Ceará, um jovem foi assassinado durante uma carreata do PT; o mesmo que ocorreu com o mestre de capoeira Moa do Katendê, na Bahia, no fim do primeiro turno.

Quanto aos nossos direitos, hoje mesmo, no dia da eleição, o vice de Bolsonaro repetiu em alto e bom tom o que vem prometendo o guru financeiro do presidente eleito Paulo Guedes – compromisso em fazer a reforma da Previdência ainda no primeiro semestre de 2019. Não virão desse governo medidas que assegurem os direitos dos trabalhadores, tampouco virão medidas que assegurem empregos e salários dignos para quase metade da classe trabalhadora que sequer isso tem.

Não virão desse governo medidas que ponham fim a toda sorte de discriminação, violência e humilhação que marcam a vida de todo o povo pobre que vive na periferia dos grandes centros urbanos. Pelo contrário, o compromisso do presidente eleito em garantir o aumento do lucro dos bancos e das grandes empresas só pode ser cumprido com o aumento do sofrimento do povo brasileiro.

No entanto, concordando ou não com as opiniões que expressamos aqui sobre o que deve ser o governo Bolsonaro, todos os trabalhadores e trabalhadoras – independentemente do candidato que cada um escolheu para votar – prezam por seus direitos e querem mantê-los. Sabemos que o povo pobre da periferia – independentemente do candidato em que cada um votou – quer pôr um fim no martírio que lhes é imposto pelo sistema em que vivemos, pelo capitalismo.

Aqui está a questão mais importante que o PSTU quer tratar com todos e todas nesta nota: mesmo os que não concordam com a nossa opinião sobre o que será o governo

Bolsonaro sabem que não se pode dar cheque em branco para nenhum governo. Precisamos estar preparados para defender os nossos direitos e interesses que estão ameaçados.

O resultado das eleições não tira da nossa classe a condição de lutar. Nossa classe não está derrotada. Ela pode enfrentar e pode derrotar qualquer ataque aos seus direitos, desde que esteja unida e organizada para a luta.

Uma frente única para unir os de baixo para defender nossos direitos

Queremos fazer um chamado a todos os trabalhadores e trabalhadoras, ao povo pobre que vive na periferia dos grandes centros urbanos, aos sindicatos, às centrais sindicais, aos movimentos populares – independentemente do candidato em que cada um votou e da sua opinião política ou partidária – a nos unirmos para a luta em defesa dos direitos e dos interesses da nossa classe.

É preciso organizar os trabalhadores numa frente única em defesa da aposentadoria, de emprego e salário digno para todos e todas, saúde, moradia e educação para toda a população e fim da discriminação, da violência e da humilhação imposta aos que vivem na periferia dos grandes centros urbanos, para defender nossas liberdades democráticas, garantir nosso direito de organização, expressão e luta e impedir que o governo dê sinal verde para que continuem matando e agredindo pessoas como já começa a acontecer.

Uma frente única que reúna a população e construa comitês de luta em todas as comunidades, que assegurem reuniões e assembleias nos locais de trabalho e nos sindicatos, plenárias de entidades e ativistas em cada região e cidade.

É enorme a responsabilidade das centrais sindicais nesse contexto. Elas precisam aprender com o erro que foi puxar o tapete da greve geral de junho passado. Precisam tomar a frente desse processo e organizar um plano de ação nacional e unificado que possa unir e colocar em luta toda a classe trabalhadora e o povo pobre desse país caso qualquer direito da nossa classe seja ameaçado pelo governo atual ou pelo que assume em janeiro.

É na luta e nas ruas que os trabalhadores e o povo pobre poderão impedir que se concretize qualquer ataque aos seus direitos. Da mesma forma, é na luta e nas ruas que poderemos impedir qualquer retrocesso em nossos direitos democráticos.

Construir uma alternativa política da nossa classe

O PSTU acredita, por outro lado, que é nessa luta, que precisamos organizar e travar para defender nossos direitos, que devemos dar – e daremos – passos concretos para organizar uma alternativa política para o país, para colocar abaixo esse sistema de coisas que aí está, o capitalismo, e construir uma sociedade socialista. Uma sociedade em que acabe a desigualdade e a injustiça, na qual todos e todas tenham trabalho e vida digna. Uma sociedade em que toda a riqueza seja distribuída entre os que trabalham e que toda forma de discriminação, opressão e violência tenha fim.

E é preciso aprender com a traição e com os erros do PT. A alternativa que precisamos construir não será feita à semelhança nem junto com esse partido, mas contra ele, pois ele é parte do sistema que aí está. Precisamos de uma organização política da nossa classe, contra todos os patrões, que seja um instrumento para a luta dos trabalhadores e do povo pobre. Só assim faremos a revolução que este país precisa para termos um governo da nossa classe, dos operários e do povo pobre, que funcione por conselhos populares, que mude o nosso país e a vida do nosso povo.

Essa é a razão de ser do nosso partido. E é a essa luta que chamamos a que se integrem todos os lutadores e lutadoras do país.

Como diz o samba da Mangueira do próximo carnaval, queremos “um país que não está no retrato”. Um Brasil sem desigualdade social, sem preconceito e exploração. “Na luta é que a gente se encontra”.

Direção nacional do PSTU

TEXTO 7 – CUT

Nota da CUT: A Luta Continua!^{vi}

Nota oficial da CUT sobre o resultado das eleições de 2018

29 de outubro de 2018

CUT

A Direção Executiva da CUT, diante do resultado oficial das eleições presidenciais, aprovou a seguinte nota, que deve ser amplamente divulgada para todos os trabalhadores e trabalhadoras da base de cada um dos sindicatos afiliados.

A maioria dos eleitores brasileiros acaba de entregar a presidência da República para alguém que, ao longo de sua carreira política, sempre votou contra os direitos da classe trabalhadora, se opôs às políticas sociais, votou a favor do congelamento dos investimentos em saúde e educação, da entrega do pré-sal e das reservas petrolíferas aos estrangeiros ofendeu e ameaçou militantes de esquerda, as mulheres, os negros e os LGBTs. No entanto, quase a metade da população votou contra o projeto que levará o Brasil ao retrocesso político e civilizatório.

Ao longo da campanha, os meios de comunicação foram utilizados diuturnamente para atacar a candidatura popular. Os empresários pressionaram seus funcionários com todo tipo de ameaças. O nome de Deus foi usado em vão. As redes sociais foram inundadas de mentiras, numa estratégia articulada e paga por empresas com o objetivo de difamar o PT e seu candidato, Fernando Haddad. O sistema judiciário, além de ter impedido, arbitrariamente, a candidatura de Lula, manifestou fraqueza e conivência ao não punir exemplarmente aqueles que ameaçaram abertamente as instituições ou cometeram crime eleitoral. A impunidade contribuiu para o aumento de atos de intimidação e violência contra eleitores do PT e para o crescente clima de ódio que dividiu o país.

Enganam-se aqueles que acharam que destruiriam nossa capacidade de resistência e de luta. O PT saiu mais forte desse processo como a principal força de oposição ao governo de recorte neoliberal e neofascista. A CUT e os movimentos sociais também se fortaleceram. Lula e Haddad consolidaram-se como as grandes lideranças no campo democrático-popular. A CUT manterá a classe trabalhadora unida, preparando-a para a luta, nas ruas, nos locais de

trabalho, nas fábricas e no campo contra a retirada de direitos e em defesa da democracia.

O governo que tomará posse no dia 1º de janeiro de 2019 vai tentar aprofundar o programa neoliberal que está em curso desde o golpe contra a presidenta Dilma: a reforma da previdência, a retirada de mais direitos, a continuidade das privatizações, o aumento do desemprego, o arrocho salarial, o aumento do custo de vida, a piora da educação e da saúde, o aumento da violência e da insegurança. Além disso, vai tentar perseguir e reprimir o movimento sindical, os movimentos sociais, bem como os setores democráticos e populares em geral.

Temos um enorme desafio pela frente. É hora de unidade das forças democrático-populares para resistir. A CUT dará continuidade a sua trajetória de luta e conclama suas bases a continuarem mobilizadas e a resistirem a qualquer ataque contra os direitos e a democracia.

Viva a classe trabalhadora brasileira!

Lula livre!

Vagner Freitas – Presidente da CUT

Por CUT

TEXTO 8 – AOPABRASIL

AOPABRASIL

PRESIDENTE BOLSONARO: VAMOS FAZER O BRASIL VOAR!

Já se vão mais de 45 anos desde que a nossa Associação trabalha para defender a aviação brasileira. Com conhecimento, patriotismo e honradez, os nossos associados trabalham incansável e voluntariamente para manter a aviação brasileira voando.

Nós defendemos a Aviação Geral. **Trata-se do maior, mais heterogêneo, complexo e disperso segmento da aviação.** Somos mais de 20 mil aviadores e 30 mil aeronaves, que prestam os mais variados serviços ao país. Seja para a formação de novos aviadores, para o transporte particular, aeromédico, agrícola e uma infinidade de aplicações, a aviação geral sempre foi um instrumento essencial para que um país das dimensões do nosso se mantivesse integrado, funcionando. **É assim em todo país continental: a aviação comercial conecta passageiros em grande escala, entre os maiores centros, enquanto a aviação geral forma a base do setor e conecta toda a imensidão territorial não servida pela aviação regular, comercial.**

Como não poderia ser diferente, Sr. Presidente, **as últimas décadas foram de caos também para o nosso setor.** Desde a atrapalhada transição do antigo DAC – Departamento de Aviação Civil, ligado ao Comando da Aeronáutica, para a ANAC - Agência Nacional da Aviação Civil, iniciada no governo FHC e "concluída" por Lula, **nos sujeitamos ao mais completo caos institucional.**

Na ANAC, com quem trabalhamos desde antes da sua constituição formal, existem dezenas de pessoas de bem, especialistas qualificados que lutam contra o sistema, com nosso apoio, para manter a aviação funcionando minimamente. No DECEA, que cuida do nosso espaço aéreo, subordinado ao Comando da Aeronáutica, a mesma coisa. Mas essas pessoas são a exceção. **A regra é outra, pautada pelo amadorismo, pelo desmando, pela submissão à ignorância, pelos interesses escusos, pela corrupção, pela mais abjeta incompetência.**

A AOPA Brasil, em nome dos seus associados e com o certo apoio de outras entidades

tão importantes quanto a nossa, vêm a público dizer: é preciso virar as páginas da bagunça institucional, do loteamento dos órgãos reguladores por partidos políticos, lobistas da pior espécie, amadores e apadrinhados de políticos (muitos deles, felizmente, varridos da vida pública, nessas eleições).

Sr. Presidente, esse estado precário de coisas precisa acabar! É preciso dar um novo rumo à forma como o setor é administrado, tirando o Brasil da submissão ridícula a interesses de instituições multilaterais tomadas por burocratas retrógrados, soltando as amarras que hoje praticamente nos impedem de voar.

Somos milhares de aviadores e proprietários de aeronaves que promovem o transporte, desenvolvimento e prosperidade, bombardeados por regras esdrúxulas, funcionários públicos autoritários e ignorantes na matéria aeronáutica, verdadeiras quadrilhas que tomaram empresas estatais de assalto há décadas e que chegam a nos impedir de estacionar aeronaves em aeroportos, pagando preços justos por serviços decentes!

Assaltada pelo petismo, a Petrobras hoje opera o monopólio de fato do refino e distribuição de combustível de aviação, cujos preços, inflados por impostos estratosféricos, transformaram a operação da aviação geral, no Brasil, numa quase impossibilidade.

Enquanto os nossos colegas norte-americanos, canadenses, chilenos, argentinos, uruguaios conseguem investir na modernização das suas aeronaves, em benefício da segurança, nós aqui no Brasil somos multados pela burocracia quando instalamos os mesmos equipamentos em nossas aeronaves! Pagamos impostos de importação escorchantes sobre itens de segurança, que nos Estados Unidos, por exemplo, recebem bônus de desconto para sua instalação.

Enfim, Sr. Presidente, tudo que o senhor falou em sua campanha eleitoral sobre o esmagamento do indivíduo pelo Estado, com não podia ser diferente, se repete na nossa aviação, em especial no nosso segmento.

Por essas e outras razões, louvamos vossa vitória de ontem, nos sentimos esperançosos e felizes por termos feito parte de um movimento que, Deus permita, inicie o desmonte de um projeto que praticamente destruiu nosso maravilhoso país.

Nossa luta, defendendo a liberdade de voar, vêm de longa data e continuará, agora

revigorada pelos ares que se associam à sua eleição.

Estamos à postos para contribuir, trabalhar, fazer o Brasil acontecer e colocar nossa aviação para voar. É hora de decolar, Sr. Presidente. A aviação brasileira tem tudo para voltar a contribuir para nosso desenvolvimento nacional, como sempre fez. Contamos com o senhor e estamos aqui para dizer que o senhor deve contar conosco para essa reconstrução, que dará trabalho mas que é possível.

Onde houver ameaça, seremos a resistência

Nota do Observatório do Clima sobre a vitória de Jair Bolsonaro^{vii}

28.10.2018

TEXTO 9 – SINAGÊNCIAS

Sinagências parabeniza 38º presidente eleito da República Federativa do Brasil^{viii}

29 de outubro de 2018

SINAGÊNCIAS

Os membros da Gestão Unidade na Regulação, do Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação – SINAGÊNCIAS – cumprimentam o presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro representante legítimo da República Federativa do Brasil, pelos próximos quatro anos.

Com 100% da apuração concluída, Bolsonaro somou 57.796.986 votos, contra 47.038.963 do ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad (PT). Em termos de votos válidos, os percentuais de cada um foram 55,13% e 44,87%, respectivamente.

Não se esquivando de suas lutas pelo fortalecimento do equilíbrio regulatório e o bem estar do servidor público, a instituição seguirá se posicionando pela melhoria do exercício de sua atuação no setor da regulação, bem como, em conformidade com sua plataforma política institucional continuará buscando o diálogo com o presidente da República eleito e sua equipe, no objetivo de amadurecer o entendimento sobre a importância da Regulação para o país, em benefício da sociedade brasileira.

Reiterando sua prática de unidade, a direção entende que este momento político é mais um capítulo que se inicia na história brasileira. Ainda considera que além das diversas questões que estarão em destaque, esta entidade dos servidores de carreira exclusiva de Estado tem como prioridade, a necessidade de construir pontes e institucionalmente, seguir em suas atribuições de relevância nacional, a fim de amadurecer o debate de um novo projeto de Regulação Nacional que passe pela equiparação das carreiras da Regulação, com as carreiras do Ciclo de Gestão atualmente em curso.

Ações iniciais neste âmbito estão se concretizando. Exemplos são as agendas institucionais para tratar sobre as pautas da regulação; como a visita da deputada federal eleita Bia Kicis (PRP.DF), a parlamentar do presidente Jair Bolsonaro, cotada para ser presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara; que nos honrou, visitando

a nossa sede.

Também recentemente, a visita do deputado federal eleito, Julio Cesar (PRB.DF), da base de apoio do Governo, na Câmara; o parlamentar desde o primeiro turno se mostrou aberto em continuar os diálogos em apoio a autonomia técnica das Agências, bem como à campanha do “Ciclo de Gestão”.

Por fim, não se esquivando de sua missão diretiva e de suas propostas reiteradas pela categoria reguladora no Congresso Nacional do Sinagências (IV CONSAG); esta gestão reafirma seus compromissos e enfatiza que continuará a busca institucional de espaços para a defesa das demandas da categoria.

Nossos agradecimentos especiais também pela participação em todo este processo de diretores, associações e servidores das Agências Reguladoras nos ajudando a construir este diálogo institucional com os agentes políticos.

Desejamos sucesso ao presidente eleito e também a todos os governadores eleitos neste domingo (28).

Unidade na Regulação

TEXTO 10 – CACB

CACB parabeniza Jair Bolsonaro^{ix}
29 de outubro de 2018
CACB

Por acreditar plenamente em um sólido recomeço para o Brasil, a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) parabeniza o novo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, pelos mais de 57 milhões de votos, um número que representa a esperança de vivermos em um novo País, com mais oportunidades, uma economia mais justa e um futuro melhor para as próximas gerações.

Eleito de forma democrática, Bolsonaro tem agora a legitimidade de dar ao Brasil plenas condições para um recomeço próspero. Ao mesmo tempo em que entendemos e reconhecemos a fragilidade do momento, também firmamos confiança na capacidade de diálogo e na força de vontade do nosso novo presidente para que possamos enfrentar a crise e combater a devastadora corrupção que nos assola há anos.

A CACB, como maior entidade de representação empresarial de livre associativismo do País, no seu papel de fiscalizar e defender o interesse do empresariado brasileiro, acompanhará de perto a gestão do novo presidente e dos 27 governadores estaduais, com o intuito de zelar pelo estímulo à competitividade e por um ambiente de negócios mais justo e promissor.

Precisamos, agora, unir a população e criar, juntos ao novo presidente, condições para gerar emprego e renda, oferecer segurança, educação e saúde de qualidade, equilibrar a Previdência, dar fim à crise fiscal e otimizar a gestão das estatais, tudo isto através das reformas que o Brasil tanto anseia, e que os brasileiros estão aguardando.

A democracia está mais viva que nunca! Através da CACB e de todos os seus mais de 2 milhões de filiados em todo o País, desejamos sucesso a Jair Bolsonaro. Que possamos, juntos, levar o Brasil ao lugar que ele precisa estar.

Nossa aposta é que estamos no caminho certo.

A CACB aproveita a oportunidade para também parabenizar os 27 governadores eleitos para os próximos quatro anos: Gladson Cameli (Acre), Renan Filho (Alagoas), Waldez

Góes (Amapá), Wilson Lima (Amazonas), Rui Costa (Bahia), Camilo Santana (Ceará), Ibaneis Rocha (Distrito Federal), Renato Casagrande (Espírito Santo), Ronaldo Caiado (Goiás), Flávio Dino (Maranhão), Mauro Mendes (Mato Grosso), Reinaldo Azambuja (Mato Grosso do Sul), Romeu Zema (Minas Gerais), Helder Barbalho (Pará), João Azevêdo (Paraíba), Ratinho Junior (Paraná), Paulo Câmara (Pernambuco), Wellington Dias (Piauí), Wilson Witzel (Rio de Janeiro), Fátima Bezerra (Rio Grande do Norte), Eduardo Leite (Rio Grande do Sul), Coronel Marcos Rocha (Rondônia), Antonio Denarium (Roraima), Comandante Moisés (Santa Catarina), João Doria (São Paulo), Belivaldo Chagas (Sergipe) e Mauro Carlesse (Tocantins).

Nossa esperança se traduz numa gestão promissora, equilíbrio fiscal, e sintonia com o governo federal, para estarmos, como brasileiros, cada vez mais unidos ao mesmo objetivo: um melhor Brasil para todos. Parabéns!

George Pinheiro

Presidente da CACB

TEXTO 11 – AMB**Carta aberta ao presidente eleito Jair Bolsonaro^x**

30 de outubro de 2018

AMB

Em nome dos médicos brasileiros, a Associação Médica Brasileira (AMB) parabeniza Jair Messias Bolsonaro pela vitória nas eleições para a Presidência da República. O resultado do pleito mostrou o anseio da nação por uma mudança que honre nosso País, por democracia, por transparência e por alternância no poder.

O desafio agora é colocar em prática as promessas de campanha e viabilizá-las. Muitas delas estão em consonância com o que pensa e propõe a AMB há muito tempo.

A Carreira de Médico de Estado, por exemplo, é fundamental para levarmos bons médicos para os locais de difícil provimento. Também é crucial para a saúde da população que ela seja atendida por médicos bem formados no Brasil ou no exterior. Por isso, seu compromisso em tornar o Revalida obrigatório é tão bem visto pela medicina brasileira, que também apoia fortemente a criação do Exame Nacional Obrigatório de Proficiência em Medicina para os médicos formados no País. O exame é a única forma de evitar que as escolas caça-níqueis prejudiquem ainda mais o atendimento ao cidadão, principalmente aquele que depende do sistema público e não pode escolher os profissionais que lhe dão assistência.

Já existe legislação específica para fiscalizar e punir as escolas médicas que não atendem aos padrões exigidos para que funcionem e formem bons médicos, mas infelizmente, nunca houve vontade e coragem para enfrentar os interesses políticos e econômicos dos que se beneficiam da abertura indiscriminada de escolas de medicina.

Da mesma forma, compartilhamos sua indignação a respeito do envio de quase 16,5 bilhões reais para Opas e para a ditadura cubana. Recursos em volumes maiores do que o Ministério da Saúde efetivamente executa na rubrica de investimentos na saúde, conforme SIAFI: menos de 2,9 bilhões de reais em 2017. O sistema que já é subfinanciado, fica mais sucateado. O ambiente caótico e mal gerido oportuniza o surgimento de mais corrupção. Contamos, Excelentíssimo Presidente, com sua determinação contra este grande mal, que

também afeta esta importante área da saúde brasileira.

A valorização da educação médica continuada, com atualização de quem já está no mercado, também precisa ser uma bandeira na área da saúde. Assim como a especialização médica, não só nas áreas de altíssima complexidade e urgência, mas também na atenção básica à saúde, onde podemos resolver até 80% dos males que atingem a população.

A saúde é o segundo maior orçamento do governo federal. Por isso mesmo é sempre disputada avidamente na hora do loteamento político da máquina pública. O resultado disso são as filas, a ineficiência, a falta de remédios e de leitos, os escândalos de corrupção e o pior de tudo: as mortes evitáveis.

As agências reguladoras da saúde também foram aparelhadas e hoje trabalham em prol dos interesses de oligopólios, em prejuízo do paciente e do médico. É preciso desregular o setor, garantindo novos investimentos, inovação e competição.

Por estarem na linha de frente da saúde, os médicos têm sido escolhidos como bode expiatório do sistema, como se fossem os culpados por todas as mazelas da saúde pública. Há uma grande esperança de que este quadro mude e que o médico brasileiro volte a ser valorizado e respeitado. O loteamento político e as preferências ideológicas não podem mais influenciar a condução do Ministério da Saúde e das agências reguladoras.

Sabemos que reorganizar e reconstruir o que foi sucateado pelos governos anteriores não serão tarefas fáceis. Mas, tenha certeza de que poderá contar com os médicos brasileiros para isso. Conte com a Associação Médica Brasileira (AMB), com as 27 Federadas da AMB e com as 54 Sociedades de Especialidade que compõem o nosso sistema.

Foi confiada à Vossa Excelência a condução de nosso País a um novo patamar. Como cidadãos e como médicos, faremos a nossa parte para ajudar nesse sentido. Desejamos muita saúde e sucesso nesta caminhada. Boa sorte. Bom governo. O Brasil precisa disso.

Diretoria da Associação Médica Brasileira

TEXTO 12 – SBR**Carta ao novo Presidente da República, Jair Bolsonaro^{xi}**

30 de outubro de 2018

SBR

São Paulo, 30 de Outubro de 2018.

A Sociedade Rural Brasileira (SRB) vem parabenizar, por meio desta carta, o sr. Jair Messias Bolsonaro, eleito Presidente do Brasil na noite deste domingo com amplo apoio da população brasileira. Desejamos ao novo representante no Poder Executivo a força necessária para superar os desafios políticos e econômicos e determinação para retomar o desenvolvimento do País. A SRB, representante dos produtores rurais e do agronegócio brasileiro há quase um século, está à disposição para apoiá-lo nessa trajetória.

Assim como reforçou o novo mandatário da Nação em seu discurso após a confirmação da vitória eleitoral, como defensor da liberdade e dos direitos do cidadão que cumpre seus deveres e respeita as leis, a SRB corrobora a necessidade do Brasil garantir o respeito ao direito de propriedade, um dos pilares do Estado democrático.

Esta entidade também congratula Jair Messias Bolsonaro pelo compromisso de buscar vencer paradigmas para reduzir a estrutura do Estado, desburocratizar, simplificar e assegurar mais liberdade para o empresário brasileiro investir, assim como permitir o ingresso de investimentos estrangeiros, com a garantia de maior segurança jurídica.

O produtor rural almeja respostas imediatas aos principais desafios do setor, como a adequação das práticas de controle da sanidade animal e vegetal para aumentar nossa credibilidade e, portanto, a abertura de novos mercados.

O produtor rural e o Brasil querem liberdade. Liberdade para empreender com tecnologia e inovação, para afiançar nossa competitividade nos mercados globais. Sem dúvida, o produtor rural brasileiro é uma das principais fontes para a criação de emprego, renda e do círculo virtuoso que transformará o Brasil no protagonista da prosperidade da sociedade brasileira e da segurança alimentar mundial.

Carta aberta para o presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro: vamos fazer o Brasil voar!
29/10/2018^{xii}
29 de outubro de 2018

ANEXO 3 – CANDIDATOS NÃO ELEITOS

TEXTO 13 – FERNANDO HADDAD

Íntegra: discurso de Fernando Haddad após derrota eleitoral
Candidato do PT perdeu no 2ª turno para Jair Bolsonaro, do PSL.^{xiii}
(28 de outubro de 2018)
FERNANDO HADDAD

"Estela, Manuela, Luca, que está aqui presente com a gente hoje, muito prazer em ter você conosco. Meus filhos, minha mãe, Carolina, Frederico, dona Norma. Minhas irmãs, Lúcia, Priscila. Todos os companheiros aqui de outros partidos presentes. Queria saudar em especial o Guilherme Boulos, que foi candidato a presidente da República. Companheiros do Pros, do PCdoB, do Psol, do PSB, presidenta Dilma, que está aqui também, muito obrigado. Sempre senador Suplicy. Nossos deputados, nossos senadores.

Eu, em primeiro lugar, eu gostaria, pela minha formação, de agradecer meus antepassados. Eu aprendi com meus antepassados o valor da coragem para defender a justiça a qualquer preço. Aprendi com a minha mãe, com o meu pai, aprendi com a memória dos meus avós, que a coragem é uma valor muito grande quando se vive em sociedade. Porque todos os demais valores dependem dela.

Queria agradecer aos partidos todos que estiveram conosco, a sua militância aguerrida. Primeiro, que nos levou ao 2º turno. Depois, nos levou a ter mais de 45 milhões de votos no dia de hoje. Uma parte expressiva do povo brasileiro precisa ser respeitada neste momento. Diverge da maioria, tem um outro projeto de Brasil na cabeça, e merece respeito no dia de hoje.

Sei que, entre os 45 milhões de eleitores que nos acompanharam até aqui, muita gente não é de partido político, muita gente não é de associação. Sobretudo na última semana, o que nós vimos foi a festa da democracia nas ruas do Brasil. Gente que saiu à rua com o colega, com a esposa, com o marido, com os filhos, e passou a panfletar o país inteiro, ou colocar um banco numa praça, colocar um cartaz no pescoço e passou a dialogar e reverter o quadro que

se anunciava na primeira semana do 2º turno. E houve uma reversão muito importante em função da conscientização de uma boa parte de brasileiros do que estava em jogo. E era muita coisa que estava em jogo.

Nós vivemos um período já longo em que as instituições são colodas à prova a todo instante. A começar de 2016, quando tivemos o afastamento da presidenta Dilma. Depois, com a prisão injusta do presidente Lula, a cassação do registro de sua candidatura, desrespeitando uma determinação das Nações Unidas. Mas nós seguimos. Seguimos de cabeça erguida, seguimos com determinação, seguimos com coragem para levar nossa mensagem aos rincões do país. Ao campo e à cidade, às periferias e ao centro, aos estudantes, aos idosos, aos GLBTs, aos homens e mulheres, brancos e negros, católicos e evangélicos, àqueles que pertencem à religiões de matriz afro, aos ateus, a todos os brasileiros. Nós, de forma determinada, fomos a todos os rincões levar a mensagem que vale a pena levar. De que a soberania nacional e a democracia, como nós a entendemos, é um valor que está acima de todos nós.

Nós temos uma nação e nós precisamos defendê-la daqueles que de forma desrespeitosa pretendem usurpar o nosso patrimônio, o patrimônio do povo brasileiro, e entendemos a democracia não apenas no seu ponto de vista formal, embora isso seja muito importante lembrar no Brasil de hoje, são os direitos civis, são os direitos políticos, são os direitos trabalhistas, são os direitos sociais, que estão em jogo neste momento.

Portanto, nós temos uma tarefa enorme no país, que é, em nome da democracia, defender o pensamento, defender as liberdades desses 45 milhões de brasileiros que nos acompanharam até aqui. Nós temos a responsabilidade de fazer uma oposição colocando os interesses nacionais, o interesse de todo o povo brasileiro, acima de tudo. Porque nós aqui temos um compromisso com a prosperidade desse país, nós que ajudamos a construir a democracia, uma das maiores do mundo, no Brasil, temos que ter um compromisso em mantê-la e não aceitar provocações, e não aceitar ameaças.

Vocês verão que a nação, lembrando o nosso hino nacional, verá que um professor não foge à luta, nem teme quem adora à liberdade a própria morte. Nosso compromisso é um compromisso de vida com este país. Nós temos uma longa trajetória de militância, de vida pública, nós reconhecemos a cidadania em cada brasileiro, em cada brasileira, e nós não

vamos deixar esse país para trás. Nós vamos colocá-lo acima de tudo e nós vamos defender os nossos pontos de vista respeitando a democracia, respeitando as instituições, mas sem deixar de colocar o nosso ponto de vista sobre tudo que está em jogo no Brasil a partir de agora. E tem muita coisa em jogo, e nós precisamos compreender o que está em jogo.

Nós temos que fazer uma profissão de fé e que nós vamos continuar a nossa caminhada, conversando com as pessoas, nos reconectando com as bases, nos reconectando com os pobres deste país para reter um programa de nação que há de sensibilizar mentes e corações deste país. Daqui a quatro anos nós teremos uma nova eleição, nós temos que garantir as instituições. Nós não vamos sair das nossas profissões, dos nossos ofícios, mas não vamos deixar de exercer a nossa cidadania. Nós vamos estar o tempo inteiro exercendo essa cidadania, e talvez o Brasil nunca tenha precisado mais do exercício da cidadania do que agora.

Eu coloco a minha vida à disposição desse país, tenho certeza que falo por milhões de pessoas que colocam o país acima da própria vida, acima do próprio bem-estar. E quero dizer para aqueles que eu, olhando nas ruas deste país, em todas as regiões, eu senti uma angústia e um medo na expressão de muitas pessoas, que às vezes chegavam a soluçar de tanto chorar. Não tenham medo. Nós estaremos aqui. Nós estamos juntos. Nós estaremos de mãos dadas com vocês. Nós abraçaremos a causa de vocês. Contem conosco. Coragem, a vida é feita de coragem. Viva o Brasil! Viva o Brasil!"

TEXTO 14 – CABO DACIOLO^{XIV}



Cabo Daciolo  @CaboDaciolo · 29 de out de 2018 ...

NULOS, BRANCOS E ABSTENÇÕES

Faço parte do total de 42,1 milhões (votos nulos e brancos com as abstenções) de eleitores que não escolheram nem Bolsonaro, nem Haddad. COM TEMOR E TREMOR, oramos pela NAÇÃO BRASILEIRA, acreditando que DEUS protegerá os seus de todo mal
Glória a Deus



TEXTO 15 – HENRIQUE MEIRELES^{XV}



Henrique Meirelles 

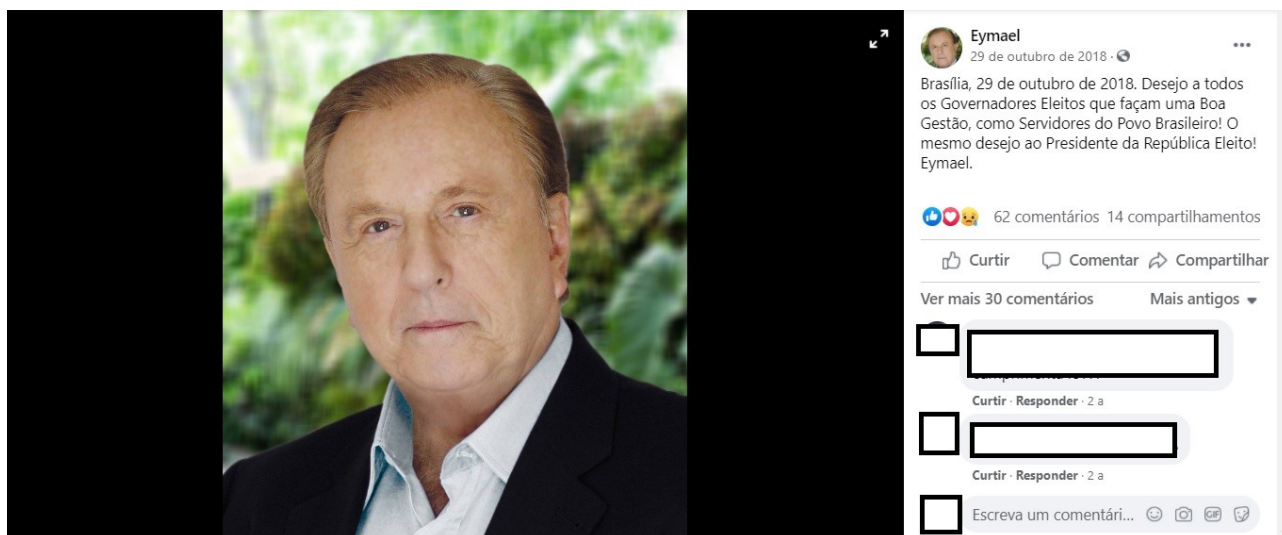
28 de outubro de 2018 · 

Desejo sucesso à nova administração. O mais importante é unir a Nação e trabalhar pelo conjunto da sociedade.

O bem-estar da população está acima das disputas eleitorais e partidárias, com a criação de empregos, mais renda, crescimento sustentado e estabilidade econômica e cuidado com o dinheiro público. Precisamos fazer as reformas fundamentais, como as alterações na Previdência e a Simplificação Tributária.

Assim como todo brasileiro, o presidente da República quando toma posse assume compromisso com as instituições democráticas, as liberdades civis e a paz social.

TEXTO 16 – EYMAEL^{XVI}



TEXTO 17 – MARINA SILVA^{XVII}

POSICIONAMENTO SOBRE O RESULTADO DO 2º TURNO DA ELEIÇÃO

Cumprimento a sociedade brasileira em respeito à sua decisão soberana nas eleições de 2018 e desejo que cumpra o seu papel de fiadora e guardiã da democracia, acima de quaisquer paixões políticas.

Cumprimento o presidente eleito Jair Bolsonaro em respeito à nossa Constituição e às instituições democráticas, entre as quais está a Presidência da República.

Como afirmei no final do primeiro turno, farei oposição ao presidente eleito. Tenho plena consciência dos riscos imediatos para questões fundamentais da minha prática política, tais como o desmanche da estrutura de proteção ambiental conquistada ao longo de décadas, por gerações de ambientalistas; a desconsideração dos direitos das comunidades indígenas e quilombolas quanto à demarcação de suas terras; a minimização da importância dos direitos à diversidade e o risco de fragilização da Constituição de 88, marco histórico da recuperação de

nossas liberdades individuais e sociais.

O resultado das urnas me deixa, ao mesmo tempo, muito preocupada e modestamente confiante. Preocupada porque foram desencadeadas, na campanha, forças que ameaçam a democracia, pela mentira e pela violência, pela polarização extremada, pela potencialização do ódio e do medo, pela ausência de um debate programático e o rebaixamento da opinião pública a um patamar inferior da racionalidade política. Confiante porque vejo a presença forte e vigilante de uma consciência cívica e democrática, enraizada em amplos setores da sociedade brasileira, que a torna capaz de resistir a todas essas ameaças.

Sei da importância da atuação de uma oposição democrática, sobretudo no contexto dessas eleições de 2018 e da realidade que passaremos a viver a partir de agora. Que ela coloque em primeiro lugar os interesses das pessoas e do país em vez do jogo puramente eleitoral e de projetos de poder ultrapassados, predadores, que colocam a hegemonia de grupos e partidos acima de tudo.

Junto com a sociedade continuarei minha luta histórica por um país politicamente democrático, economicamente próspero, socialmente justo, culturalmente diverso, ambientalmente sustentável, livre da corrupção, empenhado em se preparar para um futuro no qual os grandes equívocos do modelo de desenvolvimento sejam superados por uma nova concepção de qualidade de vida, de justiça, de objetivos pessoais e coletivos, de felicidade.

Espero que o resultado eleitoral seja acatado com serenidade e que todos os brasileiros e brasileiras assumam a política como o território legítimo da resolução de divergências e do debate de projetos e ideias para o bem do país.

TEXTO 18 – CIRO GOMES^{XVIII}

MEU PENSAR SOBRE 2018

A um democrata verdadeiro o que se impõe após o segundo turno é simplesmente reconhecer a vitória eleitoral daquele que teve a maioria relativa dos votos do povo brasileiro.

Para mim, que cultivo a correção de conduta, impõe-se, também, desejar boa sorte ao presidente eleito Jair Bolsonaro para que ele possa fazer o melhor pela sofrida nação brasileira.

Que execute o honroso mandato que a maioria dos brasileiros e brasileiras lhe outorgou dentro das regras da Constituição Federal e do estrito respeito às normas do Estado de Direito Democrático.

Que não pense o senhor presidente eleito, nem de longe, em violar o respeito que deve ao conjunto da nação, independentemente de configurarem minorias ou grupos sociais críticos às suas posturas. Só assim merecerá o respeito à autoridade que adquiriu nas eleições.

Fora disto, nos enfrentará, a todos nós que lhe movemos oposição dentro do marco da decência e do espírito público. Essa oposição que nasce, não se confunde com forças que só defendem a democracia ao sabor de seus interesses mesquinhos ou crescentemente inescrupulosos ou mesmo despudoradamente criminosos.

TEXTO 19 – MANUELA D’ÁVILA

Publicação de Manuela D’Ávila sobre a vitória eleitoral de Bolsonaro^{xix}

Perdemos, é justo que fiquemos tristes e preocupados, com a gente, com os nossos, com o Brasil. Mas a tristeza tem que se transformar rapidamente em resistência.

O espírito desses últimos dias, nos quais milhares foram pras ruas pra virar votos de um modo tão bonito precisa se manter e se multiplicar.

Eles venceram, mas a luta vai continuar.

Vamos permanecer juntos, resistir e defender a democracia e a liberdade.

Como diria Drummond: “Não serei o poeta de um mundo caduco

Também não cantarei o mundo futuro

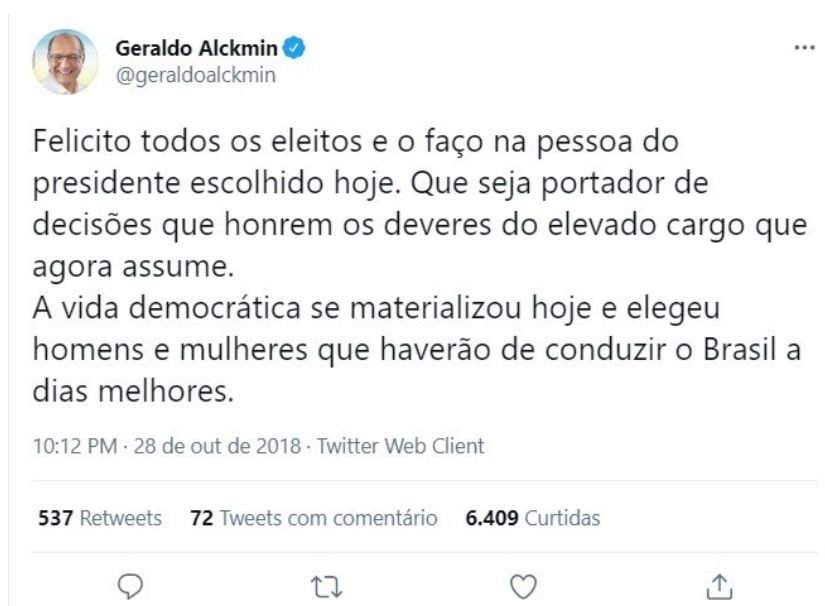
Estou preso à vida e olho meus companheiros


Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças

Entre eles, considero a enorme realidade

O presente é tão grande, não nos afastemos
 Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas”
 Boa luta!
 Viva a resistência democrática!

TEXTO 20 – GERALDO ALCKMIN^{XX}



 **Geraldo Alckmin** ✓
 @geraldoalckmin

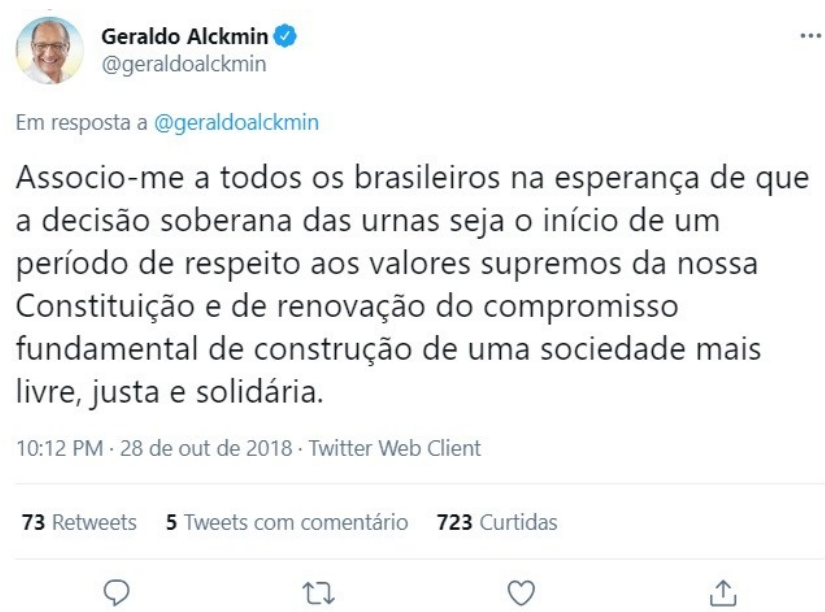
Felicitos todos os eleitos e o faço na pessoa do presidente escolhido hoje. Que seja portador de decisões que honrem os deveres do elevado cargo que agora assume.
 A vida democrática se materializou hoje e elegeu homens e mulheres que haverão de conduzir o Brasil a dias melhores.


10:12 PM · 28 de out de 2018 · Twitter Web Client

537 Retweets 72 Tweets com comentário 6.409 Curtidas

🗨️ ↻️ ❤️ ↗️

TEXTO 20 – GERALDO ALCKMIN^{XXI}



 **Geraldo Alckmin** ✓
 @geraldoalckmin

Em resposta a @geraldoalckmin

Associo-me a todos os brasileiros na esperança de que a decisão soberana das urnas seja o início de um período de respeito aos valores supremos da nossa Constituição e de renovação do compromisso fundamental de construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária.

10:12 PM · 28 de out de 2018 · Twitter Web Client

73 Retweets 5 Tweets com comentário 723 Curtidas

🗨️ ↻️ ❤️ ↗️

TEXTO 20 – GERALDO ALCKMIN^{XXII}



Geraldo Alckmin ✓
@geraldoalckmin



Em resposta a [@geraldoalckmin](#)

Quero cumprimentar, especialmente, os valorosos companheiros João Doria, Eduardo Leite, Reinaldo Azambuja, Antônio Anastasia, Expedito Júnior e José de Anchieta por terem-se empenhado nesta legítima luta em benefício de seus estados e pelo engrandecimento do PSDB e da democracia.

10:12 PM · 28 de out de 2018 · Twitter Web Client

58 Retweets **12** Tweets com comentário **570** Curtidas



TEXTO 20 – GERALDO ALCKMIN^{XXIII}



Geraldo Alckmin ✓
@geraldoalckmin



Em resposta a [@geraldoalckmin](#)

As urnas externaram o desejo sincero do povo por mudanças, pois que todos nós sejamos capazes de bem compreender essa mensagem para conduzirmos a política partidária a um novo patamar, de respeito e participação de outros brasileiros.

10:13 PM · 28 de out de 2018 · Twitter Web Client

74 Retweets **6** Tweets com comentário **888** Curtidas




TEXTO 20 – GERALDO ALCKMIN^{XXIV}



TEXTO 21 – JOÃO AMOÊDO^{XXV}



TEXTO 21 – JOÃO AMOÊDO^{XXVI}

João Amoêdo ✓
@joaoamoedonovo

Em resposta a @joaoamoedonovo


O Brasil tem pressa. O Congresso e o novo Presidente devem ter esse senso de urgência.

Espero que o presidente Bolsonaro paute a sua atuação inicial em pelo menos 4 áreas:

- No equilíbrio das contas públicas, com a reforma da previdência, privatizações e gestão profissional.

7:45 PM · 28 de out de 2018 · Twitter for Android

355 Retweets 20 Tweets com comentário 2.428 Curtidas

TEXTO 21 – JOÃO AMOÊDO^{XXVII}





João Amoêdo ✓
@joaoamoedonovo


Em resposta a @joaoamoedonovo

-Na criação de um novo ambiente de negócios que seja propício a criação de empregos e o empreendedorismo, com reformas que facilitem a abertura de empresas, a contratação de funcionários, o cálculo de impostos, a segurança jurídica e a redução da burocracia.

7:45 PM · 28 de out de 2018 · Twitter for Android

215 Retweets 2 Tweets com comentário 1.654 Curtidas

TEXTO 21 – JOÃO AMOÊDO^{XXVIII}


João Amoêdo ✓
@joaoamoedonovo


Em resposta a @joaoamoedonovo

-Na montagem de um governo que funcione, com profissionais técnicos e qualificados, metas e objetivos, uso de tecnologia e transparência e possa, assim, atender as demandas existentes na educação básica, segurança e saúde.

7:45 PM · 28 de out de 2018 · Twitter for Android

203 Retweets **4** Tweets com comentário **1.611** Curtidas

TEXTO 21 – JOÃO AMOÊDO^{XXIX}





João Amoêdo ✓
@joaoamoedonovo

Em resposta a @joaoamoedonovo

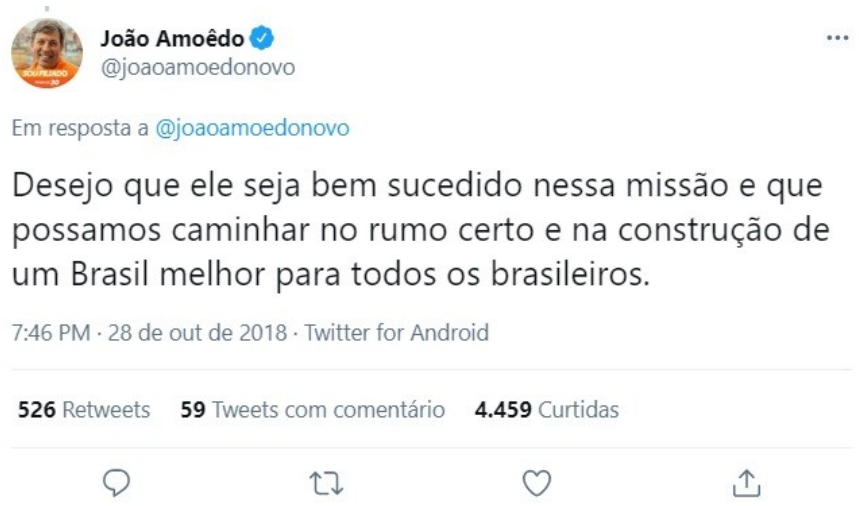
-Cortando privilégios, abrindo mão de morar em palácio, diminuindo os custos do planalto e da Alvorada e reduzindo drasticamente os cargos comissionados.

7:46 PM · 28 de out de 2018 · Twitter for Android

330 Retweets **18** Tweets com comentário **3.400** Curtidas

TEXTO 21 – JOÃO AMOÊDO^{XXX}



TEXTO 22 – ÁLVARO DIAS^{XXXI}



- i <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/integra-discurso-de-jair-bolsonaro-apos-vitoria-eleitoral.ghtml>
- ii <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/bolsonaro-afirma-em-seu-primeiro-discurso-que-tera-governabilidade-leia-integra.shtml>
- iii <https://ptb.org.br/ptb-parabeniza-jair-bolsonaro-por-vitoria/>
- iv <https://pcdob.org.br/documentos/ampla-uniao-em-defesa-da-democracia-do-brasil-e-dos-direitos-do-povo/>
- v <https://www.pstu.org.br/nota-do-pstu-sobre-o-resultado-das-eleicoes-os-desafios-da-classe-trabalhadora-com-a-eleicao-de-bolsonaro/?fbclid=IwAR22BEGyZb0nFzEq03cj3JJD3jc7oSC9NVuamSK9kaig1r8GTTk3Kkq6zyg>
- vi <https://pt.org.br/nota-da-cut-a-luta-continua/>
- vii <https://www.oc.eco.br/onde-houver-ameaca-seremos-resistencia/>
- viii <https://www.sinagencias.org.br/noticias/sinagencias-parabeniza-presidente-eleito/>
- ix <https://cacb.org.br/cacb-parabeniza-jair-bolsonaro/>
- x <https://amb.org.br/noticias/carta-aberta-ao-presidente-eleito-jair-bolsonaro/>
- xi <https://srb.org.br/carta-ao-novo-presidente-da-republica-jair-bolsonaro/>
- xii <https://www.aopabrazil.org.br/noticias/carta-aberta-para-o-presidente-eleito-jair-messias-bolsonaro-vamos-fazer-o-brasil-voar>
- xiii <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/integra-discurso-de-fernando-haddad-apos-derrota-eleitoral.ghtml>
- xiv https://twitter.com/CaboDaciolo/status/1056916279750209536?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1056916279750209536%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.poder360.com.br%2Feleicoes%2Fcandidatos-a-presidente-em-2018-comentam-vitoria-de-bolsonaro%2F
- xv <https://www.facebook.com/hmeirellesoficial/posts/721732848196076>
- xvi <https://www.facebook.com/eymaelOficial/photos/a.226437124222009/945950608937320/?type=3>
- xvii <https://www.facebook.com/marinasilva.oficial/photos/a.687653301246303/2208600699151548/?type=3>
- xviii <https://www.facebook.com/cirogomesoficial/posts/1902476109873059>
- xix https://www.instagram.com/p/Bpfk5TbAu2I/?utm_source=ig_embed
- xx <https://twitter.com/geraldoalckmin/status/1056715300601765889>
- xxi <https://twitter.com/geraldoalckmin/status/1056715368046227456>
- xxii <https://twitter.com/geraldoalckmin/status/1056715460513841152>
- xxiii <https://twitter.com/geraldoalckmin/status/1056715536040648704>
- xxiv <https://twitter.com/geraldoalckmin/status/1056715597009092608>
- xxv <https://twitter.com/joaoamoedonovo/status/1056678101369925632/photo/1>
- xxvi <https://twitter.com/joaoamoedonovo/status/1056678245737869312>
- xxvii <https://twitter.com/joaoamoedonovo/status/1056678402739068928>
- xxviii <https://twitter.com/joaoamoedonovo/status/1056678472737800195>
- xxix <https://twitter.com/joaoamoedonovo/status/1056678555046821889>
- xxx <https://twitter.com/joaoamoedonovo/status/1056678584708931584>
- xxxi <https://www.facebook.com/ad.alvarodias/posts/2131874616869775>